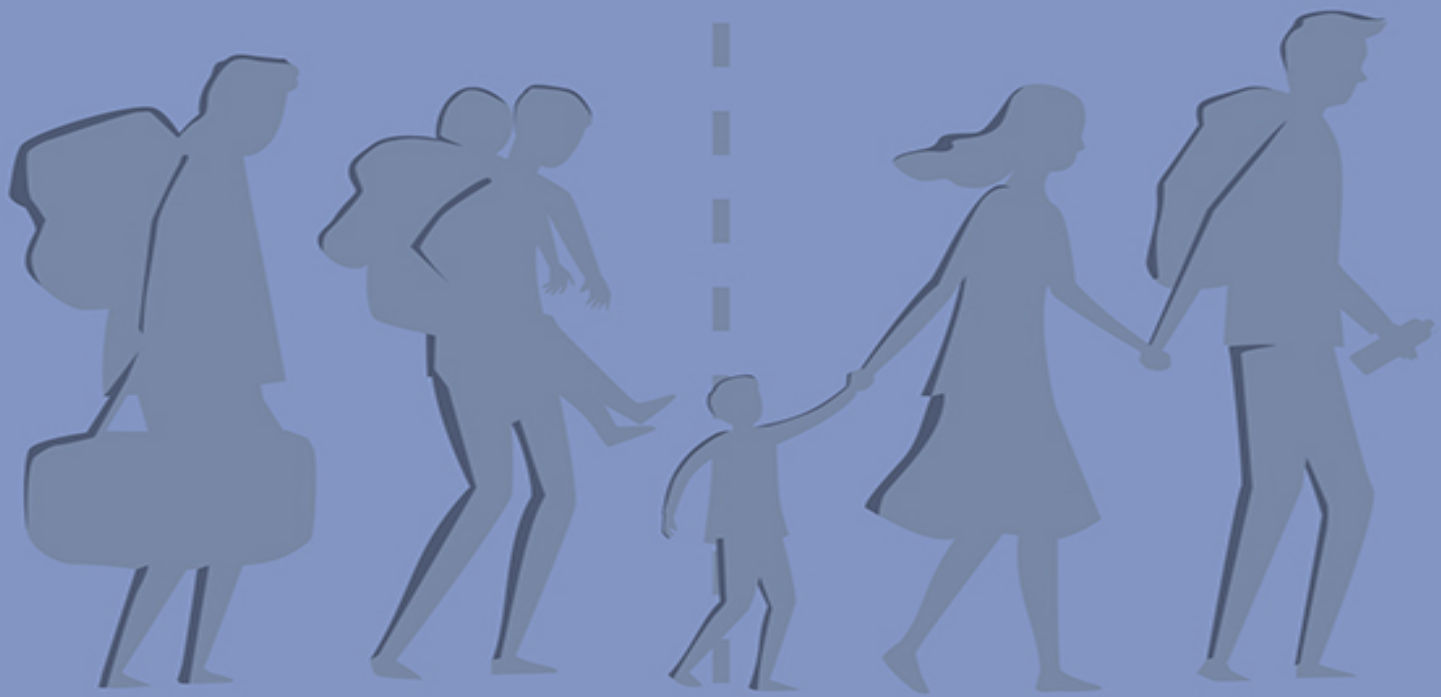
PACO EDITORIAL

# FRONTEIRAS E TRABALHADORES NO SÉCULO XXI

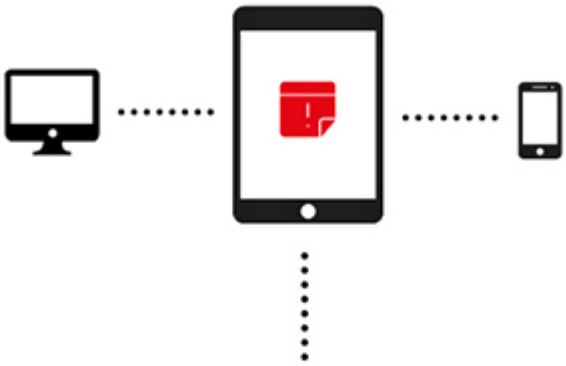


ERIC GUSTAVO CARDIN
MAX ANDRÉ DE ARAÚJO FERREIRA
(ORGS.)

# FRONTEIRAS E TRABALHADORES NO SÉCULO XXI

ERIC GUSTAVO CARDIN
MAX ANDRÉ DE ARAÚJO FERREIRA
(ORGS.)

PACO EDITORIAL



## IMPORTANTE

Cuidamos para que a produção deste ebook tivesse o mesmo padrão de qualidade das nossas obras impressas. Mas poderá ter variação na apresentação do conteúdo de acordo com cada dispositivo de leitura.

Copyright © 2022 by Paco Editorial

Direitos desta edição reservados à Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

Revisão: Márcia Santos

Capa: Vinicius Torquato

Diagramação: Leticia Nisihara

Edição em Versão Impressa: 2022

Edição em Versão Digital: 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F935

Fronteiras e trabalhadores no século XXI / Eric Gustavo Cardin (Organizador), Max André de Araújo Ferreira (Organizador). – Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2022.

Recurso digital
Formato: ePub
Requisitos do sistema: Multiplataforma
ISBN 978-65-5840-865-9

1. Sociologia do trabalho. 2. Trabalhadores. 3. Trabalho. I. Cardin, Eric Gustavo (Organizador). II. Ferreira, Max André de Araújo (Organizador). III. Título.

CDD: 331.1

Janaina Ramos - Bibliotecária - CRB-8/9166

**Índice para catálogo sistemático**

I. Sociologia do trabalho

**Conselho Editorial**

Profa. Dra. Andrea Domingues (UNIVAS/MG) (Lattes)

Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi (FATEC-SP) (Lattes)

Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna (UNESP/ASSIS/SP) (Lattes)

Prof. Dr. Carlos Bauer (UNINOVE/SP) (Lattes)

Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha (UFRGS/RS) (Lattes)

Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa (FURG/RS) (Lattes)

Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes (UNISO/SP) (Lattes)

Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira (UNICAMP/SP) (Lattes)

Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins (UNICENTRO-PR) (Lattes)

Prof. Dr. Romualdo Dias (UNESP/RIO CLARO/SP) (Lattes)

Profa. Dra. Thelma Lessa (UFSCAR/SP) (Lattes)

Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt (UNIPAMPA/RS) (Lattes)

Prof. Dr. Eraldo Leme Batista (UNIOESTE-PR) (Lattes)

Prof. Dr. Antonio Carlos Giuliani (UNIMEP-Piracicaba-SP) (Lattes)

Paco Editorial

Av. Carlos Salles Bloch, 658

Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Salas 11, 12 e 21

Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100

Telefones: 55 11 4521.6315

atendimento@editorialpaco.com.br

www.pacoeditorial.com.br

# SUMÁRIO

FOLHA DE ROSTO

APRESENTAÇÃO

**PARTE 1**
**RELAÇÕES DE GÊNERO, TRABALHO E MIGRAÇÃO**

1. TRAYECTORIAS FAMILIARES: LAS EXPERIENCIAS DE MUJERES PARAGUAYAS EN LA TRIPLE-FRONTERA DEL PARANÁ

*Menara Guizardi*
*Esteban Nazal*
*Lina Magalhães*

2. MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS: PERCURSOS, VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE NAS FRONTEIRAS

*Adriana de Carvalho Medeiros*

3. PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS: IMPLICAÇÕES DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NAS MIGRAÇÕES FEMININAS

*Manoela Jaqueira*

4. O TRABALHO DOMÉSTICO DAS IMIGRANTES E REFUGIADAS VENEZUELANAS EM FOZ DO IGUAÇU/PR

*Priscila Dutra Dias*
*Lissandra Espinosa de Mello Aguirre*

5. IMIGRAÇÃO HAITIANA NO OESTE DO PARANÁ E OS FRIGORÍFICOS COMO DELINEADORES DOS NOVOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

*Claudimara Cassoli Bortoloto*

**PARTE 2**
**POLÍTICAS PÚBLICAS, TRABALHO E TERRITORIALIDADES**

6. IMIGRANTES BRASILEIROS NA GUIANA FRANCESA: GARIMPO, SOBERANIA E FRONTEIRA

*Camilo Pereira Carneiro*
*Giovanna Savazo*
*Beatriz Faverssiani*

7. JORNAIS PARA TRABALHADORES EM GRANDES OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL: O CASO DO INFORMATIVO UNICON E A USINA HIDRELÉTRICA BINACIONAL DE ITAIPU

*Endrica Geraldo*

8. O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

*Paulo Roberto Azevedo*
*Adelmo Eduardo da Silva*
*Adiel Felipe Felisberto da Silva*
*Daniela de Fátima Martins Freitas*
*Gabriel Antonio Cameran*
*Jhonathan Matheus Dias*
*Luís Fernando de Souza Pacheco*

9. OS PROJETOS ESTRUTURANTES NA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS: DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA NA FRONTEIRA

*Tomaz Espósito Neto*
*Camilo Pereira Carneiro*

**PARTE 3**
**PRÁTICAS SOCIAIS, TRABALHO E RESISTÊNCIAS**

10. QUANDO O DIREITO DE VIVER É DEFINIDO PELAS FRONTEIRAS: TRAJETÓRIAS DE IMIGRAÇÃO E TRABALHO DOS HAITIANOS/HAITIANAS PARA O BRASIL

*Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho*

11. DINÂMICAS DO TRABALHO NO SETOR DE CONFECÇÃO DO VESTUÁRIO EM SANTA HELENA-PR: TRABALHADORES E FORMAS DE RESISTÊNCIA

*Rosane Marçal da Silva*

12. TRABALHADORES E TRABALHADORAS E A MIGRAÇÃO NO NORTE DE MINAS GERAIS

*Valéria de Jesus Leite*

*Andrey Lopes de Souza*

13. ENTRE O BEM VIVER E O VIVER BEM: OS(AS) TRABALHADORES(AS) RURAIS NA FRONTEIRA DO AGRONEGÓCIO

*Cíntia Fiorotti*

*Eric Gustavo Cardin*

SOBRE OS AUTORES

PÁGINA FINAL

# APRESENTAÇÃO

O livro *Fronteiras e Trabalhadores no Século XXI* congrega estudos de diferentes pesquisadores vinculados ou convidados pelo Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais –(Lafront). Nesta obra, mediante o emprego de temáticas contemporâneas, são abordadas tanto as fronteiras, quanto os trabalhadores que transitam por elas. Com enfoque interdisciplinar, o livro agregou diferentes autores, de múltiplas instituições e áreas do conhecimento, que se dedicam em estudar as regiões de fronteiras, sob óticas diversas.

Os escritos selecionados possuem como premissa valorizar as vivências dos pesquisadores nos ambientes de fronteira, mantendo uma preocupação em evidenciar estudos teóricos que consideram os conceitos e as metodologias comumente utilizados nestas regiões. Reflete-se o fato de que nesses locais, existe uma complexa teia de relações sociais que revelam a troca de experiências entre os indivíduos fronteiriços.

Os capítulos encontram-se organizados em três blocos de discussões. O primeiro, "Relações de gênero, trabalho e migrações", é composto por cinco contribuições. O primeiro capítulo, denominado "Trayectorias familiares: las experiencias de mujeres paraguayas en la Triple-frontera del Paraná", destaca os relatos das experiências de mulheres paraguaias na Tríplice Fronteira do Paraná (Argentina, Brasil e Paraguai). Na ocasião, Menara Guizardi, Esteban Nazal e Lina Magalhães exploram as histórias de vida de 30 mulheres paraguaias e demonstram as tensões entre as trajetórias familiares, as experiências de mobilidade rural-urbana e as dinâmicas de inserção laboral feminina.

O segundo texto, "Mulheres migrantes e refugiadas: percursos, violência e vulnerabilidade nas fronteiras", escrito por Adriana de Carvalho Medeiros, discute o aumento da migração feminina e as transformações nas relações de trabalho, bem como, observando aspectos relacionados com o maior acesso à informação e a luta contra os sistemas tradicionais de poder em comunidades tradicionalistas e

paternalistas. Logo depois, encontra-se a contribuição de Manoela Jaqueira e sua contribuição metodológica para os estudos das mulheres.

Intitulado como "Para além das fronteiras: implicações da desigualdade de gênero nas migrações femininas", a autora dialoga com teorias do Direito e das Relações Internacionais em um debate que envolve as intersecções entre fronteira, migração e gênero a partir de teoria e metodologia feminista. Nesse ambiente, observa-se que a mulher migrante, em um lugar de maior vulnerabilidade, está sujeita a uma dinâmica interna (diretrizes e normas) inerentes a cada país, com base em uma ética política, que esboça pautas e políticas públicas que se afastam do espírito universalista dos direitos humanos.

O quarto capítulo, escrito por Priscila Dutra Dias e Lissandra Espinosa de Mello Aguirre, tem a região de confluência das fronteiras do Brasil, Paraguai e Argentina como pano de fundo do estudo realizado. Intitulado "O trabalho doméstico das imigrantes venezuelanas em Foz do Iguaçu/PR", a pesquisa apresentada analisa como as mulheres venezuelanas que, embora com formação acadêmica e experiência profissional específica no país de origem, são obrigadas a trabalharem como domésticas para suprirem suas necessidades próprias e de suas famílias, percebem a inserção laboral em Foz do Iguaçu/PR.

O último capítulo do bloco corresponde ao texto escrito por Claudimara Cassoli Bortoloto. "Imigração haitiana no Oeste do Paraná e os frigoríficos como delineadores dos novos fluxos migratórios" discute o elevado índice de desemprego entre os migrantes haitianos e a manifestação do racismo estrutural, experimentado pelos migrantes durante o fechamento do sistema produtivo na cidade de Cascavel/PR. O estudo afirma que a hegemonia dos frigoríficos, enquanto principais incorporadores de mão de obra, traz diversos tipos de problemas, se expressando no tratamento desigual entre homens e mulheres.

O segundo bloco temático do livro é direcionado para as discussões referentes às "políticas públicas, trabalho e territorialidades" e apresentam quatro contribuições. Na primeira, Camilo Pereira Carneiro, Giovanna Savazo e Beatriz Faverssiani apresentam o texto "Imigrantes brasileiros na Guiana Francesa: garimpo, soberania e fronteira". O objetivo é aferir se as persistentes relações coloniais da França com a Guiana Francesa reverberam negativamente nas atuais interações entre

o Amapá e a Guiana Francesa, analisando se essa relação é um obstáculo à implantação de políticas públicas de desenvolvimento local.

O segundo capítulo do bloco, escrito por Endrica Geraldo, denomina-se "Jornais para trabalhadores em grandes obras de construção civil: o caso do *Informativo Unicon* e a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu". Tendo como pano de fundo a ditadura militar brasileira, momento em que ocorre a construção do maior empreendimento do setor elétrico brasileiro, o artigo se propõe a analisar uma das estratégias de dominação realizadas no período. O consórcio denominado União de Construtoras Ltda (Unicon), através do Departamento de Bem-Estar Social, produzia um periódico denominado *Informativo Unicon*, que era publicado em português e espanhol e distribuído entre os trabalhadores da obra, cujo objetivo implícito era o controle dos próprios trabalhadores.

A contribuição de Paulo Roberto Azevedo, Adelmo Eduardo da Silva, Adiel Felipe Felisberto da Silva, Daniela de Fátima Martins Freitas, Gabriel Antonio Cameran, Jhonathan Matheus Dias e Luís Fernando de Souza Pacheco tem o intuito de analisar o impacto da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho na faixa de fronteira Brasil-Paraguai, com maior atenção para o oeste paranaense. Por meio de dados quantitativos, os autores discutem as oscilações de emprego e a rentabilidade dos principais setores econômicos da região, problematizando a possível crise no setor do agronegócio durante a pandemia.

Por fim, o quarto capítulo trata-se de um texto escrito por Tomaz Espósito Neto e Camilo Pereira Carneiro. Denominado "Os projetos estruturantes na região da Grande Dourados: desenvolvimento e segurança na fronteira", a contribuição aborda uma série de projetos implementados na cidade de Grande Dourados-MS, que impactaram no desenvolvimento regional sob os aspectos econômico e social. Os autores abordam o fato de que tais iniciativas ajudaram a mitigar os impactos negativos da violência, em que os custos afetavam a sociedade sul-mato-grossense e brasileira, em diferentes escalas.

O terceiro bloco do livro, intitulado "Práticas sociais, trabalho e resistências, inicia-se com a contribuição de Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho. O capítulo "Quando o direito de viver é definido pelas fronteiras: trajetórias de imigração e trabalho dos haitianos/haitianas para o Brasil" problematiza alguns aspectos

vivenciados pelos haitianos durante o processo de emigração, evidenciando as dificuldades no trajeto e as experiências de trabalho no Brasil. A análise emerge de entrevistas realizadas com estes imigrantes na cidade de Cascavel, localizada na região Oeste do Paraná, faixa de fronteira Brasil-Paraguai.

Logo após, Rosane Marçal da Silva, no texto "Dinâmicas do trabalho no setor de confecção do vestuário em Santa Helena/PR: trabalhadores e formas de resistência", debate os aspectos e as dimensões das dinâmicas de trabalho e vida dos trabalhadores da indústria de confecção de roupas no Oeste do Paraná, especificamente, no município de Santa Helena. Utilizando fontes orais, o capítulo insere no debate sobre o tema as interpretações oriundas dos próprios sujeitos que vivenciaram as experiências do trabalho fabril, no período de 1980 e 2015.

No terceiro capítulo deste bloco, Valéria de Jesus Leite e Andrey Lopes de Souza apresentam a pesquisa denominada *Trabalhadores e trabalhadoras e a migração no Norte de Minas Gerais*. O estudo realizado pelos autores demonstra que, no Norte do Estado de Minas Gerais, a constituição histórica marcou a formação de espaços que se tornaram de interesse dos trabalhadores e conduziram a investimentos de agências públicas, marcantes na conformação territorial da região.

O último capítulo, escrito por Cíntia Fiorotti e Eric Gustavo Cardin, observa novos dilemas da fronteira agrícola no estado do Paraná. Embora o território produtivo da faixa de fronteira Brasil-Paraguai seja altamente explorado pelo agronegócio na produção de grãos, existem disputas que transcendem as fronteiras físicas e se expressam diretamente no esforço de rompimento e construção de outros modos de viver em uma região onde a qualidade de vida e o desenvolvimento estão diretamente baseados no sucesso econômico. Entre o *bem viver* e o *viver bem* encontram-se identidades e o desejo de fomentar alternativas para a relação homem-natureza.

O conjunto de textos apresentados no livro não se limita a pensar a fronteira como uma linha que separa territórios nacionais, como algo estanque, estático. Muito menos como um simples lugar onde as pessoas vivem. Ao contrário, parte-se do pressuposto de que fronteiras são resultados de movimentos e de encontros entre pessoas, ideias, concepções de mundo. Como lembra José de Souza Martins, fronteiras

são encontros de civilizações distintas. Assim, buscamos ampliar o entendimento daquilo que fazemos e, ao mesmo tempo, iluminar percepções diferentes sobre o mundo e sobre relações específicas.

# PARTE 1

# RELAÇÕES DE GÊNERO, TRABALHO E MIGRAÇÃO

# 1. TRAYECTORIAS FAMILIARES: LAS EXPERIENCIAS DE MUJERES PARAGUAYAS EN LA TRIPLE-FRONTERA DEL PARANÁ[1]

*Menara Guizardi*
*Esteban Nazal*
*Lina Magalhães*

Desde 2018, realizamos estudios cualitativos sobre las experiencias transfronterizas de mujeres paraguayas entre ciudades que conforman la Triple-frontera del Paraná: Puerto Iguazú (Argentina), Foz de Iguazú (Brasil) y Ciudad del Este (Paraguay). Este artículo aborda específicamente los relatos de estas mujeres sobre la historia de sus madres o abuelas, y sobre la relación entre las responsabilidades femeninas, los cuidados familiares y las movilidades territoriales de sus familiares. Nuestro objetivo es comprender cómo estos elementos se interrelacionan con las trayectorias familiares y, particularmente, con las experiencias femeninas en las familias.

La muestra del estudio se centró en las paraguayas que desempeñan sus actividades en Foz de Iguazú y Ciudad del Este. Este recorte se debió a la constatación empírica de que las movilidades femeninas en esta región son más intensas entre Brasil y Paraguay debido a la discrecional laxitud fiscalizadora de las autoridades de ambos a los cruces transfronterizos y también a que sus respectivas ciudades fronterizas están interconectadas productiva, comercial y laboralmente. El barrio comercial más importante de Foz (denominado Vila Portes) y el centro de Ciudad del Este están conurbados, conectados por un puente por el que pasan miles de personas diariamente. Esta intensa interconexión estimula los principales nichos de empleo femenino paraguayo en la triple-frontera: el comercio (i)licito e (in)formal transfronterizo, el contrabando, los trabajos domésticos y la prostitución.

Las mujeres paraguayas establecen dinámicas laborales que contemplan diversos cruces al lado brasileño. Muchas se desplazan diariamente a Foz para trabajar en los negocios comerciales de Vila

Portes. Allí, ellas son la mano de obra predominante en las tiendas al por menor, en las bodegas de importación y venta de ropa usada, en los puestos callejeros autogestionados de venta de accesorios, vestimentas y calzados, en la atención y cocina de restaurantes y en la venta ambulante de verduras, ajo y hierbas. Además, muchas cruzan la frontera para trabajar como empleadas domésticas en hogares brasileños. Es común que estas dinámicas laborales comerciales o del servicio doméstico sean compaginadas con el contrabando a pequeña escala de productos variados.

En Ciudad del Este, en las calles que colindan con el paso hacia Brasil, las mujeres paraguayas son responsables por un ingente despliegue del comercio a pequeña escala. Lo hacen a través de su protagonismo como vendedoras, administradoras o propietarias de los puestos callejeros, donde comercializan ropa de cama, útiles domésticos, vestimentas y accesorios variados. Ellas desempeñan, además, como vendedoras de las grandes tiendas paraguayas, mientras que el comercio en las tiendas de mediana escala está caracterizado por el protagonismo masculino. En todos estos espacios comerciales, las paraguayas se especializan en atender al público proveniente de Brasil, lo que implica aprender su idioma (portugués) y sus lógicas culturales de consumo.

Conversando con estas mujeres, observamos que su intensa actividad productiva, sus movilidades y desplazamientos eran compaginados con una sobrecarga de tareas de reproducción social. Algunas trabajaban hasta 14 horas diarias en actividades productivas, pero eran también responsables por la totalidad del cuidado familiar. La división sexual del trabajo familiar por géneros, según sus relatos, se basaba en la naturalización de la sobrecarga femenina, naturalizando la ausencia de responsabilidades masculinas. ¿Qué relación existiría entre sus experiencias familiares, los roles de género y sus estrategias fronterizas?

Para responder a este interrogante, realizamos 30 entrevistas biográficas a mujeres paraguayas. Hicimos hincapié en que empezaran sus relatos contándonos las experiencias vitales de sus abuelos/as y progenitores. Buscábamos situar, en la trayectoria de los miembros de las familias las transformaciones y permanencias referentes a los mandatos de género y a los patrones de movilidad. Con esto, pudimos situar la memoria construida por estas mujeres con relación a las

hermanas, hermanos, madres, padres, abuelos y abuelas. Situamos, además, su agencia en la construcción de los contextos y procesos sociales.

Para dilucidar estas constataciones, partiremos por explicitar, en el segundo apartado, la metodología empleada en el estudio. En el tercero, sintetizamos algunos conceptos teóricos que respaldan nuestro análisis. El cuarto discute los datos empíricos analizando, a partir de los relatos de nuestras entrevistadas, los orígenes rurales, estrategias de movilidad e inserciones laborales de sus familias. El quinto analiza la sobrecarga femenina, los mandatos de género y la división sexual del trabajo. Finalizamos mostrando cómo la obligación transgeneracional de sostener los cuidados familiares constituye, contradictoriamente, un factor vulnerador y un elemento de agenciamiento femenino.

## Métodos y materiales

Desde 2018, desarrollamos observaciones etnográficas sobre la experiencia de las mujeres paraguayas en la Triple-frontera del Paraná. Nuestro estudio se articula a partir de una perspectiva etnográfica centrada en la observación sistemática de los contextos sociales para participar de ellos, registrarlos, analizarlos y construir relatos (Guber, 2001, p. 12). Para ello, seguimos las delimitaciones del *Extended Case Method* (ECM) [Metodología del Caso Extendido]. Dicho enfoque etnográfico fue desarrollado por Max Gluckman (2006, p. 17) proponiendo reorientar la metodología antropológica clásica, centrándose en el estudio de interacciones sociales con potencial conflictivo.

En nuestras incursiones etnográficas, registramos en diarios de campo, fotografías y grabaciones fílmicas las interacciones con las mujeres transfronterizas en la Triple-frontera. Además, realizamos un total de 30 entrevistas biográficas a mujeres paraguayas[2].

Todas las entrevistas fueron transcriptas y posteriormente codificadas con el uso del software MaxQDA. Para realizar esta codificación, construimos una matriz analítica compuesta por seis macro-categorías: 1) Construcciones de la frontera; 2) Trayectorias de las migrantes fronterizas; 3) Inserción de las migrantes fronterizas; 4) Configuraciones del cuidado fronterizo; 5) Experiencias de violencia; 6)

Conexiones entre las fronteras sudamericanas. Cada una de estas se encontraban subdivididas en diversas microcategorías, totalizando 130 códigos. Los temas que tratamos aquí son aquellos que fueron clasificados, como vinculados a las macro-categorías 2 y 3. Pero antes de analizar este material empírico, presentaremos nuestro marco conceptual y caracterizaremos el contexto de la Triple-frontera.

## Marcos conceptuales

Diversos campos de debates enmarcan la perspectiva analítica de nuestra investigación. Sin pretender agotarlos todos, los sintetizaremos en el presente apartado. El primer campo que nos respalda refiere al concepto de "trayectoria". Adherimos a los usos de este concepto en los estudios migratorios, los cuales se inspiran en la teorización de Bourdieu. Este autor desarrolló sus reflexiones a partir de dos orientaciones iniciales: 1) la búsqueda por definir los límites y posibilidad de la movilidad social de grupos o subgrupos de clase (Cachón, 1989, p. 513); 2) las indagaciones sobre el papel de los sujetos en estos desplazamientos (Gutiérrez, 2005, p. 24). Su postura busca superar a la posición estructuralista, que invisibiliza o desconsidera la acción de los sujetos y también la tendencia híper-subjetivista que otorga total capacidad de determinación a los sujetos, como si estos habitaran un mundo carente de determinaciones (Bourdieu, 2011, p. 31). Bourdieu avanza, entonces, hacia una perspectiva dialéctica entre las "estructuras sociales externas" e "internas" de los sujetos (Gutiérrez, 2005, p. 16). Considera que las primeras constituyen los *campos sociales* por donde ellos transitan y las segundas responden a las incorporaciones que hacen de los conocimientos, experiencias y potencialidades a los que acceden a partir de sus trayectorias *en y a través* de estos campos (lo que el autor denomina *habitus*) (Gutiérrez, 2005, p. 17).

El *campo* sería una esfera de la vida social que se autonomizó gradualmente debido a la historia "en torno a cierto tipo de relaciones, intereses y recursos propios" (Manzo, 2010, p. 398). Los campos son empujados por fuerzas conservadoras y transformadoras simultáneamente. En este escenario, las personas van invirtiendo sus diferentes *recursos*, buscando así posicionarse y, frecuentemente "ganar"

(Manzo, 2010, p. 398). Los recursos apropiados por las personas forman el campo social y constituyen diferentes formas de capital: social, cultural, simbólico, económico. Los sujetos los apropian de acuerdo con las posibilidades y limitaciones que su posición social condiciona.

La extrapolación de la categoría hacia los estudios migratorios y de movilidades transfronterizas conlleva asumir que los sujetos que se desplazan territorialmente – en su propio país; entre países lejanos, o en el cruce cotidiano transfronterizo – están operando la renegociación simultánea de su asignación en los campos sociales de dos o más localidades (en dos o más países). Así, están entrecruzando y conectando, a partir de su agencia, los capitales de por lo menos dos campos sociales distintos. Diversos autores (Massey *et al*., 1994; Portes *et al*., 2002) trabajaron esta idea de campo migratorio enfocándose específicamente en cómo los/las migrantes articulan en él dos tipos de capitales: los sociales (usualmente identificados como las redes migratorias) y los culturales. Por capital social migrante se define a los contactos y redes personales directos o indirectos que las personas tienen, y que les permiten construir relaciones de apoyo y reconocimiento mútuo (Portes, 2000, p. 45). Esta red se teje a partir de estrategias orientadas a la institucionalización de los vínculos interpersonales y puede definirse como 1) las *relaciones sociales* de estos migrantes en sí mismas, cuando dan acceso al conocimiento y a los recursos de que disponen los miembros de la red; y 2) la cantidad y calidad de recursos (Portes, 2000, p. 45).

El *capital cultural* correspondería a los conocimientos y recursos incorporados por los migrantes y difundidos a través de sus redes. Según Bourdieu (2011, p. 214), pueden existir en tres estados: 1) incorporado; 2) objetivado e 3) institucionalizado. El primero se vincula a la noción del *habitus*, relacionándose con la incorporación (la adscripción corporal).

El tipo de capital social y las formas de incorporación del capital cultural que los sujetos viven y desarrollan no constituyen una obra voluntariosa (Gutiérrez, 2005, p. 24). No dependen solamente de su deseo, de su consciencia o de su acción efectiva: suponen una historia social que es anterior a los sujetos, pero que ellos viven y transforman con su experiencia social y que, además, les supera. Dicha historia y el campo social tienden a la existencia más allá de las encarnaciones

personales de los agentes sociales, aunque siempre a partir de ellas (Manzo, 2010, p. 398). Bourdieu apunta, así, a que la trayectoria de los sujetos implica al menos tres dimensiones de sus posibilidades de incorporación del capital cultural: 1) aquella que deviene de la historia de su subgrupo o clase, dada, usualmente, por la unidad familiar a la que pertenece (o de la que sale); 2) la historia de los espacios sociales o de los campos sociales por donde transita; 3) su propio itinerario e historia personal a través de estos ámbitos.

Por lo tanto, las trayectorias personales estarían enmarcadas en historias familiares que son atravesadas por procesos políticos, económicos y sociales de larga escala, a la vez que influenciadas por la constitución local, cotidiana y micro-escalar de estas realidades (Lera *et al*., 2007, p. 34-35). Nuestra búsqueda por retomar la narración de las mujeres paraguayas sobre sus familias deviene de nuestro interés por superar aquello que Bourdieu (1977, p. 82) denominó "la ilusión biográfica", aludiendo con esto al individualismo metodológico que se restringe a pensar el sujeto como recluido a una existencia atomizada, a-histórica, a-colectiva. Conviene aclarar que cuando hablamos de familia, lo hacemos a partir de los debates antropológicos feministas, según los cuales ellas son unidades sociales complejas, con enorme diversidad estructural. Las personas que las integran:

> Cumplen funciones sexuales, económicas, reproductivas, socializadoras, presentando en la práctica tal variedad que no siempre es fácil clasificarlas. Estas unidades sociales complejas y diversas y los miembros que las componen intervienen, y son a la vez intervenidos, en el contexto global en que se encuentran insertos […]. Estas interdependencias entre familia y sociedad generan cambios en las formas de "hacer familias", pero, sobre todo, permanencias entre los significados y las prácticas de la masculinidad y la feminidad, la maternidad y la paternidad, entre otras. En concreto, múltiples conexiones que se sostienen en la familia y sus redes sociales más amplias, y se reflejan en las tensiones que se generan entre el ámbito de lo público y lo privado, lo biológico y lo social, la naturaleza y la cultura, el altruismo y el interés personal, entre otras dicotomías cuyos nexos son cada vez más difusos. (Gonzálvez, 2013, p. 90)

Estos aspectos permiten concluir que la familia es, en el campo social, uno de los espacios centrales de la *reproducción social* (Cachón, 1989, p. 541), donde se disputan elementos que permiten la conservación y la ruptura de las asimetrías de poder, siendo la de género una fundamental entre ellas. El concepto de reproducción social deviene de los debates marxistas reinterpretados por el feminismo en los 70s (Ferguson, 2008, p. 43). Según este argumento, la producción del capitalismo implicaría la reproducción de los mecanismos que fomentan la mantención de las divisiones, inequidades y asimetrías entre clases y fracciones de clases (Bourdieu, 2011). El argumento feminista complemento este debate, cuestionando la subalternización de género que subyace a estas mismas estrategias (Ferguson, 2008). Denunció, así, que la continuidad del modo productivo descansa en las mujeres, quienes se encargan de la mayor parte del esfuerzo de "cuidar" a las nuevas generaciones.

Pero, ¿a qué alude esta noción de cuidados en el feminismo? El concepto refiere a una diversidad de prácticas que pueden estar remuneradas o no; que pueden estar formalizadas por un contrato laboral o no; que pueden desarrollarse en ámbitos públicos o domésticos y que pueden cruzar fronteras nacionales (estableciéndose entre países distintos) (Gonzálvez, 2016, p. 45). Involucran el *cuidado directo* a las personas (bañarlas, alimentarlas, limpiarlas, vestirlas); el *cuidado emocional* (conversar, consolar, dialogar, atender); los *servicios* indispensables para las dos anteriores (comprar alimentos, ropas, pagar cuentas, comprar remedios) y el *mantenimiento de los espacios residenciales* (limpieza, arreglos) (Gonzálvez, 2016). Otro cuidado, denominado "trabajo de parentesco" consiste en fomentar los vínculos relacionales familiares y comunitarios (Gonzálvez, 2016). Todas estas actividades son centrales para la reproducción social.

En las sociedades patriarcales, los *mandatos de género*[3] vinculan parte fundamental de las experiencias y trayectorias sociales femeninas al ámbito familiar. Las mujeres crecen presionadas por un deber moral, emocional, afectivo, social y económico de cuidar a la familiar. Frecuentemente, ellas incorporan este deber como un *habitus,* como una marca corporal que las define y distingue. Este aspecto es muy

importante en el caso de las mujeres paraguayas en la Triple-frontera, debido al proceso histórico bélico que definió estos límites nacionales. Este proceso implicó el casi exterminio de la población masculina paraguaya, fomentando una reconstrucción nacional que – como discutiremos luego – descansó en prácticas/discursos naturalizadores de la sobrecarga femenina.

Las reflexiones sobre los mandatos de género y las movilidades transfronterizas empezaron a ganar centralidad analítica en los 80s, cuando la frontera México/EE. UU. emergió como espacio privilegiado para investigar la condensación de las relaciones de género. A partir de estos estudios, las regiones fronterizas empezaron a ser definidas como espacios de negociación simbólica de procesos políticos e identidades culturales (la de género entre ellas) (Garduño, 2003, p. 15). Desde entonces, las aportaciones de investigadoras latinoamericanas constituyen una contribución central a la superación de la invisibilización de las discriminaciones étnicas/raciales en los territorios fronterizos (Woo, 2004).

Entre las varias conclusiones de estos estudios, cuatro son fundamentales. Primero: que la vulnerabilidad laboral de las mujeres fronterizas se extiende (y frecuentemente se origina) en el ámbito doméstico: en sus relaciones con sus progenitores, parejas y familiares masculinos (Molina, 1985, p. 33). Segundo: a partir de la globalización económica y de la flexibilización del trabajo, las fronteras presentaron una mayor empleabilidad femenina (las mujeres son considerarlas más explotables). Simultáneamente, el desempleo masculino provocó que los hombres se sintieran desplazados de su rol de proveedores. Esto derivó en brotes de violencia de género en territorios fronterizos (Molina, 1985, p. 35-36). Tercero: las mujeres transfronterizas indocumentadas enfrentan una mayor cantidad de violaciones de derechos humanos en las fronteras (Woo, 2004, p. 74). Cuarto: ellas poseen un rol dialéctico en dichos territorios: encarnan y reproducen la sumisión de género en sus contextos cotidianos y, simultáneamente, son agentes activos de la resistencia a estos mandatos (Monárrez, 2013).

## El contexto

La Triple-frontera se localiza en el encuentro de los ríos Paraná e Iguazú y es considerada el eje fronterizo más transitado de Sudamérica (Agulló, 2017). La Guerra del Paraguay (1864-1870) obturó una inflexión en la historia de estas áreas. El conflicto, desencadenado por intereses económicos y de determinación de los territorios, soberanías y fronteras entre las naciones (Reber, 1988), enfrentó la Triple Alianza (Brasil, Argentina y Uruguay, con apoyo británico) al ejército paraguayo. La victoria de la Alianza alimentó de simbolismos militares y raciales la noción de las diferencias identitarias entre Brasil y Argentina en contraposición a Paraguay. Brasileños y argentinos proyectaron su victoria como prueba de una supuesta superioridad racial, moral y civilizatoria. Frecuentemente, esta noción de superioridad se condesaba en la asociación de los paraguayos a la identidad india, suponiendo una yuxtaposición entre dicha condición y la de inferioridad nacional paraguaya. Esta ideología justificó la expoliación violenta de las riquezas del territorio paraguayo y el genocidio de su población. Se estima una reducción demográfica del 50% de la población del país en el conflicto (Bethell, 1996, p. 9). Este índice alcanzaría el 90% en el caso de la población masculina adulta (Souchad, 2011, p. 134). Al final del conflicto, Paraguay perdió 40% de su territorio para Brasil y Argentina (Souchaud, 2011, p. 134), pero el establecimiento de las fronteras fue progresivo y determinado por la creciente influencia de Brasil sobre la política y economía paraguayas.

La guerra alteró profundamente la vida de las mujeres paraguayas (Bethell, 1996). En 1869, la proporción media nacional era de cuatro mujeres para cada hombre; pero en algunas localidades era de hasta 20 mujeres por hombre (Potthast, 2006, p. 98-99). Esto obligó a que ellas asumieran tareas fundamentales en la reproducción económica durante y después del conflicto (Potthast, 2006, p. 91-94)[4]. Muchas de ellas, incluso, seguían a las tropas para proveer de alimentos, cuidados médicos y sexo a los soldados (Potthast, 2006, p. 91), enfrentando las dificultades de las batallas y siendo sistemáticamente violadas por los ejércitos enemigos en las derrotas (Ganson, 1990). La construcción de las fronteras y poderes entre las tres naciones se confundió con la

legitimación de estas violencias. Todos estos imaginarios siguen vigentes.

Como explicamos anteriormente, la Triple-frontera está conformada por la conurbación de Puerto Iguazú (Argentina)[5], Foz de Iguazú (Brasil)[6] y Ciudad del Este (Paraguay)[7] (Renoldi, 2013). Pasados casi 150 años de la Guerra, este territorio devino central en términos económicos y políticos para los países del entorno. Allí se encuentran las hidroeléctricas responsables del suministro energético de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay[8]. Pero también encontramos una de las más articuladas infraestructuras de transporte de cargas, mercancías y personas, y el polo de comercio más activo del Cono Sur: la Zona Franca de Ciudad del Este (Lynn, 2008). Su potencial comercial fue redimensionado en los 90s, con la firma e implementación del Mercosur (Sausi; Oddone, 2010).

A partir de 2008, este comercio viene enfrentando un ciclo de desaceleración que contribuyó a reorientar la economía de Puerto Iguazú y Foz al turismo (Renoldi, 2013). Pese a esto, las tres ciudades configuran la zona transfronteriza con el mayor flujo humano (Albuquerque; 2008), de mercancías (Sausi; Oddone, 2010), de turismo (Cury; Fraga, 2013) y de actividades ilícitas (tráfico de drogas y mercancías y crimen organizado) de Sudamérica (Cardin, 2012). Así, diversos autores coinciden en constatar que el peculiar dinamismo de esta triple-frontera se caracteriza por unos circuitos de movilidad donde legalidad e ilegalidad, pertenencia y desarraigo no constituyen pares antagónicos (Cardin, 2012; Giménez, 2011; Renoldi, 2013).

La triple-frontera sigue siendo, además, un espacio particularmente violento para las mujeres: se trata de uno de los principales territorios de acción de las redes transnacionales de trata con fines sexuales de Sudamérica (OIT, 2002; Zsögön, 2013). El fenómeno está articulado con los circuitos turísticos y comerciales fronterizos y que las mujeres paraguayas son mayoría entre las víctimas (Barvinsk, 2014). Por otro lado, ellas están expuestas a la interseccionalidad de diferentes formas de discriminación y marginación social (de clase, nacional, étnica/racial). Estas interseccionalidades tienen consecuencias profundas en la organización económica y política del territorio, espacialmente debido al

avance del modelo de industrialización agrícola (de la soja), que desagrega pequeñas propiedades y expulsa familias campesinas del lado paraguayo de la frontera (Fogel, 2008). La ruptura de la unidad productiva familiar y la ausencia de salidas laborales masculinas empujan las mujeres paraguayas a responsabilizarse productiva y reproductivamente de las familias: su inserción en el comercio de Ciudad del Este y de Foz y en el servicio doméstico de esta última son respuestas a estas circunstancias (Profit, 2015). Así, las movilidades transfronterizas de las mujeres paraguayas están interrelacionadas con las transformaciones de los lazos familiares, roles de género, y sobrecarga (re)productiva femenina (Ribeiro; Geusina, 2008).

## Resultados: "Llevar la familia en el cuerpo"

### *Orígenes rurales, estrategias de movilidad e inserciones laborales*

La expresión "llevar la familia en el cuerpo" que titula esta sección nos fue entregada por Amarena, joven argentina transfronteriza, residente en Puerto Iguazú (entrevistada el 15/07/2019), cuando indagábamos sobre sus percepciones a cerca de las mujeres paraguayas. Ella aseveró, entonces, que las paraguayas eran las que más vulneraciones enfrentaban en esta región: ya fuera por racismo y discriminación proferidos por brasileños y argentinos, por las difíciles condiciones económicas de Paraguay, o por las desigualdades de género y el machismo que, según entendía, eran más fuertes en este país. Explicitó, asimismo, que ellas solían trabajar muchísimo para "sacar sus familias a flote". Su responsabilidad era tanta, reflexionaba, que ellas parecían cargar en sus espaldas el peso de sus redes familiares.

Estas reflexiones coincidían cuadraban con nuestras observaciones etnográficas. Dispuestos a corroborar estas representaciones, preguntamos a las mujeres paraguayas si las consideraban pertinentes. Las respuestas fueron decisivas: ellas las sentían sumamente precisas como descripción de experiencias cotidianas y proyectos vitales. Profundizando en este tema en las entrevistas, observamos que la incorporación de las responsabilidades familiares era una experiencia

compartida con abuelas, madres y hermanas y que la movilidad familiar estaba relacionada con esta incorporación.

Para dilucidar estos elementos, retomaremos aquí los relatos sobre las trayectorias familiares de Paloma, joven comerciante paraguaya que tenía 35 años cuando la entrevistamos (el 27/07/2019). Paloma regentaba con su hermano uno de los muchos puestos de armazón de fierro y lata de venta de ropas situado en las calles céntricas de Ciudad del Este, cerca del puente que conecta con Brasil. Su experiencia familiar condensaba varias de las historias que escuchamos de las demás entrevistadas.

Paloma contó que su abuela materna vivía en la ciudad de Caacupé, en el Departamento paraguayo de Cordillera (a 273km de Ciudad del Este). Tenía un enorme cariño por su abuela: valoraba su incansable dedicación al trabajo y al cuidado de sus quince hijos (dos muertos aún bebés). Pero admiraba, sobre todo, su carácter: él de una mujer fuerte que tomó el control sobre la dirección de la familia.

> Mi abuela nació en el campo y luego tuvo que migrar para darle mejor calidad de vida a los chicos. Mi abuela era la que tomaba las riendas de decir: "¡bueno, ¿sabes qué? ¡Nos vamos! […]. Mi abuelo, pues, ¡A obedecer! [Risas]. (Paloma, 27/07/2019)

Su relato explicita, primeramente, el origen rural: la mayoría de nuestras entrevistadas nacieron en sectores rurales o son la primera generación urbana de su familia. Revela, además, una historia de movilidad del campo a Ciudad del Este marcada por la búsqueda familiar por mejores condiciones económicas y por una mayor presencia del Estado a través de servicios básicos de salud, educación e infraestructura de transportes. Esta movilidad, en la mayoría de los relatos, implicó un cambio de inserción laboral: del trabajo en las chacras – en la agricultura y ganadería a pequeña escala –, al comercio urbano fronterizo. Ninguno de esos trabajos requiere una certificación específica para desarrollarse, aunque sí, como veremos, requiere un conjunto de conocimientos – un capital cultural – que se adquiere en la práctica y en la convivencia familiar. La diferencia entre uno y otro radica en la estabilidad económica, las mejores condiciones de vida y acceso a servicios básicos que ofrece el intenso comercio fronterizo cuando

comparado con las labores rurales. Una vez trasladados a la ciudad, los abuelos maternos de Paloma comenzaron vendiendo orfebrería y productos de barro. Luego, "fueron avanzando", hasta obtener un puesto de venta de ropa que aún conservan.

Los abuelos paternos, que viven del campo, sintetizan otra posibilidad de configuración familiar entre las mujeres entrevistadas: no migraron a la ciudad. Su abuelo se dedicó a la agricultura en la chacra, mientras su abuela se dedicaba al cuidado de los hijos y del hogar. En los sectores rurales paraguayos, este "dedicarse al hogar" implica la crianza de los menores, limpieza y alimentación familiar. Pero involucra también la producción a microescala de pequeños huertos y granjas, dedicados al consumo familiar y a la venta.

Así, es el padre de Paloma y sus hermanos quienes protagonizarían el éxodo rural, desplazándose hacia Ciudad del Este. Allí, las trayectorias de los progenitores de Paloma se cruzaron. Su madre migró previamente a Asunción, donde se casó por primera vez con el padre de su hermano mayor. La relación se terminó y ella entonces migró a Ciudad del Este (en los 80s), cuando el comercio fronterizo "comenzaba a surgir con fuerza". Aprovechando este nuevo escenario, su madre dejó a su hijo con los abuelos maternos de Paloma y comenzó a trabajar como vendedora de ropas en Ciudad del Este. A cada mes, enviaba remesas para su hijo, "como corresponde":

> Un hijo, lo tuvo con su marido. Y ya, luego, cuando las cosas no fueron bien, mi hermano mayor se quedó con mi abuelo, cuando ella se separó del marido. Se quedó con mi abuela y ella tuvo que venir a trabajar acá y mandar dinero como corresponde […]. Porque mi mamá, cuando ya fue, era grande. Ya era una mujer grande. Se mudó a Ciudad del Este porque el comercio ya estaba en auge y empezó a trabajar en una tienda. Mi mamá era casada con otro señor y el señor al final decidió que quería irse con otra mujer. La dejó y ella se quedó acá, trabajando en un negocio que se llamaba "Comercial Co", una tienda que era muy conocida en su momento. (Paloma, 27/07/2019)

Aquí, vemos cómo el cuidado del hermano mayor de Paloma se compartió entre dos figuras femeninas (madre y abuela), tras el

abandono de una figura paterna que se desentendió de las responsabilidades (o del mantenimiento económico del hijo). Vemos, además, la vigencia de un mandato que implica que la salida productiva de la madre conlleve la obligación de enviar recursos al hijo.

Su padre es taxista en Ciudad del Este. Llegó a esta ciudad fronteriza en la década anterior, gracias a uno de sus hermanos que lo convenció a vender algunos animales del rebaño familiar para usar el recurso para viajar a Ciudad del Este y conocer las posibilidades económicas (para intentar trasladar sus padres allá). El ámbito rural aparece nuevamente como un espacio expulsor, que brinda pocas posibilidades de crecimiento económico o de mejoría de las condiciones de vida. Este hermano de su papá logró estabilizarse y emplearse; con su apoyo, su padre tomó el mismo rumbo, ahorró dinero y se compró un taxi. La familia funciona, aquí, como capital social migratorio, en los términos definidos en el apartado teórico.

Como en el caso de Paloma, todas nuestras entrevistadas tienen familiares con orígenes rurales y con historias familiares recientes (a menos de una generación) de migración campo-ciudad. Al menos dos modelos de movilidad caracterizan los desplazamientos de sus familias. En los casos de Antonia, EA, Guerrera, Lirio Blanco o María 1, la movilidad ocurre internamente en Paraguay, del campo a la ciudad, y es un proyecto de la unidad familiar. Sus relatos ilustran que la realidad de vida campesina previa a la migración se caracterizaba por dificultades apremiantes de acceso a educación, transporte, por carencias económicas y productivas:

> Nosotros vivíamos en Tres Corrales [Departamento de Caaguazú, *Paraguay*]; mudamos hacia Choré [Departamento de San Pedro, Paraguay]. Choré, terreno salino, era… Allí yo crecí. Allí, cuando tenía 8 o 9 años, nosotros mudamos. Y allí yo crecí y de allí que nosotros entramos a la escuela. Porque anteriormente, que nosotros vivíamos en Tres Corrales, no tenía escuela. Era lejísimo, todo campo. Para caminar, solo para caminar: no había ni vehículo. Solamente agarraba carreta para viajar en grupo y se iba en carreta, kilómetros. Después tenía que descansar los bueyes; y después, los otros días, viajamos otra vez lejísimo. Así llegábamos a otro lado. No era fácil. (Lirio Blanco, 23/07/2019)

La migración de hermanas/os también seguía estas lógicas. Pero estas no se reducen al territorio paraguayo. Nuestras entrevistadas explicitan que hermanos/as migraron antes que ellas a diversas localidades de Argentina (principalmente Buenos Aires), pero también a localidades de Brasil (las más citadas son Foz y San Pablo). Actuando como los pilares de la red migratoria (como articuladores del capital social migrante), las/os hermanas/os llegan primero a un lugar, buscan la inserción laboral y, luego, envían los recursos para permitir la migración y arraigo de los demás familiares: "mis hermanos vinieron primero ya se estabilizaron, todos solteros todavía. Y ahí vinimos todos y también papá y mamá" (María 2, 29/07/2019). O, aún:

> Fue el 2002-2003, por ahí, creo. El 2008, por ahí, eso. Entonces, mi hermana nos dijo que quería irse. Porque quería trabajar y no quería seguir más una vida así. Porque ella quiere salir. Porque ella terminó su primaria y secundaria y no sabe qué hacer. Porque si sigue en casa de mi mamá, no va a ser una casa de ella. Entonces, se decidió a ir y mi mamá le dio el permiso. Era mayor que yo. Entonces se fue y mis otros hermanos ya tenían su familia. Entonces, nos quedamos solo dos. Tres se casaron tienen su vida, tenían hijos. Y nos quedamos los demás con mi mamá. Y mi hermana mayor decidió irse a Buenos Aires. Después yo terminé mi colegio, la secundaria terminé también. Pero con mucho sacrificio, porque mi papá decía que el estudio no era importante. Como ellos antiguamente no estudian, seguramente al tercer grado llegan, pero solamente para saber leer, firmar. Entonces a mi papá no le importaba el estudio. Solamente lo más importante leer, firmar. (Águila, 25/07/2019)

Vemos que hay una diferencia entre el acceso a la escolaridad de parte de los progenitores y las mujeres: son las hermanas y ellas propias las que desean acceder al estudio, posibilidad muy restringida en las generaciones ascendentes.

Un segundo modelo la movilidad se expresa como un proyecto familiar tácitamente femenino, encabezado por las mujeres (madres, hermanas y abuelas). Este es el caso de Avril, cuya abuela viajó a España en busca de trabajo. También es el caso de la madre de EPM, que trabajaba en Foz como vendedora ambulante, o de Mía y Shakira, cuyas

madres fueron a Buenos Aires. Este desplazamiento provocaba la entrega de los hijos/as a las abuelas maternas, quienes se encargaban de su crianza recibiendo las remesas de las madres. A diferencia de lo que pasaba con los padres, las madres no rompían relaciones con los/las hijos/as al migrar.

## *Sobrecarga femenina, mandatos de género y división sexual del trabajo*

En las familias de origen de nuestras entrevistadas los cuidados recaían exclusivamente en las mujeres. Encontramos tres formas de expresión de esta sobrecarga. La primera corresponde a un modelo en que las abuelas, madres, hermanas realizan las tareas del hogar sin la participación masculina:

> Investigadora: ¿Tu mamá y tu abuelita trabajaban en la chacra?
> María 2: Sí.
> Investigadora: ¿Y trabajaban también en la casa?
> María 2: También.
> Investigadora: ¿Y qué hacían en la casa?
> María 2: Cocinar, limpiar la casa, lavar, todo eso.
> Investigadora: ¿Y tu papá y tu abuelo también? ¿Ellos colaboraban en la casa?
> María 2: ¡No, no! Ellos no colaboraban en la casa. Solo en la chacra. (María 2, 29/07/2019)

En el segundo modelo, mujeres y hombres comparten los cuidados, pero la responsabilidad de gestionar, coordinar, administrar o dirigirlos recae integralmente en las primeras. Así, la contribución masculina aparece como una "ayuda", lo que denota el carácter femenino de la responsabilidad: "Sí, mi papá ayudaba también. Sí hasta ahora. Cocinaba, limpiaba, lavaba, nos cuidaba, nos bañaba". (Mía, paraguaya, Foz de Iguazú, 19/07/2019).

El tercer modelo, el padre se encarga de las tareas domésticas, pero tercerizándolas a una mujer contratada:

> Investigadora: Y en tu casa, cuando eras chica, ¿quién hacía las tareas de la casa?

> Lirio: Mi papá.
> Investigadora: ¿Tu papá?
> Lirio: Mi papá.
> Investigadora: ¿Tu papá lavaba, planchaba, las cosas de la casa?
> Lirio: ¡No! Nada más se quedaba con nosotros, y mi mamá es la que más trabajaba.
> Investigadora: ¿Pero él cocinaba?
> Lirio: También.
> Investigadora: ¿Y limpiaba?
> Lirio: ¡No! Nada más para nosotros: se quedaba con nosotros [hijos e hijas]. Y había ahí quien trabajaba en la casa.
> Investigadora: ¿Venía una señora que hacia las tareas de la casa?
> Lirio: Sí. (Lirio, paraguaya, 30/07/2019)

La concentración de las tareas productivas y reproductivas significaba importantes sobrecargas paras las abuelas y madres de las entrevistadas, impactando los imaginarios femeninos, estableciendo los límites y deseos de cambio, así como las expectativas de desarrollo personal y educativo.

Pero la historia de los abuelos y padres de Paloma también condensa otros elementos que se repiten en varios relatos. Primero, la valoración del trabajo y del esfuerzo como mandato de género y como definidor identitario femenino. Paloma, aunque reconozca que conoció poco a su abuela, valora profundamente el esfuerzo que significa la sobrecarga del trabajo en el comercio, en el cuidado y crianza de los hijos. Así lo hace también Antonia (62 años, vendedora de ropa), quien indica que su madre siempre fue el sostén del hogar, dedicándose a las labores del cuidado, a la chacra y al comercio. Águila (31 años, trabajadora doméstica en casa particular de Foz) llama a su madre una "guerrera" por las mismas razones. También es el caso de Rosa 2 (52 años, vendedora de ropa), quien pone en valor el esfuerzo de su madre como trabajadora por su familia:

> Yo extrañaba mucho a mi mamá, porque sabía que mi mamá trabajaba mucho. Ella venía aquí a Ciudad del Este, ella traía mandioca, carbón, lo que sea. Lo que encontrara en su camino, ella traía a vender acá. Y yo volví con ella para ayudar, para venir a vender junto con ella. (Rosa, 25/07/2019).

Rosa 2 nos explicita, así, un sentido de solidaridad horizontal entre mujeres con vinculaciones descendentes en la familia y la constitución del acompañamiento de las madres como una socialización de las nuevas generaciones femeninas al trabajo comercial.

Además, en los relatos de las mujeres sobre sus abuelas/os, madres o padres, el campo aparece como un espacio lejano, en tiempo y espacio, con respecto a la ciudad (que ellas retratan como ofreciendo mejores condiciones y posibilidades económicas):

> Y algunas veces. O sea, por ejemplo: ahora que nos asentamos, en casa de mi mamá. Con el paso del tiempo, mi mamá no quiere recordar. Ni yo, menos mis hermanos. Porque, en realidad, fue una cosa bien triste porque nosotros no sabíamos qué era harina. No sabíamos qué era carne de vaca; porque en vez de mi papá darnos la carne, la vendía. No sobrara para nosotros comer. Solamente para vender […]. Era peligroso. Por ejemplo: ellos [sus padres] tienen animales, así. Y, hoy en día, no podemos confiar más porque cualquiera puede entrar a robar vacas, cualquiera de los animales. Porque hay mucha pobreza, por eso. (Águila, 25/07/2019)

> Era un poquito difícil. Siempre, en la campaña, todo era…Por ejemplo: se ganaba poca plata, y ahí no más se come. No es que vivíamos tan bien. Comíamos, pero estábamos entre muchos: teníamos que trabajar. Uno se va a la chacra y teníamos que ayudarnos, uno con el otro. Y así vivíamos (Rojo, 27/07/2019)

Los relatos remarcan que, pese a que la ciudad representa un espacio de precariedad laboral femenina, las desigualdades eran incluso más fuertes en el campo. Una característica del sistema de división sexual del trabajo rural en las pequeñas propiedades familiares es que solo con las labores de todos era posible asegurar la alimentación del núcleo familiar, como explicó Rojo. Águila detalló que la diferenciación sexual de las labores familiares rurales implicaba una serie de constataciones simbólicas sobre los atributos corporales de un género u otro; sobre sus límites de acción y posibilidades, invisibilizándose las capacidades femeninas:

> Nosotras, las mujeres, nos encargábamos de hacer almidón. Y mi papá y mis hermanos la hierba mate. Sí, dividido. Porque hacer

> almidón es más de mujeres; porque es más fácil. Y hacer la hierba es más pesado. Mi papá cortaba la hierba y mis hermanos traían de la chacra y colocaban una así para. No sé cómo se dice en español. Y también, cuando mataban un chancho. Con mi mamá salíamos a vender carne de chancho para llevar dinero a casa para comprar, para sustentar la casa. (Águila, 25/07/2019)

El padre de Águila viajaba constantemente para trabajar y se pasaba meses sin ir a la chacra. Mientras tanto, su madre desempeñaba todas las tareas, masculinas y femeninas: cosa que su padre jamás hiciera. Los animales y plantaciones tenían siempre mejor rentabilidad cuando ella estaba a cargo. No obstante, cuando volvía su padre, este recluía su madre a aquellas tareas que gozaban de menor prestigio. Por ejemplo, no la dejaba hacerse con la producción de la hierba mate porque era una tarea que otorgaba reconocimiento comunitario. Y, para justificar esta acción, alegaba que "las mujeres no son capaces de trabajar con la hierba", "de matar animales". Todo esto le parecía injusto a Águila: acompañaba su madre en la ausencia paterna y sabían que ella era no solo capaz, sino que trabajaba mejor que su padre. Así, las narraciones develan que, en el campo, padres, madres e hijos/as constituyen una unidad productiva interconectada donde las mujeres están a cargo de labores productivas y reproductivas. Pero el reconocimiento social y la rentabilidad económica aparecen como una potestad masculina.

La reproducción de esta sobrecarga femenina se amparaba en la socialización de las hermanas mayores a los mandatos del cuidado y del trabajo sin derecho a descanso. Según María 2 (46 años, vendedora de ropa en Ciudad del Este), las hermanas mayores eran tempranamente responsabilizadas de todas las tares de cuidados, mientras el resto de los miembros, particularmente los hombres, se dedicaban a la agricultura:

> Los quehaceres de la casa…Desde muy chicas que hacemos los quehaceres de la casa. Las niñas se levantan temprano; hacer el mate para los padres. El desayuno que tenían que llevar a las chacras, les preparábamos todo. De ahí se levantaba papá y mamá, tomaban el mate y agarraban la materita y llevaban a la chacra el desayuno y el almuerzo. [Los hermanos] le acompañaban a mi padre, en lo que eran grandecitos ya. (María 2, 29/07/2019)

Rojo reitera estas realidades:

> Todas juntas trabajábamos […]. Cocinábamos, hacíamos fuego con la leña en el piso, así y todo. Quien ponía el orden era una de mis hermanas, la más grande. Ella comandaba todo, no estando mi mamá era mi hermana la que comandaba todo. (Rojo, 27/07/2019)

La división sexual del trabajo implica un esfuerzo extra de parte de las mujeres primigenias: ellas se levantarán antes incluso que sus progenitores, y desde muy pequeñas, para preparar todo lo necesario para el trabajo de la escuadra familiar. Seguirán trabajando, como los demás, todo el día: pero, cuando todos vuelven del campo, ellas seguirán limpiando y ordenando la casa. Las primeras en despertarse; las últimas a dormirse. Esta estructuración persiste en la vida de la mayor parte de las mujeres entrevistadas. Cuando les preguntamos en qué momento descansan, la mayoría se sorprendió con la pregunta, contestándonos que "nunca"; que "las mujeres no descansan".

Además, toda esta sobrecarga implica que ellas fueron impedidas de acceder a los estudios formales, posibilidad que restringida a los varones:

> Eso es lo que yo le pregunté tantas veces a él [a su padre]: ¿Por qué no me dejaba estudiar? Y él me dijo: "vos sos mujer, te tienes que quedar en casa. A tus hermanos les voy a mandar al colegio". A mis hermanos, sí. (Rosa 2, 25/07/2019)

La migración de los progenitores o abuelos/as a Ciudad del Este implicó una diversificación de las labores familiares y una nueva organización de la división sexual del trabajo, dado que las mujeres se insertaron al mercado productivo afuera del núcleo familiar. Así, en el ámbito urbano, los papás pasaron a emplearse como albañiles, taxistas y transportistas. Las mamás como comerciantes (vendedores ambulantes o en puestos establecidos) o empleadas domésticas.

El comercio constituyó un importante elemento transformador de la experiencia familiar de las madres y abuelas: en Ciudad del Este, el comercio permite mejores condiciones económicas y una capitalización de las mujeres. Es posible establecer al menos tres modelos de la inserción comercial familiar.

El primero, como en el caso de Paloma, refiere a las familias que migran y se reorientan hacia actividades comerciales, dejando el trabajo rural. En el segundo, como en el caso de Guerrera, la unidad familiar decide que algunos miembros de la familia migrarán y trabajarán en el comercio para complementar la renta de la chacra. Pero hay un tercer modelo, relatado por Sonia (26 años, vendedora de ropa). Para su madre, el trabajo como comerciante ambulante en Foz significó la posibilidad de sobreponerse a la violencia de género y las condiciones de pobreza familiar:

> Sí ella [su madre] comenzó a trabajar [de vendedora ambulante] porque mi papá no era muy bueno. Y, entonces, para ella, la vida era muy complicada. De principios, vivió una vida de infierno, por decirlo así. Entonces, su vida no era fácil. Con mi mamá yo crecí vendiendo por las calles. Después, yo aprendí a ser una vendedora: cómo platicar con las personas, cómo interactuar con ellas. La necesidad fue creciendo y tuve buscar trabajo. Ahí comencé a buscar y encontré uno [en Foz]. Mis patrones me dieron la oportunidad de ser la vendedora que ahora soy, porque no es fácil ser vendedora. Es muy complicado: vos siendo vendedora tenés que aguantar muchas cosas. Hay unos que vienen, te insultan, te hablan. Hay muchas cosas, entonces tenés que tener una gran paciencia para ser vendedora. Pero, gracias a Dios, hasta ahora, estoy con tres años de experiencia ahora. (Sonia, 16/07/2019)

Los conocimientos laborales de la madre de Sonia son incorporados por ella como una alternativa vital. En sus experiencias notamos que, si bien el comercio no requiere de una certificación, existe un capital cultural que debe ser aprendido por las mujeres para el desempeño de la función. La experiencia de acompañar a sus madres les entrega conocimientos, códigos y disposiciones para el trabajo como vendedoras. Lo mismo sucede con los cuidados, cuya práctica y conocimientos son entregados por madres o hermanas mayores y que después pueden ser capitalizados en el empleo como trabajadoras domésticas. Todo esto guarda una íntima relación con las estrategias de movilidad femeninas entre el lado paraguayo y brasileño de la frontera.

## Consideraciones finales

Las narraciones analizadas conducen a varias consideraciones sobre la relación entre las trayectorias familiares y la sobrecarga femenina en la experiencia de las mujeres entrevistadas, sus madres y abuelas.

Primero, como indican Massey *et al*. (1994) y Portes (2000), ellas permiten establecer que las migraciones familiares construyen redes sociales de apoyo y sustento, así como conocimientos sobre los procesos y estrategias de movilidad. Este capital social y cultural deriva en recursos para proyectos propios y familiares compartidos por hombres y mujeres y que garantizan que la movilidad sea una estrategia viable/rentable/posible.

Segundo, permiten observar cómo las relaciones de género demarcan las posibilidades de desplazamiento en el campo social y de acceso a capitales por parte de las mujeres. Vimos que la división sexual del trabajo en las familias no estaba necesariamente marcada por rubros de exclusividad según género (en algunos relatos, las madres aparecen desempeñando las mismas tareas que los padres cuando estos están ausentes). Pero en todos los casos, las distribuciones del trabajo estaban caracterizadas por la sobrecarga femenina.

Tercero, se observa que los cuidados son un elemento tácitamente femenino: realizados principalmente por madres, hermanas, tías y abuelas. Incluso cuando hay participación masculina, son las mujeres quienes se responsabilizan de la gestión de estos cuidados. Además de hacerse cargo de los cuidados en sus diversas expresiones, el trabajo productivo de madres y abuelas constituía la principal fuente de ingresos del hogar. La concentración de las tareas productivas y reproductivas por parte de madres y abuelas implicó la limitación de sus posibilidades de desarrollo personal. Nuestras entrevistadas aprenden sobre su propia condición femenina a partir de estos ejemplos de sobrecarga.

Cuarto, como vimos con Sonia, las enseñanzas maternas implicaron también estrategias de cruce fronterizo. Sonia empezó a vender junto con su madre, desde muy chica, cruzando el puente desde Ciudad del Este diariamente, llevando ajo y hortalizas a Foz. Así, aprendió a atender y hablar con los clientes brasileños. Aprendió, además, a subordinarse con "paciencia" a su maltrati. Notamos, así, la dimensión dialéctica del empoderamiento laboral y económico que el comercio permite a las mujeres paraguayas fronterizas.

Por un lado, la posibilidad de desempeñar una actividad que no requiere escolaridad formal y que permite una gestión personal del tiempo es lo que les facilita compaginar los cuidados familiares con el trabajo productivo (llevando incluso los hijos/as consigo). Esta posibilidad resultó central para que la madre de Sonia pudiera afrontar a las violencias imputadas por su marido, permitiéndole salirse de una relación de abusos. Pero, simultáneamente, ellas deben hacerse cargo de asumir la violencia que les será imputada en el espacio público por parte de los/las clientes. Aquí, vemos cómo la superación de las violencias vulneraciones domésticas ocurre como parte de un proceso de empoderamiento y agencia femenina, pero trasladando las experiencias de violencia al espacio público, a las relaciones productivas. En este desplazamiento, las agresiones sufren una transformación importante: pasan de una experiencia de violencia de género imputada por elementos masculinos con quienes las mujeres comparten condición identitaria y vínculo familiar, a una violencia que las diferencia por su identidad paraguaya. Notamos, así, cómo el cruce de las fronteras permite bajar la intensidad de la violencia, desplazándola desde lo doméstico a lo público; pero metamorfoseándola en discriminación étnico-nacional y racial. Paralelamente, la entrada al mundo productivo reordena las sobrecargas: la alternativa de cruzar la frontera diariamente reduce la implicación de las mujeres en los cuidados, pero con dos costes simultáneos: 1) traslada esta sobrecarga a otras mujeres; 2) implica la exposición de las mujeres a otro desgaste (el desplazarse y enfrentar a diario las tensiones del paso fronterizo).

Esta dialéctica que la inserción comercial implica para las madres y abuelas de nuestras entrevistadas – permitiéndolas contradictoriamente romper con ciertos mandatos de género y reproducirlos –, también se verifica en el acto de migrar. En todos los relatos, los desplazamientos y movilidades (campo-ciudad; transfronterizo, o transnacional de larga distancia) aparecen como estrategias femeninas para frenar procesos de desigualdad de género o violencia. Estas mujeres nos hablan de un momento decisorio para sus familias en el cual las abuelas o madres "tomaron las riendas" de las experiencias de movilidad. Este "tomar riendas" constituye un proceso de agenciamiento centralmente motivado por los mandatos familiares. Así, es la reproducción social de la familia –

la sobrecarga femenina en este ámbito – lo que empuja las mujeres a desarrollar una forma específica de empoderamiento en la movilidad territorial. Esta constatación empírica requiere una perspectiva analítica que supera la bipolaridad entre agencia y estructura (que supera la lectura determinista de los procesos sociales, de la relación entre dominación y agencia en las trayectorias familiares femeninas).

Así, estas tomas de decisión no permitieron a sus antepasadas una ruptura total de las experiencias de vulneración o dominación, pero constituyen inflexiones en la trayectoria familiar. Y estas inflexiones aparecen como un punto de partida de las nuevas generaciones femeninas. Hay, consecuentemente, una trayectoria de la agencia femenina vinculada por el acto fundante de las madres/abuelas de hacerse con las decisiones sobre desplazarse. Este acto fundante instaura una agencia femenina de carácter transgeneracional. Empero, se trata de un empoderamiento sinuoso: con idas y venidas, altibajos y puntos de retroceso. Y las mujeres son plenamente conscientes de ello.

En síntesis, las diversas formas de movilidad espacial constituyen un capital cultural femenino que ancla una forma de agencia, de resistencia o una estrategia de irrupción por parte de distintas generaciones de mujeres frente a determinadas estructuras de dominación. Pero ellas siguen enmarcando esta agencia como parte de sus mandatos familiares. Habría, entonces, tres conclusiones centrales en este texto: 1) la verificación de la persistencia transgeneracional de una sobrecarga productiva/reproductiva femenina; 2) que las mujeres constituyen sus movilidades espaciales predominantemente para sobrellevar o dar respuesta a esta sobrecarga; 3) que las estrategias transfronterizas permiten, simultáneamente, la ruptura y la reproducción de patrones de vulneración. Estos tres elementos están íntimamente relacionados a una forma particular de capital cultural femenino: las mujeres paraguayas "llevan las familias en el cuerpo", reproduciendo como *habitus* el conjunto de estrategias que despliegan frente a sus obligaciones emocionales, afectivas y económicas en las familias.

## Referencias

AGULLÓ, Juan. Una revisión geopolítica de la Triple Frontera del Paraná. *In*: SOTO, Wily (ed.) **Repensar las Fronteras**. La integración regional y el territorio. Heredía: Clacso, 2017, p. 59-70.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil. **Cadernos Ceru**, v. 19, n. 1, p. 49-63, 2008.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: o atendimento dos brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil). **Geopolítica(s)**, v. 3, n. 2, p. 185-205, 2012.

BARVINSK, Georgina María. La trata de mujeres con fines de explotación sexual en la región de la triple frontera. **Urvio. Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, n. 14, p. 68-78, 2014.

BETHELL, Leslie. **The Paraguayan War (1864-1870)**. London: Institute of Latin American Studies – University of London, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **La ilusión biográfica**. Madrid: Anagrama, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **Las estrategias de la Reproducción Social**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

CACHÓN, Lorenzo. **¿Movilidad social o trayectorias de clase?** Elementos para una crítica de la sociología de la movilidad social. Madrid: Siglo XXI, 1989.

CARDIN, Eric Gustavo. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. **Revista Geopolíticas**, v. 3, n. 2, p. 207-234, 2012.

CURY, Mauro José Ferreira; FRAGA, Nilson Cesar. Conurbação Transfronteiriça e o Turismo na Tríplice Fronteira: Foz Do Iguaçu (Br), Ciudad Del Este (Py) e Puerto Iguazú (Ar). **Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade**, v. 5, n. 3, 2013.

DACHARY, Alfredo Argentino César; ARNAIZ, Stella Maris. Región fronteriza de Argentina y Brasil: asimetrías y potencialidades. **Desenvolvimento Regional em debate: DRd**, v. 2, n. 1, p. 204-231, 2012.

FERGUSON, Susan. Canadian contributions to social reproduction feminism, race and embodied labor. **Race, Gender & Class**, p. 42-57, 2008.

FOGEL, Ramón. La región de la triple frontera: territorios de integración y desintegración. **Sociologias**, n. 20, p. 270-290, 2008.

GANSON, Barbara J. Following their children into battle: women at war in Paraguay, 1864-1870. **The Americas**, v. 46, n. 3, p. 335-371, 1990.

GARDUÑO, Everardo. Antropología de la frontera, la migración y los procesos transnacionales. **Frontera Norte**, v. 15, n. 30, p. 0, 2003.

GIMÉNEZ BÉLIVEAU, Verónica. La "triple frontera" y sus representaciones: Políticos y funcionarios piensan la frontera. **Frontera norte**, v. 23, n. 46, p. 7-34, 2011.

GONZÁLVEZ, Herminia. La producción científica sobre la familia en Chile: miradas desde la antropología feminista. **La ventana. Revista de estudios de género**, v. 4, n. 38, p. 88-119, 2013.

GONZÁLVEZ, Herminia. Los cuidados en la migración transnacional. Una categoría de análisis social y política. **Sur. Revista Internacional de Derechos Humanos**, v. 24, p. 43-52, 2016.

GLUCKMAN, Max. Ethonographic Data in British Social Anthropology. *In*: EVENS, Terry; HANDELMAN, Don (ed.). **The Manchester School**. Practice and Ethnographic Praxis in Anthropology. New York: Berghahn Books, 2006, p. 13-22.

GUBER, Rosana. **La etnografía**: método, campo y reflexividad. Buenos Aires: Editorial Norma, 2001.

GUTIÉRREZ, Alicia. **Las prácticas sociales**: una introducción a Pierre Bourdieu. Córdoba: Ferreyra Editor, 2005.

LERA, Carmen; *et. al*. Trayectorias: un concepto que posibilita pensar y trazar otros caminos en las intervenciones profesionales del Trabajo Social. **Revista catedra paralela**, v. 4, p. 33-39, 2007.

LINS-RIBEIRO, Gustavo. **La Represa de Yacyretá**. Capitalismo Transnacional y Política Hidroenergética en la Argentina. Posadas: Editorial Universitaria, 1999.

LYNN, Josefina. La Triple Frontera y la amenaza terrorista ¿realidad o mito? *In*: RIVERA VÉLEZ, Fredy (ed.). **Seguridad multidimensional en América Latina**. Quito: Flacso, 2008, p. 57-80.

MANZO, Enrique Guerra. Las teorías sociológicas de Pierre Bourdieu y Norbert Elias: los conceptos de campo social y habitus. **Estudios sociológicos**, p. 383-409, 2010.

MASSEY, Douglas S.; GOLDRING, Luin; DURAND, Jorge. Continuities in transnational migration: An analysis of nineteen Mexican communities. **American journal of Sociology**, v. 99, n. 6, p. 1492-1533, 1994.

MILLS, Mary Beth. Gender and inequality in the global labor force. **Annual Review of Anthropology**, v. 32, n. 1, p. 41-62, 2003.

MOLINA, Frieda. The social impacts of the maquiladora industry on mexican border towns. **Berkeley Planning Journal**, v. 2, n. 1, p. 30-40, 1985.

MONÁRREZ, Julia. **Trama de una injusticia; feminicidio sexual sistémico en Ciudad Juárez**. Ciudad Juárez: Colef, 2013.

OIT. Organización Internacional del Trabajo. **Políticas sociales y ofertas institucionales para la confrontación de la explotación sexual comercial de niñas, niños y adolescentes en la frontera Paraguay-Brasil (Ciudad del Este)**. Lima: OIT, 2002.

PORTES, Alejandro. Social capital: its origin and applications in modern Sociology. *In*: LESSER, Eric (ed.). **Knowledge and social capital**: foundations and applications. Woburn: Butterworth-Heinemann, 2000, p. 43-68.

PORTES, Alejandro; HALLER, William J.; GUARNIZO, Luis Eduardo. Transnational entrepreneurs: An alternative form of immigrant economic adaptation. **American sociological review**, p. 278-298, 2002.

POTTHAST, Barbara. Algo más que heroínas. Varias roles y memorias femeninas de la Guerra de la triple alianza. **Diálogos** – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 10, n. 1, p. 89-104, 2006.

PROFIT, Alena. **El hombre soy yo**. Dinâmicas familiares no contexto da imigração paraguaia no Brasil. 2015. 131f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília.

REBER, Vera Blinn. The demographics of paraguay: A reinterpretation of the great war, 1864-70. **Hispanic American Historical Review**, v. 68, n. 2, p. 289-319, 1988.

RENOLDI, Brígida. Fronteras que caminan: relaciones de movilidad en un límite trinacional. **Revista Transporte y Territorio**, n. 9, p. 123-140, 2013.

SAUSI, José Luis; ODDONE, Nahuel. Cooperación e integración transfronteriza en el Mercosur: el caso de la Triple Frontera Argentina-Brasil-Paraguay. *In*: MAIRA, Luis. (ed.). **La política internacional subnacional en América Latina**. Buenos Aires: Del Zorzal, 2010, p. 209-258.

SAUSI RIBEIRO, Vera Maria; GEUSINA, Maria. Brasiguaios: a dupla desigualdade na região da fronteira. **Pleiade**, v. 2, n. 2, p. 31-46, 2008.

SOUCHAUD, Sylvain. A visão do Paraguai no Brasil. **Contexto internacional**, v. 33, n. 1, p. 131-153, 2011.

WOO, Ofelia. Abuso y violencia a las mujeres migrantes. *In*: FERNÁNDEZ, Teresa (ed.). **Violencia contra la mujer en México**. México, D.F.: CNDH, 2004, p. 71-84.

ZSÖGÖN, Maria Cecilia. Explotación sexual comercial infantil en la triple frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay. **Ideação**, v. 15, n. 2, p. 110-128, 2013.

# ANEXO

| N.º | Seudónimo/ iniciales | Edad | Ocupación | Estado Civil | Ciudad de Residencia | Fecha |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | EPM | 26 años | Vendedora de ajo y especias en puesto callejero | Casada | Ciudad del Este (Paraguay) | 11.10.2018 |
| **2** | Sofía | 31 años | Contrabandista de aceite entre Brasil y Paraguay | Casada | Foz de Iguazú (Brasil) | 11.10.2018 |
| **3** | RBA | 19 años | Camarera en restaurante en Foz | Soltera | Ciudad del Este (Paraguay) | 11.10.2018 |
| **4** | Clara | 39 años | Cocinera en restaurant en Foz | Casada | Ciudad del Este (Paraguay) | 11.10.2018 |
| **5** | Guerrera | 38 años | Operaria del Frigorífico Frimeza | Separada | São Miguel de Iguaçu (Brasil) | 16.10.2018 |
| **6** | Avril | 19 años | Camarera en Casino | Soltera | Ciudad del Este (Paraguay) | 16.10.2018 |
| **7** | Sonia | 26 años | Atendiente de tienda de ropas en Foz | Separada | Foz de Iguazú (Brasil) | 16.07.2019 |
| **8** | Silvia | 51 años | Vendedora de ropas en puesto en la calle en Foz | Casada | Foz de Iguazú (Brasil) | 16.07.2019 |

| N.º | Seudónimo/ iniciales | Edad | Ocupación | Estado Civil | Ciudad de Residencia | Fecha |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **9** | Talia | 29 años | Vendedora de ropas en puesto en la calle en Foz. Estudiante de enfermería en Ciudad del Este. | Separada | Foz de Iguazú (Brasil) | 17.07.2019 |
| **10** | Mía | 26 años | Vendedora de ropas usadas en Foz | En pareja | Foz de Iguazú (Brasil) | 19.07.2019 |
| **11** | Lirio Blanco | 56 años | Vendedora de empanadas y Terere en Foz | Separada | Ciudad del Este (Paraguay) | 23.07.2019 |
| **12** | Rosa 1 | 43 años | Recoge verduras desechadas por las bodegas de Foz y las vende en Ciudad del Este. | Separada | Foz de Iguazú (Brasil) | 24.07.2019 |
| **13** | Alicia | 29 años | Recoge verduras desechadas por las bodegas de Foz y las vende en Ciudad del Este | En pareja | Foz de Iguazú (Brasil) | 24.07.2019 |
| **14** | María 1 | 46 años | Vendedora de alimentos en las calles de Foz | Casada | Foz de Iguazú (Brasil) | 25.07.2019 |

| N.º | Seudónimo/ iniciales | Edad | Ocupación | Estado Civil | Ciudad de Residencia | Fecha |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **15** | Rosa 2 | 52 años | Vendedora de ropas y calzados puesto callejero en Foz | Casada | Foz de Iguazú (Brasil) | 25.07.2019 |
| **16** | Águila | 31 años | Trabajadora doméstica en casa particular de Foz | Casada | Foz de Iguazú (Brasil) | 25.07.2019 |
| **17** | G. | 35 años | Trabajadora de limpieza en Foz | En pareja | Ciudad del Este (Paraguay) | 25.07.2019 |
| **18** | Shakira | 29 años | Vende empanas y tapioca en la calle en Foz | Casada | Ciudad del Este (Paraguay) | 25.07.2019 |
| **19** | Antonia | 62 años | Vende ropa en puesto en Ciudad del Este | Separada | Ciudad del Este (Paraguay) | 25.07.2019 |
| **20** | Rojo | 56 años | Vende ropa en su puesto en Ciudad del Este | Casada | Ciudad del Este (Paraguay) | 27.07.2019 |
| **21** | Paloma | 35 años | Vende ropa en su puesto en Ciudad del Este | Casada | Ciudad del Este (Paraguay) | 27.07.2019 |
| **22** | María 2 | 46 años | Vende ropa en su puesto en Ciudad del Este | Casada | Ciudad del Este (Paraguay) | 29.07.2019 |
| **23** | EA | 46 años | Vende ropa en su puesto en Ciudad del Este | Casada | Ciudad del Este (Paraguay) | 29.07.2019 |

| N.º | Seudónimo/ iniciales | Edad | Ocupación | Estado Civil | Ciudad de Residencia | Fecha |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **24** | Lirio | 29 años | Vende ropa en puesto en Ciudad del Este | Casada | Ciudad del Este (Paraguay) | 30.07.2019 |
| **25** | Amada | 58 años | Vende ropa de cama y baño en puesto en Ciudad del Este | Casada | Ciudad del Este (Paraguay) | 30.07.2019 |
| **26** | Mujer paraguaya | 43 años | Vende ropa para mujer en Ciudad del Este | Casada | Ciudad del Este (Paraguay) | 29.07.2019 |
| **27** | Angelica | 58 años | Funcionaria en oficinas de atención turística en Foz | Separada | Foz de Iguazú (Brasil) | 31.07.2019 |
| **28** | Orquidea | 52 años | Recoge verduras desechadas por las bodegas de Foz y las vende en Ciudad del Este | Casada | Ciudad del Este (Paraguay) | 31.07.2019 |
| **29** | Eulo | 62 años | Compra frutas en Foz y las vende en Ciudad del Este | Casada | Ciudad del Este (Paraguay) | 31.07.2019 |

| N.º | Seudónimo/ iniciales | Edad | Ocupación | Estado Civil | Ciudad de Residencia | Fecha |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **30** | Fiona | 24 años | Recoge verduras desechadas por las bodegas de Foz y las vende en Ciudad del Este | Separada | Ciudad del Este (Paraguay) | 31.07.2019 |

**Tabla 1. Perfil de las mujeres paraguayas entrevistadas**

## Notas

1. Agradecemos a la Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo de Chile (Anid) que financia este estudio a través del proyecto Fondecyt 1190056: "The Boundaries of Gender Violence: Migrant Women's Experiences in South American Border Territories" (2019-2023).
2. Sigiuiendo los reglamentos de las agencias financiadoras, las personas son mencionadas a través de seudónimos o iniciales (según su elección) para resguardar su identidad. Atendimos a sus indicaciones sobre qué informaciones divulgar o mantener en sigilo. En el Anexo 1 disponibilizamos una síntesis del perfil de las entrevistadas.
3. Las desigualdades de género operan como sistemas de significados y sentidos dominantes que estructuran los roles, prácticas y movilidades sociales, invadiendo, además, los sentidos subjetivos de personalidad. Este conjunto de factores de diferenciación social constituye lo que denominamos *mandatos de género* (Mills, 2003, p. 42).
4. En Paraguay, la Guerra ayudó a reificar el imaginario de la "buena mujer" como aquella que obstinadamente trabajaba para la patria dedicándose a sus hombres (Potthast, 2006).
5. Fundada en 1902 y es parte del Departamento de Misiones, que registró una población migrante paraguaya de 27.799 personas en el censo 2010 (Renoldi, 2013). Contaba con una población total de 42.849 personas según el mismo censo (Dachary; Arnaiz, 2012). Su principal actividad es el turismo y está vinculada a Foz a través del "Puente de la Fraternidad", inaugurado en 1985 (Giménez, 2011, p. 8).
6. Fundada en el siglo XIX como un asentamiento militar de pequeñas dimensiones (Renoldi, 2013). Su crecimiento poblacional y económico empezó a acelerarse en 1965 cuando se construye el "Puente de la Amistad" que la conecta con Ciudad del

Este (Lynn, 2008). En el último censo brasileño (2010), contabilizaba 256.081 habitantes (Albuquerque, 2012, p. 191).

7. Fundada en 1957 a partir de un decreto presidencial (Lynn, 2008) y con la finalidad de servir de enganche territorial con Foz a través del puente (inaugurado 6 años después de su fundación). En los 80s, se convirtió en Zona Franca, transformándose en un gran centro de comercio (i)lícito internacional. Esto activó una economía de grandes dimensiones con Foz y Puerto Iguazú. La zona franca consolidó un importante nicho laboral femenino: el comercio legal y el contrabando "hormiga" (a pequeña escala) (Cardin, 2012). Es la ciudad con el mayor crecimiento demográfico en la triple-frontera. En el último censo paraguayo (2012), tenía 312.652 habitantes.

8. Entre los 60s y 80s (Albuquerque, 2012) se pactaron e iniciaron la construcción de las Hidroeléctricas de Itaipú (1971-1985), entre Brasil y Paraguay, y de Yaciretá (1983-2011), entre Paraguay y Argentina (Renoldi, 2013, p. 125). Ambas fueron impulsadas por gobiernos militares de los tres países, a partir de proyectos desarrollistas con impactos sociales sustantivos (Lins-Ribeiro, 1999). La dinamización económica impulsada por las hidroeléctricas provocó un sostenido crecimiento demográfico en la triple-frontera (Lynn, 2008).

# 2. MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS: PERCURSOS, VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE NAS FRONTEIRAS

*Adriana de Carvalho Medeiros*

A migração não é novidade na história humana. Ao longo do tempo, por diferentes motivos homens e mulheres foram obrigados a se deslocarem em busca de melhores condições de vida, e desta forma, reconstruírem os meios de produção, as relações sociais e sua identidade. Na contemporaneidade a migração ainda é uma estratégia importante para a classe trabalhadora, que tem utilizado do deslocamento (interno/externo as fronteiras do local de origem) como uma oportunidade de ter acesso aos meios de produção, ao trabalho e assim, a condições mais dignas de sobrevivência.

Quando as relações de trabalho deixam de ser favoráveis ou inexistentes; quando as condições climáticas não permitem a continuidade da sobrevivência a partir de modelos de economia familiar, ou relações tradicionais de trabalho; ou ainda, no caso de violência generalizada, perseguição de minorias (ou maiorias) homens, mulheres e crianças têm se deslocado massivamente.

Com o aumento de conflitos armados no mundo (como o caso da Síria, que levou ao deslocamento de mais 5 milhões de pessoas), e as drásticas mudanças climáticas; o grupo de migrantes, deslocados e refugiados tem sido a cada dia maior e mais diverso. De acordo com Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), atingimos o maior número de pessoas deslocadas desde o fim da II Guerra Mundial, bem como o número total de migrantes internacionais têm crescido de forma ininterrupta desde os anos 1990.

A grande novidade nesse movimento migratório, é que ele tem mudando suas características, tanto em relação aos trajetos e rotas, como a composição dos grupos migratórios. As imagens capturadas em torno do mundo, nas rotas habituais e/ou mais mortíferas do mundo (como Mar Mediterrâneo, ou deserto do México), demonstram que apesar do aumento considerável de cercas e muros físicos, jurídicos e

institucionais, as pessoas continuam a se movimentar[9]. Nestas imagens, é possível observar que os grupos que têm se deslocado é diverso, composto por homens, mulheres e crianças, de diferentes idades, culturas e etnias.

Apesar disso, por muito tempo a migração feminina foi invisibilizada, principalmente quando comparada a dos homens; sendo a dificuldade e violência enfrentadas por mulheres no percurso de deslocamento minimizada e/ou silenciadas. Tal fato, tem reflexos nas políticas públicas voltadas para migração, de acolhimento e integração de migrantes e refugiados, que frequentemente, não têm atentado para a diferença de gênero, dificultando o acesso a condições básica para grupos já vulnerabilizados.

Assim, este capítulo tem como objetivo realizar uma breve discussão sobre a violência e violação de direitos de mulheres migrantes no período contemporâneo. Para tanto, através da análise de dados e relatórios produzidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e produção científica existente, pretendemos compreender as mudanças do processo migratório principalmente a partir dos anos de 1980, quando se tornou percetível uma "feminização da migração laboral". E em seguinte, apresentar brevemente o cenário de violência e violação de direitos vivido por mulheres migrantes e refugiadas nas fronteiras internacionais.

## História das migrações e a feminização da migração contemporânea

Antes de iniciar nossa discussão acerca das mulheres migrantes, temos algumas considerações. Primeiro, partimos da compreensão de que a categoria "migração", refere-se a um fenômeno social comum na história da humanidade e como direito assegurado pelo artigo 13 Carta dos Direitos Humanos que prevê que:

> 1. Todos os seres humanos têm direito à liberdade de circulação e residência dentro das fronteiras de cada Estado; 2. Todos os seres

> humanos têm o direito de deixar qualquer país, inclusive o seu próprio e de regressar ao seu país.

Ressalto que não existe uma concordância quanto a definição de migrante[10], que a categoria pode se referir a uma diversidade de sujeitos que atravessam fronteiras regionais, nacionais e internacionais por diferentes motivos, e inclui desta forma diferente sujeitos rotulados pelos países e Direito Internacional como migrantes laborais, migrantes econômicos, migrantes documentados, indocumentados, refugiados, deslocados, deslocados em situação refúgio, etc.

Da mesma forma, migração é compreendida neste artigo como:

> movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos. (OIM, 2009, p. 40)

Será ainda utilizado o termo mulher, no plural. A opção por se referir às mulheres migrantes (e não à mulher migrante) parte da compreensão de que a migração feminina envolve um emaranhado de situações que por vezes conjugam questões de gênero, religião, etnia e classe social. E por isso, embora compartilhem alguns problemas e dificuldades, suas trajetórias e experiências são complexas, não podendo todas as mulheres migrantes serem julgadas por um denominador comum. O que é evidente é que por razões diferentes, muitas mulheres têm migrado de forma autônoma ou acompanhadas.

Assim, até meados de 1960, acostumou-se afirmar que as mulheres migravam quando acompanhadas de familiares (do pai, marido ou irmãos). E quando se deslocavam sozinhas, o faziam no intuito de promover uma reunificação familiar, ou seja, se encontrar com os familiares do gênero masculino que haviam se deslocado primeiro. Tal fato não estava apenas enraizado na cultura e imaginário social da maioria dos países receptores de migrantes internacionais (mas também nacionais), como na ampla literatura científica produzidas sobre História das Migrações, e nos relatórios e indicativos governamentais sobre movimentação e deslocamento humano.

Na abundante literatura produzida no campo das ciências sociais e da História, sobre a História das Migrações realizados até o final do século XX, as mulheres nunca são os sujeitos de interesse. Raramente são evidenciadas ou são citadas nos estudos. Frequentemente, aparecem como sujeitos de "apoio" aos migrantes masculinos, considerados os agentes principais dentro das estratégias familiares que envolviam deslocamento para outras regiões ou país. Ao se referir as migrações internacionais, as mulheres eram praticamente invisibilizadas ou ignoradas pela produção científica (Gaspard, 1998; Kominsky, 2004; Engle, 2004; Kraler, *et al*., 2011; Schmoll, 2021).

A omissão das mulheres como sujeito autônomo na História das Migrações é resultado de uma produção histórica que omitiu a presença feminina na análise dos fenômenos sociais, como reflexo dos valores e estrutura social patriarcalista. Essa invisibilidade das mulheres migrantes, para Schmoll (2021), é resultado de antigos estereótipos relacionados às mulheres e sua relação com os espaços públicos.

> A imagem da mulher sofre de um estereótipo profundamente enraizado que remonta pelo menos à antiguidade. É a ideia de que as mulheres estão imóveis, à espera, no espaço do lar e da reprodução da família. Estão, portanto, ancoradas enquanto os homens, por sua vez, navegam. Esta é uma das razões pelas quais a migração das mulheres não foi discutida durante muito tempo. Não parece natural imaginar mulheres em movimento. Porém, não só as mulheres se movimentam muito, como há ainda mais movimento de mulheres dentro dos países, especialmente de zonas rurais para urbanas. Mas por razões relacionadas com as nossas representações, não as vemos. Além disso, são também auto-invisibilizadas. Por questões ligadas às relações de gênero, tendem a minimizar os seus movimentos, apesar de terem trajectórias incríveis. Percorrem milhares de quilómetros, mas minimizam a individualidade, autonomia e força de vontade que fazem parte destas trajectórias. É uma forma de ter paz e de se protegerem do estigma que as acompanha desde o início ao fim. (Schmoll, 2021)

Como sugere Schmoll, as mulheres estiveram/estão em movimento. Mediante as adversidades e especificidades – e por isso é importante

falar em mulheres migrantes no plural – muitas vezes o fazem à revelia dos estereótipos sociais e culturais da comunidade de origem. Compreendo que tal fato reflete a estrutura social, cultural e econômica na qual as mulheres, o trabalho feminino e a renda obtida são consideradas complementares à renda principal, que era fornecida pelos homens (o progenitor). Entretanto, temos de considerar que mesmo que as mulheres migrem para se juntarem aos familiares, não deixam de desenvolver atividades profissionais, integrando-se socialmente e partilhando experiências culturais quando em países estrangeiros. Formando, inclusive, uma parte importante da cadeia produtiva e das estratégias de sobrevivência familiar; atuando e intervindo como mediadoras culturais e de conflitos (Gaspard, 1998).

A invisibilidade da migração feminina não apenas foi responsável por apagar trajetórias das mulheres que migraram de forma autônoma, mas também a experiência daquelas que também migraram com suas famílias. Essa invisibilidade pode ser observada nos relatórios e pesquisas estatísticas produzidos por instituições governamentais até a década de 1980, quando não existiam indicativos de gênero na maioria dos países (Engle, 2005; Sotelo, 2005; Kominsky, 2004; Rodrigues, 2009).

Pode-se confirmar esse fato, por exemplo, nos livros de registro de migração nacional e internacional presentes no arquivo da pensão do migrante em São Paulo (atual Museu do Migrante). Ao ter acesso aos livros do final do século XIX e início do século XX, observei que os registros das mulheres (e mesmo crianças), em sua maioria estavam incompletos e/ou subordinados aos dados do agente principal da família: o homem (filha/esposa/mãe ou irmã *de*…). Assim, enquanto o *cabeça* da família tinha todos os campos completos (nome e sobrenome, idade, profissão, local origem, local de destino); as mulheres e crianças, quando muito, tinham o primeiro nome, a parentalidade[11] e raramente a idade. Essa prática de "apagar" as trajetórias femininas parece algo comum não apenas à História da Migração brasileira, como de muitos outros países no mundo.

Os primeiros estudos sobre mulheres migrantes no Brasil datam dos anos de 1990. Sendo os estudos precursores realizados nos anos 1980

nos Estados Unidos, quando, sob a influência do feminismo, ocorreu o surgimento de uma História das Mulheres como campo de estudo, e a produção de pesquisas que compreenderam as mulheres como os sujeitos principais dos fenômenos estudados.

Para Gaspard (1998), nos países europeus a passagem de indiferença às mulheres migrantes (responsável por ocultar durante muito tempo a realidade diversificada e autônoma da migração feminina), para interesse do debate público e político, ocorreu no final dos anos de 1980 quando as mulheres migrantes passaram a ser "notadas" nos espaços públicos.

> As mulheres migrantes, em especial as de cultura muçulmana e as oriundas de países da África negra, surgiram na cena pública protagonizando as primeiras páginas dos jornais, invadindo o discurso político desde finais dos anos oitenta. A polêmica à volta do uso do lenço na escola, em França, na Bélgica, e no Quebec, e a que gerou à volta da poligamia, em França, contribuíram para revelar a sua presença. Ao lenço e à poligamia, elementos perturbadores da ordem nacional, responde, apesar de tudo, a esperança depositada nas mães, que são vistas como agentes de integração. (Gaspard, 1998, p. 91-92)

Ao pesquisar sobre mulheres migrantes de cultura muçulmana e oriundas dos países da África Negra para França, Gaspard observa como a partir dos anos 1980 ocorreu um fenômeno onde as mulheres migrantes passaram de sujeitos invisíveis para sujeitos diabolizados (pelo uso do lenço islâmico e práticas como poligamia), e/ou instrumentalizadas (quando existia interesse por parte do Estado apaziguar conflitos).

Gaspard explica que as migrações das mulheres são muito mais complexas do que frequentemente foram apresentadas por estudos clássicos e o debate público acerca da migração. Inclusive, chama atenção para o fato de que a integração de mulheres migrantes em um contexto mais geral, é revelador de estratégias sexualmente diferenciadas, como também das "reações da população autóctones que se diferenciam segundo o sexo do/a migrante" (Gaspard, 1998, p. 83).

Essa mudança de interesse em relação às mulheres migrantes ocorreu ainda com uma resposta à mudança significativa do capitalismo e

do mercado de trabalho a partir dos anos 1990, e uma mudança no padrão das migrações, com a presença cada vez mais significativa de mulheres. O que algum pesquisador tem chamado de feminização das migrações.

Quanto a isso, alguns pesquisadores (Sassken; Engle, 2005; Alencar-Rodrigues; Strey; Espinosa, 2009; Kraler *et al*., 2011) evidenciam como as mudanças no mundo do trabalho e a globalização têm favorecido a mobilização de mão de obra migrante feminina, fortalecendo a feminização da migração. Para Engle (2005, p. 17), "a influência mais significativa da globalização sobre a migração pode ser vista em relação à origem, composição e os respectivos perfis dos migrantes", e neste sentido, a feminização da migração laboral.

A crescente demanda das empresas pela geração de lucros aumentou o consumo e dependência de certos tipos de mão de obra não qualificada e/ou com baixa qualificação. Neste sentido, para manter a produção a baixo custo, a força de trabalho frequentemente tem sido composta por mão de obra migrante nacional e internacional.

> O que não é mencionado em a análise econômica em salas de reuniões corporativas é que esses trabalhadores migrantes também são frequentemente contratados com preconceitos sobre sua raça, país de origem ou gênero. Essas práticas de contratação se tornaram prevalentes o suficiente em certas indústrias que levaram à criação – pelo menos no trabalho de fábrica – de um fenômeno conhecido como "linha de montagem feminizada". Se as condições dessas linhas de montagem feminizadas são humanas e justas, ou simplesmente novos capítulos na prática secular do trabalho explorador depende principalmente da compreensão da evolução das estruturas corporativas transnacionais, e o grau de independência que os estados-nação permitem tais potências econômicas. Enquanto a cultura corporativa enxergar a mão-de-obra migrante feminina como uma pechincha – uma mercadoria a ser comprada pelo preço mais baixo disponível – as fábricas exploradoras provavelmente permanecer uma parte ativa da estrutura global da força de trabalho. (Engle, 2005, p. 18)

Como evidencia Engle, a feminização da migração associa-se também a um crescimento da feminização do trabalho de baixa remuneração. O que não é uma novidade na história. No século XIX Marx denunciou as

estratégias da burguesia industrial nascente, que, em busca de aumentar lucro e a mais-valia sobre produção têxtil, introduziram em larga escala a força de trabalho feminina e infantil[12].

Entretanto, não apenas o trabalho industrial tem sido mobilizador da mão de obra feminina. Na verdade, devido a maior facilidade em conseguir empregos relacionados aos trabalhos domésticos e cuidados, que abrigam boa parte dos trabalhadores migrantes indocumentados, as mulheres têm se deslocado para países da Europa Ocidental ou Estados Unidos na esperança de uma reunificação familiar posteriormente (IOL, 2019). Em 2016, 1/6 de todos trabalhadores domésticos do mundo eram migrantes internacionais (cerca de 11,3 milhões de pessoas), sendo que 73,4% eram mulheres e 26,6% eram homens (UN Woman, 2016). A maioria das trabalhadoras domésticas migrantes (82%) estavam em países de alta renda, onde inclusive, existia maior participação de mulheres no mercado de trabalho (UN Woman, 2016).

A feminização da migração se manifesta no número crescente de mulheres migrantes (como veremos a seguir) e nas mudanças nos padrões de migração. Quando averiguado as correntes migratórias da história recente, é possível observar que as mulheres migram não apenas como "membro" da família que está em deslocamento, ou buscando se reunir com outros que já se deslocaram. Muitas mulheres passaram a migrar de forma autônoma como resultado direto de um maior poder de ação de decisão, seja como trabalhadoras migrantes, estudantes ou refugiadas.

No cenário contemporâneo em que temos o aumento do deslocamento forçado e em massa (devido às guerras, aos conflitos internos, à violência generalizada, à precariedade e à dificuldade de acesso ao trabalho e condições dignas de vida, ao empobrecimento, às mudanças climáticas, etc.), as mulheres passaram a ocupar outro papel nas estratégias migratórias e terem maior visibilidade/presença no mundo do trabalho e nas correntes migratórias.

Mas por que migram? Como já assinalamos, a migração feminina pode envolver situações muito complexas, e devem ser consideradas para além dos fatores unicamente econômicos, relacionados à violência de gênero ou à violência e conflitos internos. Tal fato parece ser confirmado

pelos dados recolhidos por agências internacionais como OIM, ONU, Acnur e nos permite dizer que as motivações que têm impulsionado as mulheres a migrarem de forma autônoma ou acompanhadas, podem se relacionar a combinação de diversos aspectos: econômicos, culturais, políticos e sociais dos locais de origem.

Enquanto muitas mulheres migram na expectativa de se integrar ao mercado de trabalho, outras podem migrar como estudantes ou com intuito de ter acesso aos sistemas de saúde. Algumas ainda carregam o agravante da perseguição ou violência de gênero, e por isso, buscam segurança e a garantia da inviolabilidade de seu corpo e direitos.

Torna-se cada vez mais frequente o fato de que algumas mulheres têm fugido de formas de violência e/ou perseguição de gênero presentes em alguns países, como a mutilação genital feminina (MGF)[13] e os casamentos arranjados. Algumas mulheres têm buscado abrigo internacional na esperança de que as filhas(os) tenham melhores oportunidades de acesso à educação, saúde e não passem por determinados rituais aos quais elas próprias tenham sido submetidas quando crianças. Neste sentido, a migração de mulheres relaciona-se à mudança do padrão de comportamento e enfrentamento do patriarcalismo e violência de gênero em sociedades tradicionais.

Algumas pesquisas (Barricarte, 2011; Dutra, 2013) evidenciam que o surgimento de uma cultura de migração foi fundamental para o aumento da migração feminina. Neste sentido, a expansão da rede de contatos das migrantes e a existência de um número grande de migrantes que saem de uma mesma região, tornando habitual a migração, tem sido favorável para mudança de valores e percepções culturais da migração (Dutra, 2013). Tal fato parece se relacionar ao aumento da migração feminina e da propensão da migração da zonas onde exista uma comunidade migrante preexistente, que sirva de rede de apoio.

As motivações podem acomodar um ou mais dos motivos listados. O que é evidente é o fato de que as mulheres estão em movimento e veem na migração uma estratégia em seu horizonte de possibilidades. É neste cenário que mulheres passaram a ter papel significativo na parcela de deslocados e migrantes que buscaremos discutir alguns aspectos quanto sua migração e experiências.

## Violência e vulnerabilidade nos percursos e trajetos de deslocamento em migrações internacionais

### *Mulheres migrantes em número*

De acordo com World Migration Report 2020 (ONU; OIM) o número de migrantes internacionais em todo o mundo em 2019 era de 272 milhões[14]. Sendo que a maioria dos migrantes internacionais estavam concentrados nos países da Europa (82 milhões) e na América do Norte (59 milhões). Com relação à distribuição de gênero, migrantes que se identificam com o gênero feminino correspondem a 47,9% dos migrantes internacionais em 2019.

Embora os homens em números globais sejam a maioria entre os migrantes, no relatório é evidenciado que existem variações regionais significativas na proporção entre homens e mulheres no total da população migrante. Em 2019, a porcentagem de mulheres entre todos os migrantes internacionais era mais alta na América do Norte (51,8 %) e na Europa (51,4 %). Existia uma igualdade de proporção entre homens e mulheres migrantes na Oceânia (50,4 por cento), América Latina e Caribe (49,9%), Centro e Sul Ásia (49,4 %) e Leste e Sudeste Asiático (49,3 por cento). E uma menor taxa de mulheres na África Subsaariana (47,5%) e no Norte da África e Ocidental Ásia (35,5 %) (United Nations, 2019).

De acordo com a *International Labour Organization* (IOL), do total global da população de migrantes internacionais (272 milhões), 169 milhões corresponderiam à categoria de migrantes laborais, ou seja, homens e mulheres que migraram com intuito de buscar melhores oportunidades de trabalho em outros países. Sendo que 99 milhões de homens (58,5%) e 71 milhões de mulheres (41,5%) (ILO, 2021, p. 21). A distribuição de gênero entre migrantes laborais também é variável em cada região. Enquanto na Europa Ocidental e Américas o número de mulheres chega a ser superior ao de homens no que se refere aos migrantes laborais, na Ásia e Estados Árabes o número de mulheres é proporcionalmente inferior ao de homens (ILO, 2021). Tal fato reflete a distribuição de gênero no mercado de trabalho. Nos países em que existe uma maior participação de mão de obra feminina originária, há também

recepção de maior número de mulheres migrantes. Inclusive o trabalho migrante, principalmente no setor doméstico, parece se vincular à liberação de mulheres para realizar outras atividades profissionais.

Ao que se refere às pessoas deslocadas forçadamente, a Agência da ONU para Refugiados (Acnur) publicou em 2021 o relatório "Global trends Forced Displacement", onde é informado que em 2020 a população de refugiados e deslocados no mundo atingiu a marca dos 80.4 milhões de pessoas, sendo que do número total, 48% se identificam com o sexo feminino e 52% se identificam com o sexo masculino. Mesmo com a pandemia, o número de refugiados e deslocados internos cresceu 4% em relação aos 79,5 milhões contatados até o final de 2019[15].

No que se refere às pessoas deslocadas forçadamente, a Agência da ONU para Refugiados (Acnur) publicou em 2019 o relatório *Global trends Forced Displacement*, no qual informa que em 2019 a população de refugiados e deslocados no mundo atingiu a marca dos 20,4 milhões de pessoas, sendo que do número total 48% se identificam com o sexo feminino e 52% se identificam com o sexo masculino.

Alerto que embora esses números se refiram apenas a uma parte de migrantes e refugiados que são colocados no radar das agências nacionais e internacionais, e que de certa forma conseguem ter acesso a algum tipo de política pública de migração e/ou integração (exista um desconhecido de homens e mulheres que estão fora desses números), é evidente que as mulheres participam de forma significativa do movimento de deslocamento humano e migratório (nacional e transnacional) contemporâneo, seja de forma autônoma ou acompanhadas.

Embora alguns organismos internacionais (ONU; Acnur; OIM) ressaltem a importância de separar migrantes e refugiados em categorias jurídicas diferentes[16], acredito que as experiências e histórias de alguns migrantes e refugiados com que dialogamos entre os anos de 2018/2019 se confundam e entrelaçam. Ao me deparar com algumas histórias sobre trajetórias de migrantes e refugiados que deixaram seus locais de origem rumo aos países europeus, percebi que nem sempre o migrante internacional deixou o local de origem por "opção". Nesse aspecto, acredito que exista uma linha tênue entre as experiências humanas que

separam refugiados e migrantes, linha na qual as políticas de fronteiras se apoiam para fecharem as fronteiras para grupos e sujeitos indesejados. E aqui falaremos de alguns tipos de violência e violação de direitos vividos por mulheres migrantes, tanto laborais, como refugiadas, deslocadas.

## *Violência e violação nos percursos e trânsito migratório*

De acordo com a Acnur, ONU, OIM, e MSF as mulheres e crianças são os grupos mais vulneráveis entre os migrantes internacionais. São vítimas de diferentes tipos de violência e violação de direitos durante o deslocamento, nos países de trânsito, nas fronteiras e/ou no processo de integração já nas comunidades de acolhimento. Embora a média de idade para migrantes internacionais seja de 39 anos, é considerável o número de crianças e jovens que têm se deslocado de forma autônoma e com suas famílias[17].

Mulheres e meninas estão sujeitas a diversos tipos de violência no percurso de deslocamento, sendo as maiores vítimas de exploração e violência sexual, violência física, exploração trabalho e tráfico de pessoas. Aquelas que se deslocam desacompanhadas, grávidas ou idosas, estão ainda mais vulneráveis. Muitas dessas mulheres estão fugindo de conflitos em sua terra natal, sofreram formas de violência extrema e violações dos direitos humanos, incluindo o assassinato e o desaparecimento de seus familiares, a violência sexual e de gênero e o acesso restrito a alimentos, água e eletricidade (Acnur, 2016).

Neste sentido, embora existam denúncias de abuso de autoridade, violência contra migrantes de forma generalizada (tanto para homens quanto para mulheres), seja por traficantes ou agentes externos, é evidente que as mulheres são mais suscetíveis à discriminação, bem como o o grupo mais propenso ao tráfico humano tanto com fins para exploração do trabalho, como exploração sexual (OIM, 2017).

Após acompanhar por oito anos a trajetória de mulheres resgatadas no mar Mediterrâneo pelo navio *Ocean Vikkings*, a professora a pesquisadora Camille Scholmm afirma que:

> Sabemos que mais mulheres partem, logo, mais morrem no caminho. Há várias razões para isto, incluindo a violência sexual. Existe uma vulnerabilidade específica das mulheres, e as organizações internacionais reconhecem-nas como categoria vulnerável, tal como os menores. É evidente que as mulheres se encontram muito mais em risco do que os homens, embora hoje em dia a situação se tenha tornado tão terrível que muitos homens estão sujeitos a violência atroz, incluindo a violência sexual. […] A violência física e sexual parece ter-se tornado quase sistemática, especialmente na Líbia […]. (Scholmm, 2021)

Estudos acadêmicos estimam que uma em cada cinco refugiadas – ou mulheres deslocadas em complexos contextos humanitários – tenham sofrido violência sexual, número ainda subnotificado (Acnur, 2019). Neste sentido, a causa da violência sexual pode se relacionar a vários motivos. Mulheres e meninas que se deslocam sozinhas, sem nenhum familiar, são o grupo mais vulnerável. Entretanto, constatou-se que mesmo as mulheres que viajam acompanhadas de familiares são vítimas de violência sexual. Os violadores podem ser vários: traficantes que levam grupos por rotas ilegais de imigração (no percurso acabam aprisionando, violentando e obrigando mulheres e meninas a se prostituírem em troca de liberdade); familiares e até mesmo agentes ligados às agências humanitárias e de segurança de fronteiras.

A violência sexual muitas vezes é associada à violência de gênero. Movido por estereótipos, discriminação e violência de gênero, principalmente ao que se refere a mulheres de origem de comunidades tradicionais, onde o patriarcalismo e a diferença de gênero são elementos fundantes da organização social e da cultura. Esta situação foi denunciada em 2016, pela então representante dos MSF[18] Hassiba Jadj Sahraoui, que ao ouvir mulheres que haviam atravessado o mar Mediterrâneo em botes e embarcações precárias, de origem africana, confirmou rumores sobre a violência e violação de direitos, enfrentadas por mulheres migrantes na travessia do deserto africano e na Líbia. Segundo ela:

> Elas têm vergonha, ouviram que são responsáveis pelo que lhes aconteceu porque atravessaram o deserto e pararam na Líbia para depois tentar chegar à Europa pelo mar, seguindo a rota ‘das

> mulheres de pouca virtude'. Elas ouvem o tempo todo que vêm à Europa para se prostituir e que sofrer violência é culpa delas.

Infelizmente, esse cenário chocante não é exclusivo da Líbia, ou mesmo uma realidade enfrentada unicamente pelas mulheres africanas. Em corredores e rotas pela Ásia e América, mulheres têm sofrido violência sexual e de gênero. Envergonhadas e culpabilizadas pela violência sofrida, muitas mulheres, inclusive, acabam não denunciando os casos de violência sexual, com medo de retaliações contra si ou contra familiares que ficaram no local de origem. Já nas fronteiras e locais de acolhimento, a situação dessas mulheres não se torna mais fácil. Como explica Camille Scholmm:

> É extremamente grave que, quando chegam à Europa, praticamente não há tratamento para o trauma físico e psicológico ligado à violência sexual. Não há médicos suficientes e elas não são apoiados de todo. Este é um problema real porque põe em risco a futura linha de acção das mulheres. O facto de o trauma da viagem não ser abordado, incluindo legalmente, reforça a sua vulnerabilidade. Não existe qualquer forma de protecção para a violência sofrida no caminho, que continua a ser uma zona cinzenta. Quando chegam à Europa, estas mulheres encontram-se num terrível limbo económico, físico e psicológico. (Scholmm, 2021)

A falta de políticas públicas que reflitam as questões de gênero tem sido responsável por aprofundar a vulnerabilidade de algumas dessas mulheres. Neste aspecto, como evidencia Scholmm, a falta de políticas públicas voltadas para a assistência e integração as mulheres migrantes pode acabar por agravar os riscos preexistentes de violência, vulnerabilidades e discriminação, condenando-as à marginalidade por encontrarem barreiras ao acesso serviços básicos.

Algumas mulheres foram repetidamente deslocadas ou foram exploradas ou abusadas em busca de segurança. Além disso, segundo relatórios produzidos pelas Acnur, OIM e ONU a violência contra mulher cometida por familiares e pessoas próximas tem aumentado substancialmente no processo de deslocamento. Com aumento do estresse é possível acompanhar também o aumento da violência contra

mulheres e meninas. Constatou-se um aumento significativo da violência doméstica, da violência sexual e de gênero. Muitas famílias, acreditando estar "protegendo" suas filhas, entregam-nas ao casamento ainda crianças, ocorrendo também um aumento significativo de casamento forçado tanto de crianças, como de adolescentes.

Exemplos desse fenômeno foram constatados no relatório *We Just Keep Silent* produzido pela ONU Mulher em 2014. O relatório sobre violência baseada em gênero entre refugiados sírios na região do Curdistão, no Iraque, revelou níveis crescentes de violência contra mulheres por parte de parceiro íntimo, altos níveis de assédio sexual por empregadores e motoristas de táxi, e um número significativo de relatórios de transações comerciais sexuais dentro e fora dos campos de refugiados. Gerando um clima de insegurança por parte das mulheres, diminuindo seu direito à mobilidade e acesso a serviços básicos. A falta de rede de apoio e denúncia, ameaças e pressão acabava por piorar a situação dessas mulheres, que silenciavam mediante a violência e violação de direitos, por não se sentirem seguras ou protegidas.

## *Violência nas fronteiras e nos campos refugiados*

Essa situação de violência aparentemente não tende a ser minimizada ao chegarem nas fronteiras, nos campos de refugiados ou nos países de acolhimento. Isso levou alguns pesquisadores a passarem do estudo da fronteira para o estudo das pessoas "na fronteira" (Makaremi, 2018 apud Scholmm, 2021). Movimento necessário quando temos políticas de migração que tendem a externalizar fronteiras e minimizar ao máximo o fluxo migratório.

Como atestam alguns pesquisadores, apenas recentemente as políticas de migração e acolhimento de migrantes têm pensado em alternativas e propostas a partir de uma reflexão de gênero. Tal fato pode ser percebido ao se analisar as condições da maioria dos campos de refugiados e centros de detenção de migrantes que surgiram para conter as ondas de migração para Europa, EUA, Turquia, Líbia principalmente após 2015.

Nos campos de refugiados a situação de violência é gritante, e esta realidade tem sido insistentemente reportada por agências humanitárias

(como MSF) e noticiada pelas agências de notícia internacional. A título de exemplo, em uma reportagem especial sobre o maior campo de refugiados da Europa, Moria, localizado na ilha de Lesbos, na Grécia, a jornalista Marta Gonçalves constatou as dificuldades vividas pelos refugiados e migrantes que aguardam decisão sobre solicitação de asilo. Em 2019, quando foi realizada a reportagem, viviam em Moria cerca de 879 famílias, 167 mulheres sozinhas e 2612 homens solteiros.

A matéria, que tem como título "O lugar onde nem eu nem tu gostaríamos de viver", enumera as diversas situações de violência e violação e a precariedade a que estão submetidos os moradores de Moria. Respondendo resumidamente à afirmação que compõe o título da matéria, a jornalista afirma que: "Por que [não gostaríamos de morar]? Não há casas, saneamento, frigoríficos, segurança, escolas, aquecimento, cuidados básicos de saúde. E há o quê? Histórias de violações, homofobia, violência, conflito, medo" (Gonçalves, 2019).

Segundo Gonçalves, Moria (como a maioria dos campos de refugiados da Europa), é um acampamento coletivo, onde vivem homens, mulheres e crianças, que compartilham instalações sanitárias e dormitórios. No caso de Moria, cada instalação sanitária chega a ser compartilhada por 30 ou mais pessoas. A superlotação do campo que foi construído para abrigar 2.300 pessoas, mas que chegou a abrigar 19.000, gerou um cenário conflitante e perigoso principalmente para os grupos mais vulneráveis: mulheres e crianças.

Assédio sexual e estupros são frequentes, por isso muitas mulheres preferem dormir fora dos alojamentos, não vão aos banheiros sozinhas[19], e principalmente as mais jovens são acompanhadas a todo o momento por um membro da família, por temor de serem violadas. Neste sentido, a violência contra mulheres e meninas nos campos de refugiados pode ocorrer por parte de familiares, outros homens do acampamento ou mesmo dos agentes de segurança. E por isso existem muitas subnotificações devido às pressões, coação e ameaças frequentes.

Quanto às mulheres que aguardam nas fronteiras (no Leste Europeu, Líbia, Turquia, México, etc), à espera de conseguirem fazer a travessia para o país desejado, partilham de enormes dificuldades, pressões e violência. Vítimas de recorrente violência policial, estas mulheres,

principalmente quando desacompanhadas, estão mais vulneráveis a episódios que envolvem violência física, assédio sexual e tráfico de pessoas. Sem condições de ter acesso ao mínimo, muitas têm trocado água e alimentação por favores sexuais, ou, ainda, acabam sendo exploradas sexualmente e laboralmente por membros da família e ou/traficantes.

Observa-se que a violência vivida por mulheres migrantes e refugiadas pode ser um trajeto longo e solitário marcado não apenas pela violência física, sexual, mas também psicológica. Neste aspecto, potencializados por situações de extremo conflito, discriminação e dificuldade de acesso a condições básicas para sobrevivência, essas mulheres acabam por carregar traumas profundos, que afetam, inclusive, o processo de integração no país de acolhimento.

## *O tráfico humano*

De acordo com Counter Trafficking Data Collaborative (CTDC)[20] o tráfico de pessoas continua sendo um grande problema no mundo, sendo que nos últimos anos ocorreu um aumento no tráfico para fins de exploração sexual e laboral[21].

A exploração sexual é o objetivo predominante do tráfico de seres humanos na Europa (56%), seguida pela exploração do trabalho (26%) e outras formas de exploração, como a mendicância forçada ou a remoção de órgãos (18%). Mulheres e meninas constituem o grupo mais vulnerável (68% das vítimas), frequentemente exploradas nos cuidados e no trabalho doméstico e na prostituição forçada. Mulheres e meninas são desproporcionalmente afetadas pelo trabalho forçado, representando 99% das vítimas na indústria do sexo comercial e 58% em outros setores (CTDC/OIM, 2017).

As condições socioeconômicas e a violência generalizada nas comunidades de vários países principalmente da América e África tornam mulheres mais vulneráveis ao tráfico humano. Atraídas por propagandas que prometem uma travessia segura e trabalho garantido (frequentemente doméstico), acabam se tornando vítimas de rede de traficantes.

Neste sentido, segundo dados divulgados pela OIM/CTDC cerca de 80% das viagens internacionais de tráfico de pessoas passam por pontos de fronteira oficiais (como aeroportos e pontos de controle de fronteira terrestre). Esse número é muito maior entre mulheres. De acordo com OIM, entre todas as mulheres da amostra, cerca de 84% foram traficadas atravessando pontos de controle oficial de fronteira, enquanto os homens permanecem com uma taxa de 73%.

Tais dados podem se relacionar ao fato de que cerca de 1/3 das pessoas (tanto do sexo masculino como feminino) não têm noção de que estão sendo traficadas, descobrindo a situação apenas ao chegarem ao país de destino. Um agravante quanto ao tráfico de mulheres pode se relacionar ainda ao fato de que frequentemente mulheres são vítimas de tráfico realizado por pessoas que não são estranhas à sua convivência, como parceiros sexuais (21%), familiares (19%) ou amigos (18%). O tráfico realizado por "estranhos" ou rede de traficantes contratados para atravessar fronteiras é de 51% ao que se refere às mulheres e 78% para os homens. Ou seja, parte significativa de mulheres é atraída para rede de tráfico humano por conhecidos que oferecem frequentemente uma oportunidade de migrarem em busca de trabalho.

Estes dados são relevantes por nos fornecerem indicativos das tendências globais quanto ao tráfico humano. Entretanto, são estimativas baseadas em nos casos em que redes de traficantes e vítimas foram descobertas ou acessadas pela OIM ou polícia local. Deixando de fora um número grande de mulheres e homens que não chegam a fazer parte dos dados coletados.

## Considerações finais

Como pudemos observar, a migração feminina se tornou relevante no campo de produção científica a partir da década de 1980, quando o número de mulheres que começam a migrar de forma autônoma e acompanhada se torna mais substancial, levando à chamada "feminização das migrações".

Como evidenciado ao longo do texto, indiferente de serem migrantes laborais, refugiadas ou deslocadas, milhares de mulheres têm se

deslocado, atravessado fronteiras nacionais e internacionais em busca de melhores condições de vida, acesso a direitos básicos e segurança.

A movimentação feminina é também resposta ao enfrentamento e mudança de padrões sociais e culturais, principalmente de comunidades onde a divisão de gênero tem impedido mulheres e meninas terem acesso à educação, espaços públicos, e/ou são submetidas à violência de gênero, no caso de casamentos forçados, e a práticas como MGF.

Como indicamos ao longo do texto, a pobreza, discriminação de gênero, e falta de políticas públicas de migração e acolhimento baseadas em gênero têm efeitos impactantes sobre a jornada dessas mulheres, tornando-as mais vulneráveis e suscetíveis a diferentes tipos de violência e violação de direitos ao longo de todo percurso de deslocamento e nas fronteiras.

Longe de solucionar este problema, a criação de barreiras físicas e burocráticas para impedir a entrada de migrantes a países receptores (principalmente Europa e América do Norte) tem piorado a situação das mulheres migrantes que se encontram nas fronteiras, nos campos de refugiados. Sem encontrar formas legais de atravessarem fronteiras, acabam se tornando vítimas de redes de tráfico.

O flagelo vivido por muitas mulheres ao longo do deslocamento muitas vezes não acaba ao chegarem ao país de acolhimento. Além dos traumas que podem carregar pelas dificuldades vividas no percurso de deslocamento, a separação da família e comunidade, as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e discriminação (gênero, nacionalidade) contribuem para dificultar a integração e prolongar a situação de vulnerabilidade.

## Referências

ALENCAR-RODRIGUES, Roberta de; STREY, Marlene Neves; ESPINOSA, Leonor Cantera. Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 421-430, 2009.

ALTO Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Global Trends**: forced displacement in 2017. Genebra, 2017.

ALTO Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Global Trends**: forced displacement in 2020. Genebra, 2020. Disponível em: https://bit.ly/36872i5. Acesso em: 22 abr. 2022.

ALTO Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Too much pain**: Female genital mutilation & asylum in the european union/A Statistical Update. August, 2018.

ALTO Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. UNHCR's 2021 **Mid-Year Trends Reports**. Statistics and Demographics Section. UNHCR Global Data Service. Copenhagen, Denmark: 2021. Disponível em: https://bit.ly/3KcoQXH. Acesso em: 19 abr. 2022.

DUARTE, Madalena; OLIVEIRA, Ana. Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes Sociologia. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXIII, p. 223-237, 2012.

DUTRA, Delia. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 21, n. 40, p. 177-193, 2013.

ENGLE, Lauren B. **The world in motion**. Short essays in migration and gender. Genéve, 2004.

GASPARD, Françoise. Invisíveis, diabolizadas, instrumentalizadas: figuras de mulheres migrantes e das suas filhas na Europa. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 50, 1998.

GONÇALVES, Marta. Lugar onde nem eu nem tu gostaria de morar. **Jornal Expresso**, 2019. Disponível em: https://bit.ly/3rV5Oie. Acesso em: 22 abr. 2022.

ILO. International Labour Organization. **Global Estimates on International Migrant Workers**: Results and Methodology. Third Editions. International Labour Office – Geneva: OIM, 2021.

IOM. **International Organization for Migration**. World Migration Report 2020. OIM: Genebra, 2019.

KOMINSKY, Ethel. Questões de gênero em estudos comparativos de imigração: mulheres judias em São Paulo e Nova York. **Cadernos Pagu**, n. 23, p. 279-328, 2004.

KRALER, Albert *et al*. **Gender, Generation and the Family in International Migration**. Amsterda: Amsterdam University Press, 2011.

MSF. Médico Sem Fronteiras. **Ongoing violence against detained migrants forces MSF to suspend Tripoli detention centre activities**. 2021. Disponível em: https://bit.ly/3tI7HP9. Acesso em: 22 abr. 2022.

SÁNCHEZ BARRICARTE, Jesús Javier. **Socioeconomía de las Migraciones en un Mundo Globalizado**. Madrid: Nova Biblioteca, 2010.

SCHMOLL, Camille; NEJMA, Brahim. Méditerranée: Les femmes ont été effacées de l'histoire des migrations. **Presse-toi à gauche!**, 2021. Disponível em: https://bit.ly/3KmXUF4. Acesso em: 22 abr. 2022.

SOTELO, Pierrette Hondagneu. **Gendering Migration**: Not for "feminists only" – and not only in the household. The Center for Migration and Development Working Paper Series – Princeton UniversityUniversity of Southern California, 2005.

OIM. **Estimativas Globais da Escravidão Moderna**: Trabalho Forçado e Casamento Forçado. Genebra, 2017.

OIM. **Glossário sobre migração**. Genebra: Organização Internacional para as Migrações, 2009. (Coleção Direito Internacional do Trabalho, n. 22).

OIM; THE COUNTER TRAFFICKING DATA COLLABORATIVE. **Central de dados global sobre tráfico humano**. 2020. Disponível em: https://bit.ly/3pO2kN9. Acesso em: 22 abr. 2022.

ONU. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **International Migration 2019**: Wall Chart (ST/ESA/SER/A/431). Disponível em: https://bit.ly/3J0HQZo. Acesso em: 22 abr. 2022.

ONU; OIM. **Informe sobre las migraciones en el mundo 2020**. Genebra/Suiça, 2020.

UN WOMEN. **Migrant domestic workers** – Facts everyone should know. 2016. Disponível em: https://bit.ly/3tMxfuy. Acesso em: 22 abr.

2022.

UN WOMEN. **We Just Keep Silent**: Gender-based violence amongst Syrian refugees in the Kurdistan Region of Iraq. Kurdistan region of Irak, 2014. Disponível em: https://bit.ly/3Lmm3ML. Acesso em: 22 abr. 2022.

UN WOMEN. ONU News. **Mulheres e meninas formam 90% dos deslocados pela guerra na Ucrânia**. 1 abril 2022. Disponível em: https://bit.ly/37J6q3m. Acesso em: 19 abr. 2022.

UNHCR - The UN Refugee Agency. **Ukraine emergency**. Disponível em: https://bit.ly/396KI9R. Acesso em: 19 abr. 2022.

UNHCR -The UN Refugee Agency. **Global Situation:** Ukraine Situation. Disponível em: https://bit.ly/3y0b1Jv. Acesso em: 19 abr. 2022.

UNHCR -The UN Refugee Agency. **Refugee Data Finder**. Disponível em: https://bit.ly/3EPY99V. Acesso em: 19 abr. 2022.

VALLET, Élisabeth; David, Charles-Philippe. 2012. **Introduction**: Du retour des murs frontaliers en relations internationales. Études internationales. XLIII (1): 5-25.

VALLET, Élisabeth. **Border, Fence and Walls**: States of Security? New York/ EUA: Routlendge, 2016.

---

## Notas

9. Vallet e David (2012) constatam que entre o fim da guerra fria e início do século XXI, ocorreu expressivo aumento de "muros". Para os autores "o 11 de setembro marcou um divisor de águas nas relações internacionais. Um dos resultados tem sido a crescente fortificação de fronteira, com a construção (concluída ou planejada) de 28 muros" (Vallet; David, 2012). A construção de muros foi realizada (ou intensificada) por governos democráticos, a fim de demonstrar sua capacidade de recuperar o controle de suas fronteiras. Muros "democráticos" incluem tudo, desde cercas ao redor dos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla, no Marrocos, e a barreira que a Índia está atualmente construindo ao longo de sua fronteira com Bangladesh, ao que alguns chamam de "muro Schengen" (Vallet; David, 2012, 2016).

10. No plano internacional não existe uma definição universalmente aceita de migrante. O termo migrante compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de "conveniência pessoal" e sem a intervenção de factores externos que o forcem a tal. Em consequência, este termo aplica-se, às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades e as das suas famílias.
11. Ao realizar pesquisa sobre migrantes nortistas no século, me deparei com vários documentos de cunho oficial (como atas e autos judiciais, livros de registros de casamento e batismo lavrado pela igreja católica, documentos produzidos com IBGE), que realizavam "subregistro" ou mesmo ignoravam totalmente presença das mulheres trabalhadoras e migrantes. Nas atas de registro matrimonial da igreja católica por exemplo, dados como profissão, local de origem endereço de moradia frequentemente eram ignorados, enquanto o registro do cônjuge era completo em todos os campos.
12. À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital (Marx, 1984, p. 23).
13. Segundo o relatório "Too much pain" (2018) produzido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), em 2017 cerca de 66 mil mulheres e meninas provenientes de países com risco de MGF pedem asilo na União Europeia (UE), sendo que cerca de 38% já teriam sido afetadas pela MGF no momento da solicitação do asilo. Uma diminuição em relação aos anos de 2016 (99, 340), 2015 (68,850), que reflete a diminuição de solicitações globais (homens e mulheres), mas que demonstrou um incremento no aumento na proporção de solicitação de asilo por parte de mulheres e meninas em relação ao número global (2018 representam 28%, e em 2017, representavam 9% dos pedidos globais).
14. Este número engloba diferentes categorias de migrantes internacionais: laborais, refugiados, apátridas, deslocados em situação de refúgio etc.
15. No final de 2021, a Acnur publicou um novo relatório referente aos primeiros seis meses do ano, que confirmavam a tendência do aumento do número de refugiados, solicitantes de refúgio, deslocados internos e apátridas no mundo. Já no primeiro semestre de 2021, o número de refugiados sob o mandato do Acnur ultrapassou 20,8 milhões (um aumento de 172.000 em relação aos dados estatísticos de 2020), enquanto o número de requerentes de asilo subiu para 4,4 milhões (um aumento de 237.000) (Acnur, 2021). Até o final de 2021 o número de

deslocamento forçado provavelmente tenha ultrapassou 84 milhões (UNHCR/ Refugee Data Finder, 2021). Em 2022, com a ofensiva militar russa sobre o território ucraniano (24 fevereiro), tivemos uma rápida evolução do número de deslocados e refugiados (dados voláteis devido à dificuldade de obtenção de dados e eventos relacionados ao conflito). De acordo com dados fornecidos por diferentes agências da ONU (ONU Mulher, Acnur, Unicef), até 01 de abril 13 milhões de pessoas teriam sido afetadas diretamente pelo conflito. Com um mês do início da ofensiva militar, estima-se que 4,9 milhões de pessoas atravessaram fronteiras internacionais em busca de refúgio (UNHCR /Global Focus: Situation Ukraine, 2022) e 7 milhões se deslocaram internamente (UNHCR/ Emergency Ukraine, 2022). Mulheres e meninas representam 90% dos deslocados (ONU Mulher, 2022).

16. A fim de fortalecer barreiras, conter fluxos e controlar a marcha crescente de homens, mulheres e crianças que têm se deslocado dentro e fora de seus territórios, o enquadramento destes sujeitos dentro de um conceito que lhe fornece um status jurídico, parece ter sido fundamental na Europa e no Mundo principalmente a partir de 2015 (época em que se avolumou o número de pessoas em deslocamento e trânsito internacional). Algumas agências ligadas a ONU lançaram várias campanhas de 2015 e 2016, ressaltando a importância de se diferenciar refugiados de imigrantes econômicos. Neste sentido, Acnur e OIM relatam que a dificuldade de separar migrantes econômicos e refugiados, acabou por dificultar a identificação daqueles que "realmente" necessitam de auxílio especial nas fronteiras, principalmente em momento de grande fluxo.

17. No "WORLD MIGRATION REPORT 2020" produzido pela International Organization for Migration (IOM), informa-se que the most recent global estimate for the total number of child migrants is approximately 31 million. There are approximately 13 million child refugees, 936,000 asylum-seeking children, and 17 million children who have been forcibly displaced inside their own countries (IOM, 2019, p. 6).

18. O MSF tem papel primordial na denúncia do excesso de violência e violação de direito nas prisões de migrantes na Líbia. A alguns anos, diversas denúncias têm chegado à comunidade internacional sobre as condições degradantes e desumanas há que são submetidos migrantes capturados pela guarda costeira da Líbia, e dirigidos às prisões de migrantes. Além de serem vítimas dos traficantes, nas cadeias a violência sexual, tortura, sequestro de pessoas, parecem práticas decorrentes. Em junho de 2021, o Médico Sem Fronteiras, anunciou que deixaria de atender nas prisões da Líbia, depois de repetidos incidentes de violência contra refugiados e migrantes mantidos em dois centros de detenção em Trípoli (Líbia), que geraram graves danos a migrantes e refugiados e colocado a equipe do MSF em risco.

19. De acordo com matéria de João Ruela publicada pelo Jornal o Público (Portugal) no dia 09 de janeiro de 2019, o perigo e violência durante a noite em Moria chegou

a tal nível, há mulheres que preferem dormir com fraldas a arriscar uma ida à casa de banho de noite. Disponível em: https://bit.ly/3J28lxm. Acesso em: 22 abr. 2022.
20. O Counter-Trafficking Data Collaborative é o primeiro hub global de dados sobre tráfico humano, publicando dados de organizações de combate ao tráfico em todo o mundo. Lançado em novembro de 2017, o objetivo do CTDC é quebrar as barreiras de compartilhamento de informações e equipar a comunidade de combate ao tráfico com dados atualizados e confiáveis sobre o tráfico de pessoas.
21. Segundo a CTDC, houve uma queda vertiginosa a partir de 2002, do tráfico de ambos os sexos para exploração sexual. Entretanto, em 2015, houve aumento de incidência de casos de tráfico para ambos os sexos. Ao contrário, houve aumento de casos a partir de 2002 com objetivo de exploração laboral.

# 3. PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS: IMPLICAÇÕES DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NAS MIGRAÇÕES FEMININAS

*Manoela Jaqueira*

A migração é um processo presente em diversos períodos e atualmente tem se destacado como um tema importante nos debates da política internacional e nacional, bem como nas agendas de pesquisas. A mobilidade humana gera impactos múltiplos na dinâmica econômica, social e cultural dos Estados que são emissores e receptores de migrantes, e estes impactos geram demandas nas políticas migratórias.

Estudar a migração desde uma perspectiva de gênero se faz necessário para a compreensão da proposta investigativa, uma vez que se identifica um grande fluxo migratório de mulheres latino-americanas nas últimas décadas que, majoritariamente, se deu em decorrência de melhores oportunidades de empregos – em sua maioria, relacionados aos serviços domésticos e de cuidados na Europa e em países de renda média na América Latina.

Observa-se que a questão de gênero e suas múltiplas implicações para as migrações se apresentam numa perspectiva transnacional, mas também podem se moldar desde as fronteiras. Estas implicações reforçam a necessidade de estudar e analisar as migrações a partir de questões como desigualdade de gênero, políticas públicas e direitos humanos e uma agenda internacional além da preocupação com a segurança nacional.

A presente pesquisa tem como objetivo refletir as intersecções entre a fronteira, migração e gênero desde a teoria e a metodologia feminista nas Relações Internacionais. Para tanto, parte-se da perspectiva da fronteira como um lugar de identidades, subjetividades, histórias e demandas próprias, principalmente pela dinâmica migratória diferenciada que acontece neste território.

Desta forma, a fronteira como um tecido social, político e institucional de discursos e práticas excludentes, limitam e reconhecem de forma seletiva o acesso aos direitos humanos. Diante deste cenário, estudar a

migração a partir do processo de feminização, é estudar a mulher migrante desde o lugar de maior vulnerabilidade, onde estão expostas a uma dinâmica interna de normativas de cada Estado, que se pauta pela universalidade e uniformidade dos direitos humanos, ignorando a demanda de uma agenda de gênero para as migrações.

A partir do debate teórico e metodológico dos estudos de gênero, busca-se analisar as implicações da fronteira para a migração feminina, e para tanto o trabalho está dividido em três partes: primeiro um debate teórico-metodológico desde os estudos de gênero, em segundo contextualização do processo da feminização da migração e por fim, analisar desde a teoria de fronteira as implicações da localidade para o processo de migração das mulheres.

## Teoria e método: uma lente feminista para estudar a migração

Esta seção se justifica com o intuito de reafirmar a metodologia feminista escolhida na realização deste trabalho qualitativo, sendo nos estudos de gênero, o debate em grande parte é centrado na epistemologia, não que as autoras feministas não debatam metodologia, mas existe um maior número de estudos concentrados em teorias epistemológicas.

Nesta perspectiva, acredita-se que não se pode dissociar metodologia dos estudos epistemológicos na perspectiva da teoria feminista, pois estes se encontram integrados no projeto de pesquisa (Lykke, 2010). Desta forma, é preciso conceituar o termo metodologia que será usado nesta pesquisa, a partir da leitura de Brooke Ackerly, Maria Stern e Jacqui True (2006) Metodologia ou método teórico é um processo intelectual que conduz as reflexões sobre a relações entre epistemologia e ontologia, ou seja, é a metodologia que guia de forma autoconsciente reflexões de pressupostos epistemológicos, perspectiva ontológica, as responsabilidades éticas e eleições de métodos (Ackerly; Stern; True, 2006, p. 6).

Sandra Harding (1987) explica que em pesquisas feministas têm aplicado metodologias tradicionais com o objetivo de explicar as implicações de gênero a partir de discussões epistemológicas:

> Feminist researchers have argued that traditional theories have been applied in ways that make it difficult to understand women's participation in social life, or to understand men's activities as gendered (vs. As represeting "the human"). They have produced feminist versions of traditional theories. Thus, we can find examples of feminist methodologies in discussions of how Marxist political economy can be used to explain the causes of women's continuing exploitation in the household or in wage labor. Bus oh these theories can succeed in producing complete and undistorted accounts of gender and of women's activities. And they aldo raise epistemological issues. (Harding, 1987, p. 3)

No entanto, Harding também aponta os problemas ou implicações de apenas adicionar o gênero nas discussões, mas apenas incluir a mulher ou as discussões de gênero acaba por ignorar como as mudanças das práticas sociais de reprodução, sexualidade e maternidade tem moldado o Estado, a Economia e outras estruturas públicas. Ou seja, gênero deveria ser muito mais que categorias de análises, pois suas características oferecem critérios bastante promissores como método de pesquisa, pois refletem arranjos sociais e políticos existentes (Harding, 1987).

Em tempo, a professora Nina Lykke (2010) comenta alguns desafios metodológicos para os estudos de gênero, como eliminar os preconceitos que envolvem as pesquisas de gênero, onde cada campo de pesquisa demanda um processo distinto, mas um princípio em comum independente da área da pesquisa é conter avaliações com critérios rigorosos de padrão de validade, confiabilidade e relevância da pesquisa.

Outro desafio metodológico que Lykke (2010) traz é tornar visíveis as mulheres, dando prioridade para procedimentos investigativos e a escolha do projeto de pesquisa que possa viabilizar o processo analítico de visibilizar as mulheres, mudando o foco da descoberta para o gênero e suas implicações. Ou como explica a professora Sandra Harding (1987) "*feminist methodologies are espistemologies in action*".

Em uma perspectiva pós-moderna de pesquisas feministas a proposta metodológica é analisar o gênero a partir das suas múltiplas intersecções, elaborando outras dimensões socioculturais de análises, e até mesmo abandonar categorias já estabelecidas para ir além das análises dicotômicas clássicas de mulher/homem, branco/negro e estudar

em uma abordagem central, muitas vezes focadas em pequenas histórias localizadas e contextualizadas de forma específica, ou seja, um olhar para narrativas marginalizadas que geram processos discursivos de múltiplas formas locais de resistência (Lykke, 2010).

Dentro desse quadro, é preciso desenvolver a curiosidade na análise qualitativa para não naturalizar determinados conceitos, além de questionar concepções "convencionais" ou "naturais" e a falta de curiosidade alheia. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que não se pode separar os estudos de gênero de conceitos e assuntos convencionais nas Relações Internacionais: "Just as states, conflict, institutions, security, and globalization cannot be studied without analyzing gender, gender cannot be studied without analyzing these subjects and concepts" (Ackerly; Stern; True, 2006, p. 5).

Cynthia Enloe esboça, sobre a necessidade de curiosidade na pesquisa e da curiosidade pela falta de questionamento alheio sobre as temáticas abordadas disserta:

> So many power structures —inside households, within institutions, in societies, in international affairs — are dependent on our continuing lack of curiosity. "Natural," "tradition," "always": each has served as a cultural pillar to prop up familial, community, national, and international power structures, imbuing them with legitimacy, with timelessness, with inevitability. Any power arrangement that is imagined to be legitimate, timeless, and inevitable is pretty well fortified. Thus we need to stop and scrutinize our lack of curiosity. We also need to be genuinely curious about others' lack of curiosity — not for the sake of feeling self-satisfied, but for the sake of meaningfully engaging with those who take any power structure as unproblematic. (Enloe, 2004, p. 3)

Portanto, a pesquisa realizada desde uma perspectiva feminista deve levar em conta a estrutura de poder existente – o sistema patriarcal, que marginaliza o feminino (Enloe, 2004) e, assim, a estrutura de poder central para análise desde uma perspectiva analítica feminista é o patriarcado, que *"must always be on the analytical couch"* (Enloe, 2004, p. 6).

Ainda, faz-se necessário, como menciona Spike Peterson e Anne Sesson Runyan, colocar lentes sensíveis ao gênero. Neste caso, compreender a relação entre a problemática dos gêneros e suas relações com a temática de migrações e, ao mesmo tempo, com o trabalho de cuidados como categoria feminizada, ou seja, ocupado em sua maioria por mulheres (Runyan; Peterson, 2014).

Estudar a perspectiva de gênero sob a ótica das Relações Internacionais, as teorias feministas colocam como principal preocupação buscar explicar e superar a subordinação e as assimetrias entre homens e mulheres nas posições sociais e econômicas (Sjoberg; Tickner, 2013, p. 171).

Trata-se de teorias de variadas abordagens, mas, para a presente pesquisa, optou-se pelo olhar pós-colonial e pós-moderno em que se concentra a análise de diversas estruturas de opressão que estão relacionadas à classe, à raça, gênero e colonialidade de poder (Sjoberg; Tickner, 2013, p. 171). Importante ressaltar que, para as teorias feministas, a categoria gênero é ponto central para o debate político, ocupando espaço de primordialidade na significação das relações de poder. Sjoberg e Tickner acrescentam "feminist scholars generally agree that gender is conceptually, empirically, and normatively essential to studying global politics" (Sjoberg; Tickner, 2013, p. 172).

As abordagens metodológicas feministas significam além de um método de inovação, apresentam novos dilemas éticos e políticos para as pesquisas na área de Relações Internacionais: como relações de poder entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa, as desigualdades entres os próprios sujeitos da pesquisa, e mostra como a localidade da pesquisa acadêmica importa para pensar zonas de conflitos, a relação entre sociedade civil e organizações internacionais, bem como estão postas as fronteiras políticas e econômicas (Ackerly; Stern; True, 2006).

Assim, os estudos feministas produzem *insights* que ajudam a observar a violência de gênero como racializada de acordo com Meghana Nayak:

> In other words, gender violence is sutured to ideas of "us," "them," and what allegedly happens "here" (freedom and dignity) and "there" (conflict and oppressive traditions). Understanding the

> racial undertones of how we discuss and understand gender violence gives us more precise and critical tools for exploring the classification of non-citizens and survivors of violence. (Nayaki, 2015, p. 7)

Em concordância, teorias feministas contribuem aos debates com perspectivas empíricas, analíticas e normativas que visam transformar hierarquias sociais globais, trazendo, assim, *insights* das práticas feministas. Partindo da análise prática da dinâmica de gênero local para uma análise mais ampla e em níveis globais da vida social e política, Jacqui True (2005) comenta a respeito da contribuição do olhar de gênero para pesquisa dos processos internacionais:

> Gender is a transformative category, not because once we understand it at work we can deconstruct or do away with it, but because once we understand it we can transform how it works at all levels of social and political life. (True, 2005, p. 228-229)

Desta forma, observa-se diante do estudo de gênero e das Relações Internacionais que questões como masculinidade, feminilidade e gênero não são tradicionalmente o centro do debate da política internacional, e assim as teorias feministas representam um importante recurso para ampliar a agenda de pesquisa e construir um conhecimento sobre a política internacional desde "lente do gênero". Desta forma, Zalewski (2010) aponta ser importante para o estudo das Relações Internacionais, dar visibilidade às funções e o trabalho de gênero em suas múltiplas manifestações para que seja possível estabelecer uma representação da política internacional (Zelewski, 2010, p. 41).

A presença de mulheres nos movimentos migratórios não é novidade e, inclusive, Ravenstein identifica a participação importante da mulher nos processos migratórios de curta distância, nomeado Sétima Lei (Fonseca, 2010). Contudo, é com a teoria feminista que as mulheres passam a ter uma lente do gênero para análise da mobilidade humana e suas assimetrias.

As mulheres migrantes e sua realidade cotidiana integram, portanto, o sistema internacional e envolvem temáticas como violência, insegurança e, além disso, estão vinculadas a temáticas da economia

política global por seu trabalho nas regiões de seus destinos. Em face disso, torna-se essencial um olhar diferenciado sob essas mulheres migrantes, com enfoque de gênero e que compreenda a pluralidade da realidade na América Latina, "uma análisis interseccional tiene que ver com la investigación de diferentes mecanismos y estructuras que generan desigualdades y como estas desigualdades se refuerzan unas a otras" (Marchand, 2018, n.p.).

Assim, o foco das feministas pós-coloniais é construir uma identidade, desde a perspectiva das relações de poderes locais, como uma dimensão de análise relacional e histórica (não universal, característica da análise ocidental), ao mesmo tempo em que coloca o gênero como o centro do debate das apreciações, como comenta Chandra Mohanty (2008, p. 143):

> Estos razonamientos no están en contra de la generalización, sino más bien a favor de generalizaciones cuidadosas e históricamente específicas que respondan a realidades complejas. Mis razonamientos tampoco niegan la necesidad de formar identidades y afinidades políticas y estratégicas. Así pues, mientras que las mujeres de diferentes religiones, clases y castas en la India pueden formar una unidad política basada en la organización en contra de la brutalidad policíaca hacia las mujeres (ver Kishwar y Vanita 1984), el análisis de la brutalidad policíaca debe ser contextual. Las coaliciones estratégicas que construyen identidades políticas de oposición para sí mismas están basadas en uniones provisionales, pero el análisis de estas identidades de grupo no puede basarse en categorías universalistas y antihistóricas.

Assim, diante do ponto de vista do feminismo pós-colonial, analisar as questões geográficas desde as múltiplas abordagens feministas é dar visibilidade para estudar como as pessoas resistem, vivem e sobrevivem nos múltiplos contextos tanto sob a ótica do particular, como da violência global. Assim, a tarefa do feminismo pós-colonial de acordo com Agathangelou e Turcotte, não é "resolver" as questões de desigualdade global e da violência de gênero, mas de ampliar os quadros teóricos e de reivindicação de justiça que visam construir e dar suporte às múltiplas

comunidades epistêmicas e ontológicas de resistência e transformação (Agathangelou; Turcotte, 2010, p. 55).

A abordagem feminista pós-colonial proporciona um espaço discursivo de representações em que as perspectivas feministas ocidentais são contestadas por representações endógenas latino-americanas, em que se reconhece a pluralidade das mulheres e feministas. Nesse sentido, esse olhar requer uma agenda diferenciada para que se possam atender às demandas locais que compreenda uma perspectiva da mulher subalterna.

As metodologias feministas decoloniais têm como centro do debate as intersecções do gênero, e remete a um reconhecimento da interseccionalidade baseada em gênero, raça, classe e colonialidade do poder como eixos de análise das experiências destas mulheres racializadas e pobres, tendo em vista que o multiculturalismo liberal inclusivo reconhece as diferenças, mas inclui as mulheres em um modelo universal do paradigma moderno ocidental eurocêntrico que as mulheres do sul global não se enquadram (Pichardo, 2014).

Com base em uma análise interseccional, uma pesquisa feminista decolonial precisa repensar as perguntas a partir deste contexto marcado pela colonialidade do poder e a interseccionalidade, e ressignificar as pesquisas feministas do sul global, analisando criticamente a imposição do gênero ao estudar as mulheres racializadas e neste exercício refletir acerca da reprodução da colonialidade do poder e do saber, ao não estabelecer devidamente as relações entre as realidades subalternas e a ordem mundial capitalista moderna/colonial da atualidade nas pesquisas feministas, bem como não reconhecer lugar de privilégio de quem constrói o conhecimento.

Em tempo, Enloe reforça a importância dos estudos feministas para as mulheres invisibilizadas, pois, a partir dessas pesquisas, pode haver a transformação dessa categoria para um *status* de trabalho globalizado. Assim, acerca da motivação de analisar determinadas categorias silenciadas na política internacional, Cynthia Enloe (2004, p. 6) explica:

> The motivation to take all women's lives seriously lies deeper than admiration. Asking "Where are the women?" is motivated by a determination to discover exactly how this world works. One's

> feminist-informed digging is fueled by a desire to reveal the ideas, relationships, and policies those (usually unequal) gendered workings rely upon.

Diante do exposto, observa-se que a política global não pode ser entendida e nem analisada sem desafiar as estruturas e metodologias tradicionais das Relações Internacionais, assim os estudos de metodologia-teórica feministas buscam ir além das análises convencionais, e propõem um estudo sobre política das Relações Internacionais a partir da pesquisa e prática feminista, centrando o gênero e as relações de poder que envolvem nos centros dos debates que geralmente são periféricos na disciplina, é a prática da reflexão crítica da epistemologia e ontologia feminista.

## Feminização da migração

Tendo em vista o aporte das teorias feministas pós-coloniais, observa-se que a migração feminina passou a ter foco nas investigações de gênero e nas abordagens da feminização da migração, que passaram a questionar a invisibilidade desta categoria de análise (Magliano, 2009, p. 349).

Dentro dos estudos sobre gênero e migração, o tema do trabalho de cuidados se mostra relevante, em especial, nos países centrais no marco das migrações sul-norte (Parreñas, 2015; Hochschild; Ehrenreich, 2002), pois se destaca pelas características de ser um trabalho de migrantes e invisibilizados. Na perspectiva das migrações sul-sul, os trabalhos enfocam a questão do trabalho de cuidado e a migração feminina (Herrera, 2013; Mallimaci, 2016, Magliano, 2009).

Importante destacar que a "lente" de gênero para análise do processo migratório contribui para um olhar diverso do tradicionalmente estudado nas análises migratórias, pois as mulheres têm uma experiência diferenciada com o projeto migratório.

A decisão de ir, o processo de mudança, as consequências da migração e o reagrupamento familiar têm uma relação distinta desde o ponto de vista da mulher, pois como comenta Jindy Pettman (2010) a mulher está em uma posição diferenciada em relação aos locais de

migração, políticas familiares, oportunidades e restrições vivenciadas na fronteira ou no país de destino (Pettman, 2010, p. 251).

Desta forma a migração está relacionada à questão de gênero em suas diversas dinâmicas, como disserta Pettman (2010, p. 255-256):

> Whether men or women leave (and the decision to leave may or may not be their own), the whole process is already gendered, in terms of different roles and relationships in the home, the kinds of work available locally or through migration in a gendered labour force, and the ways mobility and the borders are experienced. Forms of exploitation, violence or discrimination facing migrants in the new state are also gendered, and mediated through other body differences, including race, class and nationality. And it is not only 'the migrant' that is affected by migration; so too are those who stay behind, and consequently find family forms, kinds of work and responsibility, and other markers of gender, change too. Some women remaining must take up work traditionally done by men, and may fi nd the adjustments difficult if the men return. Given the extraordinary diversity, and dynamism, of migration, and the ways it affects home and new state, and those touched by the moving, it is very difficult to generalize.

No processo de feminização das migrações, observa-se a desafiadora análise de uma concepção diferenciada, que permite refletir acerca das relações entre os que migram e os que ficam e, ainda, visibilizar as dinâmicas familiares com ênfase nos marcos trabalhistas e sociais de inserção das/dos migrantes que estão estruturados por gênero.

Os estudos migratórios, a partir do olhar de gênero, mostram que a igualdade de gênero é pauta a ser inserida nas políticas migratórias e essas políticas não só devem reconhecer as desigualdades estruturais e violações de direitos humanos que estão presentes nas relações migratórias femininas, mas também, destacar o papel das mulheres ao enfrentarem as situações limitantes tanto do marco nacional, quanto transnacional.

Acerca da feminização da migração e da importância do olhar feminista no que diz respeito à visibilidade da situação destas mulheres migrantes, Elaine Acosta González disserta:

> La tesis de la feminización de las migraciones no se sostiene solamente por el constatado aumento de la participación femenina en los movimientos poblacionales. Al argumento del crecimiento numérico se suma el desarrollo de una apertura conceptual a la figura de la mujer inmigrante, que ha permitido sacarla de la invisibilidad reivindicando su rol activo, tanto económica como socialmente. (Gonzalez, 2012, p. 59)

Em tempo, sobre a invisibilidade das trabalhadoras migrantes mulheres e a importância de analisar a mulher como agente ativo nas dinâmicas políticas sociais, Gaye Yilmaz e Sue Ledwith (2017, p. 2) dissertam:

> Women such as those in this study are often invisible as migrants, in official statistics, and in research studies where they tend to appear as groups or categories of migrant workers, rather than as women with individual and many layered identities. Their distinctive voices are rarely heard, but regardless of their legal or social status, the women nevertheless are active agents.

Esta invisibilização em dados e na própria teoria da migração anula a mulher no processo migratório, sendo necessário e essencial repensar os processos das migrações a partir da experiência feminina de migrar, que contém particularidades desde o projeto migratório, o trabalho que irá desempenhar no país de destino e a relação com os familiares que ficaram no país de origem.

## Fronteira e as desigualdades de gênero

As dinâmicas sociais, culturais e econômicas transcendem e transformam as fronteiras de diferentes formas, impactando em questões como direitos humanos, justiça e gênero. Já as economias se organizam em torno de cadeias transcontinentais de investimento, manufatura, consumo e cuidados.

Ainda, as regiões fronteiriças se caracterizam pela concentração de poder em cidades e/ou regiões afastadas da localidade, ou seja, o poder se concentra nos centros de tomada de decisão de cada país, já que as fronteiras estão configuradas como as últimas zonas periféricas. Assim,

suas demandas e necessidades não são vivenciadas pelos tomadores de decisões nacionais, e as normas, regras, políticas e controles são pensados de cima para baixo, este contexto ainda é potencializado com a invisibilidade do elemento gênero.

O que se observa é que os estudos de fronteira sobre as dinâmicas sociais ainda são incipientes ao analisar o gênero, ou seja, ainda é uma zona cinza ou ponto cego nos estudos de fronteira. Tem surgido debates acerca dos processos transfronteiriços e gênero, no entanto nem sempre trabalham o gênero como parte da fronteira, como explica Peggy Levitt (2015) os pesquisadores estudam capitais transnacionais, religiões e movimentos sociais de forma isolada, no entanto estas categorias compartilham e geram implicações entre si, principalmente porque estas categorias desafiam as noções de cidadania, democracia e gênero, implicando que os pesquisadores analisem sob uma nova ótica, fazendo novas perguntas, com diferentes pressupostos epistemológicos (Levitt, 2015). Desta forma, é evidente a necessidade de compreender o gênero por uma perspectiva transnacional[22] prática desde a vivência transfronteiriça e o lugar de vulnerabilidade em que a mulher migrante se encontra.

Os estudos de gênero e de fronteiras nas agendas de pesquisa ainda são incipientes, e devido à complexidade das relações estabelecidas no território, observa-se a necessidade da interdisciplinaridade para atender à demanda das dinâmicas da região, Kimberly Collins (2016) explica que ambas as dimensões de análise (gênero e fronteira) são definidas pelas estruturas de poder e autoridade de uma sociedade.

> Both are a central part of the interaction and separation of people, which leads to the ability to access resources and institutions. These are based in political and cultural institutions, which are enforced by a nation's legal system. Whereby the legal system provides the link to the political and economic systems found in each country. It is a continuous, self-supporting loop that revolves around resources and power. In a global world, we can add in international law or transcontinental law and basic agreements on the fundamental human rights. (Collins, 2016, p. 51)

Nos estudos sobre a fronteira não se pode olvidar de levar em consideração a ligação com a migração transnacional é permeada por um processo de invisibilização do migrante fronteiriço por parte da literatura, tendo em vista que se priorizou os estudos migratórios em grandes centros urbanos, principalmente do norte global, que se localizam longe das fronteiras, carecendo por muito tempo de estudos que enfocassem nas regiões fronteiriças, que são produtoras de experiências migratórias de impacto na (re) configuração do nacional (Guizardi *et al*., 2017).

Neste diálogo da fronteira com a migração transnacional, Kimberly Collins (2017) explica que para diversas questões que confrontam a fronteira e a comunidade fronteiriça, a solução pode ser apresentada pelas ideias e conceitos feministas ou em teorias de gênero, tendo em vista que as reflexões levantadas nestes debates, teriam um papel importante em promover os direitos humanos como uma resposta moral aos desafios enfrentados pela sociedade global a luz dos estudos de gênero (Collins, 2016, p. 52).

Para estudar como o gênero se constitui na fronteira, é necessário compreender a cidadania nacional e as políticas de bem-estar social que estruturam a dinâmica familiar e a participação das mulheres como força de trabalho. Nos projetos dos Estados nacionais na América Latina, as mulheres configuraram como elementos constitutivos da cultura nacional, mas não como protagonistas, e sim como submissas ao caráter patriarcal do Estado, ou seja, ocupavam o espaço de reprodutoras biológicas e transmissoras da cultura nacional, sendo que o controle das mulheres foi central para a reprodução dos ideais elitistas na América Latina (Guizardi; González; López, 2020).

Ainda, não se pode olvidar o impacto dos discursos globais sobre o gênero e os movimentos globais de mulheres que influenciam as políticas nacionais e locais, pois a fronteira é o espaço de negociação de identidade e interação intensa dos processos políticos, sociais, culturais e econômicos. Neste sentido sobre como a localidade pode estar implicando de forma diferente na vida de homens e mulheres nas fronteiras, Peggy Levitt (2015, p. 174) explica:

> Women and men's lives are enabled and constrained by these multiple sites and layers of resources. They are exposed to and can deploy these repertoires, but they are also restricted by what is contained within them.

O processo de feminização da migração presente nos estudos entre 1990 e 2000 resultou em identificação de impactos globais econômico/políticos diferenciados da experiência migratória masculina, produzido também pela divisão social do trabalho em que o homem se encarrega do recurso econômico (trabalho produtivo) e a mulher do trabalho de cuidado no núcleo familiar (trabalho reprodutivo), mas que devido às reformas neoliberais da década de 1980, desemprego generalizado e a incapacidade dos homens de atender sozinhos a expectativa social do trabalho produtivo familiar, fez com que as mulheres assumissem uma dupla função: o trabalho produtivo e reprodutivo.

Nesta dinâmica imposta pelo processo de precarização do trabalho na América Latina, constitui um impulso para as migrações femininas internacionais. Nas sociedades destino, existe a demanda de mão de obra de baixo custo para a reprodução do trabalho doméstico, já que mulheres de renda alta e média passaram a exercer funções produtivas, gerando a demanda de trabalhadoras domésticas/de cuidados para ocupar estas funções domésticas e familiares.

Estes novos processos de migrações transnacionais femininas também impactaram de forma intensa nos territórios fronteiriços com o protagonismo da mobilidade familiar, onde as mulheres assumiram um papel importante na atividade econômica, mudando a constituição das famílias e do papel atribuído a outras mulheres como avós, tias, irmãs, amigas, vizinhas, ou seja, a inserção laboral no setor de cuidados e a migração feminina reordenaram a escala global do sistema de exploração e das hierarquias de gênero, que também são observadas nestas zonas de fronteira (Guizardi *et al*., 2017).

> En nuestros trabajos de campo, observamos que muchas de las experiencias de las mujeres fronterizas coinciden con las descripciones más frecuentes de "prácticas sociales transnacionales", solo difiriendo de ellas en algunos aspectos

> referentes a la frecuencia e intensidad de contactos entre miembros de las redes y familias migrantes, y no en la manera como estas redes se estructuran. Pero también es cierto que encontramos en la frontera otras experiencias que no tienen parangón con aquello que se describe en relación con la migración transnacional en el norte global. En síntesis: el que en la frontera se produzcan formas de vida particulares no implica que en ella no existan redes y relaciones que podemos encontrar en otros espacios de recepción migratoria. (Guizardi *et al*., 2017, p. 34)

Ainda, destaca-se que em regiões de fronteira, a mobilidade se difere do projeto de migração definitivo ou parcial em outro país, porque as mulheres transfronteiriças vivem, em sua maioria, em seu país de origem e cruzam a fronteira todos os dias ou com certa periodicidade para desenvolver estratégias, que a professora Menara Guizardi (2020) chama de "birresidencialidade". Ou seja, além da invisibilidade e sobrecarga social que impactam a mulher migrante, a mulher na fronteira cruza os limites do Estado-Nação como meio de solucionar suas responsabilidades produtivas e reprodutivas do outro lado da fronteira (Guizardi, 2020).

Neste processo de mulheres na fronteira, observa-se a existência de elementos de interseccionalidade de invisibilidade das mulheres migrantes que influenciam na violência do processo de condensação de desigualdades sociais, a violência estrutural e de gênero de forma diferenciada, que neste território se expressam a partir dos padrões de subordinação local do Estados-Nação, neste sentido, Merana Guizardi *et al*. (2017, p. 32) dissertam:

> Ellas experimentan la superposición de factores excluyentes vinculados a su adscripción étnica, de clase, de edad (Crenshaw, 1991) y de pertenencia nacional (añadiríamos al argumento de Crenshaw), que serán mucho más incisivos en su marginación, debido a que compaginan dichas características con su condición de subordinación de género en contextos globalmente patriarcales, machistas y androcéntricos. Esta experiencia de la interseccionalidad de factores excluyentes, que es vivida por las mujeres migrantes (en las áreas fronteras y más allá de ellas), define sus espacios, derechos y posibilidades de incorporación social.

Observa-se assim que as práticas excludentes de gênero também são replicadas nas zonas de fronteira e se materializam pelas práticas sociais, que intensificam e perpetuam as exclusões e desigualdades de gênero, resultando na reprodução da subalternização do elemento feminino, legitimado pelo domínio masculino que influi tanto na esfera pública quanto na esfera privada, no conceito de identidade que separa o "nós" dos "outros", ou seja, legitimado pelos elementos constitutivos do Estado-Nação (Guizardi *et al*., 2017).

Reforçando a condensação das desigualdades de gênero presentes nas regiões de fronteira, pelo processo de construção identitária e cultural do "nós" e "outros" produzidos pela lógica do Estado-Nação, Menara Guizardi *et al*. (2017, p. 34) dissertam:

> Aplicando el debate de Grimson (2011) a estas inferencias, podríamos decir que las zonas de frontera, en cuanto configuraciones culturales, solo pueden ser entendidas cuando se asume a los conflictos de género como parte de sus procesos dinámicos de estructuración. Las fronteras no son, entonces, solamente un área que condensa la construcción de la identidades, conflictos y contactos entre los grupos sociales pertenecientes a uno u otro Estado- nación. Ellas condensan también las violencias y contradicciones estructurantes del patriarcado.

Ainda é importante reforçar a condição da mulher migrante em regiões de fronteira, ainda se encontra em um lugar de vulnerabilidade, exclusão a partir da retórica da legalidade por parte do Estado, reforçada pelas desigualdades de gênero, como explicam Menara Guizardi *et al*. (2017, p. 35):

> Esto implica, por un lado, que ellas constituirán formas de agencia transgresora: mediando con los límites entre legalidad e ilegalidad, entre pertenencia y desarraigo, entre permanencia y movilidad. Por otro lado, la experiencia de estas condensaciones será tanto más vehemente en cuanto ellas viven condiciones de vulneración frecuentemente más intensas que las enfrentadas por hombres de su misma generación y misma condición socioeconómica.

Pensar na condição vulnerável da mulher na fronteira levanta a questão da condição precária e da noção de cidadania, ou seja, quem está

incluído nos direitos conferidos aos cidadãos. Este é um ponto importante para os estudos de fronteira para o debate dos direitos humanos nestas localidades transfronteiriças, a fronteira é capaz de mudar a noção de cidadania à medida que o Estado não fornece proteção para determinados grupos na fronteira, expondo a precariedade e exclusão de mulheres migrantes na fronteira, como observam Menara Guizardi *et al*. (2017):

> Así, las mujeres transnacionales y transfronterizas tienen en común algo sintomático de su proceso dialéctico de explotación y empoderamiento y esto debiera servir de punto articulador para pensar la relación teórico-empírica entre migración, género y frontera. Resulta que, en ambos casos, las mujeres conjugan dos experiencias fronterizas simultáneas: la de pertenecer al "género otro", y la de desafiar a las fronteras del Estado-nación.

Tendo em vista este processo intensificado nas regiões de fronteira de exclusão e desigualdades de gênero, não se pode esquecer que estão vinculadas a interseccionalidade de classe, gênero e raça, ou seja, a relação de poder e subalternização da mulher migrante. Neste sentido, Peggy Levvit (2015) ensina que um mecanismo com potencial de reimaginar e renegociar o gênero nas zonas de fronteira são as normas internacionais de governança global, pois estes documentos são supostamente universais, com pressupostos de autoridade e autonomia que poderiam impactar positivamente nas políticas locais de gênero (Levvit, 2015).

Assim, observa-se que as experiências femininas na fronteira poderiam impactar positivamente as políticas públicas locais, melhorando a condição humana por meio de uma agenda de direitos humanos com foco no gênero, diminuindo as assimetrias construídas pelas estruturas de poder em regiões fronteiriças, através de uma abordagem administrativa mais ética e humana que envolva líderes governamentais, empresariais e da sociedade civil.

## Considerações finais

No que se refere à metodologia, observa-se a necessidade de questionar a estrutura de poder – patriarcado – desde uma visão feminista, bem como questionar a inexistência de uma agenda de pesquisa no Brasil a partir de uma análise do processo da feminização da migração, compreendendo que, sim, há mulheres que migram, de alguma forma, elas e seus projetos migratórios aparecem como uma categoria invisibilizada e marginalizada. É uma problemática que precisa, realmente, ser analisada com seriedade e direcionada ao centro do debate acadêmico.

Tendo em vista o aporte das teorias feministas pós-coloniais, observa-se que a migração feminina passou a ter foco nas investigações de gênero e nas abordagens da feminização da migração, que passaram a questionar a invisibilidade desta categoria de análise.

No processo de feminização das migrações, observa-se a desafiadora análise de uma concepção diferenciada, que permite refletir acerca das relações entre os que migram e os que ficam e, ainda, visibilizar as dinâmicas familiares com ênfase nos marcos trabalhistas e sociais de inserção das/dos migrantes que estão estruturados por gênero.

Os estudos migratórios, a partir do olhar de gênero, mostram que a igualdade de gênero é agenda a ser inserida nas políticas migratórias e essas políticas não só devem reconhecer as desigualdades estruturais e violações de direitos humanos que estão presentes nas relações migratórias femininas, mas também, destacar o papel das mulheres ao enfrentarem as situações limitantes tanto do marco nacional, quanto transnacional.

No decorrer da discussão observou-se que essas assimetrias e desigualdades de gênero também são processos vivenciados pelas mulheres migrantes nas fronteiras, o que invisibiliza de múltiplas formas: por ser mulher, por ser migrante, e estar em zonas fronteiriças que são periféricas na tomada de decisões, o que reforça que além da lente de gênero, outra categoria de análise que precisa ser levada em consideração para estudar a migração feminina é a fronteira.

Diante do debate levantado sobre a fronteira e as implicações do gênero, resta evidente a necessidade de analisar as particularidades da dinâmica transfronteiriça e a importância dos estudos com foco no local para elucidar os fenômenos e dinâmicas transnacionais, principalmente

enfatizando o potencial e a relevância destes outros espaços de vida, para além das generalizações universalistas que eliminam as nuances críticas das diferenças, além de propor uma agenda de conhecimento e das práticas culturais locais.

Não se pode olvidar que as práticas excludentes de gênero também são replicadas e reforçadas nas zonas de fronteira e se materializam pelas práticas sociais, que as exclusões e desigualdades de gênero. Esse processo resulta na reprodução da subalternização do gênero, prática violenta que é legitimada pelo domínio masculino que influi tanto no ambiente público, quanto no ambiente privado, na concepção de identidade que separa o "nós" dos "outros", ou seja, a violência em todas as formas e representações é legitimado pelos elementos constitutivos do Estado-Nação no processo migratório da mulher na fronteira.

Assim, o gênero é construído e negociado em um lugar específico, e por isso é necessário analisar como o local está historicamente construído, situado e conectado a outros níveis de interação social, para pensar uma agenda de direitos humanos e gênero nas Relações Internacionais que atenda a demanda das mulheres migrantes fronteiriças a partir de uma mirada dos seus processos migratórios e as implicações do elemento gênero na fronteira.

## Referências


ACKERLY, Brooke; STERN, Maria; TRUE, Jacqui. **Feminist Methodologies for International Relations.** Cambridge, New York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Sigapoure, São Paulo: Cambridge University Press, 2006.

AGATHANGELOU, Anna M.; TURCOTTE, Heather M. **Postcolonial Theories and Challenges to "Fisrt World-Ism"**. *In*: SHEPHERD, Laura. Gender Matters in Global Politics: A feminist introduction to international relations. London and New York: Routledge, 2010, p. 44-58.

COLLINS, Kimberly. Introduction to "Border and Gender Studies: Theoretical and Empirical Overlap". **Eurasia Border Review**, v. 7, n. 1, p. 51-53, 2016.

ENLOE, Cynthia. **The Curious Feminist**: Searching for women in a new age of empire. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2004.

FONSECA, Maria Lucinda. **Aproximando Mundos**: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2010.

GUIZARDI, Menara. Las Mujeres y las regiones fronterizas latinoamericanas: movilidades, violencias y agencias. **Revista Nueva Sociedad**, n. 189, p. 70-80, 2020.

GUIZARDI, Menara *et al*. Fronteras, Género y Patriarcado. Discusiones Teóricas para Replantear el Transnacionalismo Migrante. **Límite. Revista Interdisciplinaria de Filosofía y Psicología**, v. 12, n. 38, p. 22-38, 2017.

HARDING, Sandra. **Feminism and Methodology**: Social Science Issues. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

HOCHSCHILD, Ariel Russel; EHRENREICH, Barbara. **Global Woman**: nannies, maids, and sex workers in the new economy. New York: Metropolitan Books, 2003.

LYKKE, Nina. **Feminist Studies**: A Guide to Intersectional Theory, Methodology and Writing. New York and London: Routledge, 2010.

MAGLIANO, Maria José. Migración, género y desigualdade social. La migración de mujeres bolivianas hacia Argentina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 349-368, 2009.

MARCHAND, Marianne. Género y Relaciones Internacionales: Una Mirada feminist "poscolonial" desde América Latina. *In*: LEGLER, Thomas; SANTA CRUZ, Arturo; ZAMUDIO, Laura (Orgs.). **Introdución a las Relaciones Internacionales**: América Latina y Política. Oxford, 2018. (Coleción Ciencias Sociales).

MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism without borders**: decolonizing theory practicing solidarity. Duke University Press: Durham and London, 2003.

NAYAK, Meghana. **Who is Worthy os Protection?** Gender-Based Asylum and US Immigration Politics. New York and Oxford: Oxford

University Press, 2015.

PARREÑAS, Rachel Salazar. Migrant Domestic Workers as 'One of the Family'. *In*: ANDERSON, Bridget; SHUTES, Isabel. **Migration and Care Labour**: Theory, Policy and Politics. United Kingdom and New York: Palgrave and Macmillan, 2015, p. 49-64.

PETTMAN, Jindy. Migration. *In*: SHEPHERD, Laura. **Gender Matters in Global Politics**: A feminist introduction to international relations. London and New York: Routledge, 2010, p. 251-264.

PICHARDO, Ochy Curiel. Construyendo metodologías feministas desde el feminism decolonial. *In*: AZKUE, Irantu Mendia *et al*. **Otras formas de (re) conocer**. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista. Universidad del País Vasco: Espanha, 2014, p. 45-60.

RUNYAN, Anne Sisson; PETERSON, V. Spike. **Global Gender Issues in the New Millennium**. Fourth Edition, Westview Press: University Arizona, 2014.

SJOBERG, Laura; TICKNER, Ann J. Feminist Perspectives on International Relations. *In*: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. **Handbook of International Relations**. Los Angeles, London, New Delhi and Singapore: Sage, 2013, p.170-194.

TRUE, Jacqui. Feminism. *In*: SCOTT, Burchill *et al*. **Theories of International Relations**. New York: Palgrave Macmillan, 2005, p. 213-234.

YILMAZ, Gaye; LEDWITH, Sue. **Migration and Domestic Work**: the collective organisation of women and their voices from the city. Palgrave Macmillan: Istanbul, Turkey and Oxford, United Kingdom, 2017.

---

## Nota

22. Filiando-se ao entendimento de Peggy Levitt (2015) acerca de como entender o conceito de transnacionalidade para estudar as fronteiras, se propõe um olhar para além do conceito de Estado-Nação, uma mirada que começa em um mundo com

fronteiras dinâmicas, que se examina empiricamente as fronteiras e estas emergem desde seus movimentos históricos e seus processos socioculturais.

# 4. O TRABALHO DOMÉSTICO DAS IMIGRANTES E REFUGIADAS VENEZUELANAS EM FOZ DO IGUAÇU/PR

*Priscila Dutra Dias*
*Lissandra Espinosa de Mello Aguirre*

A crise da Venezuela causou uma grande onda de migração e o Brasil foi um dos destinos escolhidos. A cidade de Foz do Iguaçu, situada na tríplice fronteira, abriga uma quantidade significativa de venezuelanas e venezuelanos, quer seja no trânsito migratório, seja como local de destino. Apesar do nível de escolaridade das venezuelanas migrantes e refugiadas, bem como da expertise advinda das suas profissões exercidas no país de origem, ao chegarem no Brasil, muitas não podem desempenhar suas atividades originárias. Diante desta realidade, a pesquisa analisa as mulheres venezuelanas que, embora possuam formação acadêmica e profissões originárias, se veem obrigadas a trabalharem como empregadas domésticas para suprirem suas necessidades e as de suas famílias.

Muitas venezuelanas precisaram migrar em busca de melhores condições de vida. Uma parcela significativa migrou para o Brasil e, porcentagem destas vieram para a cidade de Foz do Iguaçu, na busca de maiores oportunidades de emprego. Diante desta nova condição de vida, as migrantes venezuelanas precisaram encontrar novas formas de trabalho e mantença de suas famílias, por vezes através do envio de valores.

Uma questão interessante é que os venezuelanos e as venezuelanas possuem um elevado índice educacional, muitos e muitas com formação acadêmica, no entanto devido a não aceitação dos diplomas respectivos no Brasil, suas profissões não são reconhecidas aqui e, são obrigados e obrigadas a trabalharem com profissões que nunca tiveram contato antes.

Neste sentido, é possível apresentar o caso das mulheres venezuelanas que trabalham como empregadas domésticas em Foz do Iguaçu, mesmo possuindo formação acadêmica e profissionalização.

Outra questão, a ser abordada, é a condição social e a compreensão de que apenas mulheres podem trabalhar nessa categoria, apresentando um viés da cultura machista e do patriarcado, onde trabalhos domésticos só podem ser exercidos pelo gênero feminino. Outra ideia a ser debatida diz respeito à linguagem e a dificuldade de comunicação das venezuelanas com os brasileiros, ou seja, a barreira linguística.

Neste sentido, o capítulo tem o objetivo de apresentar a formação educacional das trabalhadoras e empregadas domésticas venezuelanas em Foz do Iguaçu, de analisar a conjuntura trabalhista delas diante da condição de migrante, além de observar as dificuldades culturais e linguísticas enfrentadas por elas na cidade de Foz do Iguaçu. Para tanto, esta pesquisa objetiva mostrar também a dificuldade de revalidação do diploma no Brasil e a falta de alternativas para essas mulheres venezuelanas que precisam de submeter a condições precárias de trabalho para manter sua família.

Foi utilizada a análise bibliográfica e metodologia quali-quantitativa baseada em informações sobre o trabalho doméstico de migrantes em Foz do Iguaçu, e coleta de dados de fontes bibliográfica encontrados em artigos e livros de meios físicos e virtual.

O texto pretende apresentar a formação educacional das migrantes e refugiadas venezuelanas, analisar a dificuldade de revalidação do diploma, além de observar as dificuldades culturais e linguísticas que encontram, bem como, trazer um pouco da conjuntura trabalhista das empregadas domésticas imigrantes de Foz do Iguaçu. Para tanto, a pesquisa também se interessa em falar sobre a exclusividade do trabalho doméstico para as mulheres, analisando a origem e as consequências deste pensamento. Desenvolve-se com base na metodologia quali-quantitativa que busca por meios físicos e na internet, em artigos e livros, informações que contribuam à problemática da pesquisa, a fim de apresentar uma nova perspectiva do assunto.

A estrutura do texto se baseia em quatro subtemas principais, o direito fundamental ao trabalho das migrantes e refugiadas, a análise acerca da exclusividade do trabalho doméstico para mulheres e a questão cultural envolvida no assunto, a formação educacional das venezuelanas trabalhadoras domésticas e a dificuldade de adaptação a uma nova categoria de trabalho.

Será feita uma apresentação sobre a formação acadêmica e profissional das mulheres migrante e refugiadas venezuelanas e suas dificuldades de adaptação incluindo, o problema de comunicação. E, para findar o trabalho, será observada as condições do trabalho doméstico para imigrantes e refugiadas venezuelanas em Foz do Iguaçu. O objetivo é estudar as condições de trabalho que são, por vezes, degradantes e distantes da ideia de trabalho digno.

## Direito fundamental ao trabalho: imigrantes e refugiados

Os padrões e trânsitos migratórios podem ser compreendidos como reflexos dos laços econômicos, políticos e culturais, que podem ocorrer de maneira mais intensa em certas regiões e, dados momentos, devido a crises civis, guerras, adversidades étnicas, problemas religiosos, ou busca de melhores condições de vida.

Como tendência contemporânea, Castles e Miller (2009) identificam principais transformações que influenciam os padrões de migrações. Iniciam com a globalização das migrações, envolvendo um maior número de países receptores e emissões; a mudança de direção dos fluxos migratórios; a diferenciação das migrações, pois, muitos países recebem imigrantes de locais diversos, proliferação da migração, aceleração da migração de fronteiras; a relevância política das migrações e a crescente feminização da migração laboral.

A feminização das migrações revela que um número crescente de mulheres que buscam migrar na era contemporânea ao contrário do passado em que as migrações eram dominadas pelos homens. Já as modificações dos fluxos das migrações internacionais passam, necessariamente, por uma alteração da natureza, volume e direção dos fluxos migratórios, citam-se os deslocamentos do tipo Sul-Sul, como uma nova dinâmica dos padrões de migração.

A crescente demanda e a politização do tema das migrações revelaram a desatualização e desconformidade do então estatuto do estrangeiro para com o direito humano de migrar em busca de melhores condições de vida, com documentos internacionais e, as previsões constitucionais do tema. Assim, o antigo estatuto, que previa a compreensão do “estrangeiro” como todo aquele que não se enquadrava

como nacional, diante do artigo 12 da Constituição Federal[23], não contemplava tampouco garantia o direito humano à migração.

Após muitas críticas, as questões das migrações sofreram profunda modificação com o advento da Lei de Migrações, Lei 13.445/2017, trazendo princípios e diretrizes para políticas públicas de migrações. Já o artigo primeiro traz os sujeitos imigrantes, emigrantes, residentes fronteiriços, visitantes e apátridas, superando a antiga distinção entre nacionais e "estrangeiros", nós e os outros.[24]

Guerra (2017) refere, supera-se a compreensão de que sujeito natural do Estado é o nacional, que corresponde no conjunto à ideia de povo e que estrangeiros eram todos aqueles não abrangidos como sujeitos nacionais.

O termo imigrante compreende todas as pessoas nacionais de outros países ou apátridas que trabalhem ou residam ou se estabeleçam no Brasil; abrange aqueles que saem de seus países com o objetivo de conseguirem melhores condições de vida. Refugiados são aqueles que se deslocam para outro país em virtude de guerras ou de perseguições políticas, ressalta-se que no Brasil, a proteção aos refugiados foi consolidada na Lei 9.474/1997.

A lei brasileira de refúgio adotou o conceito clássico de refugiado, com base na Convenção de 1951, e, o conceito ampliado, proposto pela Declaração de Cartagena de 1984 (Franco, 2017). Dispõe a legislação, artigo 1º da Lei 9474/1997, que será reconhecido como refugiado todo indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país ou que, não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior ou devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (Brasil, 2021). Ressalta-se que a nova lei migratória de 2017 engloba migrantes e refugiados adequando as normas aos princípios constitucionais a tratados internacionais.

Trazidos conceitos de refugiados e imigrantes, a cidadania desta população deve estar atrelada ao efetivo exercício de direitos, tendo em vista os direitos humanos às migrações. Direitos Humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade, são aqueles essenciais e indispensáveis à vida digna. Como lembra Ramos (2017), não há um rol predeterminado desse conjunto mínimo de direitos essenciais a uma vida digna, sendo que, as necessidades humanas e demandas se modificam conforme o contexto histórico de uma época.

Ao lado dos direitos fundamentais positivados na Constituição Federal, tais como a vida, a liberdade, a igualdade, e outros, o constituinte positivou os direitos sociais, econômicos e culturais que são instrumentos de proteção e concretização do princípio da dignidade humana.

Mesmo diante do rol aberto dos direitos fundamentais, o texto constitucional, artigo 6º, *caput*, elenca como direitos sociais a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância e a assistência aos desamparados (Brasil, 2021). Outra importante menção é, dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, está a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; o desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização; a redução das desigualdades sociais e regionais e, por fim, a promoção do bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, ou qualquer forma de discriminação.

É Sabido que a Constituição não se subsume apenas no texto, mas é texto e contexto, é normatividade e realidade, é direito e políticas públicas de implementação, o direito ao trabalho perpassa pela compreensão de trabalho digno, e de trabalho decente.

Como trabalho decente compreende-se o trabalho produtivo, adequadamente remunerado, realizado em condições de liberdade, equidade e segurança, sem discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho (Druk, 2011).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, o conceito de trabalho digno resume as aspirações de homens e mulheres no domínio profissional e abrange vários elementos: oportunidades para realizar um trabalho produtivo com uma remuneração justa; segurança

no local de trabalho e proteção social para as famílias; melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social; liberdade para expressar as suas preocupações; organização e participação nas decisões que afetam as suas vidas; e igualdade de oportunidades e de tratamento (OIT, 2021).

O direito ao trabalho decente como direito fundamental e humano é instrumento de luta pela dignidade humana. Como explica Piovesan (2015), os direitos humanos refletem um construído axiológico, partindo de um espaço de luta e ação social, lembrando Joaquín Herrera Flores, ao mencionar os espaços de resistência que invocam uma plataforma emancipatória voltada à dignidade humana.

As migrantes e refugiadas ao chegarem no país, em busca de uma "vida boa", como escrevera Agambem (2004), de vida qualificada pelo trabalho digno e decente, enfrentam muitos obstáculos para ingressarem no mercado de trabalho, um deles é a compreensão prévia das atividades pertencentes às mulheres.

## A exclusividade do trabalho doméstico para mulheres

Os papéis sociais masculinos e femininos, histórica e culturalmente, estiveram definidos. Ao homem coube a função de provedor da família, enquanto à mulher a função de cuidadora da casa. Estas funções perduram até os dias de hoje com algumas consequências irreversíveis, e o que mudou do século XIX para hoje é que, a mulher além de assumir o papel de provedora de casa continua com suas funções primárias de cuidadora, produzindo o que se chama de dupla jornada de trabalho, as vezes tripla. Souza e Guedes falam sobre essa nítida divisão entre os papeis femininos e masculinos, apresentando que a história do século XIX se baseou neste comportamento:

> A história do século XIX revela que havia, na sociedade de modo geral, uma nítida divisão entre domínio público e privado. Os homens "pertenciam" à esfera pública, pois desempenhavam de forma predominante o papel de provedor da família, e as mulheres "pertenciam" à esfera privada, uma vez que o cuidado do lar funcionava como atividade de contrapartida dado o sustento financeiro do marido. (Souza; Guedes, 2016, p. 123)

Com o avanço do feminismo e os estudos acerca destas construções culturais, delineia-se o conceito de gênero, e, por vezes, separam-se os papéis sociais baseado nas funções do sexo feminino e masculino. Deste modo, a partir do gênero seria instituída de forma cultural, social e história uma delimitação à forma de se vestir, sentir, falar, trabalhar, se comportar, entre outras. Uma separação entre o que é permitido para homens e mulheres, numa tentativa de criar divisões e sustentar o patriarcado.

> Tornar-se homem ou tornar-se mulher é um complexo processo de atribuições individuais e sociais. Não é algo inerente a uma simples divisão ditada por diferenças produtivas ou fisiológicas. O que vai definir as pessoas e suas identidades não é o simples fato de terem nascido com determinado sexo, mas um intricado processo de socialização, que, inevitavelmente, atribui papeis a cada um(a) segundo sua categoria sexual de pertença. (Santos, 2008, p. 8)

Com essa disposição de gênero e suas funções, seria mais fácil colocar a mulher numa posição de cuidadora do lar, função muitas vezes desrespeitada e desvalorizada, enquanto o homem ficaria com o papel de provedor do lar e de ganho financeiro, o que lhe traria uma posição de prestígio social. É o que afirmam Souza e Guedes a respeito do papel feminino de cuidadora do lar independente de qualquer condição fisiológica ou características físicas e pessoais, sendo assim, tendo o sexo feminino já se é imposto a sua função de cuidadora do lar.

> Histórica e culturalmente, especialmente dentro da sociedade capitalista, sempre coube à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda. O trabalho doméstico recaía sobre as mulheres com base no discurso, vivo até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado. (Souza; Guedes, 2016, p. 125)

É possível perceber o impacto que a cultura tem no conceito do homem. A cultura exerce uma função de determinação das características humanas, é baseada nela e com ela que cada sociedade

dita como as coisas devem acontecer. Deste modo, a cultura impacta de forma direta na vida das pessoas, e nesta questão de gênero é nítida sua participação, deste modo é possível entender o que o Clifford Geertz quis dizer quando fala sobre o conceito de cultura e o seu impacto no conceito do homem:

> Quando vista como um conjunto de mecanismos simbólicos para o controle do comportamento, fontes de informação extrassomáticas, a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um. Tornar-se ser humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais soba direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas [...]. Assim como a cultura nos modelou como espécie única – e sem dúvida está nos modelando – assim também ela nos modela como indivíduos separados. (Geertz, 1989, p. 37)

A questão cultural de gênero é bem latente na maioria dos países, principalmente na América Latina, por isso, quando se trata de imigrantes venezuelanos não é diferente. O machismo velado, produz e reproduz condições em que a mulher fica com a função de cuidadora do lar. E é por isso, que a maioria das mulheres venezuelanas, migrantes ou refugiadas, ao invés de se apresentarem para variados tipos de empregos, procuram principalmente o trabalho de empregadas domésticas. Essas mulheres possuem um relevante nível educacional e mesmo assim o serviço mais procurado é de cuidadora de lar (Dutra; Salmuni; Simões, 2019, p. 14).

As famílias venezuelanas que vieram para a cidade de Foz do Iguaçu, principalmente pela busca de oportunidades de emprego na fronteira, isto pois, como diz Eric Cardin:

> Pobres ou ricos, membros de diferentes grupos étnicos e religiosos, sujeitos inseridos nas mais diferentes ocupações, mas, por morarem em regiões fronteiriças, visualizam e utilizam a fronteira como um elemento enriquecedor. (Cardin, 2014, p. 44)

No entanto, o uso da fronteira, como por exemplo, trabalhar em lojas no Paraguai, fica a cargo exclusivo dos homens, enquanto às mulheres venezuelanas, com o mesmo nível de estudo, ficam com o trabalho doméstico. Neste sentido, verifica-se que a construção social de mulher cuidadora do lar é latente mesmo em condições de vulnerabilidade social. Como crítica a este olhar, congruente são as lições de Oliveira (2012) ao referir que frente ao fundamentalismo, cada um querendo à sua maneira, definir o lugar e o papel das mulheres na sociedade, cabe as mulheres tomar a palavra, olhar e definir seu papel a partir de outro ponto de vista. Ou seja, quem deve definir as funções, os papeis, o lugar são as próprias mulheres com base na sua formação laboral, educacional e saberes, não os outros.

## A formação educacional das venezuelanas trabalhadoras domésticas e a dificuldade de adaptação a uma nova categoria de trabalho

Como dito anteriormente, os venezuelanos e as venezuelanas que vieram para o Brasil, seja na condição de imigrantes ou de refugiados, têm um alto índice educacional, segundo Gustavo da Frota Simões, que fez uma pesquisa sobre o perfil sociodemográfico e laboral dos venezuelanos em Boa Vista, os venezuelanos que emigraram da Venezuela possuem, em geral, um alto nível educacional. Simões aponta que:

> Com relação à escolaridade, os migrantes venezuelanos em Boa Vista apresentam altos índices de educação formal. 28,4% do total possui ensino superior completo, somados aos 3,5% que possuem Pós-Graduação, esse percentual sobe para 31,9% os migrantes que possuem, pelo menos, ensino superior completo. 30,5% do total possui pelo menos ensino médio completo, o que totaliza 78% do total dos migrantes venezuelanos em Boa Vista com pelo menos ensino médio completo. As porcentagens de ensino médio incompleto, ensino fundamental (completo e incompleto) e analfabetos somam o restante, ou seja, 22%. (Simões, 2017, p. 23)

Numa pesquisa realizada em Foz do Iguaçu, em 2019, com as empregadas domésticas que trabalham na tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina), constatou-se que a maioria das venezuelanas possui formação profissional, havia contadoras, administradoras, professoras, e até mesmo mestres e doutoras (Dutra; Salmuni, 2019). A pesquisa foi realizada por uma instituição chamada CDHIC (Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Migrante), localizada em São Paulo, que faz trabalhos comunitários para a comunidade migrante. Neste sentido, a pesquisa apresenta que, grande parte das mulheres venezuelanas não trabalham com suas profissões de origem e precisam se submeter a trabalhos nunca feitos antes para sustentar sua família:

> Já a comunidade venezuelana, diante dos impasses burocráticos e financeiros, acaba trabalhando em áreas completamente diferentes da formação original. É nesse contexto que estão inseridas as mulheres venezuelanas que trabalham como domésticas em Foz do Iguaçu; muitas delas têm alta escolaridade, com nível superior e diplomas de pós-graduação. (Dutra; Salmuni; Simões, 2019)

As migrantes venezuelanas estão num processo adaptativo diante de uma nova realidade, pois o trabalho que exerciam no país de origem, não conseguem realizá-lo no local de destino. Muitas vezes precisam trabalhar no emprego doméstico, seja formal, com assinatura da carteira de trabalho e previdência social, CTPS, ou de maneira informal. Ressalta-se a dificuldade para conseguir emprego, diante do desconhecimento das técnicas de limpeza do Brasil, da utilização dos produtos fornecidos e da percepção do tempo para limpeza dos cômodos, toda essa conjuntura torna o trabalho delas ainda mais difícil.

É importante ressaltar que a todos brasileiros, migrante, refugiados, ou àqueles que estejam sob território nacional, são atribuídos o exercício dos direitos e garantias individuais e sociais. O direito à educação como direito social representa um dever, uma prestação assumida pelo estado em prol da cidadania, e da assunção de outros direitos. Como refere Alexy (2001), trata-se de direitos de status positivo, o Estado é obrigado a garantir o pleno exercício destes direitos, devendo recorrer-se ao aparato estatal para a respectiva satisfação do direito.

Outra dificuldade encontrada pelas mulheres venezuelanas é a revalidação dos diplomas de graduação, o que impede o exercício do ofício originário. Trata-se de um processo burocrático, custoso, que envolve muitas incertezas sobre a aprovação ou reprovação, além de ser de difícil acesso. O Ministério da Educação resolve que:

> Atualmente, para ter validade nacional, o diploma de graduação tem que ser revalidado por universidade brasileira pública, regularmente credenciada e mantida pelo Poder Público, que tenha curso reconhecido do mesmo nível e área ou equivalente. Primeiramente, é necessário entrar com um requerimento de revalidação em uma instituição pública de ensino superior do Brasil. (Brasil, Ministério da Educação)

De acordo com o artigo 48, § 2º da Lei 9394 de 1996, Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação, sendo que a Portaria Normativa n. 22, do Ministério da Educação, traz a tramitação regular ou simplificada para a revalidação (Brasil, 2021).

As documentações deverão ser apresentadas conforme o tipo de tramitação, exigindo-se pagamento de taxa de custeio de tramitação. A documentação a ser apresentada varia de acordo com o tipo de tramitação a ser realizada pela instituição de educação superior, se regular ou simplificada. É importante lembrar, o Brasil não possui acordo de revalidação ou reconhecimento automático de diplomas de nível superior com outros países, ou seja, as regras e tramitações são as mesmas para todos os países (MEC, 2021).

No entanto, não são todas as universidades públicas que fazem este processo, e devido à vulnerabilidade social em que se encontram as venezuelanas, este processo se torna ainda mais difícil. Assim, as venezuelanos são obrigadas a procurar outras formas de trabalho, como o labor doméstico. Outra dificuldade apresentada, é a questão do idioma, que se apresenta como entrave na busca de novas oportunidades de emprego.

A dificuldade linguística atrapalha não só a procura e permanência no trabalho, como também impede por vezes o acesso aos direitos fundamentais. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos é necessário que, numa perspectiva política, econômica e cultural se promova um desenvolvimento duradouro de participação de todos os povos, sendo assim a comunicação mundial deve ser compatível para que todas as comunidades linguísticas entrem num processo de desenvolvimento. Deste modo, é importante que não só os venezuelanos aprendam a língua portuguesa, mas que nós brasileiros também nos esforcemos para entendê-los e assim, podermos suprir suas necessidades básicas.

## As condições de trabalho doméstico para imigrantes em Foz do Iguaçu

As pesquisas mais antigas sobre trabalho doméstico de imigrantes na fronteira mostram condições de trabalho mais degradantes que as atuais, algumas mulheres Paraguaias tinham jornadas exaustivas de em média 12,6 horas por um salário médio de 650,00 reais. Além disso, estas mulheres entrevistadas não podiam ir para casa todos os dias e por isso, tinham pouco contato com a família (Oliveira, 2017).

A pesquisa recente realizada pela instituição de São Paulo, Centro de direitos humanos e cidadania do migrante, mostra uma realidade um pouco melhor. A pesquisa foi realizada com 18 mulheres, sendo 14 venezuelanas. Os dados obtidos mostram que cerca de 15 destas mulheres não possuem contrato formal de trabalho e, portanto, não possuem plenitude de seus direitos trabalhistas, deste modo, como abordado na pesquisa, por trabalharem na informalidade, muitas estão sujeitas a discriminação e xenofobia (Dutra; Salmuni; Simões, 2019).

Outra questão importante é que, em relação a remuneração, metade dessas mulheres cobra um valor igual ou superior a um salário-mínimo, no entanto não possuem os benefícios de trabalhadores registrados, por exemplo, sendo assim, uma porcentagem muito baixa tem acesso a vale transporte, vale alimentação e ainda, férias ou recebimento de horas extras trabalhadas. Para tanto, cerca de 83% das mulheres entrevistadas não possuem conhecimento a respeito de seus direitos trabalhistas, o

que torna essa situação ainda mais preocupante (Dutra; Salmuni; Simões, 2019).

Assim, é possível observar que, além da vulnerabilidade social causada pela conjuntura da imigração, estas mulheres também se apresentam vulneráveis no ambiente de trabalho. Esta é uma situação difícil de resolver, tanto pela questão do trabalho informal e falta de segurança trabalhista, quanto pelo medo de perder esta oportunidade de emprego. Deste modo, essas mulheres aceitam estes trabalhos por terem medo de não conseguirem outro.

Para tanto, é neste sentido que as instituições sociais se apresentam, as ONGs e a própria sociedade, juntamente com os órgãos públicos de proteção aos direitos humanos têm o dever de proteger esta comunidade de mulheres migrantes e trabalhadoras domésticas. É importante manter-se atento às situações de maus-tratos e tratamento desumano, pois, assim como os brasileiros, imigrantes também possuem direitos garantidos.

## Considerações finais

Diante de todas as questões abordadas, é possível perceber que ser mulher não é uma tarefa fácil. Primeiramente, as mulheres têm que conviver com uma sociedade patriarcal onde permeia a ideia de que mulheres foram feitas para serviços do lar. Mulheres em processo de vulnerabilidade, como as venezuelanas, sofrem ainda mais, é difícil mudar uma mentalidade conservadora.

O texto teve o objetivo de mostrar as dificuldades atravessadas pelas migrantes e refugiadas venezuelanas em Foz do Iguaçu, agruras que se distanciam da realização dos direitos humanos e fundamentais, como o direito ao trabalho digno e o direito à educação, entre outros.

Quase sempre na história, a mulher ficou em uma posição de segundo plano, subjugada, agora, que está ganhando espaço no meio social, é momento de definir aquilo que deseja fazer com apoio do estado e da sociedade civil. A intenção foi apresentar que, embora, as mulheres migrantes e refugiadas estejam evoluindo e mostrando suas capacidades, seguem, em ambientes de vulnerabilidades e hostis para a realização de seus ofícios.

Na Venezuela, estas mulheres eram empreendedoras, independentes, professoras, administradores, e, chegando a uma realidade social diferente o que lhes foi imposto foi: o trabalho doméstico.

Por outro lado, constatou-se como está sendo difícil para essas mulheres se adaptarem a o novo estilo de vida, e ainda, a um novo idioma, com situações constrangedoras e falta de total segurança dos direitos fundamentais. Migrar não é uma tarefa fácil, e essas mulheres estão tendo que se adequar a uma realidade totalmente diferente, por isso, é importante a participação da sociedade e das instituições públicas e privadas para a proteção dos direitos humanos. É importante que haja a união de todos para o desenvolvimento dos imigrantes e do consequente desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu.

## Referências


AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Humanitas, 2004.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://bit.ly/2x9BRkB. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://bit.ly/2MfvCOX. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Disponível em: https://bit.ly/2PVKw0c. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Revalidação de Diplomas**. Disponível em: https://bit.ly/3MFi8fh. Acesso em: 12 abr. 2022.

CARDIN, Eric Gustavo; COLOGNESE, Silvio Antônio (org.). **As ciências sociais nas fronteiras**: Teorias e metodologias de pesquisa. Cascavel: Gráfica JB, 2014.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The Age of Migration** – International Population Movements in the Modern World. Londres: Macmillan, 2009.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, p. 37-57, 2011.

DUTRA, Priscila; SALMUNI, Florência; SIMÕES, Catarina. **Mulheres Migrantes Trabalhadoras Domésticas na Tríplice Fronteira**. Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) (org). Foz do Iguaçu: [s.n.], 2019.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Boiteux, 2009.

FRANCO, Raquel Trabazo Carballal. A Proteção dos Refugiados e Apátridas no Brasil: Aplicação Prática do Artigo 1 (2) da Lei 9.474/1997. *In*: JUBILUT, Liliana Lyra; GODOY, Gabriel Gualano de. (org.). **Refúgio no Brasil comentários à Lei 9474/1997**. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2017, p. 105-120.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC editora, 1989.

GUERRA, Sifney. **Direitos Humanos curso elementar**. São Paulo Saraiva, 2017.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Agenda Nacional do Trabalho Decente**. Brasília, 2006. Disponível em: https://bit.ly/3IXWXTq. Acesso em: 12 abr. 2022.

OLIVEIRA, Miriam Márcia Pacheco de. **Território, patriarcado e poder na tríplice fronteira**: O trabalho doméstico remunerado das mulheres paraguaias na cidade de Foz do Iguaçu. 2017. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença**. O Feminino emergente. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2017.

SIMÕES, Gustavo da Frota (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017. Disponível em: https://bit.ly/35IO9SU. Acesso em: 12 abr. 2022.

SANTOS, Luciana da Silva. **Profissão**: do Lar, A (des)valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in)visibilidade do feminino. 2008. 170f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: https://bit.ly/34sIz6r. Acesso em: 12 abr. 2022.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016. Disponível em: https://bit.ly/3CrmGkF. Acesso em: 12 abr. 2022.

---

## Notas

23. Art. 12. São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007) II - naturalizados: a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral; b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994) […] Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil, 2021.

24. Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se: I - (Vetado); II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil; III - emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior; IV - residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho; V - visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional; VI - apátrida: pessoa que não

seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro. § 2º (Vetado).

# 5. IMIGRAÇÃO HAITIANA NO OESTE DO PARANÁ E OS FRIGORÍFICOS COMO DELINEADORES DOS NOVOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

*Claudimara Cassoli Bortoloto*

Este capítulo é resultado de uma pesquisa doutoral sobre a migração e trabalho dos haitianos no Oeste do Paraná, indica informações relacionadas a ocupação laboral, os níveis de desemprego e as experiências de trabalho. Com esse propósito, buscou-se verificar a hipótese se o trabalho em frigoríficos tem estimulado essa imigração na região. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com utilização de métodos qualitativos e quantitativos, com levantamento de dados a partir de questionário semiestruturado aplicado com sessenta haitianos.

A amostra desse estudo foi definida em Cascavel/PR, que detém o maior número desses imigrantes vivendo no estado do Paraná. O município fica localizado na região Sul do Brasil e o período analisado compreendeu os anos de 2010 a 2017. O estudo apresenta inicialmente uma discussão sobre a imigração haitiana no Brasil e sua mobilidade interna no país. Posteriormente destaca a região Oeste do Paraná como uma das principais receptoras desses imigrantes, com ênfase na relação entre migração haitiana e frigoríficos que requereu o funcionamento dessas plantas produtivas baseadas na interiorização da produção e as demandas de trabalhadores para esse setor.

A existência de um exército de trabalhadores de reserva composto por migrantes, a disciplina dos mesmos e os baixos salários esboçam o perfil do trabalhador requerido para esses tipos de empreendimentos. Já que esses trabalham em um ambiente caracterizado pela repetição dos movimentos e embrutecimento do trabalhador a partir dos ritmos fordista/taylorista, com altos índices de adoecimento.

A elevada rotatividade fez dos haitianos uma alternativa para que esse setor enfrentasse os problemas de falta de mão de obra. Posteriormente, o artigo exprime as relações de vida dos trabalhadores estrangeiros negros e pobres em Cascavel, trazendo o fechamento do sistema produtivo como uma expressão do racismo estrutural na região, restando

para essa população os frigoríficos como quase exclusivos empregadores. Por fim, o artigo apresenta dados sobre o trabalho desses imigrantes nesses ambientes, destacando relações de exploração, sujeição e precarização das condições de vida de trabalhadores que embora tendo baixos salários tem que continuar enviando remessas para o país de origem.

## A imigração haitiana para o Brasil

A imigração haitiana para o Brasil faz parte dos novos fluxos migratórios, formados a partir dos anos 1980. Esses fluxos diferem-se dos anteriores por compreender a grande intensidade de imigrantes nos países de partida, trânsito e chegada. Inauguram em maior escala a imigração entre países periféricos mudando a majoritária rota migratória que incorporava a mobilidade de pessoas dos países periféricos para os centrais. Esses novos fluxos se deparam com a politização e a criminalização da imigração, que a coloca no plano do discurso como "novo" fenômeno, com destaque nas mídias e discursos políticos. As imigrações ganham nesse contexto um falso ineditismo, destacadas como novo fenômeno, o que foi metaforizado por Arango *et al*. (2017) de "a imigração no olho do furacão".

Essa metáfora reforça mundialmente as consequências da politização e marginalização da imigração que se dão por meio do fortalecimento de atitudes xenofóbicas, com o sensacionalismo das tragédias humanas veiculadas pela mídia, o fechamento das fronteiras, com o ataque de partidos políticos xenófobos e populistas que tendem a intensificar a precarização da situação de vida desses estrangeiros que se encontram fora de seus países de origem.

O Brasil segue essa tendência mundial e os imigrantes que chegam ao país são constantemente rechaçados e negados, sendo que essa recepção negativa tem sido um obstáculo para o alcance e a consolidação de direitos e reconhecimento. Desde os anos 1980 várias cifras de imigrantes chegaram ao Brasil, geralmente oriundos de países pobres que migram para outra ponta da periferia em busca de segurança e melhores condições de vida (Baeningeer *et al*., 2016).

Rodrigues (2017) aponta que dentre esses fluxos se destacam no Brasil os bolivianos que chegaram desde os anos 1980 e mais recentemente haitianos e venezuelanos. Bosi (2019) indica outros grupos, como: senegaleses, sírios, bengaleses, nigerianos, angolanos, congoleses, ganeses, libaneses.

Estudos realizados por Basinger *et al*. (2016), Silva e Assis (2016) demonstram vários fatores que contribuíram para a imigração de haitianos para o Brasil, como no período ser a sexta economia mundial, a relação militar estabelecida entre Brasil e Haiti, através da presença nesse país com a operação Minustah. Além de outros motivadores como o fechamento das principais rotas migratórias como EUA, Canadá e França. Associado a isso, o terremoto de 2010, devastou o país intensificando a pobreza e miséria que já o colocava como um dos países mais pobres do mundo, e o discurso dos ex-presidentes Lula e Dilma do Brasil como país acolhedor. Todos esses fatores se somaram a característica do Haiti ser um país de emigração, qual desde 1914 envia imigrantes para o mundo devido à ocupação do país pelos EUA. Nessa perspectiva, emigrar está na cultura dos haitianos, que só incorporou o Brasil como mais uma de suas rotas (Martins *et al*., 2014).

O Haiti possui uma cultura de envio de remessas pelos imigrantes que vivem fora do país, os valores enviados são importante parte da cultura dos haitianos, além de ter relevante impacto na economia do país. As remessas propiciam assim a manutenção de condições de vida dos que ficaram, ao mesmo tempo que financiam novas diásporas (Handerson, 2015). Estimou-se que 4,4 bilhões de pessoas viviam fora do país em 2013 (Silva P., 2016) e um terço da população foi espoliada desde 1914 devido à presença americana no Haiti (Martins *et al*., 2014).

Nessa perspectiva, ao contrastar dados do Banco Central do Brasil, constata-se que o envio de remessas do Brasil enviadas ao Haiti, só começou a ocorrer a partir de 2011 (Bortoloto, 2019). A comparação entre a cultura haitiana com os dados oficiais do Banco Central do Brasil permite afirmar que o processo migratório dos haitianos para o Brasil teve início a partir de 2010, pois antes não foi identificado qualquer envio de remessas para o Haiti, o que indica a não presença deles no Brasil até esse período, já que enviar remessas é um compromisso cultural daqueles que foram com os que ficaram (Bortoloto, 2019). Outros

estudos sobre a imigração haitiana no Brasil também indicam 2010 como o marco dessas migrações para o país (Faria, 2016; Martins, 2014; Silva, 2016b; Silva P., 2016; Assis; Magalhães, 2016; Oliveira; Silva, 2016).

Estudos como de Baeninger *et al*. (2016) vão mostrar que a presença dos haitianos teve início com as primeiras entradas na região Norte do país, fronteira com o Peru, chegando nas cidades fronteiriças de Assis Brasil e Brasileia no estado do Acre e Tabatinga no estado do Amazonas. Além dessas rotas, desde 2013, a Polícia Federal tem indicado a cidade de Bonfim no estado de Roraima, divisa com a Guiana como mais uma rota, que viabilizou até 2018 a entrada de mais de 13 mil haitianos (Costa, 2019).

Essa imigração, que já data uma década, teve um crescimento progressivo conforme indicam os dados oficiais do Sistema Nacional e Cadastro de Registro de Estrangeiros nos anos posteriores a 2010 (Sincre, 2017). Em 2017 existiam no Brasil 88.459 haitianos, desses 14.456 viviam no Paraná, 25.623 em São Paulo, 18.836 no estado de Santa Catarina, e 11.411 no Rio Grande do Sul. A região Sul do Brasil incorpora 50,53% da população haitiana residente no país, ficando o Paraná com 16,34 % da população (Bortoloto, 2019). Os dados sobre a quantidade desses imigrantes divulgados pelo Governo divergem, como o número de 125 mil entradas no Brasil, divulgados por Bosi (2019) a partir de consultas a dados fornecidos pela Polícia Federal até 2015. De todas as pesquisas analisadas, essa é a que indica o maior quantitativo de entradas de haitianos no país.

Essas cifras indicam a presença massiva dos haitianos em regiões mais industrializadas do país. Segundo Bosi (2019), a região Sul concentra o maior número de concessão de vistos permanentes para haitianos, com 44,95%, o que se aproxima de 12 mil. É interessante observar a mobilidade interna desses imigrantes no Brasil, sobretudo a partir da emissão do visto humanitário que foi um documento expedido aos haitianos e que lhes possibilitava permanecer no país e dispor de outros documentos fundamentais para o acesso ao mercado de trabalho como CPF e carteira de trabalho.

## Os frigoríficos e a imigração haitiana no Oeste do Paraná

Ao completar uma década de imigração haitiana no Brasil, a região Oeste do Paraná já conta com vários estudos sobre o tema, com destaque para Martins *et al*. (2014), Eberhardt (2017), Mamed (2017), Manica (2018), Bortoloto (2016; 2018; 2019), Bosi (2019), Nunes e Antonello (2020), Carvalho (2020) e David (2021). Todos esses estudos têm em comum a relação entre a imigração haitiana e os frigoríficos de carne da região.

De acordo com Martins *et al*. (2014), a partir de 2010 a diáspora haitiana alcançou o território brasileiro, dados do Ministério da Justiça apontam que nos anos de 2011 a 2014 haviam ingressado no país 30 mil haitianos, com destaque para Curitiba, São Paulo e Cascavel como regiões de destino. Os municípios receptores desses imigrantes foram se reconfigurando, cuja cultura foi adentrando os bairros e as localidades com maior número de haitianos, indicando uma presença inexistente até então. Fontes do Governo Federal, bem como noticiários da mídia impressa, indicam que Cascavel é a cidade do estado do Paraná com maior número desses imigrantes, havendo entre 4 e 5 mil haitianos (Brasil, 2018a; Catve, 2017a).

A imigração haitiana que faz parte das migrações transnacionais, se vincula a regiões interioranas no Brasil por meio da presença e disponibilidade de mão de obra nas indústrias. Assim, observa-se que a vinda deles para Cascavel é registrada por Eberhardt *et al*. (2018) desde 2010, com a inserção direta nas indústrias avícolas.

O avanço do setor de frigoríficos, nos interiores do Paraná, tornou o processamento de carne uma das principais *commodities* do agronegócio na região com 13 milhões de toneladas produzidas anualmente (Eberhardt, 2017). Embora essas agroindústrias tenham ampliado internacionalmente o consumo da carne processada, o mercado interno continua sendo seu principal consumidor, sendo 63,3%, e o restante, 32,7% destinam-se para exportações (Eberhardt, 2017).

A região Oeste do Paraná se destaca como uma das mais importantes do setor no Brasil respondendo por 32,46% da produção nacional, seguido de Santa Catarina 16,24%, Rio Grande do Sul 14,13%, São Paulo 9,22%, Minas Gerais 7,25% e Goiás 7,22% (Eberhardt, 2017). A grande produtividade do Paraná o tornou o maior gerador de empregos nesse setor, estimados em 500 mil para abates de aves e suínos, centralizando

60% dos postos de trabalho na região Sul. Nesse contexto, a região Oeste do Paraná produz 62% do abate de aves e 42% dos postos de trabalho nesse setor em todo o estado (Eberhardt, 2017).

A interiorização dessas empresas representa parte da desconcentração industrial do território brasileiro, fomentadas e atraídas via vantagens fiscais e força de trabalho com menor valorização. Esses empreendimentos se apropriam de organizações coletivas já interiorizadas com a formação de organizações de agricultores para enfrentarem as barreiras competitivas do mercado. Nessa perspectiva, essas indústrias são cada vez mais impulsionadas, seus impactos na região têm promovido intensa mobilidade humana e integração dos interiores a essa dinâmica produtiva (Bosi, 2019).

A presença de haitianos no Oeste do Paraná foi iniciada por meio de empresários da construção civil que se deslocaram até o norte do país para buscar mão de obra disponível. A princípio, ônibus lotados transportavam esses trabalhadores das fronteiras do norte do país para o interior do Paraná. Posteriormente, empresários do setor de frigoríficos continuaram a trazer essa mão de obra para a região (Bortoloto, 2019; David; Lima; Rizzotto, 2020). A interiorização da produção e a disponibilidade de vagas de trabalho no setor de frigoríficos fez da região Oeste do Paraná uma das maiores concentrações de haitianos. Nessa perspectiva, Bosi (2019) indica que a região oeste concentra 5% da população que vive no Brasil, com aproximadamente 12 mil haitianos.

Desde a chegada desses imigrantes no Brasil, eles foram se constituindo em solução para a escassez de mão de obra existente em situações laborais baseadas nos modelos produtivos fordista/taylorista, ao mesmo tempo que esses imigrantes preenchiam uma de suas primeiras demandas de existência: o trabalho que lhes permitiam viver com mínimas condições no país estrangeiro, além de não serem recusados por sua cor ou nacionalidade.

A abertura do mercado de trabalho e a busca de empresários por trabalhadores foi denominada por Arango (2017) de *guest workers*, frente a situação de trabalhadores estrangeiros convidados ou atraídos para trabalhar no sistema produtivo espanhol. Ao analisar a situação de trabalho entre os haitianos em Cascavel, percebe-se que da amostra pesquisada 52% trabalham no mercado de trabalho formal, 38% estavam

desempregados, 7% trabalhavam no mercado informal e 3% como autônomos.

Esses dados intensificam a vinculação dos frigoríficos como principais empregadores no setor formal, apontando para a hegemonia dessas plantas produtivas como empregadores, com 84% de todos os trabalhadores na formalidade[25]:

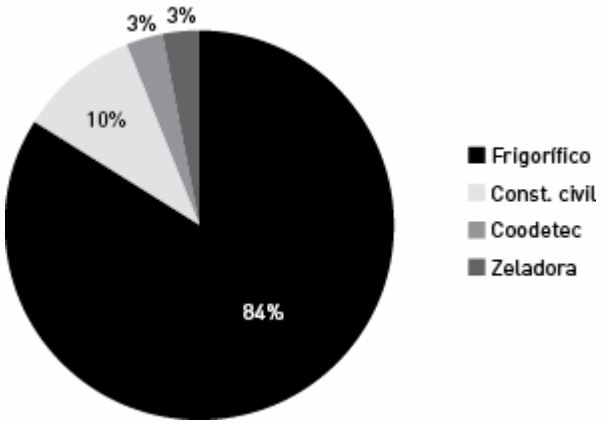



**Gráfico 1. Setores com incorporação de haitianos no mercado de trabalho formal em Cascavel**

Fonte: Resultado da pesquisa realizada com 60 haitianos, em 2017 – dados de autoria própria.

Ao identificar os setores de incorporação produtiva, percebeu-se que há diferenças quando se refere a empregabilidade de homens e mulheres haitianas. Dentre o sistema produtivo incorporador dos homens tanto do mercado de trabalho formal e informal apresenta-se a gráfico abaixo:

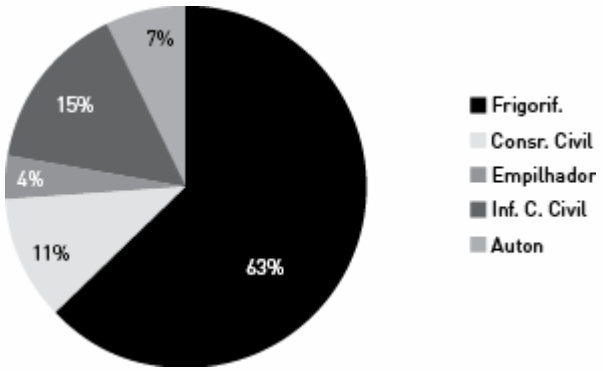


**Gráfico 2. Emprego setor formal, informal, autônomo entre os homens haitianos**

Fonte: Resultado da pesquisa realizada com 60 haitianos em 2017- dados de autoria própria.

A realidade empregatícia dos imigrantes haitianos no sistema produtivo de Cascavel é sinal de uma rejeição ou fechamento de outras indústrias e setores, como comércio, serviços e agricultura. Percebe-se que, dos homens que se encontram trabalhando, 63% estão em frigoríficos. Apesar de serem baixos os dados de outras ocupações, elas ainda aparecem entre os homens, o que não ocorre com as mulheres.

Ao entrevistar as haitianas que estão trabalhando, foi unânime a não constatação delas em outros ambientes de trabalho, apenas 8% da amostra apareceu trabalhando como zeladora, e 92% delas, estão recrutadas em um único frigorífico da cidade, não aparecem os dados de trabalho informal devido a não constatação dos mesmos junto à amostra entrevistada.

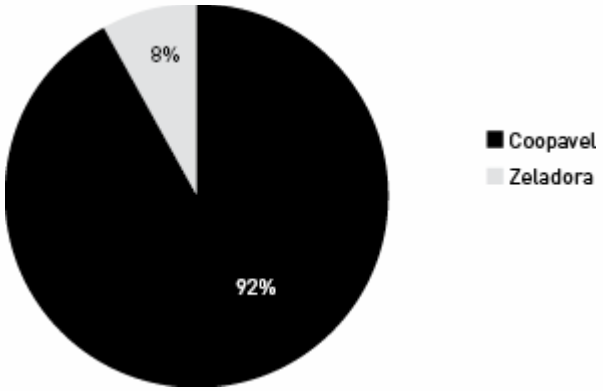



**Gráfico 3. Setores de incorporação do trabalho feminino formal**

Fonte: Resultado da pesquisa realizada com 60 haitianos em 2017 – dados de autoria própria.

Mamed (2017) estudou a inserção de mulheres haitianas no mercado de trabalho brasileiro a partir do protagonismo feminino que o difere de perspectivas hegemônicas que tendem a atribuir o processo migratório feminino como acompanhante e dependente, para isso mostra experiências protagonistas de mulheres que rompem com a cultura

patriarcal a partir da migração, que assim como homens fazem das remessas importantes fontes de subsistência dos que ficaram bem como viabilizam novos empreendimentos migratórios.

Essas mulheres, ao migrar para o Brasil, sentem o peso das relações de gênero, que impactam sobre o trabalho feminino, associada ao histórico preconceito de cor que as rechaçam no mercado de trabalho. Essa pesquisa evidencia a não aceitação dessas mulheres em outros ambientes produtivos, quando aceitas, se restringem aos frigoríficos seus principais empregadores, limitando para Cascavel a hegemônica contratação em apenas um deles. A restrita possibilidade de empregabilidade na cidade, facilita a coerção de frigoríficos que as obriga sob o risco de perder o trabalho, a aceitar as mais perigosas e piores funções laborais (Mamed, 2017). Corroborando com a autora, Eberhardt *et al*. (2018) ressaltam que, mulheres negras trabalhadoras sofrem tripla discriminação, por etnia, gênero e classe social – e ocupam posições mais vulneráveis no mercado de trabalho e na sociedade.

Diferente de outros países onde o trabalho doméstico é geralmente a porta de entrada de mulheres migrantes no sistema produtivo, como indica Baptista (2011), em Cascavel, o setor encontra-se fechado para elas. A característica dessas mulheres, negras, com pouco ou nenhum domínio da língua portuguesa, oriundas de um país pobre, com características culturais marcantes, fazem com que elas sejam rejeitadas pelo sistema produtivo, em especial o doméstico. Os homens, embora apareçam em algumas restritas ocupações laborais que não sejam frigoríficos, têm uma pequena vantagem em relação ao sexo feminino, que só trabalham se estão em frigoríficos.

O fechamento do sistema produtivo para as mulheres desencadeia outros problemas, como a prostituição praticada por muitas como alternativa de sobrevivência. Essa situação foi relatada por vários homens que se sensibilizam com esse fato, como expressa o depoente Alli[26].

> *O problema é pior para mulher, eu não sei, todo lugar é mesma coisa, todo lugar tem prostituição. Tem mulher haitiana que está entrando para serviço da vida, tem mulher que está brigando com mulher que entra para o serviço, para a vida faz isso porque não tem trabalho.*

> *Quando minha mulher veio para Cascavel foi na Coopavel e a empresa disse não tem trabalho, então ela não conseguiu. Só que ela tem eu que sou seu marido, mas e as outras que não tem ninguém e as empresas não aceitam o que vão fazer? Muitas estão indo para a prostituição e estar nessa situação sem trabalho faz com que os próprios haitianos se aproveitem delas. A minha mulher, faz dois meses que não trabalha. As outras aceitam isso para viver, para receber dinheiro, para viver e muitas ficam grávidas. É a falta de trabalho que faz isso. Aqui tem bastante, porque tem mulher que fica cinco meses, seis meses sem fazer nada, como vai viver? Aí elas vão se prostituir. É uma situação muito complicada, muito triste*. (Alli, entrevista realizada em 9 de maio de 2017)

Muitas vezes, as decisões de migrar são subjetivas, e perpassam situações diversas, como violência sexual, desavenças familiares, prostituição, entre outras. Tendo isso em vista, assim como o imigrante Alli se preocupa com o fato de que, em razão das dificuldades que enfrentam, sobretudo pela falta de emprego, as imigrantes haitianas façam da prostituição uma forma de sobrevivência.

Com relação a Cascavel, cidade utilizada como amostra dessa pesquisa, os haitianos correspondiam a 95% dos estrangeiros que viviam no município até 2017 (Bortoloto, 2019). Ainda conforme Eberhardt *et al*. (2018) dados da Polícia Federal apontam Cascavel entre os 10 municípios brasileiros com mais haitianos registrados regularmente. O que faz do Paraná o segundo estado brasileiro com a maior população de haitianos (14,9%), ficando atrás de São Paulo com 11% deles.

Ao analisar os dados da Agência do Trabalhador sobre a incorporação desses imigrantes no mercado de trabalho formal do município, percebe-se com dados oficiais o fechamento do setor produtivo para eles.

| INSCRITOS | ENCAMINHADOS | COLOCADOS |
|---|---|---|
| 3.615 | 2.711 | 237 |

**Tabela 1. Total de imigrantes inscritos e colocados no mercado de trabalho em Cascavel 2012 a 2016**

Fonte: Dados da Agência do trabalhador de Cascavel, 2017.

Os dados revelam a recusa desses trabalhadores frente a mínima contratação de haitianos encaminhados para as empresas com percentual de 11,43%. A pesquisa buscou também identificar o índice de empregabilidade entre os frigoríficos da região, e notou que apenas três frigoríficos foram apontados como empregadores, sendo o Frigoríficos Coopavel responsável por empregar a maioria deles 92%, Globoaves e Sadia com índice de 4% cada um, sendo esse último localizado no município vizinho de Toledo. Contatos com Haitianos em 2020 e 2021 indicam outro frigorífico atuando em Cascavel, como a Lar, bem como trabalhadores que se deslocam para outro município vizinho para trabalhar nessa mesma empresa.

O fechamento do setor produtivo para haitianos e a exclusiva empregabilidade em frigoríficos deve ser explicado por dois fatores, o primeiro, como ressalta Fernandes (1978), ao histórico preconceito de cor que suprime e expolia os negros na sociedade, o elevado preconceito faz que se transfira para os negros imigrantes o que já ocorre com negros brasileiros, incrementado com a xenofobia, relações sociais conflituosas já acentuadas pela raça e classe social.

O outro se expressa nas condições degradantes de trabalho verificadas nos frigoríficos de carne, que fazem trabalhadores brasileiros rejeitarem tais postos de trabalho em momentos de aquecimento econômico e a consequente abertura de outras vagas de trabalho. Essa última característica leva os frigoríficos a demandarem mão de obra, sendo então quase os únicos a abrirem espaço para os imigrantes haitianos devidoao fato de necessitarem deles, e não simplesmente porque se preocupam em incluí-los no sistema produtivo.

O preconceito de cor, discutido por Fernandes (1978), enfatiza o comportamento dos brancos em relação aos negros, seja ele tolerante ou intolerante está relacionado às práticas dos grupos étnicos e tradicionais de cada região, e por isso se ampliam ou diminuem conforme sua formação. Para o autor, o estereótipo e representações sociais dos brancos em relação ao negro reproduz a estrutura que historicamente lhe negou a inclusão, rejeitando sua ascensão como classe. Por assim ser, as avaliações ou representações desfavoráveis dos negros são reproduzidas historicamente, e se encontram em vias de atualização.

Conforme Eberhardt (2018), os trabalhadores haitianos têm a particularidade de se constituírem, predominantemente por pessoas negras e pobres quais reivindicam seu lugar no mundo do trabalho apresentando desvantagem competitiva singular, devido ao racismo estrutural existente na sociedade.

Nessa mesma linha, Carvalho (2013) recupera a escravidão como obstáculo para a construção da cidadania no Brasil. Desde a colonização os negros eram tolhidos de participação, sem direitos sociais, políticos e civis, o que não mudou com a abolição. Continuaram excluídos, sendo rejeitados como trabalhadores livres, o que tende a ecoar nos séculos posteriores. Ao serem libertos, os negros foram segregados por não ter poder econômico e por ser considerados de raça inferior, a qual deveria se reproduzir sem possibilidade de ascensão social. A tutela sob o poder dos senhores de escravos ou chefes locais conduzia a uma cidadania consentida, ao passo que limitava a cidadania protagonista, reduzida às organizações populares baseadas nas lutas e dissidências fora das relações de controle clientelista.

Nessa mesma perspectiva Moura (2018) ressalta o peso da herança da cultura do branqueamento bem como o mito da democracia racial, como empecilhos para o desenvolvimento da cidadania no Brasil.

> A comunidade negra e não – branca de um modo geral tem dificuldades em afirmar-se no seu cotidiano como sendo composta de cidadãos e não como é apresentada através de estereótipos: como segmentos atípicos, exóticos, filhos de uma raça inferior, atavicamente criminosos, preguiçosos, ociosos e trapaceiros. (Moura, 1988, p. 8)

Conforme o autor,

> constatou-se que o brasileiro é altamente preconceituoso e o mito da democracia racial é uma ideologia arquitetada para esconder uma realidade social altamente conflitante e discriminatória no nível das relações interétnicas. (Moura, 1988, p. 30)

Esse mito tem funcionado como um instrumento de barragem à mobilidade social, de ascensão da população negra a postos de prestígio social ou liderança, cultural ou econômico. Ou seja, ele pode explicar a

segregação dessa população a lugares confinados como cortiços e favelas, nos pardieiros, invasões alagados, seu baixo nível de renda, situação que ainda assola a comunidade negra no Brasil, que aufere os piores trabalho e rendas mais baixas, além de ser criminalizada e vulnerável.

O mito da democracia racial é uma forma de barragem da mobilidade social vertical do negro, muitas dessas formas de impedimento de ascensão social são invisíveis. Diante disso, criam-se entraves pelo racismo, que impede que o negro exerça e conquiste sua cidadania, ao passo que tais formas de impedimento são transferidas para a sociedade capitalista de economia dependente. Já a desigualdade social que afeta as populações negras e mulheres pobres em maior proporção, se explica de acordo com Ribeiro (1995) com a identidade nacional, onde os sentimentos de pertencimento e identificação assimilados por toda nação oculta o reconhecimento da disparidade social entre ricos e pobres.

Essa identidade nacional, segundo Ribeiro (1995), está atrelada ao mito da democracia racial que contribui para ocultar a percepção dessas diferenças. Dados recentes do relatório sobre riqueza global, publicado anualmente por um banco na Suíça, apresentam o pior resultado de concentração de renda no mundo em 2021. Entre dez países analisados, Brasil e Rússia aparecem como os mais desiguais, sendo que no primeiro, 49,6% de toda a riqueza do país está concentrada com 1% da população. A participação dos mais ricos cresceu quase 3pontos percentuais, mesmo com a pandemia, o que fez os dados serem ainda maiores em 2020 (Cultura Uol, 2021).

No caso dessa pesquisa, esse racismo se manifesta na não aceitação dos negros imigrantes haitianos no sistema produtivo, sendo que os frigoríficos os fazem, não porque tem alguma responsabilidade social, ou sentem-se a fim de desenvolver ações que valorizem esse grupo migratório, mas seu interesse é apenas de sanar a demanda força de trabalho, devido à precarização derivada do modelo fordista taylorista, que adoece, não valoriza e reserva aqueles que desempenham esses trabalhos os piores salários, e para estrangeiros as mais precárias e insalubres vagas de trabalho.

A reação da sociedade cascavelense em fechar o sistema produtivo para inclusão derruba as “máscaras” do mito da democracia racial, que na realidade estende um preconceito histórico e hegemônico do branco em

relação ao negro. As diferentes formas de preconceitos são evidenciadas não só nos dados que mostram o fechamento do setor produtivo para imigrantes haitianos, mas também em expressões visíveis com pichações em locais públicos, como na foto abaixo[27].

**Foto 1. Pichação em estabelecimento em Cascavel**

Foto: Autoria própria, 2016.

Além disso, diversas manifestações são perceptíveis em depoimentos tanto dos entrevistados dessa pesquisa como também em publicações noticiadas pela mídia local.

Um desses depoimentos foi relatado pelo imigrante Taylor:

> *Uma vez estava na lotação de boa, para ir trabalhar, estava sentado de boa, e tinha uma mulher de pé, o ônibus estava cheio. Pensei, por que não se senta do meu lado? Então eu disse: senhora pode sentar-se, ela disse não, não. Percebia que ela estava fugindo de mim. Falei de novo, não senhora pode sentar-se, não falei que a senhora é velha, pode sentar-se. Várias vezes que eu peguei lotação eu fiquei bem triste, tinha muitos gestos, até gente que puxava meu cabelo. Aí eu fiquei pensando por que essa pessoa não faz uma pergunta para mim? Não enxerga a pessoa como ela é, não sabe o que a gente sente com isso. Então, um dia cheguei em casa e conversei com minha mulher, disse a ela que iria comprar uma moto. Ela falou para com isso, não briga, não discuti. Não é que eu vou discutir, mas eu não aguento mais, e toda vez que pego lotação to chorando, por quê? Daí comprei uma moto e não ando mais de lotação. Agora eu raramente*

> *saio de casa, se tem gasolina eu saio se não tem não saio, eu tenho vale sim, mas eu não saio*. (Taylor, entrevista realizada dia 20 de maio)

Os depoimentos, as pichações, e a recusa na contratação de trabalhadores pobres, imigrantes e negros são expressões de um preconceito racial e xenófobo que se exprime da pior maneira possível, da supremacia dos de dentro e da rejeição, intolerância e não aceitação dos de fora. Os de fora sempre fizeram parte dessas relações, pois Cascavel se constituiu por imigrantes, porém atualmente, os imigrantes não são brancos de origem europeia e advindos de países ricos, mas são pobres e negros e oriundos de uma das economias mais pobres do mundo. Eberhardt *et al*. (2018, p. 680) vão descrever a população de Cascavel que:

> recebeu distintos fluxos migratórios no século XX: gaúchos, catarinenses, paulistas, alemães, italianos etc. Acabou se tornando o centro político e econômico da região Oeste do Paraná. Os haitianos começaram a chegar ali em 2010, atraídos por empresários locais, com a promessa de empregos em abundância e de qualidade – motivo apontado pelos entrevistados para o deslocamento de mais de 4 mil quilômetros.

Assim, se a cidade apresenta um rechaço na contratação evidenciada pelo setor produtivo, por que os frigoríficos incorporam essa população em uma região de forte preconceito racial e xenófobo? Percebe-se que esse ramo produtivo requer mão de obra barata, abundante e dócil para realização de trabalho precário baseado no modelo fordista taylorista, que para os brasileiros, também é sinônimo de adoecimento, com 100% de rotatividade. Esses dados desmistificam os frigoríficos como maiores empregadores, quando na verdade eles geram adoecimento e substituição permanente de mão de obra. As novas vagas só surgem com novos empreendimentos ou ampliação de bases de produção, sendo essas inferiores quando se compara a rotatividade.

A resistência de trabalhadores nacionais a essas condições fez da mão de obra haitiana boa alternativa para superar a demanda dada a constante rotatividade de trabalhadores no setor. Ao analisar as contratações entre os frigoríficos, percebe-se que apenas um deles contrata a maioria desses

trabalhadores, sendo o frigorífico Coopavel o que corrobora com estudos já desenvolvidos por Martins *et al*. (2014), Grando (2017), Mamed (2017) Eberhardt *et al*. (2018) e Bortoloto (2019).

Tais estudos indicaram esse frigorífico e sua capacidade de empregabilidade na região. Esse setor, quando servido de trabalhadores, em períodos de crise econômica tende a rejeitar os imigrantes. Porém, quando não demandam sua força de trabalho, fecham as portas para estrangeiros dando preferência para a contratação de brasileiros. Assim, com um sistema produtivo fechado, os períodos de crise econômica significam restrição de contratos para haitianos já que a mão de obra nacional aparece interessada nesse tipo de trabalho.

Os baixos salários se explicam pela condição periférica do Brasil, que explora independentemente de sua etnia, aumentando no Oeste do Paraná dado a formação de cadeia produtiva que envolve grandes conglomerados internacionais que monopolizam o controle dos insumos consumidos por essa cadeia produtiva, a tecnologia genética dos matrizeiros de aves, bem como, antibióticos e rações, e repassam aos frigoríficos o preço mínimo da força de trabalho, limitada aos precários salários mínimos legalmente permitidos no país (Bosi, 2016).

Os ritmos e movimentos medidos em minutos, as baixas temperaturas, os ambientes bacterianos, e os baixos salários fazem os frigoríficos serem associados a trabalhos precários e de adoecimento do trabalhador. Cêa e Murofuse (2010), ao estudar o trabalho em frigoríficos, destacam suas características:

> Em linhas gerais, o trabalho realizado no chão da fábrica das empresas frigoríficas investigadas apresenta as seguintes características: repetitividade de movimentos; ritmo de trabalho imposto pela máquina; invariabilidade do trabalho; posturas inadequadas; uso de força física; trabalho muscular estático; pressão mecânica; exposição a temperaturas altas e baixas (dependendo do setor); convivência com odores fortes; barulho excessivo; contato com ambientes úmidos por longos períodos de tempo (mesa de trabalho; chão); manuseio de instrumentos perfurocortantes. (Cêa; Murofuse, 2010, p. 6)

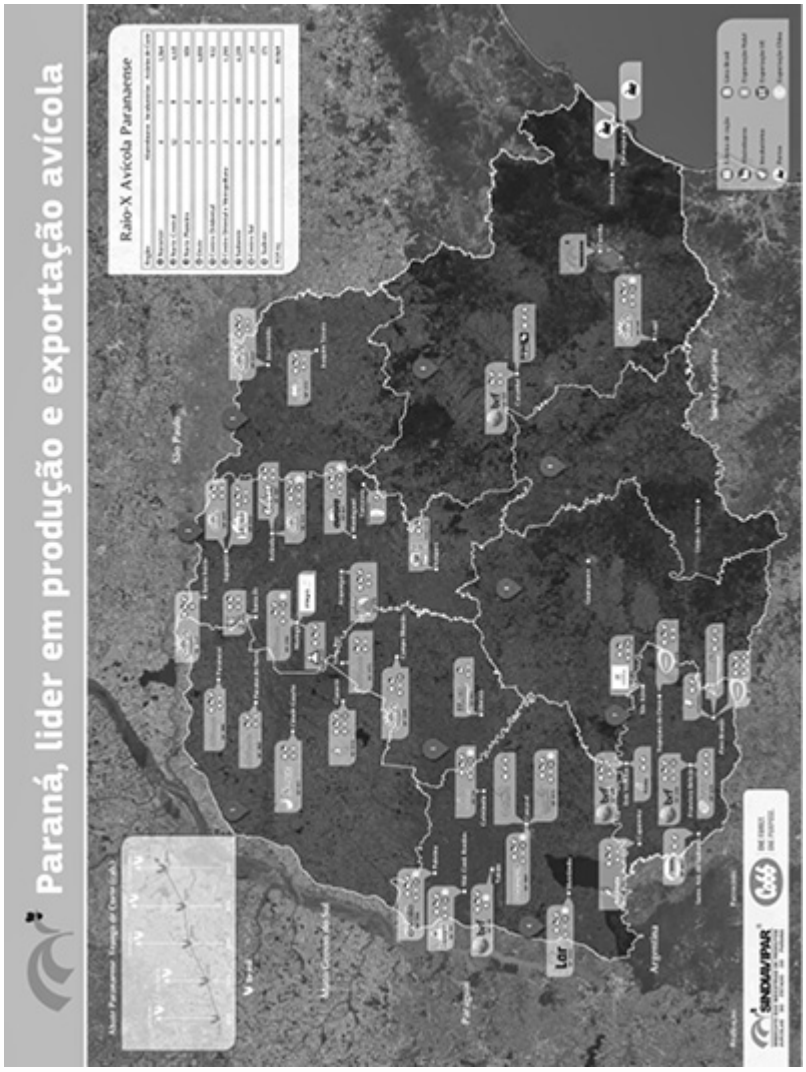
Corroborando com as autoras, ao entrevistar trabalhadores de frigoríficos, Eberhardt *et al*. (2018) apresentam a seguinte sequência desses espaços produtivos marcados por nove posições desde a chegada do frango nas indústrias até a linha principal de desmontagem, isso desconsiderando ainda o processo de carregamento e despache da mercadoria:

> 1)descarregamento dos frangos dos caminhões e verificação do lote e das condições dos animais; (2) repouso dos frangos por cerca de duas horas antes da entrada na linha de produção; (3) choque de insensibilização em água corrente; (4) pendura, abate e sangria; (5) escaldagem em água fervente e depenagem com rolo giratório; (6) lavagem em chuveiros de aspersão; (7) evisceração; (8) espostejamento (desmonte da ave em seus diversos cortes); desossa; (9) embalagem, pesagem, etiquetagem, congelamento e armazenamento. (Eberhardt *et al*., 2018, p. 681)

É nesse contexto que Cascavel se constitui como espaço estratégico para a transnacionalização do capital, localizada na região Oeste do Paraná, inserindo-se em uma conexão global através da vinculação do setor de frigoríficos a grandes oligopólios pelas redes que vão desde o domínio de tecnologia e a subordinação de criadores em aviários, até o trabalho braçal, mecânico e desvalorizado realizado nos frigoríficos, com término da rede via exportação de carnes processadas para diversos países no mundo.

De acordo com Bosi (2016), "a competitividade" da produção de produtos manufaturados brasileiros como o processamento de aves é quase que inteiramente sustentada na exploração da força de trabalho barata e abundante. Assim, o complexo agroindustrial se coloca como um dos principais incorporadores de mão de obra de imigrantes haitianos. Cêa e Murofuse (2010) mapearam a importância desse setor na região Oeste do estado, que compreende 50 municípios, dos quais 12 possuem frigoríficos, como suínos, aves e bovinos, Bosi (2019) ressalta haver sete frigoríficos de aves na região Oeste.

No entanto, dados atuais demonstra a ampliação do setor conforme indica o mapa abaixo.




**Mapa da cadeia produtiva de frigoríficos no Paraná**

Fonte: Mapa Sindiavipar, 2018.

O mapa da estrutura dos frigoríficos ou o que Bosi denomina de cadeia produtiva, é a presença de fábricas de ração, abatedouro, incubatório, granjas de produção. Essa cadeia se expandiu por todo o estado, com destaque de grande concentração nas regiões oeste e leste do estado. Da mesma forma, se tem um panorama de exportação para outros países, como China e União Europeia, bem como de frigoríficos e aviários instalados por região.

A região Oeste é a que mais tem aviários com total de 6.850, tendo o segundo maior número de frigoríficos, perdendo apenas para a região Norte central com 12.000. E em 2018, o estado do Paraná respondeu por 38% de toda carne de frango produzida no país (Sindiavipar, 2018, p. 1).

## Os imigrantes haitianos e o trabalho em frigoríficos

O trabalho em frigorífico remete a presença histórica da exploração, degradação e morbidade da força de trabalho, sendo essa uma consequência direta do aumento da sua exploração, que se expressa nas lesões por esforços repetitivos, sobretudo nos frigoríficos de aves. O adoecimento de trabalhadores embora seja apresentado em algumas estatísticas, ainda não representam a verdadeira realidade dos frigoríficos como geradores de adoecimento da força de trabalho, tendo em vista que muitos deles não têm coragem de denunciar e diminuem a formalização dos dados para 25% das taxas de doenças desde os anos 1980.

O trabalho com corte de carnes em frigoríficos é um dos que mais fere no Brasil, dados do Ministério Público do trabalho e da previdência social inferem que nenhum setor produtivo fere tanto como o de corte de cana e de carne (Bosi, 2016). Os índices são alarmantes, de acordo com Bosi (2016) em 2012 esse ministério divulgou que dos mais de 750 mil trabalhadores em frigoríficos, 150 mil apresentam sofrer de algum distúrbio osteomuscular, ou que 20% deles conciliam dor e trabalho, com a tendência de se lesionar definitivamente. A não resiliência de trabalho em frigoríficos gera a rotatividade, que conforme Bosi (2016), Mamed (2017) e Bortoloto (2019) chega a 100%.

O desenvolvimento da planta industrial baseada no oligopólio de grandes empresas multinacionais interconectadas ao capital nacional, associada a mão de obra barata são as bases da produção industrial e do

sucesso econômico dos frigoríficos na região. No entanto, o trabalho nessas plantas produtivas apontado como sucesso econômico seja pelos representantes do agronegócio e dessa cadeia produtiva não são vistos com tanto êxito pelos trabalhadores como se divulga.

Nessa mesma perspectiva, Magalhães (2016) ao estudar a imigração haitiana em Balneário Camboriú ressaltou a expressiva mão de obra estrangeira nos estados de Santa Cataria e Paraná como os estados de maior atração de trabalhadores no Brasil, ao mesmo tempo em que reservavam a eles os menores salários comparados aos de outras regiões.

A despeito do Oeste do Paraná, uma numerosa força de trabalho foi formada a partir da existência desses frigoríficos, em que tais experiências laborais desses trabalhadores se caracterizam pelos baixos salários, intensificação do trabalho e elevados índices de acidentes de trabalho e lesões resultantes dos esforços repetitivos. Essas características levam a uma outra que se manifesta como consequência de todas elas, que é a alta rotatividade desses trabalhadores (Bortoloto, 2019).

Ao discutir sobre a vinda dos primeiros haitianos para Cascavel Eberhardt *et al*. (2018) ressalta que inicialmente, os haitianos se inseriram na construção civil, em obras de ampliação de hospital vinculado a uma universidade privada. Findadas tais obras, permaneceram na cidade. A maior parte deles foi integrada no trabalho em supermercados e em frigoríficos avícolas e, assim que puderam, trouxeram família e amigos: e dessa forma:

> A comunidade foi crescendo: em 2014, estimava-se a presença de mais de 4 mil haitianos no local, com perspectiva de aumento nos próximos anos. Dados da Polícia Federal apontam que Cascavel está entre os 10 municípios brasileiros com mais haitianos regularmente registrados. (Eberhardt *et al*., 2018, p. 680)

Os primeiros imigrantes haitianos que chegaram em Cascavel tiveram facilidade de conseguir trabalho, em decorrência da ampla demanda do setor produtivo. Porém, a partir de 2015, essa situação se alterou e se instalou uma crise após ocorrer o que viria a ser os primeiros rechaços deles pelo sistema produtivo.

> *Eu cheguei em Cascavel em 2012, vim direto do Acre onde eu fiquei no abrigo até poder sair de lá. A FAG foi nos buscar eu trabalhei para eles por três meses, daí mandaram embora, e eu logo já entrei na Coopavel fiquei três meses não gostava do serviço lá. Pendurar frango você não aprende nada. Fui para a construção civil, trabalhar fazer armada, fazer pilar, fiquei lá um ano, depois eu saí e agora estou na Sadia, na máquina, mexo com suínos. Faz 15 meses que estou na Sadia, o trabalho lá é diferente. Na Coopavel meu deus do céu, quando estava lá trabalhando o chefe dava dois minutos de intervalo, é muito pouco, agora eu trabalho no pernil, estou trabalhando na máquina. Eu gosto mais da Sadia, mas lá também não aprende nada (risos). Se o Brasil melhorar no emprego, eu quero voltar para a construção civil, porque lá você sempre aprende um pouco de armador, está sabendo pedreiro, eletricista. Então quando a gente estava no Haiti, queria uma vida melhor, complicado, porque tem a família para mandar dinheiro meu deus do céu, tem que mandar dinheiro. O Salário na Sadia é R$1,300,00 daí não é líquido, desconta, se a gente faz hora extra dá uns R$1.400,00*. (Ali, entrevista realizada em 9 de maio de 2017)

Ali manifesta a diferença entre os tipos de emprego e o embrutecimento intelectual do trabalho em frigoríficos, de modo que o trabalhador não aprende e não incorpora conhecimento algum ao realizá-lo. A brutalização do trabalhador faz a interpretação deles muito mais complexa do que o que seria a falta de cultura para o trabalho industrial, como justificado pelos gerentes como uma explicação para a rotatividade. Os trabalhadores recuperam o sentido do trabalho, a exemplo do depoimento de Ali, que é destituído de criação e recompensação.

Por outro lado, Ali faz referência a vários tipos de trabalho e à facilidade que teve de se inserir no sistema produtivo quando chegou em Cascavel. A repulsa e a desvalorização do trabalho manifestada nas entrevistas com haitianos revelam o que Bosi (2016) já identificara entre os brasileiros, que faz a resignação ser um elemento comum, quando a eles não resta outras condições de sobrevivência.

As primeiras levas de imigrantes chegaram em Cascavel para trabalhar na construção civil, mas, a maioria desses trabalhadores, pioneiros das migrações, já não está nesse emprego. Os que permanecem na construção civil trabalham por dia, como Alex, que

retrata a situação de trabalhador informal e a precarização da sua condição, de emprego e de vida.

> *Quando eu cheguei no Brasil tudo era bom, todo mundo estava trabalhando aqui em Cascavel, todo mundo, era brasileiro, haitiano, todo mundo. Haitiano é complicado, não tem família aqui não tem casa, não tem nada, tem que comprar tudo. Tem dificuldade. Agora eu trabalho por dia, no mês se tem chuva trabalha de 10 a 5 dias. Eu estou trabalhando como mestre de obras, e já faz um mês e meio, que contrataram nós e até agora não nos pagaram. Você vai receber e a pessoa não paga. A gente está com a carteira assinada faz um mês e nove dias, mas não recebe. Vou ter que sair porque como vai ficar sem receber? Se você está trabalhando e não recebe nada, como vai fazer? Tem um mestre de obras, que eu trabalhei para ele, ele deve R$ 4.500,00 que nós trabalhamos, e ele também não nos paga. Esse não era registrado e todo dia que ligo para ele, fala uma coisa diferente*. (Alex, entrevista realizada em 9 de maio de 2017)

Alex traduz as primeiras experiências daqueles que vieram pela rede de apoio empresarial *guest workers* e as dificuldades de começar sozinhos sem ninguém. Suas narrativas revelam que é mais um daqueles trabalhadores contratados temporariamente e depois de demitido teve que procurar outro tipo de trabalho. Seu depoimento expõe a fragilidade desses trabalhadores, vítimas de empresas que os contratam, mas não efetuam pagamento. Arango *et al*. (2007) e Castles e Miller (2004) evidenciam a deslealdade do setor produtivo, que se aproveita da situação de vulnerabilidade dos imigrantes, oferecendo-lhes salários precários. Alex demonstra como alguns empresários agem de má fé, não pagando sequer o salário pelo trabalho mensal, o que aponta para a necessidade de maior controle e fiscalização por parte das autoridades governamentais competentes.

A concorrência não ocorre somente entre brasileiros, mas entre os próprios haitianos, que competem entre si por uma vaga de trabalho. Isso se intensifica diante do fechamento do sistema produtivo, restando os frigoríficos para uma comunidade de aproximadamente cinco mil haitianos. A fala de Adner ressalta a preocupação com o desemprego, e a tristeza em ver trabalhadores haitianos brigando por vagas de trabalho em um dos maiores frigoríficos da região, e o que mais emprega.

> *Tem gente que chegou em Cascavel e até agora não tem trabalho, aqui na Coopavel tem haitiano que fica o dia todo na frente do frigorífico, forma quase uma manifestação, ficam brigando por vagas. Quando eu vejo isso eu fico mal. Fila de haitiano, a pessoa que trabalha na Coopavel diz a mesma coisa para todo mundo, volta amanhã, vem amanhã, outra semana. Imagina um haitiano que sai de sua casa, sai seis horas da manhã, chega seis horas da tarde, e a pessoa fecha a porta*. (Adner, entrevista realizada em 22 de maio de 2017)

Adner remete às contratações dos próprios frigoríficos e a busca incessante por vagas de trabalho pelos imigrantes, que retornam para casa depois de um dia de muitas tentativas de busca por emprego, sem qualquer resposta positiva. Dentre as dezenas de entrevistas, muitos relatos de haitianos se repetiam quando descreviam suas sagas à procura de trabalho em Cascavel.

Como estratégia para enfrentar o desemprego, muitos passaram a procurar trabalho em grupos, sendo essa uma alternativa de não serem barrados pela falta de comunicação frente ao não domínio da língua portuguesa pela maioria deles. Outra estratégia para buscar trabalho foi o bom comportamento dos que já se inseriram no sistema produtivo e a indicação de conterrâneos.

Os baixos salários aparecem na precarização das condições de vida desses imigrantes no Brasil. A necessidade de enviar remessas as intensificam, quando a maior parte do salário é gasto com as necessidades básicas de sobrevivência. Além de precarizar as condições de vida, os baixos salários tiram o tempo do trabalhador, conforme é relatado por Ali:

> *Eu fiz ensino médio, não tenho vontade de estudar aqui, eu era mestre de obras, no Haiti eu fazia isso, fazia projeto, tudo na área de construção. Aqui o que fazia no Haiti não tem valor, meu conhecimento não tem valor. O tempo é outro problema. Eu saio para o trabalho na Coopavel às cinco da manhã, vou lá pegar o ônibus que passa às seis e trinta. Eu saio do trabalho e chego na minha casa às sete e quinze, gasta muito tempo no ônibus, eu chego e não consigo fazer mais nada. O trabalho pega todo meu tempo, de seis e trinta manhã até sete e quinze da noite. Eu saio de casa à noite e volto à noite*. (Ali, entrevista realizada em 9 de maio de 2017)

A vida se reproduz para o trabalho, que envolve o período de produção e trajeto. Além da falta de tempo livre para fazer outra coisa que não esteja vinculada ao trabalho, Ali sente falta de exercer a profissão de mestre de obras, como fazia no Haiti, sendo essa habilidade desperdiçada em uma sociedade que não lhe permite outra oportunidade, além do frigorífico.

Nessa mesma direção, Milene, Fonise e Claudete se queixam do tempo roubado. Milene ressalta não poder estudar e desenvolver outras atividades. Fonise fala do interesse que tem em encontrar outro emprego para poder cuidar da filha, algo difícil de fazer depois de jornada laboral no período noturno. Todas elas, trabalhadoras do mesmo frigorífico, queixam-se da extensão de horas extras feitas durante a semana, para compensar os sábados, quando, na maioria das vezes, não se trabalha.

A extensão de horas extras é cumprida principalmente por trabalhadores do setor da pendura, atividade que requer esforço manual para iniciar o abate de aves. Neste sentido, trabalhadores denunciam que as piores atividades laborais do frigorífico são reservadas para os haitianos como a pendura constatado nas entrevistas, e a limpeza de máquinas e equipamentos perigosos, o que também já fora demonstrado por Mamed (2017).

Frente à falta de trabalho, não há como recusar as coerções sofridas no ambiente de trabalho em frigoríficos, que ocorrem pelo risco de demissão, acionada pelo gancho, uma espécie de advertência a qualquer descumprimento das normas laborais. Mamed (2017) ressalta ainda que a feminização no campo, feita por mulheres que trabalham nos aviários como nos frigoríficos, é marcada pelos baixos salários, o que tem apresentado um amplo incremento dessa força produtiva por ser mais dócil, disciplinada e suscetível a maior exploração. Conforme essa autora o estado do Paraná, o número de vagas de trabalho reservada para mulheres em frigoríficos praticamente dobrou dos anos 2000 de 642.935 para 1.194.155 em 2010.

Considerando especificamente a região Oeste nesse período se constata um total de 57.852 para 128.408, que, segundo Mamed (2017), resulta do efeito direto da instalação de frigoríficos nessa região, no entanto, os salários não acompanham o crescimento das vagas, pois

persiste de acordo com a autora em uma significativa diferença de rendimento médio entre os sexos.

Em 2000 a mulher recebia 23% menos que os homens não havendo nenhuma mudança nos anos 2010. É evidente a desvalorização do trabalho feminino e a importância dele não só para realização do trabalho sob o ritmo fordista taylorista, mas a situação vulnerável das mulheres migrantes que associada a essa desvalorização estrutural fornece aos frigoríficos um perfil de trabalhador que ele pode manipular sem risco de diminuição da produção, pagando baixos salários com exigências de imposições. A necessidade de trabalho, a coerção, bem como a rejeição pelo sistema produtivo, faz das haitianas um perfeito exército de reservas, com remuneração precária e submissa, ideal para os ritmos de acumulação de capital.

## Conclusão

A mobilidade dos haitianos no Brasil fez do Paraná um dos estados de chegada. Nesse estudo, confirmou-se a hipótese de que os frigoríficos atraem a mão de obra haitiana. A presença dos haitianos na região está relacionada à nova estrutura econômica baseada na agroindústria, que colocou o estado como um dos maiores produtores do processamento de aves e suínos do Brasil.

Essa característica em curso desde os anos 1980 fez da região uma das maiores produtoras de abate de aves do Brasil, gerando muitos empregos, embora não faça ela, parte dos grandes polos industriais do país. Cascavel, cidade escolhida como amostra desse estudo se liga ao mercado mundial não só pela exportação desse tipo de produto, mas também pela exportação de grãos e desde 2010 tem recebido a chegada massiva de trabalhadores imigrantes haitianos. Como analisado, eles iniciaram a mobilidade interna a partir do momento que tiveram a concessão do visto humanitário e documentações mínimas para acessar o mercado de trabalho.

O Oeste do Paraná nunca foi pensado como local de chegada ao Brasil pelos haitianos, mas se impôs a eles como primeira necessidade: a de encontrar um trabalho. Inicialmente vieram trazidos por empresários

através do modelo *guest workers* – trabalhadores convidados, e posteriormente pelas redes de apoio, sobretudo a familiar.

A imigração iniciada em 2012 na cidade de Cascavel seguiu seu curso com períodos de maiores ou menores intensidades. A chegada desses imigrantes no Oeste do Paraná foi marcada por conflitos e negação. Tratava-se de um outro perfil de imigrante, não mais hegemonicamente marcado pelo estilo sulista descendente de europeu, mas eram eles pobres, negros e oriundos de um dos países mais pobres do mundo.

As relações de vida desses imigrantes foram se dando pelo protagonismo deles de viver e buscar meios para superar o preconceito para inserir-se na sociedade. Contudo, fica evidente o rechaço deles pelo sistema produtivo nas intensas taxas de desemprego e situações de vulnerabilidade, sendo essas mais tênues entre as mulheres. Percebe-se nesse estudo, que as imigrações no Brasil são marcadas por um racismo estrutural, quando o imigrante é negro. São essas relações produzidas em um país que historicamente tem negado a sua população negra a inclusão e a cidadania plena, o que é transferido e intensificado aos imigrantes haitianos.

Essa característica fez que o trabalho se mostrasse praticamente limitado aos frigoríficos, algo que, também ocorre devido às condições de trabalho baseadas no fordismo/taylorismo, recusadas por brasileiros em período de ascensão econômica. Os haitianos foram se constituindo em boa alternativa para uma planta produtiva que carece de trabalhadores disciplinados, mão de obra abundante e baixos salários, sendo eles adequados e suscetíveis devido à condição de imigrantes, que os obrigam a se submeter ao trabalho em frigoríficos nas cidades interioranas do Paraná como meio de sobrevivência.

O fechamento do sistema produtivo a eles, bem como a negação de inserção em demais ambientes produtivos carece de superação, pois não há preconceito que não possa ser derrubado com informação e educação, bem como com a ampliação da cidadania, dando a população negra o seu reconhecimento via superação do histórico preconceito de raça e classe. A redução da vulnerabilidade desses imigrantes depende do conjunto de políticas que passam a ter acesso.

No atual momento, em que uma profunda crise humanitária de pandemia assola o mundo, matando milhares de pessoas, o Brasil se

coloca como o terceiro maior número de mortes no mundo, com um total de 661.656 óbitos por covid no país até 14 de abril de 2022, situação que intensifica a precarização das relações de vida desses imigrantes e formas de preconceito racial (Chade, 2022).

O vírus contribui para intensificar o fechamento das fronteiras e conter o processo migratório, agora sob a desculpa não mais de proteção nacional via muros instituídos legalmente, mas eles se levantam sob o lema de combate a disseminação do vírus. Diante de tudo isso, cabe pensar como fica a situação de milhares de imigrantes que vivem em outros países? Quais os efeitos dessa crise para eles na América Latina, em especial no Brasil? Esses seriam dados de uma outra pesquisa, mas que se coloca no atual contexto, com intensificação de relações xenófobas baseadas na falta de oportunidades, no rechaço e intolerância, perceptíveis e demonstrados nesse estudo quais podem se intensificar ainda mais com essa crise.

## Referências


ARANGO, Joaquín *et al*. La imigración en el ojo del huracán. **Anuário CIDOB de la imigración nueva época**, Barcelona, 2017.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; MAGALHÃES, Luiz Felipe A. Migrantes indesejados? A "diáspora" haitiana no Brasil e os desafios à política migratória brasileira. *In*: SILVA, Sidney; ASSIS, Glaucia. **Em Busca do Eldorado**: O Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais. Manaus: EDUA, 2016.

BAENINGER, Rosana *et al*. **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BAPTISTA, Patrícia Alexandra Gonçalves. **Imigração e trabalho doméstico**: o caso português. Lisboa: Teses, 2011.

BORTOLOTO, Claudimara Cassoli. Experiências e trajetórias da imigração haitiana no Oeste do Paraná. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA UFPR, 2016, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo, 2016.

BORTOLOTO, Claudimara Cassoli. Imigração haitiana no Oeste do Paraná e a disponibilidade laboral em frigoríficos. **Revista EDUCAmazônia** – Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá, v. XXI, 2018.

BORTOLOTO, Claudimara Cassoli. **Migração e trabalho na contemporaneidade**: os haitianos no Oeste do Paraná. 2019. 349f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

BOSI, Antônio de Pádua. Acumulação de Capital e trabalho na Agroindustrial no Oeste do Paraná de 1960 a 2010. **História Unisinos**, v. 20, n. 1, 2016. Disponível em: https://bit.ly/35K1mLf. Acesso em: 12 abr. 2022.

BOSI, Antônio de Pádua. Trabalho e Imigração: Os haitianos empregados nos frigoríficos do Oeste do Paraná. **Revista de História Regional**, v. 24, n. 2, p. 228-251, 2019. Disponível em: https://bit.ly/3pPLk9q. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **Banco Central do Brasil**. Transferência de remessas para o Haiti. Brasília, 2018b.

BRASIL. **Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiro** – SINCRE. Brasília, 2018a.

CARVALHO, Joselene Ieda dos Santos Lopes de. **Trabalho e imigração**: trabalhadores haitianos em Cascavel-PR (2012-2020). 2020. 200f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual do Oeste doParaná, Marechal Cândido Rondon.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **La era de la migración**: Movimientos internacionales de población em el mundo moderno. Mexico: Universidad Autônoma de Zacatecas, 2004.

CATVE. **Cascavel é a cidade com maior número de haitianos do Paraná**. 2017. Disponível em: https://bit.ly/3sXXPle. Acesso em: 12 abr. 2022.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos; MUROFUSE, Neide Tiemi. Processos de trabalho em frigoríficos e as possibilidades de constituição de novas sociabilidades na luta coletiva pela 122 saúde do

trabalhador. *In*: ARAÚJO, José dos Santos Souza (org.). **Trabalho, educação e sociabilidade.** São Paulo: Editora Práxis, 2010.

CHADE. Jamil. **Mortes no Brasil disparam e país tem 3º maior número do mundo, diz OMS.** Publicado em UOL Notícias. Disponível em: https://bit.ly/3OHJ6Uk. Acesso em: 14 abr. 2022.

CULTURA UOL. Relatório aponta pior resultado sobre desigualdade social no Brasil desde 2000. **Jornal da Cultura**, 25 jun. 2021. Disponível em: https://bit.ly/3CEoWFm. Acesso em: 12 abr. 2022.

DAVID, Jean Bart. **Condições de vida e trabalho de imigrantes haitianos residentes no município de Cascavel/Paraná**. 2021. 127f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu.

EBERHARDT, Leonardo Dresch. **Haitianos em Cascavel, Paraná**: história, trabalho e saúde. 2017. 212f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Disponível em: https://bit.ly/3sYTLBh. Acesso em: 12 abr. 2022.

FARIA, Andressa V. Os haitianos e o refúgio ambiental. *In*: BAENINGER, Rosana *et al*. **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

GRANDO, Guilherme Dotti. **Luta de classes, trabalhadores e frigoríficos em Cascavel-PR (1980-2015)**. 2017. 96f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon. Disponível em: https://bit.ly/3vV7lY9. Acesso em: 12 abr. 2022.

HANDERSON, Josép. Diáspora Haitiana. **Revista Horizontes Antropológicos**, ano 21, n. 43, 2015.

MAGALHÃES, Luís F. A. Imigração haitiana no Estado de Santa Catarina: contradições da inserção laboral. *In*: BAENINGER, Rosana *et al*. **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MAMED, Letícia Helena. Trabalho, Migração e Gênero. A trajetória da mulher haitiana na indústria da carne brasileira. **Revista Temáticas**,

v. 25, n. 49/50, 2017. Disponível em: https://bit.ly/3hTH6t9. Acesso em: 12 abr. 2022.

MANICA, Carmem Aparecida. **A migração haitiana e a inserção no mercado de trabalho na cidade de Cascavel/PR**. 2018. 138f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo.

MARTINS, José Renato Vieira *et al*. **A diáspora haitiana da utopia à realidade**: perfil dos haitianos em Cascavel Paraná. Foz do Iguaçu: Gráfica Grapel, 2014. Disponível em: https://bit.ly/3I3tgPk. Acesso em: 12 abr. 2022.

NUNES, Lineker Alan Gabriel; ANTONELLO, Ideni Terezinha. A inserção do migrante haitiano no mundo do trabalho no município de Cascavel/PR. **Caminhos de Geografia**, v. 21, n. 78, p. 65-77, 2020.

OLIVEIRA, Maria M.; SILVA, Elias O. A migração haitiana na Amazônia à luz dos estudos de gêneros. *In*: SILVA, Sidney A.; ASSIS, Glaucia O. **Em Busca do Eldorado**: O Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais. Manaus: EDUA, 2016.

PARANÁ. **Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos** – SEJU. Curitiba: Observatório do Trabalho, 2017.

PORTO, Douglas; ESPINA, Ricardo. Brasil ultrapassa 500 mil mortes por covid-19. **Viva Bem UOL**, 2021. Disponível em: https://bit.ly/3CuyCSL. Acesso em: 26 jun. 2021.

RODRIGUES, Alex. Número de imigrantes com contrato de trabalho formal caiu 13% no Brasil em 2016. **Agência Brasil**, 2017. Disponível em: https://bit.ly/3J80D5a. Acesso em: 12 abr. 2022.

SILVA, Paloma K. Maroni. O visto humanitário como política migratória: o caso da imigração haitiana com destino ao Brasil. *In*: BAENINGER, Rosana *et al*. **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SILVA, Sidney A.; ASSIS, Glaucia O. **Em Busca do Eldorado**: O Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais. Manaus: EDUA, 2016.

SINDIAVIPAR. **Paraná, líder em produção e exportação agrícola**. Disponível em: https://bit.ly/3Ctx3EA. Acesso em: 12 abr. 2022.

SOUZA, Marina. 500 mil vidas perdidas: como o Brasil chegou à triste marca de meio milhão de mortes pela Covid 19. **Cultura UOL**. Disponível em: https://bit.ly/3KwfMND. Acesso em: 12 abr. 2022.

---

## Notas

25. Trabalho formal é aquele no qual o trabalhador possui a seguridade social garantida pela assinatura da carteira de trabalho.
26. Os entrevistados são chamados por codinomes a fim de garantir a preservação da sua verdadeira identidade.
27. Vários pontos da cidade tiveram pichações, comumente encontradas no centro da cidade de Cascavel e nos pontos de ônibus urbano.

# PARTE 2

# POLÍTICAS PÚBLICAS, TRABALHO E TERRITORIALIDADES

# 6. IMIGRANTES BRASILEIROS NA GUIANA FRANCESA: GARIMPO, SOBERANIA E FRONTEIRA

*Camilo Pereira Carneiro*
*Giovanna Savazo*
*Beatriz Faverssiani*

Um dos últimos resquícios do colonialismo europeu na América do Sul, ao lado das Falklands britânicas, a Guiana Francesa configura uma coletividade territorial única, que está fora do território da França continental. Localizada na costa norte da América do Sul, faz fronteira ao sul e a leste com o Brasil e a oeste com o Suriname. Este pedaço da França possui área de 83.846 km², sendo menor do que o estado do Amapá, com o qual faz fronteira. O território, incrustrado no Escudo das Guianas, tem relevo composto por uma grande planície e poucas colinas. Cerca de 90% de sua área é coberta pela Floresta Amazônica, (Tostes; Carvalho Ferreira, 2017). Sua importância estratégica para o Estado francês se deve ao fato de abrigar um centro de pesquisa espacial e uma base de lançamento de foguetes usada pela União Europeia e pela Rússia – o *Centre Spatial Guyanais* (CSG)[28].

Atualmente, a Guiana Francesa possui uma população de aproximadamente 296 mil habitantes, sendo que metade deste contingente reside na área circunvizinha à sua capital, Caiena. No tocante aos imigrantes, estima-se que há entre 70 e 80 mil cidadãos brasileiros na Guiana Francesa, sendo que apenas 30 mil possuem a *carte de séjour* (documento de identidade estrangeira na França) e cerca de 12 mil são garimpeiros vivendo nas florestas (Guyane, 2019).

Tema pouco debatido e difundido pela grande mídia brasileira, a imigração brasileira na Guiana Francesa está relacionada à política de ocupação da Amazônia, implementada pelo governo brasileiro a partir da década de 1970 e pela atividade do garimpo de aluvião na selva francesa. Uma situação que resultou no surgimento de uma significativa comunidade brasileira na Guiana Francesa. Comunidade que, mesmo

desprovida de suporte governamental, é responsável por muitas interações entre os dois lados da fronteira.

Nos últimos anos, o movimento migratório dos brasileiros passou a gerar problemas diplomáticos e a constituir um ponto de tensão entre Brasília e Paris. Desde a década de 1980, muitos brasileiros provenientes, sobretudo, do Maranhão, do Amapá e do Pará passaram a viver irregularmente na Amazônia francesa, alterando as dinâmicas transfronteiriças entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Dessa forma, a fronteira Brasil-França passou a ser considerada, ainda que de maneira informal, "fator de integração, na medida em que é uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas", embora o limite internacional entre os dois países configure "um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo", que não leva em conta a existência de fatores comuns, físico-geográficos e culturais (Machado, 1998, p. 42).

É importante ressaltar que a relação entre os dois Estados fronteiriços é desigual. De um lado da fronteira está uma potência regional que ainda carrega muitas características de país subdesenvolvido, o Brasil (sendo o Amapá um de seus estados mais pobres), de outro está uma potência nuclear, que é membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, além de ser uma potência econômica e tecnológica, a França. Fato que denota um embate Norte-Sul ao tema.

A solução do conflito envolvendo os garimpeiros brasileiros e as forças de segurança da França, bem como a promoção de iniciativas de desenvolvimento local e a regulação das interações transfronteiriças concernentes à Guiana Francesa dependem de Paris, restando às autoridades locais uma limitada margem de atuação. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo aferir se as persistentes relações coloniais da França com a Guiana Francesa interferem nas interações entre o Amapá e a Guiana Francesa e se configuram um obstáculo relevante para políticas públicas de desenvolvimento local na região de fronteira.

Visando trazer um enfoque a partir da Geografia Política e das Relações Internacionais sobre a questão, o presente capítulo está dividido em três partes. Inicialmente, o trabalho aborda a legislação

brasileira referente à mineração e o histórico do movimento imigratório dos garimpeiros brasileiros para os países do Escudo das Guianas. Na sequência são analisados aspectos históricos, sociais, políticos, geográficos e econômicos da Guiana Francesa, com ênfase no período entre 2000 (início da grande onda imigratória dos brasileiros) e 2020. Por fim o trabalho traz uma reflexão acerca das relações formais e informais entre o Brasil e a Guiana Francesa, enfocando a comunidade brasileira residente naquela coletividade territorial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, básica, de cunho exploratório, baseada em análise bibliográfica e documental e enriquecida com cartografia temática elaborada pelos autores com o uso do software *ArcGIS*.

## A legislação brasileira e os reflexos no garimpo

A extração mineral configura um importante setor da economia amazônica. Nesse sentido, cabe lembrar que na segunda metade do século XX o governo militar brasileiro implantou uma série de projetos de colonização e de mineração na região Norte, o que atraiu um grande contingente de migrantes de outras áreas do país, sobretudo do Nordeste. Boa parte dos garimpeiros que se encontram atualmente no norte da Amazônia chegou a partir de 1971, quando foi implantado o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Carneiro, 2016).

Como o Programa implantado em 1971 beneficiou, sobretudo, latifundiários e grandes empresas do Centro-Sul do país e multinacionais, um grande contingente de migrantes que havia sido atraído pelo sonho da riqueza não foi absorvido, dando origem a conflitos pela terra. Nesse contexto, o garimpo se tornou uma das poucas alternativas de sobrevivência.

É importante recordar que a atividade garimpeira na Amazônia foi estimulada durante as décadas de 1970 e 1980 pelo governo federal brasileiro – Projeto Garimpo, criado em 1977, e Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Incremento à Produção Nacional de Ouro, criado em 1979 –, sofrendo grande expansão e passando a ser a fonte de renda de milhares de cidadãos brasileiros (Oliveira, 2013).

A migração dos garimpeiros no interior da Selva Amazônica foi percebida pelo governo federal como uma estratégia de ocupação do território e como uma forma de aumentar a produção nacional de ouro. Inicialmente, o garimpeiro foi encarado como um pioneiro, um agente importante para os subsequentes projetos do governo federal brasileiro para a Amazônia. Num primeiro momento, o governo federal apoiou concomitantemente projetos de mineração e o garimpo manual. Num segundo momento, o governo passou a controlar e fiscalizar as áreas de garimpo e a facilitar a ocupação destas por empresas de mineração, o que resultou em conflitos (Oliveira, 2013).

Corroborando este entendimento, Becker (2006) afirma que de início os garimpeiros foram utilizados pelo Estado brasileiro na ocupação de áreas que ainda não eram plenamente ocupadas. Contudo, posteriormente, a partir da Constituição Federal de 1988, este contingente passou a ser impedido de trabalhar na Amazônia.

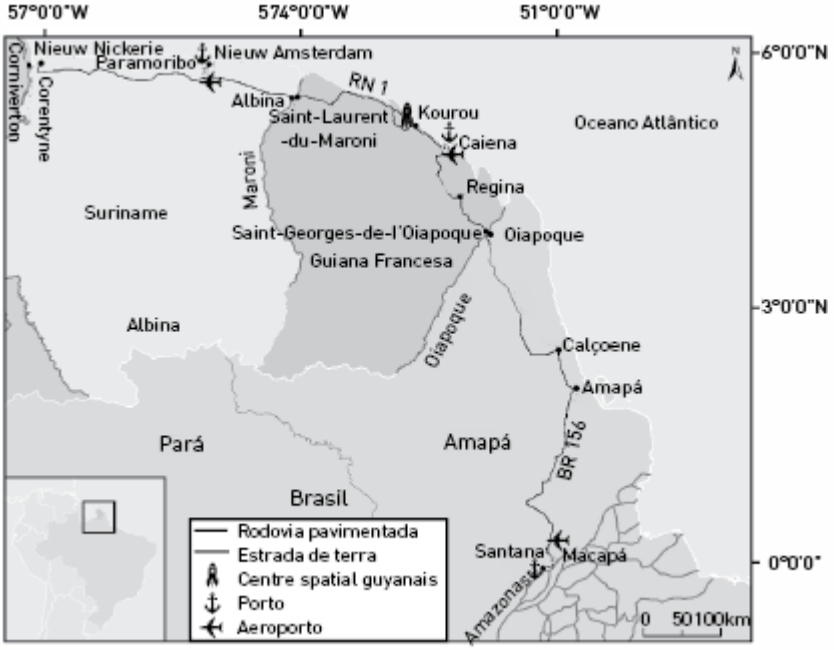
O cenário internacional nas décadas de 1980 e 1990 refletia manifestações de apoio às populações indígenas, que eram contrárias às atividades garimpeiras. Se valendo da repercussão internacional da causa indígena, o governo federal brasileiro passou a promover uma política de criminalização dos garimpeiros, criando a Operação Selva Livre, por meio da qual a atividade garimpeira em terras indígenas e na faixa de fronteira foi proibida (Lima, 2015).

As dificuldades derivadas das novas diretrizes do governo federal para com o garimpo e a mineração relegaram os garimpeiros à informalidade. Ao longo da década de 1990, os garimpeiros passaram a ser retirados de terras indígenas e áreas de garimpo na região Norte. Com isso, uma parcela desse contingente emigrou para países vizinhos localizados no Escudo das Guianas (Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa).

No tocante à Guiana Francesa, apesar das interações entre Brasil e França (acordos de cooperação militar, aliança estratégica formal e importantes intercâmbios econômicos) a questão dos garimpeiros brasileiros clandestinos na Amazônia francesa configura um tema que gera desconforto entre Brasília e Paris.

No âmbito geográfico, a carência de infraestruturas de transporte na Guiana Francesa (situação não muito diferente dos demais países do

Escudo das Guianas) é um ponto favorável à atividade dos garimpeiros na selva francesa. São poucas as rodovias no território francês e o acesso por rios ou por ar ao interior é difícil. No mapa 1 é possível identificar as rodovias da região, estando as mais importantes nas proximidades da costa atlântica.




**Mapa 1. Guiana Francesa e suas principais rodovias**

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

O Escudo das Guianas é marcado pela presença da Floresta Amazônica, por uma concentração populacional em poucos núcleos urbanos nas proximidades da costa atlântica e por uma escassa malha de rodovias. Nesse contexto, os rios da região desempenham um importante papel na circulação de mercadorias e pessoas. No tocante à Guiana Francesa, o rio Oiapoque, na fronteira com o Brasil, e o rio Maroni, na fronteira com o Suriname, são importantes vias de transporte, por onde circulam pequenas e médias embarcações.

O transporte transfronteiriço de pessoas é feito por embarcações chamadas de catraias ou *pirogues* (em francês). No caso do rio Oiapoque, a partir de 2017 a circulação transfronteiriça também passou a ser realizada por meio da Ponte Binacional Franco-Brasileira[29] (Foto 1). A

ponte funcionava em horários reduzidos até a metade de 2019, contudo, a partir de agosto daquele ano, passou a funcionar todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, das 8h às 18h. O deslocamento, contudo, é permitido apenas a carros de passeio. Por sua vez, no Maroni a circulação de veículos é realizada por meio de balsas (Rede Amazônica, 2019).

**Foto 1. Catraias na margem brasileira do Oiapoque e a Ponte Binacional ao fundo**

Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2013.

A presença dos garimpeiros brasileiros na selva francesa deu origem a um conjunto de áreas em que o poder do Estado francês é desafiado pelo poder dos donos das dragas e balsas, os chefes dos sítios de garimpo. Trata-se de uma situação em que é passível de se aplicar o conceito de contraterritório (Fernandes, 2011 apud Dal Pozzo, 2012), um território construído em oposição aos moldes estabelecidos pelo território hegemônico, um território de resistência.

Em seu processo de reterritorialização, os garimpeiros brasileiros, obrigados a cruzar a fronteira, se defrontaram com uma nova identidade territorial que exigiu novas estratégias de sobrevivência num território dominado por um Estado estrangeiro. Nesse sentido, no âmbito da reterritorialização, Chelotti (2010) ressalta a forte manutenção da identidade territorial de sujeitos que passam a expressar no novo território elementos socioculturais de seus antigos territórios de vida – que no caso dos garimpeiros brasileiros se percebe pelo uso corrente do

idioma português, dos ritmos musicais paraenses, das camisas de clubes de futebol brasileiros, dos hábitos alimentares (tapioca, açaí, feijão etc.), entre outros.

A sobrevivência do contingente de garimpeiros brasileiros na selva francesa se pauta em redes de apoio. Segundo Haesbaert (1997), as redes podem ser a base de um processo de reterritorialização, ou seja, de formação de novos territórios. No tocante aos novos territórios criados na selva guianense, cabe destacar o perfil dos brasileiros responsáveis pela sua criação, indivíduos de baixa escolaridade, que deixaram o país natal em função de uma conjuntura de desemprego e pobreza e que têm no setor informal uma fonte de renda. A realidade dos garimpeiros brasileiros passou a moldar o território fronteiriço, onde relações socioeconômicas, amplamente marcadas pela informalidade, estão atreladas à lógica da atividade garimpeira desenvolvida no Escudo das Guianas. Nesse sentido:

> A condição bipolar e multiforme do território fronteiriço faz com que as organizações econômicas criem modelos próprios de intercâmbio, cada vez mais porosos, na circulação de bens, serviços e pessoas, todos no sentido de abrir flancos que assegurem a perene relação de trocas, gerando mais e mais relações horizontais. (Oliveira, 2015, p. 238)

As interações econômicas transfronteiriças impulsionadas pelos garimpeiros brasileiros presentes na Guiana Francesa fazem com que o Estado francês atue no sentido de "dividir e recortar" o espaço fronteiriço, como forma de controlar a circulação de pessoas e mercadorias, e "manter o controle sobre o espaço territorial" (Oliveira, 2015).

No que tange à circulação de pessoas, existem vários entraves impostos pelo governo francês para a entrada de brasileiros na Guiana Francesa. Situação que aflige até mesmo pesquisadores e membros de órgãos governamentais. Nesse sentido, Martins (2008) afirma que em 2007 membros de uma comitiva do Ibama, convidados a participar de um evento ambiental promovido pelo *Parc Naturel Regional de la Guyane*, foram impedidos pela *Police aux Frontières* (PAF) de prosseguir a viagem até Caiena. A PAF só liberou os membros da comitiva que possuíam

visto no passaporte gerando constrangimentos entre os membros dos órgãos ambientais dos dois países.

Atualmente, aos nacionais brasileiros é exigido um visto no passaporte (que em fevereiro de 2020 custava 75 euros e tinha validade de até 5 anos), obtido em Macapá ou Brasília (França, 2020). Além disso, é exigido o pagamento de um seguro para aqueles que entram com veículos, proporcional ao tempo de permanência do turista. Para 15 dias de permanência o seguro custava, em 2019, cerca de 140 reais (Rede Amazônica, 2019).

## Demografia, economia e política da Guiana Francesa

Resquício do colonialismo no subcontinente sul-americano, chegando a ser caracterizada por Pinheiro-Guimarães (2013) como "antiga dependência colonial que hoje sobrevive sob a ficção de fazer parte integralmente do território da França", a Guiana Francesa constitui uma fronteira entre a União Europeia e o Brasil/Mercosul. Nesse sentido, é importante ressaltar que é com o Brasil que a França compartilha a sua maior fronteira terrestre, com 730 km de extensão.

A Guiana Francesa é marcada por grande diversidade étnica. De acordo com o censo de 2014, 57% dos franco-guianenses nasceram na região, 9% na França continental, 3% em outros departamentos ultramarinos franceses e 30% em outros países, sobretudo no Suriname e no Brasil. O principal grupo étnico é o dos mulatos, de ascendência africana e francesa, também merecendo destaque a comunidade de haitianos no país, o que faz a participação do contingente negro[30] no conjunto total da população variar entre 60% e 70% (Tostes; Carvalho Ferreira, 2017).

Na fronteira Brasil-Guiana Francesa, a diversidade étnica pode ser percebida na localidade de Saint-Georges-de-l'Oyapock, onde a miscigenação presente na população local (formada por indígenas das etnias Palikur, Galibi-Marworno e Caripuna, além dos Saramaka (quilombolas), chineses, *créoles*, haitianos, martinicanos, franco-europeus e brasileiros) reflete séculos de ocupação, mobilidades, conflitos e práticas espaciais. Característica que também está presente em outros

territórios da Guiana Francesa, assim como nos demais países do Escudo das Guianas (Silva; Miceli; Farias da Silva, 2019).

Por sua vez, no lado brasileiro da fronteira, a cidade de Oiapoque, fundada em 1945, com a função de apoiar a colonização da região, "é, basicamente, uma cidade de forasteiros que procuram melhores condições em uma fronteira onde circula euro e ouro" (Andrade, 2018, p. 2). Uma população descendente de indivíduos provenientes dos estados do Ceará, Maranhão e Pará, que chegaram no auge da produção aurífera, mas que hoje convive com a expectativa de uma alternativa econômica à extração de ouro, praticamente extinta nos garimpos do lado brasileiro (Andrade, 2018). Os não indígenas convivem com membros das etnias Palikur, Galibi-Kali'na Karipuna e Galibi-Marworno, povos que ocupam três Terras Indígenas (TI Uaçá, TI Juminá e TI Galibi), demarcadas e homologadas, que abrangem 23% da extensão territorial do município (Iepé, 2020).

No que tange à economia, é importante destacar que a Guiana Francesa é extremamente dependente da França continental, sendo os repasses governamentais, os salários do funcionalismo público e a base de lançamento de foguetes – *Centre spatial guyanais* (CSG) (Foto 2) – fundamentais para a Coletividade Territorial da Guiana. Mais da metade dos empregos provêm do setor público e o CSG (órgão público) é responsável por cerca de 15% do PIB (Silva; Granger, 2016).

**Foto 2. Entrada do *Centre spatial guyanais* (CSG), em Kourou**

Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2013.

A precarização do mercado interno guianense é uma questão histórica, que teve início ainda no século XIX, sobretudo a partir da abolição da escravatura na França, em 1848, quando a população negra foi libertada e, concomitantemente, a produção açucareira entrou em colapso. O governo francês, naquela altura, chegou a criar campos de trabalhos forçados na Guiana, para onde foram levados presos políticos e presos comuns.

No ano de 1855 importantes jazidas de ouro foram descobertas no território guianense e no início do século XX houve uma corrida ao ouro, fatos que levaram ao crescimento do comércio local e fizeram com que o setor agrícola entrasse de vez em declínio (Ribeiro Cruz, 2010). Atualmente, os principais setores da economia franco-guianense são: exportação de pescados, exportação de madeira, turismo e extração de ouro, além dos empregos gerados pelo *Centre spatial guyanais* (CSG) e

por seu proprietário, o *Centre national d'études spatiales* (CNES) – Centro Nacional de Estudos Espaciais –, ambos localizados em Kourou.

A Guiana Francesa é carente de indústrias, recebendo grande parte dos produtos manufaturados da França e de outros países da União Europeia. O território também é extremamente dependente do suprimento francês de energia e alimentos. A fragilidade do setor produtivo resulta em altos índices de desemprego, que aflige aproximadamente 22% da população (percentual que chega a 50% no grupo dos jovens). A conjuntura econômica reflete no elevado consumo de álcool, no crescimento da violência e da dependência química entre os jovens (Silva; Granger, 2016).

A situação socioeconômica periclitante na qual se encontram os jovens franco-guianenses levou a uma greve geral no ano de 2017, na qual uma manifestação de rua reuniu 15 mil pessoas que demandavam políticas públicas ao governo francês para a geração de emprego e o combate à criminalidade. Em atenção às demandas, o governo francês incentivou o projeto de extração mineral industrial *Montagne d'Or* (Montanha de Ouro, em português), visando estimular a economia e gerar empregos – no projeto estão previstos 750 empregos diretos e 3 mil indiretos. Segundo estimativas divulgadas pelo governo francês, o território franco-guianense tem um potencial de extração de 85 toneladas de ouro (BBC, 2019).

No que tange ao status político da Guiana Francesa e a histórica questão da independência, é importante destacar que a partir da segunda metade do século XX, na comunidade internacional passou a vigorar uma percepção de que as relações coloniais constituíam uma violação aos direitos humanos, configurando verdadeiros entraves ao desenvolvimento socioeconômico e cultural dos povos colonizados e ameaçando a segurança internacional.

Nesse sentido, a Assembleia Geral da ONU, em 1960, promulgou a Resolução 1514 – Declaração sobre a concessão de independência a países e povos coloniais (ONU, 1960). A resolução foi aprovada com 89 votos a favor e 9 abstenções, sendo uma delas a da França. No tocante à Guiana Francesa, por meio do direito de autodeterminação dos povos, os franco-guianenses poderiam decidir suas próprias formas de governo e buscar livremente os meios para alcançar o desenvolvimento

socioeconômico. A Resolução 1514 abriu caminho para a realização de referendos sobre a independência da Guiana Francesa. No ano de 2010, no mês de janeiro, ocorreu um plebiscito no qual os franco-guianenses tiveram de optar entre três alternativas: a) plena independência; b) autonomia do território ou; c) manutenção do *status quo*.

Naquela altura, estava em pauta a possibilidade de mudança do estatuto de departamento e região para o de coletividade. Os votantes decidiram por não aprovar a transformação da Guiana Francesa em uma comunidade estrangeria regida pelo artigo 74 da Constituição Francesa. Já em 2015, foi aprovada a criação de uma única coletividade territorial para a Guiana Francesa que passou a exercer os poderes atribuídos ao departamento e à região, sendo regida pelo artigo 73 da Constituição Francesa (França, 2010).

A decisão do referendo terminou por não alterar a situação de dependência econômica e a limitação de atuação das autoridades locais da Guiana Francesa no tocante a iniciativas de desenvolvimento. Cabe destacar que a estratégia de Paris na manutenção da dependência econômica da Guiana Francesa passa pela obstrução das relações comerciais deste território com os países vizinhos.

Em que pese o Acordo-Quadro de Cooperação, firmado em 1996 entre Brasil e França fazer menção ao desenvolvimento de relações econômicas em matéria de intercâmbio comercial, de investimentos e de cooperação financeira, o comércio do Brasil com a Guiana Francesa se mostra insignificante. Em 2015, a Guiana Francesa foi o 167º parceiro comercial brasileiro, sendo o 161º na exportação e 234º nas importações. Entre 2011 e 2015, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu 0,1%, de US$ 5,809 milhões para US$ 5,800 milhões (Brasil, 2016).

## O tratamento destinado aos brasileiros

Historicamente, as relações entre o Brasil e a França na Bacia Amazônica vêm sendo marcadas por uma série de conflitos[31]. Iniciando com o litígio de fronteira concernente à Questão do Amapá, resolvido por meio de arbitragem em 1900, quando o Laudo Suíço deu ganho de causa ao Brasil (Jorge, 1999; Brasil, 2012; Goes Filho, 2013). De acordo com

Mattos (2011), a França perdeu, em virtude da decisão arbitral de 1900, um território de aproximadamente 260 mil km² que passou a estar sob soberania brasileira.

Já na segunda metade do século XX, um dos principais fatores de atração populacional na Guiana Francesa foi a construção, na década de 1960, do *Centre spatial guyanais* e do *Centre National d'Études Spatiales*. As obras atraíram mão de obra imigrante que passou a residir na Guiana Francesa (Rosas Duarte, 2016). O ano de 1965 marca o início da imigração brasileira para a Guiana Francesa. No tocante ao perfil dos imigrantes brasileiros na Guiana Francesa, cabe ressaltar que a maior parte é composta de pessoas de baixa escolaridade, provenientes dos estados do Amapá, Pará e Maranhão, que adentram o território francês pelo rio Oiapoque de forma clandestina. O alto percentual de imigrantes irregulares reflete na instabilidade socioeconômica e na estigmatização dos brasileiros na Guiana Francesa (Pinto; Santos; Brito, 2019).

Parte dos brasileiros residentes em Caiena exerce trabalhos braçais de menor remuneração. Alguns indivíduos que estão em situação irregular têm sua presença tolerada pelas autoridades, uma vez que exercem funções que os franceses não se dispõem a realizar (muitos brasileiros trabalham como pedreiros ou empregadas domésticas) (Carneiro, 2013). Grande parte dos brasileiros habita áreas precárias na periferia de Caiena (Foto 3).

No tocante ao contingente brasileiro residente na selva guianense, a França vem implementando medidas de cunho militar e diplomático, que implicam em operações de combate ao garimpo ilegal na selva e no aumento da dificuldade de entrada de brasileiros na Guiana Francesa. O tratamento recebido pelos brasileiros capturados em garimpos na Guiana Francesa vem sendo denunciado e difundido em trabalhos acadêmicos e pela imprensa amapaense. Existem relatos de brasileiros que atuam em garimpos na Guiana Francesa sobre operações das forças de segurança da França – Legião Estrangeira, Exército, *Gendarmerie*, PAF etc. – nas quais os garimpeiros são presos e transportados em grandes gaiolas de aço içadas por helicópteros, passando por cima da floresta no trajeto até o presídio, que fica nas proximidades de Caiena. Nas operações as roupas e pertences dos cidadãos brasileiros são queimados e são comuns os relatos de maus-tratos por parte das autoridades policiais e

penitenciárias. Essas operações militares contra os garimpos clandestinos resultam frequentemente em hostilidades e em alguns casos até em mortes (Carneiro, 2013).

**Foto 3. Rua de Bairro popular na periferia de Caiena**

Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2013.

Com relação aos cidadãos brasileiros que invadem a selva guianense de maneira clandestina buscando trabalho nos garimpos ilegais, autoridades da PAF estimam que aproximadamente 20 mil brasileiros ultrapassaram a fronteira com a Guiana Francesa atraídos pela "promessa do *El Dorad*o" apenas no ano de 2013 (Carneiro, 2013).

O grande contingente de garimpeiros que atuam clandestinamente na selva guianense fez com que a França aplicasse restrições à entrada de brasileiros na Guiana Francesa (território da União Europeia que não faz parte do Espaço Schengen). O cidadão brasileiro, mesmo viajando a turismo, precisa tirar um visto, além de ter que apresentar seguro saúde, comprovante de vacinação, endereço de hospedagem, entre outros (França, 2019).

As medidas restritivas implementadas pelo governo francês passaram a vigorar a partir do início do século XXI como uma forma de combater a mineração clandestina na Amazônia francesa, o que acabou por resultar no aumento da informalidade presente nas interações e nos fluxos transfronteiriços. Com relação à imagem dos garimpos ilegais difundida por Paris, o governo francês afirma que apenas 20% do ouro extraído da Guiana Francesa provém da mineração regular, sendo os garimpos

clandestinos responsáveis por uma extração anual de dez toneladas de ouro (boa parte contrabandeada através do município brasileiro de Oiapoque). Além da evasão de divisas, o governo francês alega que outras consequências da mineração clandestina são a poluição das águas por conta do uso de mercúrio e o desmatamento (Vargas; Aquino, 2019).

Cabe destacar ainda alguns detalhes referentes a criminalidade associada ao garimpo. Os garimpeiros brasileiros atraídos pelo ouro da Amazônia francesa, além de cometerem uma série de infrações à legislação francesa, comumente se envolvem em conflitos entre seus pares, mas também com assaltantes (que entram na selva atrás de ouro) e com as forças de segurança da França (Silva; Ruckert, 2009; Silva, 2013).

É importante ressaltar que os brasileiros que se encontram na Guiana Francesa estão sujeitos às leis e penas da França, correndo o risco de serem condenados a cumprir penas que são proibidas pela legislação brasileira. Esta presença de imigrantes irregulares é um fator agravante das tensões sociais na Guiana Francesa. Imigrantes brasileiros, surinameses e haitianos são estereotipados e frequentemente acusados de tomar postos de trabalho dos franco-guianenses (Rosas Duarte, 2016).

No que tange à diplomacia envolvendo Paris e Brasília, em virtude do problema dos garimpeiros brasileiros e de outras questões transfronteiriças (pesca ilegal, tráfico de pessoas etc.), os governos do Brasil e da França assinaram, em 1996, o Acordo de Cooperação Mista, que seria ratificado com o Plano de Ação da Parceria Estratégica em 2008. Com o Plano foi criada a Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça (CMT).

Em julho de 2019, autoridades francesas e brasileiras se reuniram no âmbito da XI Reunião da CMT. Os principais temas da Reunião foram: a cooperação militar, policial e aduaneira visando combater a exploração ilegal do ouro e a pesca ilegal. No tocante à cooperação militar, as Forças Armadas do Brasil e as Forças Armadas da França, junto com as demais instituições ligadas a inteligência, ratificaram a parceria no combate ao garimpo ilegal, ressaltando a necessidade de se atacar todo o circuito do crime organizado e não apenas a figura do garimpeiro (Amapá, 2019).

Nesse sentido, é importante ressaltar que no negócio da extração clandestina de ouro os garimpeiros são a ponta de uma rede de grande

complexidade, que em seus extremos começa e termina nas grandes cidades amazônicas e em algumas cidades globais.

O combate às redes criminosas envolvidas no comércio internacional do ouro é dificultado pela deficiente cooperação entre as autoridades brasileiras e francesas. Corrobora essa afirmação o fato de que durante a XI Reunião da CMT as autoridades brasileiras afirmaram a necessidade de uma maior cooperação para o apoio logístico das forças policiais, como o acesso à pista de voo de Camopi, comuna da Guiana Francesa nas margens do rio Oiapoque. No entanto, receberam a informação de que isso não seria possível por conta de um impasse na regulamentação francesa para o trânsito aéreo livre na região (Amapá, 2019). Exemplo de situação decorrente da falta de autonomia das autoridades guianenses, algo que configura um obstáculo à implantação de políticas públicas na fronteira Brasil-França e que atrapalham as interações entre o Amapá e a Guiana Francesa.

## Considerações finais

As relações do Brasil com a França no tocante à Guiana Francesa são marcadas pela presença do contingente de imigrantes brasileiros naquele território, sobretudo aqueles ligados ao garimpo ilegal. Uma questão de soberania que gera tensões entre Brasília e Paris. Além disso, conversações entre Brasil e França acerca do referido tema refletem o status dos dois países no sistema internacional.

Nesse sentido, é possível afirmar que as relações entre Brasil e França são caracterizadas por um padrão centro-periferia. Padrão materializado nas dificuldades (vistos, seguros, tributos etc.) impostas pelo Estado francês à entrada de mercadorias, veículos e cidadãos brasileiros na Guiana Francesa, bem como pelo tratamento destinado aos brasileiros capturados nas áreas de garimpo no interior da selva guianense.

Não obstante, a fronteira Brasil-França é marcada por uma forte integração informal, configurando uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas. O limite internacional entre os dois países segue sendo um fator de separação de unidades políticas soberanas e um obstáculo fixo

que ignora a existência de fatores comuns, físico-geográficos e culturais. Algo que pode ser percebido nas operações das forças de segurança da França contra os garimpeiros brasileiros, onde esses fatores não são levados em consideração.

É importante ressaltar que o contingente de brasileiros que atuam nos garimpos clandestinos na Amazônia francesa é resultado da legislação do governo federal brasileiro estabelecida no final da década de 1980, que impossibilitou o trabalho – e a sobrevivência – dos garimpeiros na faixa de fronteira e nas terras indígenas.

Em seu processo de reterritorialização, os garimpeiros brasileiros, obrigados a cruzar a fronteira, se defrontaram com uma nova identidade territorial que exigiu novas estratégias de sobrevivência num território dominado por um Estado estrangeiro. Nesse sentido, no âmbito da reterritorialização, este contingente termina por reproduzir padrões sociais e modos de vida de seus locais de origem – como o uso do português e a cultura das cidades da região Norte do Brasil – no interior da Guiana Francesa.

Por outro lado, a situação econômica da Guiana Francesa e a pouca autonomia das autoridades locais configuram obstáculos a políticas de desenvolvimento local. Uma falta de autonomia que vem sendo materializada nos entraves para a utilização da Ponte Binacional e que também contribuiu para que a abertura da referida ponte (ainda hoje com funcionamento precário) tardasse longos seis anos para ocorrer.

A Guiana Francesa, assim como o Amapá – cuja situação é bem mais grave em termos socioeconômicos –, é carente de políticas públicas de toda ordem. A coletividade territorial francesa carece de políticas públicas que amenizem o problema do desemprego e favoreçam uma melhor integração do contingente de imigrantes à sociedade guianense (em especial os brasileiros). Face à sua improvável independência, as políticas dirigidas por Paris para a região seguem enfocando a mineração em grande escala. São medidas tomadas sem a participação da população local, que não são destinadas a efetuar uma necessária alteração na estrutura econômica da Guiana Francesa, que possui latentes problemas sociais.

No que tange à extração clandestina de ouro na Amazônia francesa, é importante destacar que apesar de as consequências dos garimpos ilegais

serem inúmeras – desmatamento, poluição ambiental, choques entre garimpeiros e autoridades policiais francesas, com a escalada para o conflito armado em alguns contextos –, os garimpeiros brasileiros vêm servindo de bodes expiatórios no grande negócio da extração clandestina de ouro na região. Um negócio cujas ramificações se estendem para além de Oiapoque e chegam a grandes cidades amazônicas e cidades globais no exterior.

Por fim, levando em consideração as movimentações recentes de Brasília e Paris em relação à Guiana Francesa, nada indica uma mudança no contexto geopolítico atual, seja nas interações transfronteiriças ou na situação dos imigrantes brasileiros. O histórico distanciamento entre o Amapá e a Guiana Francesa – cujo resultado mais visível é o diminuto intercâmbio comercial entre ambos – continua sendo perpetuado por uma política colonial francesa que configura um obstáculo a iniciativas de desenvolvimento local.

## Referências


AMAPÁ. Governo do Estado do Amapá. **Brasil e França discutem cooperação militar para solução de crimes transnacionais**. 2019. Disponível em: https://bit.ly/3J4xYxy. Acesso em: 12 abr. 2022.

ANDRADE, Ugo Maia. Na fronteira: mobilidades xamânicas entre Brasil e Guiana Francesa. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 24, n. 51, 2018. Disponível em: https://bit.ly/34uOHLw. Acesso em: 12 abr. 2022.

BBC. **Como a França preserva e explora seu pedaço da Amazônia na Guiana Francesa**. 2019. Disponível em: https://bit.ly/3MIfOnx. Acesso em: 12 abr. 2022.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Lei nº 12.288, 20 jul. 2010. Disponível em: https://bit.ly/2KiZNcb. Acesso em: 12 abril 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Brasil-Guiana Francesa**: balança comercial. 2016. Disponível em: https://bit.ly/3sYwBLc.

Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Obras do Barão do Rio Branco IV**: Questões de Limites, Guiana Francesa segunda memória. Brasília: Funag, 2012.

CARNEIRO, Camilo Pereira. O Arco Norte da fronteira brasileira: entre a lógica militar de defesa e segurança e os projetos de infraestrutura e integração da América do Sul. *In*: ENCONTRO NACIONAL – ENABED, 9., 2016, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: ABED, 2016.

CARNEIRO, Camilo Pereira. **Relatório de campo do projeto Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas**. Macapá: Unifap/OBFRON, 2013.

CHELOTTI, Marcelo C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 1, n. 22, p. 165-180, 2010.

DAL POZZO, Clayton F. Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 15, n. 21, p. 50-68, 2012.

FRANÇA. **Embaixada da França no Brasil**. Vistos. 2020. Disponível em: https://bit.ly/3t0uGpN. Acesso em: 12 abr. 2022.

FRANÇA. **Question nº 1220**. Collectivités territoriales. 2010. Disponível em: https://bit.ly/3MAFzX7. Acesso em: 12 abr. 2022.

GOES FILHO, Synesio S. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: Funag, 2013. Disponível em: https://bit.ly/3J2VXgC. Acesso em: 12 abr. 2022.

GUYANE. **La préfecture de la Guyane**. 2019. Disponível em: https://bit.ly/3MHjGFy. Acesso em: 12 abr. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

IEPÉ. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. **Os povos indígenas do baixo rio Oiapoque**. Disponível em: https://bit.ly/3tOCGcz. Acesso em: 12 abr. 2022.

JORGE, Artur Guimarães de Araújo. **Rio Branco e as Fronteiras do Brasil**. Brasília: Editora do Senado Federal, 1999.

LIMA, Suely A. de. Eixo Escudo das Guianas da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA): Possibilidades e Desafios. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – ABRI: REDEFININDO A DIPLOMACIA NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO, 5., 2015, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte, 2015.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. *In*: STROHAECKER, Tania Marques *et al*. (org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998, p. 41-49.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. **Relações bilaterais Brasil/França**: a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá-Guiana Francesa no contexto global. 2008. 162f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília.

MATTOS, Carlos de M. **Geopolítica**: Volume II. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

OLIVEIRA, Rafael da S. **Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas**: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname. 2013. 400f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Tito C. M. de. Para além das linhas coloridas pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)**, v. 11, n. 15, p. 233-256, 2015.

ONU. **Declaración sobre la concesión de la independencia a los países y pueblos coloniales**. Resolución 1514 (XV) de la Asamblea General de las Naciones Unidas el 14 de diciembre de 1960. Disponível em: https://bit.ly/3pULts5. Acesso em: 12 abr. 2022.

PINHEIRO-GUIMARÃES, Samuel. **O imperialismo, o sistema internacional e o Brasil**: Reflexões sobre a política internacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza; SANTOS, Jefeson Caldas dos; BRITO, Raimundo de Lima. Guiana Francesa: história, fraturas étnicas e processos migratórios. *In*: **Revista Humanidades e Inovação** v. 6, n. 14, 2019, p. 204-218.

REDE AMAZÔNICA. **Ponte que liga AP e Guiana Francesa passa a funcionar todos os dias da semana e feriados**. 2019. Disponível em: https://glo.bo/3hUexeS. Acesso em: 12 abr. 2022.

RIBEIRO CRUZ, Silvia Helena. **Turismo, fronteira e desenvolvimento na Panamazônia**: trajetórias entre o Brasil e a Guiana Francesa. 2010. 343f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém.

ROSAS DUARTE, Geraldine. Guiana Francesa: uma análise geohistórica. **Confins**, Paris, n. 28, 2016. Disponível em: https://bit.ly/3pTcVGU. Acesso em: 12 abr. 2022.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. **A Cooperação Transfronteiriça entre Brasil e França**: Ensaios e Expectativas neste século XXI. 2013. 261f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; GRANGER, Stéphane. Desafios multidimensionais para a cooperação transfronteiriça entre França e Brasil 20 anos depois (1996-2016). **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 38, p. 27-50, 2016. Disponível em: https://bit.ly/3pShCk0. Acesso em: 12 abr. 2022.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; MICELI, Clicia Vieira di; SILVA, Brenda Farias da. Iconografia das fronteiras das Guianas. **Confins**, Paris, n. 39, p. 1-20, 2019.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; RÜCKERT, Aldomar. A fronteira Brasil-França. **Confins**, Paris, n. 7, 2009. Disponível em: https://bit.ly/3CtvRRD. Acesso em: 12 abr. 2022.

TOSTES, José Alberto; CARVALHO FERREIRA, José Francisco de. O Amapá e a Guiana francesa sob a ótica do corredor transfronteiriço.

**Confins**, Paris n. 31, 2017. Disponível em: https://bit.ly/35KSmWc. Acesso em: 12 abr. 2022.

VARGAS, Joana Domingues; AQUINO, Jania Perla Diógenes. Garimpos de ouro na fronteira franco-brasileira: Conexões entre o legal e o ilegal. **Dilemas**: Rev. Estud. Conflito Controle Soc., edição especial n. 3, p. 219-235, 2019. Disponível em: https://bit.ly/3CEEQj2. Acesso em: 12 abr. 2022.

---

## Notas

28. Em 1962, com a independência da Argélia, então colônia francesa, a CNES foi obrigada a abandonar a base de lançamentos de Hammaquir em 1967. No total, quatorze locais, nos departamentos ultramarinos e em países como Brasil e Austrália, foram analisados para abrigar a nova base. O relatório da CNES recomendou a Guiana Francesa para ser o novo local da base espacial e em 1964 as autoridades francesas firmaram o ato de criação do CSG. Em setembro de 1965 começaram as obras que contaram com 2500 trabalhadores de onze nacionalidades (esse contingente contava com muitos brasileiros).

29. Cabe destacar que as obras da Ponte Binacional Franco-Brasileira foram concluídas em agosto de 2011, contudo, em função do atraso na finalização das instalações no lado brasileiro, a obra foi inaugurada e aberta apenas em 2017. A utilização da ponte continua sendo um problema devido aos obstáculos impostos pela França à circulação de pessoas e veículos provenientes do Brasil.

30. De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010), o significado do termo negro corresponde ao conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga.

31. O impasse sobre a fronteira Brasil-França durou aproximadamente dois séculos, havendo neste período a implantação de bases militares e missões religiosas, além da reivindicação territorial por parte de aventureiros (em 1886 e 1904 Jules Gros e Adolph Brezet proclamaram, respectivamente, a independência da República de Cunani e do Estado Livre de Cunani, ambos países fictícios que não contaram com reconhecimento internacional).

# 7. JORNAIS PARA TRABALHADORES EM GRANDES OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL: O CASO DO INFORMATIVO UNICON E A USINA HIDRELÉTRICA BINACIONAL DE ITAIPU

*Endrica Geraldo*

Este trabalho possui como foco o *Informativo Unicon*, periódico lançado em fevereiro de 1978 pelo Órgão do Departamento de Bem-Estar Social (posteriormente Setor de Bem-Estar Social do Departamento de Recursos Humanos) do consórcio denominado União de Construtoras Ltda (Unicon). O consórcio foi formado por empresas brasileiras para executar as obras de construção civil na margem esquerda (o lado brasileiro) da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu. O Informativo foi iniciado em fevereiro de 1978 e foi publicado até finais de 1988, com tiragem entre 4.000 e 20.000 exemplares, tendo como público-alvo os trabalhadores da Unicon. As obras da barragem foram realizadas especialmente entre 1975 e 1982. A primeira unidade geradora entrou em operação em 1984, a construção da casa de força e a instalação das unidades geradoras restantes seguiram até 1991.[32] O Informativo existiu e acompanhou, portanto, parte significativa das etapas de construção.

O presente estudo pretende apresentar as características gerais de um periódico produzido a partir de um consórcio de construtoras brasileiras e voltado a um grupo muito numeroso e heterogêneo de trabalhadores, principalmente da construção civil, em um contexto particular que foi a construção da então maior usina hidrelétrica do mundo[33] localizada na fronteira entre o Brasil e o Paraguai durante um período em que, em sua maior parte, esses dois países estavam sob ditaduras militares.

Para isso, pretendo situar o Informativo como produto de um determinado momento do desenvolvimento de veículos de comunicação empresarial no Brasil e, mais especificamente, trazer alguns indícios de que esse tipo de publicação pode ter desempenhado um papel estratégico

no controle dos trabalhadores em grandes obras de construção civil no contexto latino-americano. Pretendo argumentar ainda que, com essas características, a publicação apresenta uma riqueza de elementos para a investigação tanto dos programas desenvolvidos pelas empreiteiras, quanto para tratar de uma diversidade de elementos que envolveram o cotidiano dos trabalhadores e seus familiares dentro e fora do canteiro de obras.

Este capítulo é também uma tentativa de colaborar com as investigações sobre os mundos do trabalho com o foco em categorias (principalmente trabalhadores da construção civil, embora não exclusivamente), em regiões (fora do eixo Rio-São Paulo) e em um período (ditadura militar) que, segundo Correa e Fontes, têm sido pouco explorados pela historiografia da ditadura brasileira.[34] Desta forma, esta discussão busca apresentar alguns resultados de uma pesquisa que se encontra em andamento, identificando condições relacionadas à construção da usina para, em seguida, situar o *Informativo Unicon*, indicar como ele vem sendo utilizado nas pesquisas, assim como alguns caminhos que ainda deverão ser percorridos.

## A obra, os consórcios e os trabalhadores

A definição do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu resultou de longos anos de estudos, negociações e acordos que já foram discutidas em vários trabalhos.[35] A assinatura do Tratado de Itaipu em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, forneceu as bases para a criação da entidade autônoma Itaipu Binacional, formalizada em 17 de maio de 1974.

Nesse período, ambos os países estavam submetidos a ditaduras: a ditadura do general Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989) e a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Entre outras características, estudos desenvolvidos sobre as duas ditaduras apontam impactos severos desses regimes sobre as condições de vida dos trabalhadores e as relações de trabalho, assim como intensa repressão contra suas formas de organização e de luta.[36] De acordo com Campos, a ditadura brasileira beneficiou as construtoras com "subvenções, reserva de

mercado, incentivos financeiros, isenções de demanda de obra", mas também por meio de medidas e orientações das políticas estatais direcionadas aos trabalhadores: "arrocho salarial, desrespeito às leis trabalhistas, coerção sobre as formas de organização, enfraquecimento dos mecanismos fiscalizadores de segurança".[37] A piora nas condições de vida dos operários da construção, segundo o autor, permitia e favorecia o aumento dos lucros das empreiteiras.

A Usina foi construída na região da Tríplice Fronteira entre Argentina, Paraguai e Brasil, mais especificamente no Rio Paraná entre o distrito de Hernandarias, localizado nas proximidades da então Puerto Presidente Stroessner, atual Ciudad del Este, Departamento de Alto Paraná, no Paraguai, e a cidade brasileira de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná. De acordo com White, a construção da infraestrutura econômica e social para a realização da obra e para receber os trabalhadores (com a construção de estradas e casas, por exemplo) começou em 1974.[38] O início das obras da barragem ocorreu em 1975. A construção foi dividida em 3 etapas: 1) Escavação do canal e desvio; Construção da estrutura de desvio; Primeira etapa da barragem de enrocamento; Desvio do rio de seu leito para o canal. 2) Execução das diversas estruturas de concreto; Barragem de terra e enrocamento; Montagem dos primeiros geradores; Fechamento do rio e enchimento do reservatório; Início de operação da primeira unidade geradora. 3) Execução da casa de força do canal de desvio; Complementação da montagem das 18 turbinas.[39]

Em razão das dimensões do empreendimento, no Brasil e no Paraguai diferentes consórcios foram criados e empresas foram subcontratadas tanto para tarefas de coordenação do projeto quanto para as obras de construção civil e de montagem eletromecânica.[40] Especificamente para as obras de construção civil, foram criados um consórcio brasileiro e um paraguaio compostos pelas seguintes empresas: Consórcio União de Construtoras Ltda (Unicon), brasileiro, integrado por – Cetenco Engenharia Ltda.; CBPO – Cia brasileira de Pavimentação e Obras; Camargo Corrêa; Andrade Gutierrez; Mendes Junior; Consorcio de Empresas Constructoras Paraguayas S.R.L. (Conempa), paraguaio, integrado por – Ecca, S. A.; Barrail Hermanos S.A. de Construcciones;

Compañia General de Construcciones; Ecomipa – Empresa Constructora Minera. Paraguaya; Jiménez Gaona & Lima Ingenieros-Civiles; Ing. Civil Hermann Baumann.[41] Para a Montagem Eletroeletrônica, o consórcio brasileiro foi denominado Itamon (Consórcio Brasileiro Itaipu de Montagem Itamon Ltda.) e o paraguaio, CIE (Consorcio de Ingenieria Eletromecanica).[42]

Os consórcios também tiveram a responsabilidade em promover uma infraestrutura destinada a receber os milhares de trabalhadores e, com a presença de firmas subcontratadas (como a Empresa Serete S.A. Engenharia), realizar a construção dos conjuntos habitacionais e organização de áreas de saúde, abastecimento, assistência social etc.[43] As vilas habitacionais foram construídas especialmente entre 1975 e 1979. O número de residências foi aumentando ao longo do tempo, chegando a totais, no lado brasileiro (Vilas A, B e C) superior a cinco mil casas e, do lado paraguaio (Áreas 1 a 8), superiores a quatro mil, destinadas à hospedagem de trabalhadores e funcionários de diferentes categorias e especializações, muitas vezes acompanhados por seus familiares. Além disso, segundo White, os alojamentos erguidos no canteiro de obras possuíam a capacidade de hospedar cerca de doze mil trabalhadores solteiros ou que não estivessem acompanhados pelos familiares.[44] O processo de construção englobava, portanto, uma quantidade enorme de trabalhadores que foram contratados pelos diferentes consórcios e pelas empresas subcontratadas, além daqueles contratados pela própria Itaipu. De acordo com Sessi, até o ano de 1980, a Unicon foi o consórcio com o maior número de contratados entre as empreiteiras brasileiras e paraguaias.[45] Finalmente, segundo registros da Itaipu, "No pico das obras, Itaipu utilizou cerca de 40 mil trabalhadores no canteiro de obras e nos escritórios de apoio no Brasil e no Paraguai."[46]

As normas relacionadas às relações de trabalho e previdência social, destinado apenas aos empregados da Itaipu Binacional, foram definidas de forma específica, com o do Decreto n 74.431, de 19 de agosto de 1974, que promulgou o Protocolo sobre relações de Trabalho e Previdência Social Brasil-Paraguai. Entretanto, as relações de trabalho e previdência

social dos trabalhadores contratados por "locadoras ou sublocadoras de serviços e empreiteiros ou subempreiteiros de obras da área de ITAIPU", foi realizado um Protocolo Adicional, que foi tornado público pelo Decreto nº 75.242, de 17 de janeiro de 1975.[47]

Entretanto, é importante observar que o processo de construção mobilizou milhares de trabalhadores vindos de diversas regiões dos dois países (e entre as ocupações de maior especialização, profissionais também de outros países) que na realidade eram contratados pelas empresas ou consórcios ou pela própria Itaipu. Esses indivíduos desempenharam uma grande diversidade de funções, divididos hierarquicamente, em um ambiente que possuiu intensa rotatividade, com grande número de demissões especialmente nos términos de etapas. Além disso, como destacou Manarin, nem todos configurariam o que comumente se denomina "barrageiro", isto é, trabalhadores que se deslocam de barragem em barragem.[48] O significado disso para os trabalhadores ainda necessita de maiores investigações. O canteiro de obras foi um ambiente complexo por ter reunido também uma significativa diversidade étnica em um contexto em que as fronteiras nacionais e as relações com os espaços (margem direita – Paraguai; margem esquerda – Brasil, canteiro de obras, vilas habitacionais) eram muito dinâmicas e fluídas. Tudo isso acompanhado por uma intrincada diversidade linguística. As questões advindas dessas condições têm sido pouco exploradas pelos pesquisadores, embora os estudos que têm feito uso de entrevistas com antigos trabalhadores estejam caminhando nessa direção.

## Periódicos empresariais, construção de hidrelétricas e questões em torno do *Informativo Unicon*

Estudiosa da área de Ciências da Comunicação, Elza Aparecida de Oliveira Filha analisou alguns elementos relacionados à comunicação institucional produzida pela Itaipu, como o "Plano de Comunicação da Itaipu Binacional", margem esquerda, em vigor desde 2007 e remodelado em 2017.[49] Oliveira Filha também desenvolveu um estudo no qual discutiu o *Informativo Unicon*, analisando as edições de seu primeiro ano

de circulação, com "tiragem inicial de 15 mil exemplares, aumentou para 17 mil já no segundo número, 19 mil na quarta e 20 mil exemplares em 30 de setembro de 1978, quando foi editado o informativo número 15".[50]

A autora entrevistou José Melquíades Ursi, professor de filosofia cujo nome está presente em todos os expedientes do *Informativo Unicon*: "Nos dez anos em que trabalhou no Unicon, Ursi foi repórter, redator, fotógrafo, laboratorista, diagramador, pastapeiro".[51] Em entrevista para a autora, Ursi afirmou:

> Fazíamos de tudo um pouco, ou de tudo muito, na verdade, porque o ritmo de trabalho era intenso. Não tinha domingo, feriado… a obra estava sempre funcionando e, quando tinha algum acontecimento, o jornal estava lá.[52]

A referência ao ritmo intenso de trabalho no canteiro de obras é também um indicativo da importância que a Unicon atribuiu ao papel da comunicação a ponto de ter como expectativa a presença constante dos responsáveis pela publicação no cotidiano da construção.

Avaliando o conteúdo do Informativo ao longo do ano de 1978, a autora destaca a ênfase nas questões técnicas, na exaltação da importância da obra e na ideia de compromisso dos trabalhadores com a realização do projeto no prazo previsto. A autora define o Informativo como um exemplo peculiar de jornalismo empresarial, tendo como especificidades o perfil do público e o momento histórico de sua produção, a ditadura militar:

> Que desafios foram enfrentados para produzir um jornal destinado a um público tão vasto e heterogêneo quanto os trabalhadores do canteiro de obras? Ao lado de milhares de 'peões' da construção civil – o grosso do contingente, muitos analfabetos ou semialfabetizados – existiam outros públicos como engenheiros, mestres de obra, profissionais de nível técnico e todas as demais categorias que prestavam serviços nas mais diversificadas atividades. O local, distante 14 quilômetros do centro de Foz do Iguaçu, se transformou em uma cidade de porte médio, com escolas, hospitais, centros de lazer, comércio e serviços, para atender os trabalhadores e suas famílias. Como a publicação podia

> acompanhar o desenvolvimento da obra cercada por um severo sistema de segurança, por ser considerada prioridade pelo governo militar?[53]

A análise desenvolvida pela autora aponta questões pertinentes que ainda podem ser aprofundadas como a heterogeneidade do público-alvo e a problemática em torno da questão da alfabetização dos trabalhadores. Com relação aos problemas de alfabetização, seria possível avaliar em alguma medida, por meio de entrevistas com trabalhadores que atuaram nas obras, se os trabalhadores realmente conseguiam ter acesso ao conteúdo do periódico (seja pela leitura dos colegas de trabalho ou com familiares no espaço doméstico). Sobre a heterogeneidade apontada pela autora em termos de qualificação e diversidade de categorias profissionais, que realmente demanda maiores discussões, futuros estudos podem também enfrentar questões relacionadas à heterogeneidade cultural e linguística desse espaço de trabalho: uma obra binacional em um território de fronteira que atraiu migrantes de diversas regiões dos dois países.

Aparentemente, essa especificidade dos trabalhadores envolvidos nessa construção, e mesmo daqueles contratados especificamente pela Unicon, não tem aparecido de forma clara. É possível notar, por exemplo, como a autora situa o canteiro de obras apenas com relação a sua distância do centro de Foz do Iguaçu. A mesma descrição sobre a localização da obra aparece na dissertação de Mascarenhas em um estudo que busca apresentar um contraponto entre o *Informativo Unicon* e o boletim *Poeira*, criado também em 1978 pela Comissão Pastoral da Terra no Paraná. Para discutir uma contraposição entre essas duas publicações, tendo como foco o tema dos brasileiros desapropriados para a construção da barragem, Mascarenhas apresenta o *Informativo Unicon* como uma publicação "bilíngue, português e espanhol, respectivamente para cada lado, e com periodicidade quinzenal, formato de tabloide e com uma tiragem que variou entre 9.000 a 20.000 exemplares", e que o que possuía como seu objetivo divulgar os acontecimentos da Itaipu "do ponto de vista deste bloco (Itaipu, governos militares e consórcio no Brasil e no Paraguai)"[54]. Na leitura realizada pela autora, a ênfase do conteúdo estava nas atividades de lazer e assistência aos trabalhadores.

De acordo com Oliveira Filha, a "solução gráfica para atender ao público brasileiro e paraguaio pode ter sido tão inovadora quanto muitas das novidades nas áreas de engenharia e construção introduzidas ao longo do desenvolvimento da obra".[55] O periódico apresentava 16 páginas divididas com textos nas duas línguas e havia duas capas, dispostas em sentidos contrários:

> Assim, ao abrir a capa em português, o leitor encontrava oito páginas, sempre à direita, com textos nesta língua. Ao ser fechada e virada, a edição apresentava a capa em espanhol, com as mesmas oito páginas à direita, idênticas fotos e diagramação igual ao conteúdo em português – apenas os textos eram traduzidos para atender aos leitores paraguaios.[56]

É evidente que o trabalho de Oliveira Filha, assim como o de Mascarenhas, reconhece o caráter binacional da obra e o aspecto bilíngue do periódico, ainda que delimitem como recorte elementos do contexto brasileiro da Itaipu. Entretanto, situar tanto o canteiro de obras quanto o *Informativo Unicon* no universo da construção da Itaipu demanda reconhecer não apenas o empreendimento como binacional, mas especialmente uma percepção desse espaço como uma fronteira com circulação intensa de trabalhadores e com relações bastante complexas (como étnicas e de classe). De certa forma, o recorte nacional presente em algumas pesquisas sobre Itaipu, a respeito de diferentes temas, pode acabar por impor limitações interpretativas.

A intenção das autoras, portanto, foi situar o *Informativo Unicon* como uma produção específica deste consórcio brasileiro para a construção da Itaipu. Entretanto, a dinâmica de contratação, o convívio de trabalhadores brasileiros e paraguaios dentro e fora do espaço de trabalho e até mesmo o lugar onde os trabalhadores foram hospedados indicam a existência de um trânsito bastante intenso e intrincado. O estudo desenvolvido por White é um dos poucos que, tendo os trabalhadores dessa obra como um de seus temas centrais, consegue delinear com mais clareza a intensidade sua circulação nas duas margens.

Entre suas fontes, o autor fez uso do *Informativo Unicon* e de uma publicação que tem estado ausente em outros estudos realizados por

pesquisadores brasileiros[57] sobre o tema: o *Conempa Remiandú*, periódico criado pelo consórcio paraguaio de construção civil e distribuído mensalmente para seus trabalhadores.[58] Considerando, portanto, que havia um consórcio brasileiro (Unicon) e um consórcio paraguaio (Conempa), cada um deles publicando, a partir de 1978, um periódico destinado aos seus trabalhadores, vale a pena investigar mais profundamente a opção da Unicon para que sua publicação fosse bilíngue. Uma hipótese que merece ser avaliada é que a de que talvez o *Informativo Unicon* não estivesse destinado a ser distribuído para os trabalhadores das duas margens efetivamente, mas sim que a Unicon pode ter contratado um número muito significativo de trabalhadores paraguaios. Além disso, parece pertinente investigar a presença ou não de trabalhadores brasileiros nos consórcio paraguaios, inclusive no Conempa.

White identifica, especialmente a partir dos registros do *Conempa Remiandú*, casos de trabalhadores vindos de diferentes regiões do Paraguai e que foram inicialmente contratados pelas construtoras brasileiras. Uma das matérias presentes nesse periódico indica o caso de um trabalhador que passou primeiro pela empreiteira brasileira C.B.P.O. (e não pelo consórcio especificamente, ainda que a C. B. P. O. integrasse a Unicon) e depois foi contratado pela Conempa. Em outro caso, o trabalhador paraguaio passou pela C. B. P. O., depois pela Unicon e finalmente foi contratado pelo Conempa. White identifica que muitos paraguaios contratados pela Unicon foram hospedados nos alojamentos presentes no canteiro de obras, na margem brasileira.[59] Além de paraguaios contratados e alojados na margem esquerda, há referências de brasileiros hospedados na margem direita. O *Informativo Unicon* anunciou um conjunto habitacional no lado paraguaio no ano de 1979, da seguinte maneira:

> **Os primeiros moradores chegam à "Área 6"** (Grifos do autor)
> Desde o último dia 1º estão sendo habitadas as residências do Conjunto Habitacional da "Área 6". São casas semelhantes às do Conjunto "C" e já estão à disposição dos operários, na Margem Direita.

> O novo Conjunto Residencial está sendo habitado tanto por paraguaios quanto por brasileiros.
> 1064 casas foram entregues à UNICON: destas, até o dia 5 p.p., já haviam sido entregues cerca de sessenta. [...][60]

O trânsito parecia continuar frequente em 1980, quando o Informativo procura oferecer orientações no sentido de que a Unicon teria um funcionário exclusivo para encaminhar as documentações necessárias para as mudanças entre os dois países, em mais um "serviço gratuito em benefício de seus empregados". A notícia esclarecia ainda que "os funcionários da Unicon, requisitados pela Conempa e Itaipu, gozam dos mesmos benefícios ligados ao translado de mudanças entre os dois países."[61] Essa questão também aparece na fala dos trabalhadores entrevistados por Manarin. O autor afirma que, quando não havia casas disponíveis para trabalhadores brasileiros acompanhados por suas famílias no conjunto habitacional Vila C, na margem esquerda, estes eram "alojados momentaneamente nas vilas construídas pela barragem do lado paraguaio" até que uma residência no lado brasileiro estivesse disponível.[62]

Os dois consórcios parecem ter desenvolvido consideráveis formas de articulação, questão que já havia sido observada por Silva ao investigar a ação da Aesis (Assessorias Especiais de Segurança e Informações, órgãos repressivos das duas ditaduras) na Itaipu sobre os trabalhadores: a autora identifica, por exemplo, a troca de fichas de funcionários "com dados pessoais, fotografias, função na empresa, demonstrando a íntima relação entre os consórcios, a Aesi brasileira e paraguaia".[63] A atuação de Guardas de Segurança da Itaipu nas duas margens da obra, atuando sobre operários brasileiros e paraguaios, também foi analisada por Sessi.[64]

Sobre a questão gráfica, seria relevante tentar avaliar se elas estavam inspiradas em modelos gerais da comunicação empresarial, ou se possuíram periódicos anteriores, destinados a trabalhadores na construção de hidrelétricas, como referências de conteúdo e de formato. Em que medida o *Informativo Unicon* realmente apresentava inovações? Outro elemento que praticamente não foi problematizado é a presença

marcante de muitos termos em guarani na publicação brasileira. O periódico paraguaio tem a presença da língua guarani no próprio título: Remiandú. A primeira manchete do primeiro número do *Informativo Unicon* foi em guarani: Yahjá (acompanhada por uma foto de trabalhadores em aparente celebração). O mesmo termo aparece na página 2 como título da carta de apresentação do Informativo, onde se afirma: "foram adotadas todas as providências necessárias para que este Informativo viesse à luz, a fim de se constituir, com o eco de sua voz amiga e fraternal, em mais um elemento de integração".[65] O uso de termos em guarani pode ter tido o objetivo de expressar essa integração.

No segundo número do Informativo, como nota Mascarenhas, o termo é traduzido como sinônimo de "Vamos, sigamos, avante!". A explicação apareceu, segundo a publicação, porque a expressão "despertou a curiosidade de muitos leitores que não compreenderam seu real significado."[66] Ao apresentar uma tabela com 20 manchetes do ano de 1978, Oliveira Filha encontrou em 3 delas termos em guarani que procurou traduzir para seus leitores: Yajhá, Yapopyré, Tenondé.[67] Entretanto, não há discussão sobre a presença dos termos na publicação.

O *Informativo Unicon* chega a mencionar a diversidade étnica presente no canteiro de obras, ainda que o faça por meio de estereótipos da mestiçagem como sinônimo de relações marcadas pela ausência de conflito. O texto apresentado como uma "Crônica em homenagem a amizade bilíngue", descreve a relação entre um personagem brasileiro e um paraguaio no canteiro de obras. "João da Silva, referência nº 35.673-1, paranaense de Jacarezinho, eletricista, filho de pai português com mãe mulata que, por sua vez, é filha de mãe alemã e pai negro", estava à espera da "embarcação que o levaria ao trabalho, na Margem Direita" quando encontra "Juan Gonzales, referência nº 59.635, paraguaio do Departamento de Cordilleras, neto de espanhóis e filho de mãe maká". Juan estaria deixando o seu turno na Margem Direita e João iria ocupar seu lugar no turno da noite. Os dois então trocam cumprimentos: "-Mba'eicha Pá Reicó?", e João responde "-Bien mi compañero! E você?". A crônica descreve os termos da amizade que teria se desenvolvido entre os dois personagens em trechos como: "Juan Gonzales tinha o

espanhol na ponta da língua, João da Silva o português. Parecia um teste bilíngue desfazendo barreiras. O resultado foi bom. Duas línguas irmãs não tinham mesmo nenhuma resistência e obstáculos para o companheirismo entre eles."[68]

Essa presença pode ser inicialmente tomada como óbvia dada a importância da língua e da cultura guarani entre a população paraguaia (desde 1992 o idioma é reconhecido como oficial no país juntamente com o espanhol). É significativo que na crônica, mesmo com a presença desses termos em guarani, o contexto é descrito como bilíngue (português-espanhol), como se a presença desses termos constituísse uma característica do espanhol dos paraguaios, e não um idioma específico. Leitura semelhante parece estar na análise de Oliveira Filha, que encontra e busca traduzir os termos, mas não problematiza a questão. A própria escolha do nome Itaipu reflete a referência ao guarani: durante a fase de elaboração do Tratado, segundo Lima, "Os paraguaios queriam um nome guarani. Os brasileiros não eram contra, desde que tivesse o mesmo significado em tupi e que contemplasse somente um vocábulo."[69] Mas o significado ou mesmo os impactos disso no cotidiano dos trabalhadores em termos de integração e de tensões, conflitos culturais e problemas de comunicação, e o que isso significou nas páginas do periódico, tem aparecido apenas como indícios nos estudos sobre os trabalhadores na construção da Itaipu consultados até o momento.

Um desses indícios pode ser o causo analisado por Ribeiro, intitulado "Concreto portunhol" e publicado no *Jornal da Itaipu*, de dezembro de 1987. O causo descreve uma situação em que o transporte entre a Central de Concreto e a barragem era controlado por um engenheiro brasileiro, enquanto o trabalho de descarga era realizado por operários paraguaios. Então o engenheiro fica "completamente perdido" quando os peões paraguaios passam a se comunicar, tudo por rádio, "no mais puro guarani". Depois de várias discussões e diversas instâncias, o resultado teria sido uma solução "pela soma do português com o espanhol, o nosso conhecido portunhol. Uma solução binacional."[70] A solução que aparece de forma bastante idealizada no causo muito possivelmente não reflete o

que pode ter sido o cotidiano no canteiro de obras ao longo daqueles anos.

Como contraponto a essa descrição harmônica, Ribeiro discute, a partir de entrevistas com trabalhadores brasileiros, a forte presença de estereótipos negativos a respeito dos paraguaios. Ueda também identificou esse problema nas entrevistas que realizou, o que o levou a questionar a construção do discurso institucional que descrevia as relações entre trabalhadores como marcada pela integração de "povos irmãos". Além de identificar a presença de comentários negativos entre os trabalhadores brasileiros com relação aos colegas paraguaios, Ueda indica o desconforto presente nos depoimentos com relação à quando os paraguaios se comunicavam entre si em guarani. O autor entende que havia tensões linguísticas e culturais.[71]

Ainda segundo Oliveira Filha, ao longo dos dez anos de existência, o *Informativo Unicon* passou por "diversas alterações de periodicidade, conteúdo, projeto gráfico, equipe de produção."[72] A autora então discute o desenvolvimento do jornalismo empresarial no contexto brasileiro da segunda metade do século XX, evidenciando a diferença desse tipo de produção com relação aos veículos da grande imprensa. O *Informativo Unicon* no seu primeiro ano de circulação (período analisado pela autora) contemplava a maioria dos princípios e objetivos da comunicação produzida por empresas, incluindo funções tidas como básicas do jornalismo empresarial como informação, integração, educação e motivação. Como os estudiosos de comunicação também alertam, essas publicações podem atuar como veículos de propaganda. Tendo como base Nassar (2009), a autora afirma:

> As publicações empresariais, nascidas entre as décadas de 1960 e 1980, surgem como instrumento civilizador do operário inculto. […] Os jornais mostram para o operário-leitor, ainda segundo o autor, uma empresa que constrói, que provê empregos, salários e benefícios; uma empresa alinhada com o desenvolvimento do Brasil – todos aspectos muito fortes e presentes no *Informativo Unicon*.[73]

Os estudiosos que em alguma medida utilizaram o *Informativo Unicon* reconhecem essas características gerais. Por outro lado, é possível realizar ainda uma discussão que permita avaliar o periódico ao longo do tempo, tanto no conteúdo quanto no que se refere à sua relação com as transformações ocorridas no universo dos trabalhadores. Alguns indicativos nessa direção podem ser, por exemplo, a variação que a tiragem sofreu ao longo do tempo, possivelmente indicando períodos em que a Unicon estava com um número maior ou menor de trabalhadores. Parece haver ainda uma diminuição no uso de termos em guarani e da tiragem da versão em espanhol. Até 1982, o título do informativo era acompanhado pelo termo "bilíngue". Em edição de dezembro de 1982, o termo não aparece e a tiragem é descrita como de 13.000 exemplares em português e 3.000 em espanhol.[74] Nas edições seguintes, esses números caem ainda mais, possivelmente refletindo o declínio do número de trabalhadores em geral no consórcio, e dos trabalhadores paraguaios mais acentuadamente, acompanhando o avanço das etapas da construção. Em julho de 1983, não se menciona mais a existência de tiragem em espanhol. Outras modificações podem ser encontradas em edições desse mesmo período como, por exemplo, quando a publicação deixa de indicar que a impressão do Informativo é realizada na cidade de Cascavel[75] e, na edição de fevereiro de 1983, a informação de que o órgão responsável pela publicação havia passa a ser o "Órgão do Departamento das Relações Industriais"[76] (e não mais o Setor de Bem-Estar Social do Departamento de Recursos Humanos).

Além disso, parece promissor sugerir uma reflexão sobre o *Informativo Unicon* não apenas como uma produção de jornalismo empresarial no contexto brasileiro das décadas de 1970 e 1980, mas também, com o objetivo de aprofundar o uso dessa fonte para os estudos dos mundos do trabalho, investigar o desenvolvimento de métodos de controle sobre trabalhadores (no qual a comunicação possui papel relevante), no contexto da construção civil e na construção de usinas hidrelétricas em particular.

White aponta, por exemplo, para a trajetória da Camargo Corrêa que, a partir de sua fundação em 1939, e de sua participação em grandes obras, foi também a primeira construtora brasileira a conquistar um

contrato de construção de hidrelétrica no Brasil para pequenas usinas no estado de São Paulo no final da década de 1950. A Camargo Corrêa participou da construção da hidrelétrica de Três Marias e posteriormente assumiu um projeto mais ambicioso com a construção de Jupiá (1960-1974), como parte do complexo hidrelétrico de Urubupungá (Jupiá, Ilha Solteira e Três Irmãos), com a participação de empresas multinacionais.[77]

White nota que Jupiá tem recebido pouca atenção dos historiadores, a despeito de sua importância: "In many ways, the obstacles encountered at Jupiá would be found at Itaipú Binacional, and the lessons learned would be implemented in the Alto Paraná". O autor menciona as estratégias de recrutamento diante da demanda pelo alto número de trabalhadores (Três Marias com cerca de 500 trabalhadores, Jupiá com cerca de 5000 trabalhadores ao longo de uma década) e as opções por construir uma comunidade inteira e por empregar e treinar trabalhadores sem qualquer experiência em obras com aquelas condições e dimensões. Ainda que a formação de vilas operárias não fosse uma novidade, em termos de projetos de usinas hidrelétricas Jupiá foi um empreendimento inédito no Brasil: "At Jupiá, therefore, the Brazilian dam worker, or *barrageiro,* first emerged."[78]

Além disso, pela sua distância do grande centro populacional e industrial de São Paulo (640 km), foi criada a chamada Vila Piloto que abrigou aproximadamente 13.500 pessoas. Com base nos registros de Wilson Quintella, White menciona ainda os interesses na construção de vilas isoladas para os trabalhadores (evitando influências dos moradores das proximidades) e a posterior substituição por um plano de integração dessas populações sem abandonar, entretanto, a segregação espacial com base na hierarquia de classe (engenheiros e funcionários de alto nível separados de trabalhadores de menor qualificação, com distinção também para engenheiros estrangeiros e diretores). Outro ponto de inovação em Jupiá foi a formulação de um plano de estudos de longo prazo com o objetivo de fornecer um plano de desenvolvimento de toda a região circundante ao projeto da barragem. Jupiá teria significado ainda a possibilidade de avanço da construção de hidrelétricas em áreas distantes dos grandes centros urbanos.[79] Ainda sobre a Camargo

Corrêa, Campos afirma que ela era historicamente conhecida "por sua truculência e tratamento de segunda ordem dado aos operários".[80] O empresário Sebastião Camargo havia doado dinheiro para o aparato de repressão e tortura da Operação Bandeirantes e, segundo Campos, ainda acumulava registros de insatisfações e sublevações nos canteiros de obras.

Assim como em Itaipu, a construção dessas usinas também contou com a criação de um periódico dirigido aos trabalhadores. Segundo Tim e Oliveira, o jornal *S.E.U.* (*Sociedade Esportiva Urubupungá*) foi uma publicação criada como "instrumento informativo dos trabalhadores de Jupiá", distribuída quinzenalmente aos moradores da Vila Piloto, construída para abrigar os trabalhadores da obra. Foi administrado pela sociedade esportiva e editado pelo setor de estudos e pesquisas da administração da Vila Piloto e impresso na gráfica Vitória em Andradina (São Paulo), com uma tiragem inicial de dois mil exemplares.[81]

Os autores destacam que o foco da publicação estava no entretenimento, apresentando "notícias escolares, esportivas, festas, anúncios referentes às obras de Jupiá e ao crescimento da Vila Piloto". Em 1967, o título da publicação foi alterado para *O Barrageiro*, e a tiragem passou para quatro mil exemplares. Nesse momento, a publicação passou a ser distribuída também para parte da população de Três Lagoas, a cidade nas proximidades da vila. No ano de 1969, a edição foi transferida para o núcleo urbano de Ilha Solteira (cidade originada em 1968 para abrigar os trabalhadores da Usina), atingindo uma tiragem de oito mil exemplares e existiu até março de 1974. Para os autores, o jornal *O Barrageiro* serviu como "um veículo estratégico para unir os trabalhadores da barragem de Jupiá e Ilha Solteira", promover a relação entre a população de Três Lagoas e os trabalhadores da obra, além de camuflar os "problemas externos (políticos) e os problemas internos (acidentes de trabalho), para se manter como fator integrador entre trabalhadores e as estruturas de trabalho".[82]

Parece necessário então questionar em que medida as experiências adquiridas por empresas como a Camargo Corrêa podem ter contribuído para as estratégias de atração, contratação e controle sobre os trabalhadores no caso da Itaipu, seja no desenvolvimento dos programas

que englobaram a construção de conjuntos habitacionais, ambulatórios, ações de entretenimento, iniciativas educacionais, escolas para os filhos dos trabalhadores, e elementos relacionados não apenas ao espaço de trabalho, mas também envolvendo o núcleo familiar do trabalhador.

As referências anteriores podem ser pontuadas de forma semelhante com relação à empresa Mendes Júnior, que também integrou o consórcio Unicon. Campos menciona uma reportagem da revista *O Empreiteiro* sobre a obra da hidrelétrica de Jaguará, em Minas Gerais, trazendo dados sobre como a construtora ficou com a responsabilidade pelo alojamento e outros cuidados com os trabalhadores, de forma que não havia interferência do órgão contratante, a Cemig. A construtora alegava manter

> uma vila residencial para 4.000 pessoas, escolas para 430 crianças, hospital com 25 leitos, centro cirúrgico, gabinete dentário, clube para atividades esportivas e sistema no qual o trabalhador não pagava aluguel, água ou energia.[83]

Murillo Mendes afirmava ter baixos índices de acidentes de trabalho, pagar salários elevados e demonstrava ainda preocupação em investir para prover sinal de TV nas residências dos trabalhadores. A estratégia aparece também nas obras de construção da hidrelétrica de Tucuruí (1976-1984), no estado do Pará, realizada pela Camargo Corrêa, que teria providenciado uma repetidora de TV tida como "praxe nas obras de barragem e uma forma de ocupar os trabalhadores em seus horários de descanso".[84]

White situou ainda referências sobre esforços especialmente do governo de Stroessner para construir alianças com o governo brasileiro em projetos de construção de hidrelétricas e outras obras. Segundo o autor, companhias brasileiras e italianas contribuíram para a construção da usina hidrelétrica de Acaray, a primeira do Paraguai, inaugurada em 1968.[85] Portanto, cabe ainda problematizar essa penetração das construtoras brasileiras no Paraguai, ou de seus métodos – se lembrarmos que a Conempa atuou de forma articulada com a Unicon e pode ter incorporado parte de suas estratégias. White chega a afirmar

inclusive que “it was understood that the Brazilian consortium Unicon would steward the Paraguayan consortium Conempa”.[86]

## Considerações finais

O *Informativo Unicon* tem sido utilizado pelos pesquisadores como referência para a discussão de temas diversos relacionados ao período da construção da usina de Itaipu: seja sobre a existência de um projeto educacional (formal e não formal) para os trabalhadores e para seus filhos[87], como exemplo de jornalismo empresarial[88], para discutir o problema das populações que passaram por processos de desapropriação de terras[89], sobre o aparato repressivo das Agências de Segurança da Itaipu sobre os trabalhadores[90], em estudos sobre as memórias dos trabalhadores (especialmente os brasileiros) e os momentos de mobilização, protestos e greves, assim como os problemas de falta de segurança e consequentemente os acidentes de trabalho[91], e para discutir gênero e sexualidade no contexto dos trabalhadores de Itaipu e as comunidades do Alto Paraná.[92]

Espero que a discussão trazida pelo presente estudo possa colaborar no sentido de possibilitar conhecer com mais detalhes essa publicação, em especial por seu potencial tanto para os debates a respeito dos projetos da Itaipu e dos consórcios envolvidos na construção direcionados aos trabalhadores, mas também para investigações a respeito do cotidiano desses trabalhadores e suas famílias dentro e fora do canteiro de obras, já que o informativo traz um conjunto importante de informações sobre os “benefícios” de ser um trabalhador da Unicon: moradia, escolas, cursos, esportes, serviços de saúde, clubes, eventos religiosos, programas de lazer, diversos eventos de entretenimento, programas de prevenção de acidentes no espaço de trabalho.

Assim como há evidências da discrepância entre um discurso institucional no Informativo que retratava o universo dos trabalhadores ou suas relações com os superiores de forma harmônica e marcadas por ideais de integração linguística, cultural e de classes e, por outro lado, depoimentos de trabalhadores que apontam tensões e conflitos nesses

mesmos espaços e relações, o confronto entre os dados relacionados a essas várias ações e iniciativas da Unicon com outros registros, e mesmo com entrevistas, deve contribuir para que se possa conhecer com mais nitidez o impacto desses programas sobre esses indivíduos e suas famílias, assim como a importância do próprio periódico nesse processo. Nesse mesmo sentido, merece aprofundamento a comparação entre o *Informativo Unicon* e outros periódicos de caráter semelhante no Brasil e no Paraguai, especialmente quando produzidos pelos mesmos grupos de empreiteiras.

Por fim, este estudo procurou situar o informativo como uma produção específica do consórcio Unicon e não exatamente como expressão de um bloco envolvendo os diretores da Itaipu, os governos militares e as construtoras. A articulação e a existência de interesses em comum, especialmente no que diz respeito ao controle sobre os trabalhadores é demonstrada em vários dos estudos aqui mencionados, mas a análise de Campos demonstra que as relações entre as empreiteiras e o Estado no Brasil é bastante complexa, e levar em consideração essas relações é um passo importante nos estudos sobre as empreiteiras e sobre os mundos do trabalho. É relevante, portanto, situar historicamente as estratégias elaboradas e aprimoradas ao longo do tempo pelas construtoras e a condição específica de sua articulação com diferentes governos, para compreender o caráter dessa relação no período militar, tanto no Brasil quanto no Paraguai. Apesar disso, a intenção é também demonstrar que, mesmo sendo um consórcio de construtoras brasileiras, atuando na margem esquerda da obra, o Informativo é profundamente marcado tanto pela natureza binacional do empreendimento, quanto pelo espaço específico de fronteira em que a obra foi realizada. O consórcio era brasileiro, mas o público-alvo do Informativo era constituído por uma população muito diversificada e heterogênea em termos culturais, linguísticos e de classe, que trabalhava, habitava e transitava em uma área de fronteira de intensa circulação, sob a vigilância e o controle promovido por duas ditaduras militares.

## Referências

BOCCIA PAZ, Alfredo; GONZÁLEZ, Myrian; PALAU, Rosa. **Es mi informe**: los archivos secretos de la policía de Stroessner. Asunción: Centro de Documentación y Estudios (CDE), 2006.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.

CANESE, Ricardo *et al*. **Itaipu**: corrupción y impunidad. Asunción: Centro por la Democracia Politica Económica y Social, 1994.

CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, p. 129-151, 2016.

DEBERNARDI, Enzo. **Apuntes para la historia política de Itaipu**. Asunción: Editorial Gráfica Continua S.A., 1996.

INFORMATIVO UNICON. **Canteiro de Obras da Itaipu (1978-1988)**.

ITAIPU BINACIONAL. **Comparações**. Disponível em: https://bit.ly/3KzAxrO. Acesso em: 12 abr. 2022.

ITAIPU BINACIONAL. **Inauguração de duas unidades geradoras marca início de nova fase de Itaipu**. 2007. Disponível em: https://bit.ly/3KAXP0m. Acesso em: 12 abr. 2022.

ITAIPU BINACIONAL. **Itaipu, um "trabalho de Hércules", chega aos 40 anos**. 2014. Disponível em: https://bit.ly/3MGSiqW. Acesso em: 26 jun. 2020.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. **Itaipu**: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento (1930-1984). Niterói: Editora Germânica Ltda, 2006.

MARARIN, Odirlei. **Peões da barragem**: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991. 2008. 157f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

MASCARENHAS, Milena Costa. **Poeira x Unicon**: confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu. 2011. 151f. Dissertação

(Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. **História & Luta de Classe**, n. 1, p. 7-18, 2005.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida. Informativo Unicon: o desafio de um jornal empresarial no canteiro de obras de Itaipu. **Dito Efeito**, Curitiba, v. 8, p. 1-16, 2017.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida; SANTOS, Thiago Adriano Viana dos; OLIVEIRA, Suziê Mari Marçal de. 10 anos do Plano de Comunicação da Itaipu Binacional: análise de dados quantitativos e desafios para o futuro na comunicação interna. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: Intercom, 2018.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Itaipu, a dança das águas**: histórias e memórias de 1966 a 1984. 2006. 271f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto**: vozes na construção da Itaipu. 1999. 144f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. **O projeto educacional da Itaipu Binacional (1974-1985)**: uma educação para cada vila e para cada fração da classe trabalhadora. 2014. 602f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner; CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. "Estado à parte" em Itaipu: a autonomia das vilas habitacionais brasileiras. **Argumentos Pró-Educação**, v. 2, n. 4, p. 112-138, 2017.

SCHILLING, Paulo; CANESE, Ricardo (org.). **Itaipu**: geopolítica e corrupção. São Paulo: CEDI, 1991.

SESSI, Valdir. **"O povo do abismo"**: trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipu (1974-1987).

2015. 295f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

SILVA, Jussaramar da. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor**: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987). 2010. 189f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, Edson B. C. de. A geopolítica da produção do espaço: localização da hidrelétrica da Itaipu Binacional. **Revista Geografares**, n. 9, p. 141-167, 2011.

TIN, Igor Fernando; OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. Imprensa local: o jornal "O Barrageiro" como órgão de imprensa dirigida aos trabalhadores da construção das usinas de Jupiá e Ilha Solteira (1963-1973). *In*: SEMANA DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS, 11., 2008, Campo Grande. **Anais** [...] Campo Grande: Editora da UFMS, 2008, v. 1, p. 97-107.

UEDA, Eduardo Gonçalves. **História e memória dos trabalhadores brasileiros na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu**. 2019. 100f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política e Sociologia – Estado, Sociedade e Política na América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu.

WHITE, John Howard. **Itaipu**: gender, community, and work in the Alto Paraná borderlands, Brazil and Paraguay, 1954-1989. 2010. Phd dissertation (Philosophy History) – University of New Mexico, Albuquerque, New Mexico.

---

## Notas

32. Lima, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu*: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento (1930-1984). Niterói: Editora Germânica Ltda, 2006, p. 216-219. Duas unidades geradoras projetadas (do total de 20) entraram em operação em setembro de 2006 e março de 2007. Itaipu Binacional. *Inauguração de duas unidades geradoras marca início de nova fase de Itaipu*. 2007. Disponível em: https://bit.ly/3KAXP0m. Acesso em: 26 jun. 2020.

33. A usina chinesa de Três Gargantas, concluída em 2012, supera Itaipu em potência instalada, mas Itaipu atualmente gera mais energia. Itaipu Binacional. *Comparações*. Disponível em: https://bit.ly/3KzAxrO. Acesso em: 24 jun. 2020.
34. Correa, Larissa Rosa; Fontes, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, p. 129-151, 2016, p. 141.
35. Lima, op. cit. Sobre o tema, ver também: Schilling, Paulo; Canese, Ricardo (orgs.). *Itaipu*: geopolítica e corrupção. São Paulo: Cedi, 1991; Ribeiro, Maria de Fátima B. *Itaipu, a dança das águas*: histórias e memórias de 1966 a 1984. 2006. 271f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas; Debernardi, Enzo. *Apuntes para la historia política de Itaipu*. Asunción: Editorial Gráfica Continua S.A., 1996; Canese, Ricardo *et al*. *Itaipu*: corrupción y impunidad. Asunción: Centro por la Democracia Política Económica y Social, 1994; Souza, Edson B. C. de. A geopolítica da produção do espaço: localização da hidrelétrica da Itaipu Binacional. *Revista Geografares*, n. 9, p. 141-167, 2011.
36. Para o caso paraguaio, ver: Boccia Paz, Alfredo; González, Myrian; Palau, Rosa. *Es mi informe*: los archivos secretos de la policía de Stroessner. Asunción: Centro de Documentación y Estudios (CDE), 2006 e White, John Howard. *Itaipu*: gender, community, and work in the Alto Paraná borderlands, Brazil and Paraguay, 1954-1989. 2010. Phd dissertation (Philosophy History) – University of New Mexico, Albuquerque, New Mexico, especialmente o capítulo 6. Para o caso brasileiro: Mattos, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. *História & Luta de Classe*, n. 1, p. 7-18, 2005; Correa; Fontes, op. cit. Para as políticas da ditadura que beneficiaram os empresários e seus impactos sobre trabalhadores na construção civil no período: Campos, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais*: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014, p. 355-367. Sobre a presença da repressão no contexto da Itaipu: Sessi, Valdir. *"O povo do abismo"*: trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipu (1974-1987). 2015. 295f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon; Silva, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor*: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987). 2010. 189f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
37. Campos, op. cit, p. 80-81.
38. White, op. cit., p. 100.
39. Lima, op. cit., p. 218.
40. Lima, op. cit., p. 214-217.
41. White, op. cit., p. 98.
42. Lima, op. cit., p. 216.

43. Mararin, Odirlei. *Peões da barragem*: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991. 2008. 157f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, p. 5-6 e Sbardelotto, Denise Kloeckner; Castanho, Sérgio Eduardo Montes. "Estado à parte" em Itaipu: a autonomia das vilas habitacionais brasileiras. *Argumentos Pró-Educação*, v. 2, n. 4, p. 112-138, 2017, p. 120.
44. White, op. cit., p. 99-100.
45. Sessi, op. cit., p. 186.
46. Itaipu Binacional. *Itaipu, um "trabalho de Hércules", chega aos 40 anos*. 2014. Disponível em: https://bit.ly/3MGSiqW. Acesso em: 26 jun. 2020.
47. Lima, op. cit, p. 213-214.
48. Manarin, op. cit., p. 13-14.
49. Oliveira Filha, Elza Aparecida; Santos, Thiago Adriano Viana dos; Oliveira, Suziê Mari Marçal de. 10 anos do Plano de Comunicação da Itaipu Binacional: análise de dados quantitativos e desafios para o futuro na comunicação interna. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 41., 2018, São Paulo. *Anais* […] São Paulo: Intercom, 2018.
50. Oliveira Filha, Elza Aparecida. Informativo Unicon: o desafio de um jornal empresarial no canteiro de obras de Itaipu. *Dito Efeito*, Curitiba, v. 8, p. 1-16, 2017, p. 7.
51. Ibidem, p. 3.
52. Ursi, José Melquíades. *José Melquíades Ursi (depoimento, 2015)*. Entrevista cedida a Elza Aparecida de Oliveira Filha. Curitiba, PR, 1º jul. 2015 apud Oliveira Filha, 2017, p. 3.
53. Ursi, op. cit., p. 2-3.
54. Mascarenhas, Milena Costa. *Poeira x Unicon*: confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu. 2011. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, p. 119.
55. Oliveira Filha, op. cit., p. 2.
56. Ibidem.
57. O periódico do consórcio paraguaio é mencionado na dissertação de Jussaramar da Silva, em sua análise sobre as Assessorias Especiais de Segurança e Informações da Hidrelétrica de Itaipu (Aesi) como braço da repressão das ditaduras no Brasil e no Paraguai, inclusive sobre os trabalhadores da obra. A autora não analisa o periódico, mas a ficha de um dos investigados indicava que ele havia trabalhado na direção do Conempa Remiandú. Silva, op. cit, p. 124-125.
58. White, op. cit., p. 127-128. No estágio atual desta pesquisa, não foram encontradas mais informações sobre esse periódico.
59. White, op. cit., p. 112-114.

60. Os primeiros moradores chegam à "Área 6". Informativo Unicon, ano 2, n. 27 – Canteiro de Obras da Itaipu, 07 jun. 1979, p. 7.
61. Mudanças: informe-se e depois mude-se. Informativo Unicon, ano 2, n. 41 – Canteiro de Obras da Itaipu, 31 jan. 1980, p. 5.
62. Manarin, op. cit., ver p. 36 e 46-47.
63. Silva, op. cit., p. 125.
64. Sessi, op. cit., p. 142-145.
65. Yajhá 1º de outubro! e Yajhá. Informativo Unicon, ano 1, n. 1 – Canteiro de Obras da Itaipu, 4 fev. 1978, p. 1-2.
66. E assim será! Informativo Unicon, ano 1, n. 2 – Canteiro de Obras da Itaipu, 20 fev. 1978, p. 2. Mascarenhas comenta que o Informativo buscou explicar o termo em guarani, mas não chega a discutir a questão. Mascarenhas, op. cit., p. 125.
67. Oliveira Filha, op. cit., p. 8.
68. Mba' eicha Pa Reicó? Tudo bem, Che Irü! E você? Informativo Unicon, ano 1, n. 7, 13 maio 1978, p. 4
69. Lima, op. cit., p. 202.
70. Ribeiro, Maria de Fátima Bento. *Memórias do concreto*: vozes na construção da Itaipu. 1999. 144f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 76-77.
71. Ueda, Eduardo Gonçalves. *História e memória dos trabalhadores brasileiros na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu*. 2019. 100f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política e Sociologia – Estado, Sociedade e Política na América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, p. 73-75.
72. Oliveira Filha, op. cit., p. 2.
73. Ibidem, p. 4-5.
74. Informativo Unicon, ano 5, n. 96, dez. 1982, p. 2.
75. Informativo Unicon, ano 5, n. 95, nov. 1982, p. 2.
76. Informativo Unicon, ano 5, n. 98, fev. 1983, p. 2.
77. White, op. cit., p. 81-83.
78. Ibidem.
79. White, op. cit., p. 84-86.
80. Campos, op. cit., p. 367.
81. Tin, Igor Fernando; Oliveira, Vitor Wagner Neto de. Imprensa local: o jornal "O Barrageiro" como órgão de imprensa dirigida aos trabalhadores da construção das usinas de Jupiá e Ilha Solteira (1963-1973). *In*: Semana de História: História e historiografia: perspectivas e desafios, 11., 2008, Campo Grande. *Anais* […] Campo Grande: Editora da UFMS, 2008, v. 1, p. 97-107.
82. Tin; Oliveira, op. cit., p. 103-104.
83. Campos, op. cit., p. 78-79; 358-359.
84. Campos, op. cit., p. 78-79.

85. White, op. cit., p. 88-91.
86. Ibidem, p. 98.
87. Sbardelotto, Denise Kloeckner. *O projeto educacional da Itaipu Binacional (1974-1985)*: uma educação para cada vila e para cada fração da classe trabalhadora. 2014. 602f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
88. Oliveira Filha, op. cit.
89. Mascarenhas, op. ci.
90. Sessi, op. cit.
91. Manarin, op. cit.; Ueda, op. cit.
92. White, op. cit.

# 8. O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

*Paulo Roberto Azevedo*
*Adelmo Eduardo da Silva*
*Adiel Felipe Felisberto da Silva*
*Daniela de Fátima Martins Freitas*
*Gabriel Antonio Cameran*
*Jhonathan Matheus Dias*
*Luís Fernando de Souza Pacheco*

Os últimos dois anos foram marcados por uma crise sanitária sem precedentes no passado recente e que vem provocando também impactos devastadores na economia mundial. A doença do coronavírus 2019 (covid-19) é caracterizada como uma infecção respiratória aguda potencialmente grave, denominada síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 (Sars-CoV-2). A apresentação clínica tem sido de infecção respiratória cuja gravidade dos sintomas varia de doença leve, semelhante ao resfriado, até pneumonia viral grave, que leva à síndrome do desconforto respiratório agudo, potencialmente fatal (Coronaviridae, 2020).

Até agosto de 2021, mais de 200 milhões de pessoas já haviam sido contaminadas no mundo com 4.312.902 mortes (WHO, 2021). No Brasil, o total de casos, até agosto, foram de 20.245.085 com 565.748 mortes (Brasil, 2021a). Sendo o segundo país do mundo em número de mortes. No Paraná, no mesmo período, foram registrados 1.400.689 casos, com 35.382 óbitos (Paraná, 2021).

De acordo com o relatório das Nações Unidas "Framework for the immediate socio-economic response to covid-19", a crise do Coronavirus está mergulhando a economia mundial numa crise de desemprego sem precedentes. Segundo o boletim, pequenas e médias empresas, trabalhadores agrícolas, trabalhadores autônomos, diaristas, refugiados e trabalhadores migrantes são os mais atingidos (ONU, 2020, p. 17). Um

boletim do International Labour Organization estima que em 2020, 8,8% das horas globais de trabalho foram perdidas, o que equivale a 255 milhões de empregos em tempo integral numa crise, aproximadamente quatro vezes mais grave que a crise de 2009 (ILO, 2021, p.5). Ainda segundo o boletim estas perdas foram particularmente altas na América Latina e Caribe, sul da Europa e sul da Ásia.

Esta situação é confirmada no Brasil: de acordo com os dados da Pnad contínua, no trimestre encerrado em janeiro de 2021, o número de desempregados no Brasil era estimado em 14,2 milhões. As quedas foram principalmente no setor do Comércio (-11%), Alojamento e alimentação (-28,1%), na Indústria (-10,3%), Serviços Domésticos (-20,8%), Outros Serviços (-18,4%), de Transportes (-14,1%) e na Construção (-10,2%). A taxa média de desocupação em 2020 foi recorde em 20 estados. As menores taxas de desocupação ocorreram nos estados da Região Sul: Santa Catarina (6,1%), Rio Grande do Sul (9,1%) e Paraná (9,4%). A taxa média de informalidade também recuou, passando de 41,1% em 2019 para 38,7% em 2020, somando ainda 39,9 milhões de pessoas. No entanto, segundo, Adriana Beringuy analista de Pesquisa da Pnad, IBGE, "a queda da informalidade não está relacionada a mais trabalhadores formais no mercado. Está relacionada ao fato de trabalhadores informais terem perdido sua ocupação ao longo do ano" (IBGE, 2021). Jovens entre 14 e 24 anos e pessoas com nível de ensino médio incompleto foram as mais afetadas.

Considerando as diversidades geográficas e econômicas num país de dimensões e disparidades continentais como é o Brasil, é de se esperar que estas consequências se manifestem de modos distintos também nos municípios, de acordo suas características. A Pnad no entanto não permite desagregações em âmbito municipal. Nesta dimensão a principal fonte de avaliação das flutuações do emprego e desemprego é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e, a partir de janeiro de 2020, o Novo Caged.

## O Caged e novo Caged

O Caged, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, é organizado e disponibilizado na internet pelo Ministério do Trabalho e

Emprego (MTE) em forma de plataforma estatística on-line. Ele foi instituído pela Lei 4.923 de 23 de dezembro de1965 com objetivo de levantar informações sobre o mercado de trabalho formal no âmbito nacional com possibilidade de desagregação até o nível de municípios. Criado como um instrumento para acompanhar o movimento de admissão e dispensa de trabalhadores é uma base de dados alimentada com informações fornecidas (obrigatoriamente) por empregadores que relatam admissões e desligamentos com periodicidade mensal, acompanhados de características das empresas e dos empregados.

Além da estratificação geográfica nacional, região natural, estadual, mesorregional, microrregional e municipal, o cadastro permite desagregar empresas por grande setor, setor e subsetor, conforme a denominação do IBGE bem como através da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE/IBGE). Os estabelecimentos também são categorizados por tipo e tamanho (número de empregados). Os empregados são classificados por grau de instrução sexo e faixa etária. Estas características permitem desagregar dados gerando informações como, por exemplo: saldo do movimento entre empregados e desempregados num mês específico (ou conjunto de meses), num ano específico (ou conjunto de anos), em determinado município (UF, Região) por sexo, grau de instrução e faixa etária.

O ano de 2020 foi marcado por mudanças na coleta de informações e apresentação dos dados do Caged: foi o surgimento do Novo Caged. Segundo informações disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Emprego: "desde janeiro de 2020, o uso do cadastro geral de Empregados e Desempregados (Caged) foi substituído pelo Sistema de Escrituração de Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) Digital" (Novo Caged, 2021). Ainda segundo o site, "o Novo Caged é a geração de estatísticas do emprego formal por meio de informações captadas dos sistemas Esocial, Caged e Empregador Web" (Novo Caged, 2021). De acordo o MTE a nova metodologia visa "assegurar a qualidade e a integridade das estatísticas do emprego formal durante a transição dessas fontes de captação de dados".

Como apresentado, apesar de tratarem de contratações, desligamentos e saldos, Caged e novo Caged mostram diferenças, como afirma o próprio Ministério da Economia através da Secretaria Especial

de Previdência e Trabalho: o Caged foi criado com finalidade trabalhista, enquanto o eSocial possui caráter tributário, previdenciário e trabalhista (Brasil, 2020, p. 3). Mas tais diferenças não se resumem a denominações, trazendo também discrepâncias de ordem contábil. Num boletim dedicado a apresentar as diferenças metodológicas entre as duas fontes de informação é mencionado:

> quanto às diferenças observadas, o resultado das admissões mostra que, em termos absolutos, o volume de movimentações no eSocial é superior ao do Caged, ainda que considerando-se as mesmas categorias de vínculos e empresas nas duas bases. Isto pode ser explicado pelo fato de que o eSocial capta melhor os vínculos temporários e, ainda, inclui empresas que eram omissas no Caged. (Brasil, 2020, p. 8)

O Boletim em questão, além de mencionar diferenças entre as estatísticas apresentadas entre um e outro sistema de informações, apresenta também o sentido das diferenças: No que se refere às admissões, verificou-se que os valores encontrados no eSocial foram superiores aos do Caged em todos os meses do período. Já no que se refere aos desligamentos, os valores encontrados no eSocial foram bem próximos ou inferiores àqueles encontrados no Caged, com exceção do mês de dezembro de 2019. Medidas metodológicas estão sendo aplicadas para aparar as diferenças, como ressalta o mesmo boletim:

> A solução encontrada segue manuais de boas práticas no tratamento de grande volume de dados administrativos. O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), por exemplo, indica que entre as soluções geralmente adotadas estão a "*imputação de valores, os algoritmos de expectativa e maximização, o apagamento parcial de dados, a análise completa de dados (utilizando-se muitas vezes de ferramentas de inteligência artificial neste processo) e a interpolação*". (Brasil, 2020, p. 10)

Na prática o que ocorreu foi uma mudança na série histórica que vinha sendo mantida desde 1985. Da mesma forma a estrutura da plataforma onde as informações eram coletadas também mudou dificultando o acesso a informações desagregadas. Segundo Vitor Wilher

(Análise Macro), tal alteração teve consequências negativas, como relata no artigo: Um pesadelo chamado Novo Caged. No texto o autor aponta os problemas com a série histórica dos dados:

> desde janeiro desse ano, houve a substituição do Caged pelo eSocial, de modo que a série de admitidos e demitidos gerada pelo Caged está descontinuada. Em outras palavras, há uma série que termina em dezembro de 2019 e outra série que começa em janeiro de 2020. (Wilher, 2020)

Em resumo, o que se tem entre Caged e Novo Caged são duas bases de dados diferentes com forma de captação de informações diferentes e resultados diferentes, apesar de terem objetivo comum de monitorar a movimentação dos empregos formais. No próximo tópico será tratada a economia da mesorregião Oeste do Paraná onde serão utilizados dados destas e de outras fontes de informações.

## A economia na região Oeste do Paraná

A mesorregião oeste paranaense faz fronteira com a Argentina e o Paraguai. Possui como principais divisas os rios Piquiri, Paraná e Iguaçu. É constituída por 50 municípios distribuídos numa área de 2290,85 $km^2$ que, de acordo com o censo IBGE/2010, reúne uma população de 1.219.558.

Apesar de existirem focos populacionais pioneiros e atividades ligadas a extração de Erva Mate (direcionadas, principalmente, ao mercado argentino) e madeira na década de 1940, a ocupação demográfica com foco no desenvolvimento local inicia-se propriamente na década de 1950 expandindo-se após 1960. Entretanto, a definição mais clara de suas características produtivas se delineia a partir de 1970 (Eberhardt *et al*., 2014). A economia regional conforma-se assim como uma agropecuária modernizada baseada preponderantemente em pequenas e médias propriedades, com intensa e progressiva mecanização, e adoção de culturas orientadas com o mercado externo (principalmente soja e milho).

No rastro desta abundância de matéria prima veio o florescimento de uma indústria de transformação, tanto do produto imediato em si

(produção de farelos e óleos) como pela estruturação de uma cadeia produtiva de criação, abate e industrialização de proteína animal, principalmente aves e suínos:

> Em 2005, nesse espaço (Mesorregião Oeste do PR), 72,21% do VAF (Valor Adicionado Fiscal) industrial total era gerado pela indústria de alimentos, fortemente concentrada na indústria de abate de animais, com 42,47%. Além disso, o segmento Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas foi responsável por 2/3 do total da variação absoluta do valor adicionado industrial entre 2000 e 2005. (Ipardes, 2008, p. 35)

A análise citada, mesmo que se reportando a um período de quinze anos anterior, faz prognósticos:

> planos de desenvolvimento recentes continuam apostando na agroindústria como estratégica para o desenvolvimento regional. Certamente, a produção agropecuária e agroindustrial deverão ser parte das alternativas de crescimento econômico local. (Ipardes, 2008, p. 37)

Em resumo, a economia regional estrutura-se numa moderna, mecanizada e produtiva agropecuária voltada tanto para produção de grãos farelos e óleos para consumo interno e exportação bem como para a produção de matéria prima (rações) para a cadeia da indústria frigorífica regional (aves e suínos), também focada no mercado interno e exportador de carnes e derivados.

## Proposta de análise

O foco do trabalho é avaliar o impacto da pandemia de covid-19 na variação do emprego e desemprego na região Oeste do Paraná, mais especificamente na cadeia produtiva do agronegócio que é a estrutura central da produção de riqueza regional.

Tomando-se o elo inicial da cadeia: a agropecuária entre 2015 e 2019 os empregos formais apresentados pela Relação Anual de Informações Sociais (Rais) foram 3,89% em 2016, chegando a 3,76% em 2019 (MTE/Rais 2015 a 2019). No estado do Paraná estes valores, no mesmo

período, foram muito próximos, tendo registrado o percentual mais baixo em 2019 de 3,06%. Considerando os dados do estoque de trabalhadores no setor contabilizados pelo novo Caged, desconsiderando por hora as diferenças entre as duas bases de dados, observa-se um acréscimo no número de trabalhadores no setor, indo para: 3,97% em 2020 e 3,98% em 2021 (MTE, Novo Caged 2020, 2021).

Isto sugere que tanto na região Oeste, como em todo o estado do Paraná, os empregos formais no setor agropecuário não foram impactados pela pandemia. Esta situação pode ser explicada pelas próprias características da atividade: altamente mecanizada, concentrando poucas pessoas que desenvolvem suas atividades predominantemente a céu aberto. Tais condições contribuíram para reduzir os impactos da pandemia nos vínculos de trabalho. Assim, a terra continuou produzindo riqueza e mantendo ocupada a mão de obra empregada.

A hipótese pode parcialmente, ser "reforçada" através dos dados da produção agrícola mesorregional. Segundo os dados do IBGE (Produção Agrícola Municipal 2015-2019) a área plantada de soja na mesorregião variou de 1.058.884 hectares em 2015 para 1.017.073 ha em 2019. A área plantada de milho foi de 731.535 ha em 2015 e 778.916 ha em 2019. O valor da produção destes dois produtos somados (em mil reais) foi de 5.122.163 em 2015 e 5.732.386 em 2019. A série histórica da Pesquisa da Produção Agrícola Municipal (IBGE) encerra-se em 2019, ano que teve início pandemia de covid-19.

A importância deste setor para a economia regional ainda pode ser analisada através dos Boletins informativos do Valor Bruto da Produção (VBP), publicados pelo Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do estado do Paraná. Os Boletins, publicados em setembro e agosto de 2020 permitem a desagregação os dados em Núcleos regionais (NR) e municípios. O NR de Cascavel reúne 28 municípios enquanto o NR de Toledo 20 (Paranà, 2020a; Paraná, 2020b).

De acordo com estes boletins, o Núcleo Regional de Cascavel, apresentou um aumento em seu VBP de 9,48%, indo de 9,426 bilhões de reais (2017/2018), para 10,320 bilhões de reais (2018/2019). Ainda segundo o boletim, cinco produtos se destacaram na composição do VBP

correspondendo a 70,73% do total: Frango de corte (26,72%); soja (18,10%); milho 10,98%; suínos de corte (8,75%) e a produção de leite (6,28%).

No Núcleo Regional de Toledo, a soja, o milho e o trigo foram responsáveis por 25,5% do VBP; a cadeia da produção e beneficiamento de aves 29,6% e a suinocultura 25,8%. O VBP total do NR Toledo foi de quase 12 bilhões de reais (R$ 11.958.162.227,35).

Como mencionado, esta produção fundamentalmente ligada ao mercado agropecuário tem uma larga parcela destinada a exportações. Segundo dados do sistema ComexStat do Ministério da Industria Comércio Exterior e Serviços[93], no município de Cascavel, em 2020 a principal categoria exportada foi "carnes e miudezas comestíveis frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves (Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias[94]", representando 46% das exportações, o segundo, soja triturada 17%. Estes dois produtos representaram 63% de um total de US$ 430 milhões de dólares exportados. Até julho de 2021, Cascavel já havia exportado US$ 261 milhões de dólares 42% em produtos de frango (mesma classificação anterior) e 24% de soja triturada. Mantendo-se uniforme este fluxo, Cascavel pode chegar ao final de 2021 com um acréscimo de quase 100 milhões de dólares nas exportações.

O município de Toledo exportou em 2020, 26,5 milhões de dólares, o "carro chefe" foi a categoria "preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais" representando 25% das exportações (classificação 2309), em segundo lugar ficaram as "carnes de animais da espécie suína frescas, refrigeradas ou congeladas" (classificação 0203). Até julho de 2021 as exportações de Toledo haviam acumulado 12,2 milhões de dólares exportados, representando uma pequena queda (mantendo-se uniforme o fluxo) com relação a 2020.

Retomando a ideia que norteia este texto, sustenta-se que, mesmo durante o período pandêmico a agropecuária continuou a gerar riqueza e ocupar a (pouca) mão de obra formal que sempre ocupou. Na sequência da cadeia produtiva, a indústria de beneficiamento destes produtos e a produção, abate e processamento principalmente de aves e suínos, continuaram não só ativas, mas em crescimento, mantendo o grande

contingente de mão de obra que já ocupava nos anos anteriores. Esta hipótese é confirmada pela análise do estoque de empregos formais no período anterior e posterior ao surgimento da pandemia bem como pelas séries históricas mensais apresentadas pelo Caged e Novo Caged, referentes à distribuição dos empregos formais nas cidades de Toledo e Cascavel (ressalvadas as alterações metodológicas já comentadas).

Segundo a relação anual de informações sociais (Rais), na região Oeste do Paraná, em 2015, havia 32.991 trabalhadores ocupados na categoria "abate de suínos, aves e outros pequenos animais" (classe CNAE 2.0), 41,17% do total de trabalhadores no setor no Paraná. Em 2019, na mesma região, o setor empregava 40.261 trabalhadores, representando 42,41% da mão de obra no setor no Estado. Nas duas cidades tidas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) como representativas da economia mesorregional (Ipardes, 2008) Cascavel e Toledo, em 2019, ocupavam formalmente no setor 7.175 e 6.513 trabalhadores, respectivamente.

Num estudo sobre o fator de multiplicação de empregos diretos no Grupo CNAE 10.1 "abate e fabricação de produtos de carne" realizado por Rucker (2019, p. 73), o fator encontrado foi de 3,559, ou seja, a cada 10 trabalhadores diretos no grupo encadeariam outros 35,59 trabalhadores indiretos. Utilizando este multiplicador como referência aplicado a classe CNAE mencionada acima "abate de suínos, aves e outros pequenos animais" (que se enquadra no grupo CNAE para o qual foi proposto o multiplicador) em 2019 no Oeste do Paraná estariam envolvidos nesta cadeia produtiva 146.848 trabalhadores (39% da mão de obra formal). Na cidade de Cascavel 25.536 (23,68% dos empregos formais) e em Toledo 23.180 (43,18% dos empregos formais).

Como já mencionado acima, a partir de dezembro de 2019 o Caged é substituído pelo novo Caged e a Rais encerra a série histórica. Considerando que as fontes de dados foram alteradas, bem como os resultados, é inviável estabelecer uma série histórica entre 2019 (Caged) e 2020 (Novo Caged). Como dito: são duas bases de dados diferentes.

Para dar prosseguimento à sustentação das hipóteses aqui propostas, serão utilizadas as séries históricas mensais disponibilizadas pelo Novo Caged entre janeiro de 2020 e maio de 2021. Como a Plataforma do Novo Caged não oferece a agregação por mesorregião serão apresentadas as

variações do saldo de empregos no município de Cascavel e Toledo tidos como uma referência econômica regional pelo Ipardes.

Os gráficos adiante ilustram a variação do saldo de empregos formais nos grandes grupamentos de atividades (agropecuária, comércio, construção, indústria e serviços). Aos grandes grupamentos foi acrescentado a classe CNAE "abate de suínos, aves e outros pequenos animais" para que a variação neste setor específico possa ser comparada aos demais. O Gráfico 1 mostra esta composição para o município de Cascavel.

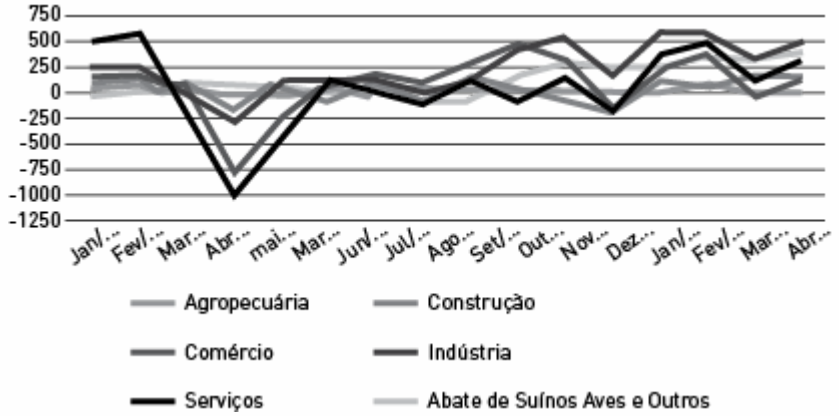



**Gráfico 1. Variação do saldo de empregos em Cascavel entre janeiro de 2020 e abril de 2021**

Fonte: Novo Caged.

Como pode ser observado no início de 2020, os setores mais impactados foram o comércio e serviços. Esta queda, neste período para estes setores já é observada em anos anteriores, contabilizados pelo Caged e podem ser atribuídos aos desligamentos de contratações efetuadas para atender às demandas dos setores nas datas comemorativas de final de ano. Em 2020 esta queda foi intensificada pelos impactos da pandemia de covid-19. A indústria e a construção também têm uma queda no mesmo período, mas se recuperam em seguida.

Destaca-se a variação nos setores agropecuário e na classe CNAE em análise. A agropecuária, que, como já mencionado, ocupa pouca mão de obra formal (frente a outros setores), se mantém estável durante todo

período pandêmico. O "abate de suínos, aves e outros pequenos animais" apesar de ser uma classe da CNAE e não um grande grupamento se destaca entre estes (devido à sua grande importância na economia regional). Como mostra o gráfico, o subsetor não só não apresenta queda como tem um crescimento significativo a partir de setembro de 2021 até o final da série, seguindo em crescimento em todo período inclusive nos meses mais severos da crise sanitária. Toledo o quadro não foi diferente. Como mostra o Gráfico 2.

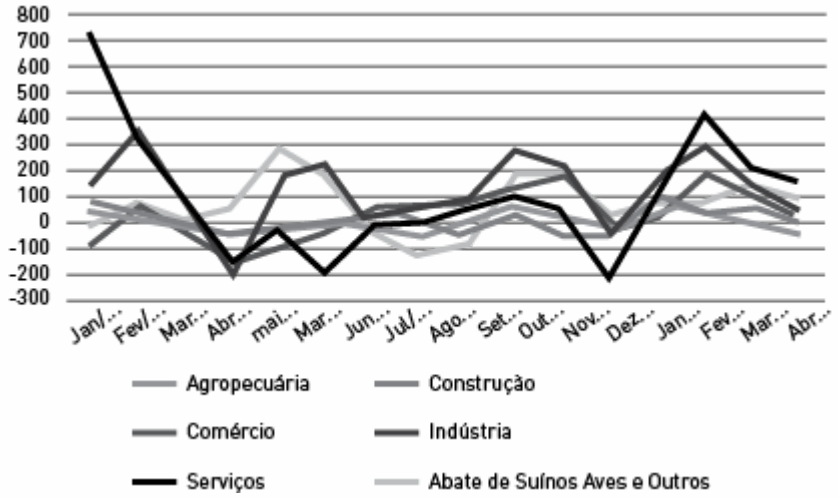



**Gráfico 2. Variação do saldo de empregos em Toledo entre janeiro de 2020 e abril de 2021**

Fonte: Novo Caged.

Como pode ser observado, o setor de serviços e o comércio, acompanhado da indústria, tiveram uma queda brusca nos primeiros meses do ano. A agropecuária, assim como em Cascavel, manteve-se estável em seu baixo índice de empregabilidade. A classe CNAE em análise, no entanto, apesar de oscilações e uma baixa em meados de 2020 manteve-se com uma média estável de empregos, mostrando não ser afetado pela pandemia.

## O dinheiro continuou entrando

Um dos fatores típicos e óbvios de toda crise econômica é a escassez ou interrupção da entrada de recursos financeiros na região afetada. O

que se tentou demonstrar acima é que na mesorregião Oeste do Paraná a terra não parou de produzir, produtos agrícolas não deixaram de ser cultivados, suínos e frangos não pararam de comer, serem abatidos, beneficiados, consumidos no país e exportados. Assim, considerando que este setor gera a maior parte dos recursos econômicos regionais e ocupa em sua cadeia também a maioria dos empregos formais, conclui-se que, em função dessa conformação, os impactos da pandemia foram amainados. Dito de forma simplificada: agricultores continuaram a vender seus produtos, cooperativas e empresas continuaram operando e os trabalhadores continuaram recebendo seus salários e os gastando na medida do possível.

É obvio que certos setores, até mesmo, pela especificidade de sua organização funcional tiveram seu funcionamento interrompido ou reduzido. Foi o caso de bares, restaurantes, hotéis, academias, escolas etc. Boa parte dos seus clientes, no entanto, considerando que boa parte da população economicamente ativa se insere na área não afetada, continuou recebendo e redirecionando, quando necessário e possível seus gastos para outros setores ou acumulando. Enfim, a pandemia de covid-19 na região Oeste do Paraná não afetou especificamente a produção de riqueza, mas sua distribuição.

A argumentação acima sustenta que, aparentemente (não se sabe como seria o cenário sem a pandemia), a produção agroindustrial não sofreu impacto direto. O texto apresentou o crescimento do VBP regional (representados pelos municípios de Toledo e Cascavel) e da mão de obra ocupada no setor de abate de suínos, aves e outros pequenos animais. Mostrou também que o carro chefe das exportações é oriundo deste setor da economia representando, em 2020, 90,4% das exportações de Cascavel[95] e 25% das exportações de Toledo, que são municípios considerados representativos da região pelo Ipardes.

Tomando-se o caso de Cascavel, em 2010 o município havia exportado 258 milhões de dólares. Em 2020, foram 430 milhões, isso considerando uma queda com respeito ao ano anterior, quando foram exportados 512 milhões de dólares. Lembrando que, pelo menos em 2020, 46% destas exportações foram relacionadas ao mercado frigorífico de aves. É fundamental ainda considerar que além de quase dobrar a

produção exportada, o dólar neste período aumentou 192,89% seu valor[96]. Fazendo a conversão, em 2010 Cascavel exportou 630,19 milhões de reais e em 2020, 2216,99 milhões. Um aumento de 251,79% do valor em reais. Enfim, além do aumento na quantidade da produção houve um grande aumento na moeda que pagou esta mercadoria.

Outro ponto importante para indicar o aumento dos lucros do setor é o número de trabalhadores. No município de Cascavel, em 2010 haviam registrados 4.703 trabalhadores na classe CNAE "de abate de suínos, aves e outros pequenos animais", e em 2019, 7.715. Segundo a Rais, em 2010, 82,75% destes trabalhadores recebiam até 2 salários-mínimos, em 2019 (quando encerra-se a série) 84,32%. Se considerarmos que o ano de 2020 não trouxe ganhos significativos aos salários dos trabalhadores do setor, para assim considerar a década 2010 e 2020 como referência, neste período o salário-mínimo aumentou 103,72%.

Fechando as contas, passando a regra, entre 2010 e 2020 o faturamento das exportações aumentaram mais de 250% o número de trabalhadores no setor aumentou 64% (2010-2019) sendo que mais de 81% recebendo até 2 salários-mínimos que, por sua vez aumentou 103%. Todo este quadro desenrola-se numa década em que a inflação acumulada somou 63,06%[97]. Este raciocínio poderia ir mais adiante e considerar o aumento dos preços dos produtos derivados desta indústria no mercado interno, uma vez que, ao serem atraídos para o mercado externo, pela alta de preços e valorização do dólar, eles escasseiam e encarecem-no mercado interno (oferta e procura). Mas esta discussão extrapola o escopo deste trabalho. Por hora pode-se concluir que se os trabalhadores do setor ficaram felizes por, num momento de crise, manterem seus empregos, apesar de terem seus salários corroídos pela inflação, mais felizes ficaram as cooperativas, as empresas frigoríficas e seus acionistas que, em meio à pandemia, ampliaram em muito seu faturamento.

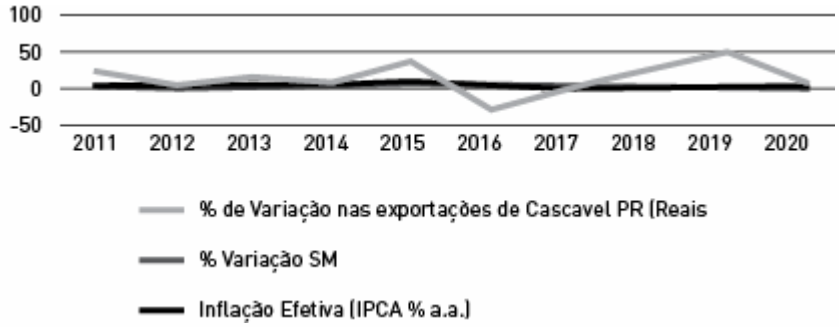



**Gráfico 3. Variação percentual do valor das exportações do município de Cascavel; do salário-mínimo e da inflação no Brasil**

Fontes: Comxstat; Ipeadata; Banco Central.

## Foz do Iguaçu/PR um caso contrafactual

O município de Foz do Iguaçu foi criado em 1917, localizado no extremo oeste do Paraná seu contingente populacional é estimado em 258.248 habitantes (IBGE, 2021). O PIB municipal per capita do município em 2018 foi de 56.702,71. O salário médio era de 2,8 salários-mínimos com 30% da população ocupada. O IDH era de 0,751 (7º na região geográfica e 399º no Estado). De acordo com Kleischmitt (2012), "a construção da Hidrelétrica de Itaipu, na década de 1970, provocou consideráveis mudanças na expansão demográfica de Foz do Iguaçu. Em 1960 a população era de 28.080 habitantes, sendo que em 2008 essa população era estimada em 319.189 habitantes" (Kleischmitt, 2012)[98].

Segundo dados do Relação Anual de Informações Sociais (Rais), em 31 de dezembro de 2019 o número de vínculos ativos em Foz do Iguaçu (empregos formais) era de 67.212 (Rais, 2019). Distribuídos entre indústria (6,09%); construção civil (4,06%); comércio (27,51%); serviços (62,04%) e agropecuária 0,3% (Rais, 2019). Em janeiro de 2020 o estoque de empregos em Foz do Iguaçu, informado pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) era de 60.133 vagas (Novo Caged, 2020). Um ano depois, em janeiro de 2021, pouco mais de 9 meses depois da primeira morte por covid-19 no Brasil, o Novo Caged registrava um estoque de empregos em Foz do Iguaçu de 56.677 vagas. Estas vagas se distribuíam entre, principalmente no setor de serviços (55,39%) e no comércio (31,76%) (Novo Caged, 2021).

Ainda é importante considerar aqui a informação metodológica apresentada no boletim informativo de 27 de maio de 2020 pelo Ministério da Economia através da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho Secretaria de Trabalho sobre o novo Caged, referenciada anteriormente. Como mencionado nas próprias considerações metodológicas sobre a nova forma de captação de dados sobre emprego e desemprego, o volume de movimentações no eSocial, na média, tende a ser superior àquelas verificadas historicamente no Caged. Sendo assim, o volume de perda de vagas formais em Foz do Iguaçu provavelmente foi maior do que a aqui apresentada.

O que torna Foz do Iguaçu importante para esta análise é seu possível papel contrafactual dentro do estudo. Caracterizando-se como uma cidade de porte médio, em 2020 a população estimada pelo IBGE foi de 258.248, sendo a segunda maior população na região Oeste do Paraná ficando atrás apenas de Cascavel, com população estimada de 332.333. Além da diferença populacional de pouco mais de 74 mil pessoas, talvez uma das mais significantes diferenças entre as duas cidades, mas também entre Foz do Iguaçu e as demais cidades da mesorregião, é a insignificante participação do setor agropecuário na economia do município. De acordo com o último censo IBGE, a população urbana de Foz do Iguaçu era de 99,17%. O Valor da produção da lavoura temporária em Foz do Iguaçu em 2019, segundo a pesquisa da Produção Agrícola Municipal (IBGE) foi de pouco mais de 46 milhões de reais. No mesmo período a produção de agrícola de Cascavel ultrapassava 500 milhões e Toledo 416 milhões. O estoque de trabalhadores no setor agropecuário de Foz do Iguaçu era de 160 vagas; em Cascavel, 2.648 e Toledo 1457. Especificamente na Classe CNAE, Abate de suínos aves e pequenos animais, não havia trabalhadores formais registrados em Foz do Iguaçu. De acordo com a Secretaria de Estado e do abastecimento (departamento de economia rural do Estado do Paraná). O valor bruto da produção rural por habitante de Foz do Iguaçu foi de R$ 358,74. Em Cascavel este valor foi de R$ 5.839,99 e Toledo R$ 22.539,05.

Estes dados demonstram que Foz do Iguaçu não tem no setor agropecuário e na cadeia de produção que se desenrola a partir dele, um dos suportes centrais de sua economia. Como é sabido a estrutura econômica de Foz do Iguaçu sustenta-se em dois eixos: a produção de

energia elétrica através da Usina de Itaipu e o Turismo (Pintor *et al*., 2016, p. 81-82).

Em 2020 do estoque de 55.651 trabalhadores formais de Foz do Iguaçu. Além dos 160 (0,28%) registrados no setor agropecuário 30.876 (55,48%) inseriam-se no setor de serviços; 17.680 (31,77%) no comércio; 3.626 (6,51%) na indústria e 3.309 na construção (5,94%). Com as restrições de a viagens ao turismo (viagens) durante o período pandêmico e o consequente impacto destas restrições nos serviços a ele vinculados (alojamento, transporte, alimentação, comércio etc.), era de se esperar que o baque da Pandemia impactasse fortemente o município. Este quadro fica evidenciado no Gráfico 3.

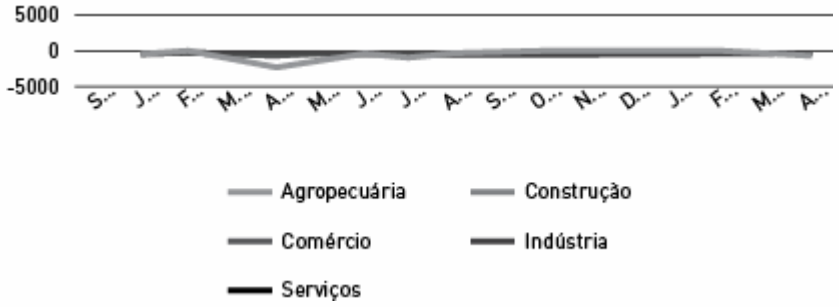



**Gráfico 4. Variação do saldo de empregos em Foz do Iguaçu entre janeiro de 2020 e abril de 2021**

Fonte: Novo Caged.

O que se pode observar é que a Pandemia teve um efeito severo no mercado de trabalho de Foz do Iguaçu. Conforme mostra a série histórica acima, entre março de e setembro de 2020 praticamente todos os grandes setores apresentaram saldo negativo iniciando uma recuperação que ainda ficou bem abaixo dos demais municípios representativos apresentados aqui, no mês de setembro. Em janeiro de 2020 o estoque de trabalhadores em Foz do Iguaçu era de 60.228 trabalhadores. No pior mês do período pandêmico (no município) este estoque reduziu-se para 53.566 trabalhadores, finalizando a série em maio de 2021 com 56.564. A diferença no estoque entre janeiro de 2020 (60.268) quando a Pandemia estava em seu início para janeiro de 2021 (56.075) é de 4.223 empregos 7,35% do total de vagas no último mês da série.

É importante ressaltar ainda outra questão: o Novo Caged registra apenas as vagas de trabalho formal. A cidade de Foz do Iguaçu tem uma intensa atividade informal em torno do turismo de compras e outras atividades que se desenrolam na área de comércio e serviços de modo informal. Inclusive com atividades centrada nos países vizinhos, principalmente na zona franca de Ciudad del Leste. Como a PNAD que é a pesquisa IBGE que avalia, entre outras coisas, o trabalho informal não é desagregável até o nível de município, a verdadeira dimensão da crise em Foz do Iguaçu dificilmente será precisamente dimensionada. O certo é que se o impacto nos empregos promovido pela pandemia de covid-19 afetou a todos, mas teve seus impactos amainados na mesorregião Oeste do Paraná pela configuração econômica específica, em Foz do Iguaçu, ela apresentou toda sua extensão catastrófica levando, além de mais de 1000 vidas, uma grande parcela de empregos no município.

## Referências


BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico especial**. Doença pelo coronavírus COVID-19. Disponível em: https://bit.ly/3KzoUkJ. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Nota técnica**. Substituição da captação dos dados do Caged pelo eSocial. Maio de 2020.

CORONAVIRIDAE, Study Group of the International Committee on Taxonomy of Viruses. The species severe acute respiratory syndrome-related coronavirus: classifying 2019-nCoV and naming it SARSCoV-2. **Nature Microbiology**, v. 5, p. 536-544, 2020.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, 2020.

EBERHARDT, Paulo Henrique de Cezaro *et al*. Atividade de base e multiplicador de emprego: considerações sobre o Oeste do Paraná. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, Rio Grande do Norte, v. 01, n. 1, p. 41-56, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE-Cidades**. 2021. Disponível em: https://bit.ly/3J3J2Lk. Acesso em: 12 abr. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio contínua quarto trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

ILO. International Labour Organization Monitor. **COVID-19 and the world of work**. Seventh edition. Updated estimates and analysis. January 2021.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Economico e Social. **O 3º espaço relevante**: relatório de pesquisa. Curitiba: Ipardes, 2008.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **PNAD-Covid**. Divulgação de 16/06/2020 – Principais destaques. Carta de Conjuntura. IPEA nº. 47. 2º Trimestre de 2020.

KLEISCHMITT, Sandra Cristiana. **Homicídios na fronteira internacional entre o Brasil e o Paraguai**: considerações sobre Foz do Iguaçu e a Região Metropolitana da Cidade do Leste. 2012. 123f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo.

PARANÁ. Departamento de Economia Rural – DERAL Boletim Informativo. **Análise Preliminar VBP 2019** – NR Cascavel. Setembro de 2020.

PARANÁ. Departamento de Economia Rural – DERAL Boletim Informativo. **Análise Preliminar VBP 2019** – NR Toledo. Agosto de 2020.

PDET. Programa de Disseminação de das Estatísticas do Trabalho. **Cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED)**. 2019. Disponível em: https://bit.ly/3l4hMjt. Acesso em: 12 abr. 2022.

PDET. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Novo CAGED**. Disponível em: https://bit.ly/369T1Ac. Acesso em: 12 abr. 2022.

PDET. Programa de Disseminação das Estatísticas do trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. 2021. Disponível em:

https://bit.ly/3l4hMjt. Acesso em: 12 abr. 2022.

PINTOR Eduardo de *et al*. A dinâmica econômica do município de Foz do Iguaçu de 2002 até 2012. **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 6, n. 1, p. 71-88, 2016.

RUCKER, Andrei Victor. **A contribuição da atividade de abate de aves para a geração de emprego e renda na economia paranaense no período de 2007 a 2017**. 2019. 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

UN. **UN framework for the immediate socio-economic response to COVID-19**. United Nations, April 2020. Disponível em: https://bit.ly/3I7rWuS. Acesso em: 12 abr. 2022.

WHO. World Health Organization. **Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. 2021. Disponível em: https://bit.ly/3CyD16W. Acesso em: 12 abr. 2022.

WILHER, Vitor. Um pesadelo chamado Novo CAGED. **Análise Macro**, 2020. Disponível em: https://bit.ly/3MLvHtI. Acesso em: 12 abr. 2022.

---

## Notas

93. Disponível em: https://bit.ly/3mxwOSe. Acesso em: 13 jul. 2021.
94. Disponível em: https://bit.ly/365bL3W. Acesso em: 13 jul. 2021.
95. Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas das aves (46%); Soja, mesmo triturada (17%); Carnes e miudeza comestíveis, salgadas ou em salmoura, secas ou defumadas, farinhas e pós-comestíveis, de carnes ou de miudezas, (10%); Adubos fertilizantes minerais ou químicos, (9,9%); Carnes de animais da espécie suína frescas, refrigeradas ou congeladas (classificação: Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias).
96. Ipeadata. Disponível em: https://bit.ly/3hUz17o. Acesso em: 03 ago. 2021.
97. Fonte: Banco Central do Brasil: histórico de metas para a inflação: Disponível em: https://bit.ly/3hWLRSF. Acesso em: 04 ago. 2021.
98. Apesar da disparidade entre os números apresentados no parágrafo a estimativa IBGE para a população de Foz do Iguaçu em 2008 era a apresentada pela autora. Tal previsão, no entanto, não se confirmou e o Censo IBGE 2010 apontou uma população de 256.088 pessoas no município.

# 9. OS PROJETOS ESTRUTURANTES NA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS: DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA NA FRONTEIRA[99]

*Tomaz Espósito Neto*
*Camilo Pereira Carneiro*

Na arena internacional, a ideia do *nexus* entre o desenvolvimento e a segurança ganhou força no Pós-Guerra Fria, quando os trabalhos acadêmicos, os documentos e os discursos oficiais passaram a verificar, com maior precisão, as interações entre essas duas variáveis centrais. Como se pode observar no discurso do ex-Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, na abertura da celebração dos 70 anos da Declaração dos Direitos Humanos: *The human family will not enjoy development without security, will not enjoy security without development, and will not enjoy either without respect for human rights* (ONU, 2005, n.p.).

No Brasil não foi diferente. Os estudos multidimensionais (com análise de indicadores nas áreas da educação, saúde e segurança) promovidos pelo Idesf (2018; 2019) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (2019) apresentam à sociedade brasileira os imensos custos socioeconômicos da falta da articulação e das descontinuidades entre as políticas públicas nas áreas de desenvolvimento e segurança. Na faixa de fronteira do Brasil, a situação é ainda mais aguda, tendo em vista que o pilar do desenvolvimento foi relegado a um segundo plano (Brasil, 2009).

A segurança das fronteiras do Brasil sempre foi uma preocupação dos órgãos de Estado, em especial das Forças Armadas. Ao longo de 15.719 quilômetros, o Brasil faz fronteira com dez países distintos. Trata-se da terceira maior fronteira terrestre do mundo e a maior no continente americano. A faixa de fronteira do Brasil abrange 588 municípios de 11 estados e ocupa 16,6% do território brasileiro, onde vivem 10 milhões de cidadãos (IBGE, 2018).

A presença dos agentes estatais é dificultada, pois a faixa de fronteira não é uniforme, sendo composta por uma diversidade de ambientes e

características geográficas peculiares de cada região. Usualmente, estudiosos e autoridades brasileiras, com base no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), de 2005, dividem a fronteira em 3 (três) grandes arcos, de acordo com suas características (ver anexo 1): Arco Norte, marcado pela presença da Floresta Amazônica; Arco Sul, que abrange áreas da região Sul do Brasil; e Arco Central, que abrange áreas de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Outrossim, no caso brasileiro, a Constituição de 1988 determina que a faixa de fronteira[100] brasileira é de 150 quilômetros, considerada fundamental para a defesa do país. Define ainda que é competência do Conselho de Defesa Nacional (CDN) opinar sobre seu efetivo uso, assim como a preservação e a exploração dos seus recursos naturais (Brasil, 1988). A Lei nº 6.634 de 2 de maio de 1979 e o Decreto nº 85.064 de 26 de agosto de 1980 regulamentam os requisitos para as atividades econômicas e a propriedade da terra na faixa de fronteira. Conforme Scherma (2016), na legislação transparece a primazia da defesa e segurança em detrimento de temas como a promoção do desenvolvimento.

Cabe ressaltar que esse quadro sofreu alterações no início do século XXI, quando iniciativas do governo federal, em especial o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) de 2005, colocaram o binômio desenvolvimento-segurança em primeiro plano na agenda política (Camara; Pereira, 2019; Scherma, 2016). Isso se deveu, principalmente, à mudança de perspectiva, passando-se a considerar a fronteira não mais como problema, mas como ponto focal do desenvolvimento econômico-social e da integração regional; e ao fortalecimento da percepção da necessidade de políticas públicas para o enfrentamento das mazelas sociais e desigualdades sociais como forma de combater os problemas complexos de segurança pública, como o tráfico internacional de narcóticos e armas, entre outros fatores.

Não obstante, segundo o Tribunal de Contas da União (2014), a despeito da importância dessas iniciativas, muitas delas não prosperaram em razão de diversos motivos, entre eles a falta de articulação das ações dos diversos entes federativos; as descontinuidades política e

orçamentária dos projetos; o não engajamento da sociedade civil; e a ausência de articulação entre os órgãos governamentais.

Nos últimos anos, o Arco Central[101], em especial a região da Grande Dourados, ganhou destaque nacional devido a fatores como: suas riquezas naturais, o potencial hidrográfico do Aquífero Guarani e os recursos minerais do altiplano boliviano; os desafios das atividades ilícitas transnacionais, como contrabando e descaminho; a atuação de grandes grupos criminosos, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), que se contrapõem ao poder estatal nas zonas de fronteira para a realização de grande parte de suas atividades ilícitas, como o tráfico internacional de armas e drogas, cujo destino são as periferias das grandes cidades brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro; o grande número de brasileiros residentes no Paraguai (aproximadamente 450 mil) e de paraguaios residentes em território brasileiro (cerca de 45 mil); a importância central da região na integração energética sul-americana, com o Gasoduto Brasil-Bolívia (Moraes, 2019, p. 4), e a Itaipu Binacional, responsável pelo fornecimento de 11,3% da energia consumida no Brasil e 88,1% no Paraguai (Itaipu, 2020); e o fato de ser uma importante fronteira agrícola para as exportações e para a economia do país.

Diante desse quadro, o presente trabalho visa apresentar as possibilidades e os desafios dos projetos estruturantes, como vetores de desenvolvimento e segurança, para a região da Grande Dourados e, consequentemente, para grande parte do país. Para tanto, serão analisados as oportunidades e os desafios das principais propostas político-econômicas, tais como: o ramal oeste da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (Ferroeste); a Estação Aduaneira do Interior (Eadi), também conhecida como Porto Seco; as obras do Aeroporto Regional de Dourados – Francisco de Matos Pereira; o ecossistema de inovação; e o Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (Sisfron).

Neste texto, optou-se pelo método indutivo, com um corte qualitativo das fontes primárias e secundárias (Marconi; Lakatos, 2003), por meio de uma revisão de bibliografia selecionada e análise dos documentos e dados oficiais de órgãos brasileiros, como o IBGE e o Ministério da Justiça.

É importante destacar que existem várias definições de desenvolvimento e segurança, assim como diversas variantes, como segurança humana e desenvolvimento sustentável, e essa polissemia dificulta uma análise mais acurada dos objetos de pesquisa (Johanson, 2014). Portanto, ciente da multiplicidade de sentidos, os autores decidiram adotar os dois conceitos mais difusos encontrados em documentos oficiais no Brasil.

Destarte, utilizou-se o conceito de desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) – que avalia, além do crescimento econômico, outras variáveis, tais como o acesso a bens e serviços públicos e condições de vida dignas (Pnud, 2019). Por sua vez, o conceito de segurança adotado no presente texto foi baseado na Política Nacional de Defesa, que define: "A segurança, em linhas gerais, é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos se sentem livres de riscos, pressões ou ameaças, inclusive de necessidades extremas […]" (Brasil, 2012, p. 14).

Além da introdução e das considerações finais, o trabalho divide-se em 6 (seis) partes: a primeira descreve as características econômicas e sociais da região da Grande Dourados; a segunda apresenta o projeto de construção do ramal oeste da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (Ferroeste) e seus impactos; a terceira examina a proposta de uma Estação Aduaneira do Interior (Eadi), também conhecida como Porto Seco; a quarta parte discorre sobre as obras do Aeroporto Regional de Dourados; a seguir discorre-se sobre a iniciativa de construção de um Ecossistema de Inovação; e, por fim, a sexta parte apresenta o Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (Sisfron).

## A região da Grande Dourados: características econômicas e sociais

Localizada na faixa de fronteira e no centro-sul do Mato Grosso do Sul, a região da Grande Dourados designa a cidade de Dourados e os municípios do seu entorno (Figura 1). Ali vivem aproximadamente 800 mil pessoas, sendo que cerca de 220 mil apenas em Dourados.

**Figura 1. Mapa da região da Grande Dourados**

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

É importante destacar que no município de Dourados encontra-se o maior território indígena urbano do Brasil, com aproximadamente 15 mil pessoas, em condições de grande vulnerabilidade social. A disputa pela terra, seja por meio da demarcação de novos territórios para quilombolas e indígenas ou da reforma agrária, é um tema de grande sensibilidade e de polarização político-social (Ghadie, 2019). Os povos tradicionais enfrentam os interesses de grandes produtores de grãos, fibras, cana-de-açúcar e carnes (Figura 2).

O PIB (Produto Interno Bruto) de Dourados em 2016 atingiu R$ 7,82 bilhões, sendo que o valor per capita (média por habitante) correspondeu a R$ 36.320,62 (IBGE, 2018). Segundo Ghadie (2019), as cadeias do agronegócio, voltadas à exportação, são os pilares da economia regional, e as principais empresas são os conglomerados da JBS, BRF e Coamo. A cidade de Dourados também configura um polo regional de serviços, em especial nas áreas de saúde e educação, e o setor público possui um papel relevante, pois ali se concentram uma série de entidades públicas, como universidades (UFGD e Uems), a sede da Polícia Federal, a Embrapa e a 4º Brigada de Cavalaria Mecanizada, entre outras.

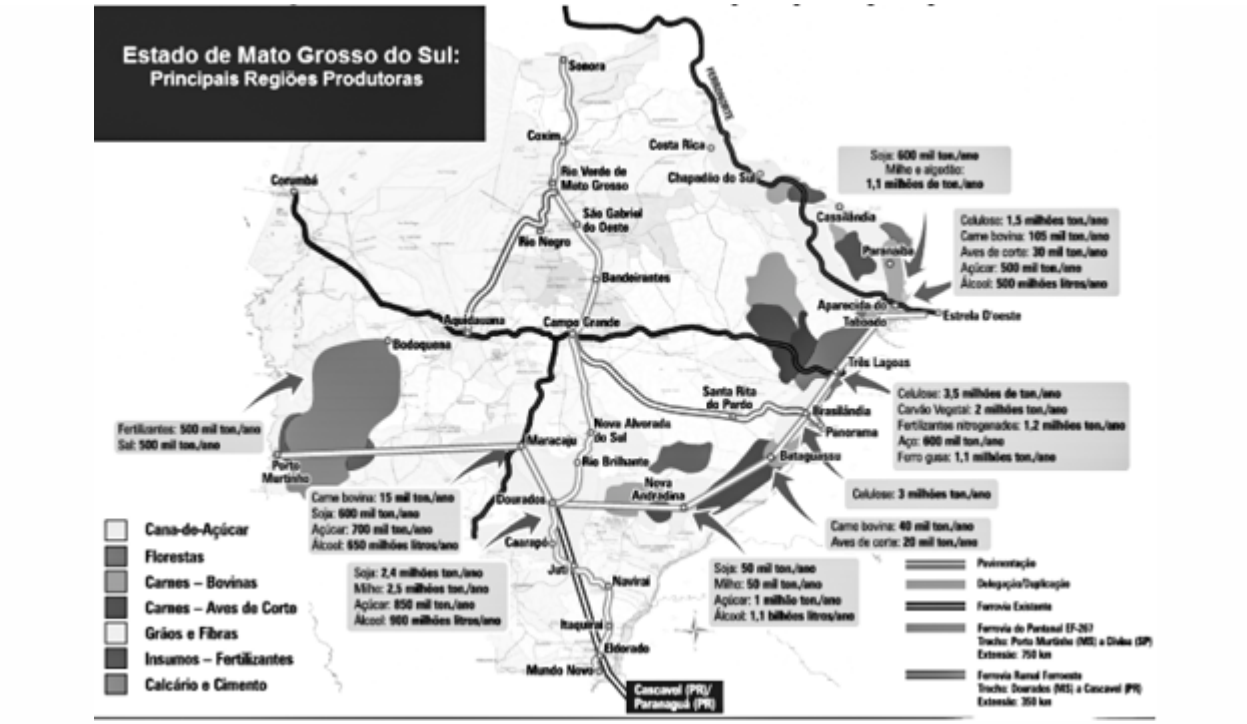



**Figura 2. Principais regiões produtoras de Mato Grosso do Sul**

Fonte: Semagro, 2020.

Cabe ressaltar que, em função de sua localização, o município de Dourados é um ponto estratégico para a integração nacional e sul-americana, com potencial que poderia ser mais bem explorado pelas autoridades nacionais e pela sociedade brasileira.

## Ferroeste: um novo corredor logístico do Centro-Oeste?

A construção do ramal oeste da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (Ferroeste), planejada para conectar a região da Grande Dourados à Cascavel, no Oeste do Paraná, e ao porto paranaense de Paranaguá, pode ser um importante corredor logístico para o escoamento dos produtos agrícolas – em especial soja e milho – de Mato Grosso do Sul. Infraestruturas viárias mais dinâmicas resultariam em um grande ganho em competitividade e em uma redução significativa no tempo e no preço do transporte das *commodities* direcionadas ao mercado mundial. Atualmente, a maior parte da produção é escoada por via rodoviária até os estados do Paraná (principalmente para o porto de Paranaguá) e São Paulo (porto de Santos).

Segundo Ferreira (2016), os custos do transporte rodoviário podem representar até 20% do valor final da tonelada de soja no porto, sendo um dos principais custos do produtor brasileiro. Ademais, uma parte da produção se perde no trajeto, seja pelas condições das rodovias, seja por inadequações do armazenamento nos caminhões. Dessa forma, o investimento no transporte ferroviário de grãos poderia promover o aumento dos lucros dos sojicultores, além de gerar uma redução no número de acidentes rodoviários (Figura 3).

Entre os benefícios esperados estão a viabilização de investimentos no processo de manufatura das *commodities*, que atualmente são vendidas em estágio bruto – caso de soja em grãos –, sem ter um grande valor agregado. A industrialização de grande parte da produção geraria um aumento de renda e empregabilidade na região. Como exemplo desse potencial, cabe citar a instalação, na cidade de Dourados, de uma unidade da Coamo Agroindustrial Cooperativa, que gerou 300 empregos diretos e outros e milhares indiretos (Coamo, 2019).

Do mesmo modo, esse processo possibilitaria que o etanol e o açúcar sul-mato-grossenses tivessem preços competitivos nos centros industriais brasileiros e nos grandes mercados consumidores, em especial São Paulo e Paraná, o que revitalizaria a cadeia sucroalcooleira da região, ainda abalada pela crise da década passada (Semagro, 2020).

**Figura 3. Projeção da nova conexão Cascavel-PR – Maracaju-MS**

Fonte: BNDES, 2011.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Regional (2019), essa articulação com o sistema logístico nacional poderia potencializar o retorno dos investimentos, superando um dos principais entraves ao desenvolvimento local. Ademais, o concerto da Ferroeste com as outras políticas públicas já propostas poderá ajustar os cursos técnicos e superiores existentes nos arranjos produtivos locais já mapeados – alguns ainda não implementados e/ou descontinuados –, podendo aumentar o impacto econômico-social (TCU, 2014). Outra medida a ser adotada seria uma consulta a autoridades, empresários e pesquisadores locais, os quais possuem propostas muito interessantes, como, por exemplo, o projeto "Caminho para os ervais", cujo escopo é valorizar a história e a cultura da erva-mate e, consequentemente, o turismo, no sul de Mato Grosso do Sul (Busón; Zamberlan; Sonaglio, 2019).

Por sua vez, uma extensão do projeto para cidades paraguaias como Pedro Juan Caballero e Concepción poderia integrar toda a logística do Cone Sul com a hidrovia Paraná, gerando um polo de atração de Investimentos Externos Diretos (IED), em especial de *maquilas*, para a faixa de fronteira. Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores já indicou que, pelo Programa de Substituição Competitiva de Importação (PSCI), as cadeias produtivas como as do setor têxtil e de vestuário poderiam ser beneficiadas, passando a ser opções rentáveis e alternativas às atividades ilícitas, como o descaminho (César, 2015).

É importante frisar que, ao incorporar a dimensão paraguaia (Figura 4), o projeto poderá receber recursos de órgãos de fomento internacionais, como o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os fundos da Itaipu Binacional. Entre outros projetos, esses fundos já financiam as obras previstas no eixo Capricórnio da carteira de projetos da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa) e do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), como a rota Bioceânica entre Brasil e Chile (Carneiro; Matoso, Santos, 2019; Martins, 2017). Outrossim, a finalização dessas obras pode ser um interessante *trade off* das renegociações do Anexo C do Tratado de Itaipu, prevista para ocorrer em 2023.

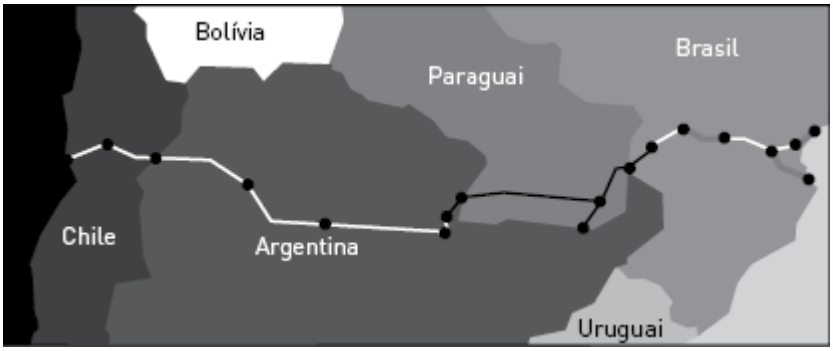



**Figura 4. Trechos operacionais entre os portos de Paranaguá-BRA e Antofagasta-CHL**

Fonte: BNDES, 2011.

## Porto Seco: uma proposta a ser recuperada

No que tange aos projetos de promoção do desenvolvimento direcionados à região da Grande Dourados, merece destaque a proposta de uma Estação Aduaneira do Interior (Eadi), também conhecida como Porto Seco, que seria uma estrutura aduaneira fora dos principais portos, com o objetivo de reduzir o tempo e os custos em relação aos trâmites administrativos (tais como um desembaraço aduaneiro) nas operações de comércio exterior (exportação, importação e *drawback*).

Em conjunto com outras estruturas, como o aeroporto, o Porto Seco facilitaria todo o processo por estar próximo ao empresariado, e aumentaria a arrecadação de impostos (como o imposto de importação) da região, além de ser um atrativo para empresas, em especial comerciais exportadoras e *tradings*.

A Eadi poderia receber as mercadorias e, em conjunto com os órgãos governamentais, realizar os processos de venda ao exterior. Um exemplo é a exportação dos produtos dos frigoríficos de pescados no município de Itaporã: atualmente, a carga é transportada por via rodoviária até o aeroporto de Campinas, onde acontecem todos os procedimentos para o embarque e a concretização da venda. Com o Porto Seco, as operações seriam realizadas em Dourados, o que redundaria em uma redução de custos logísticos e administrativos resultantes da distância entre a sede da empresa e a área aduaneira.

Cabe lembrar que a proposta de uma Eadi na região da Grande Dourados não é nova. Tem havido tentativas de implementá-la desde 2013, no entanto, a ausência de estrutura logística adequada, como um aeroporto, vem impedindo a realização do empreendimento.

## As obras do Aeroporto Regional de Dourados: um *hub* de negócios

O Aeroporto Regional de Dourados – Francisco de Matos Pereira – foi inaugurado em 1982. Nas últimas décadas, passou a operar voos regionais, principalmente para o estado de São Paulo, e em 2012 o aeródromo foi incluído no *Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos como forma de induzir o desenvolvimento regional* (Novaes; Souza, 2016). Após a reformulação do projeto de reforma, as Forças Armadas iniciaram as obras no local no primeiro trimestre de 2020.

A ampliação do aeroporto é percebida como um importante vetor para o crescimento regional, já que existe uma demanda reprimida por voos nacionais e internacionais na região. Diversas empresas, como Azul, Passaredo e Gol, demonstraram interesse em operar regularmente voos a partir de Dourados, e estudos como os desenvolvidos pela Labtrans/UFSC (2017) projetam um aumento expressivo na quantidade de passageiros do Aeroporto Regional de Dourados (Gráfico 1).

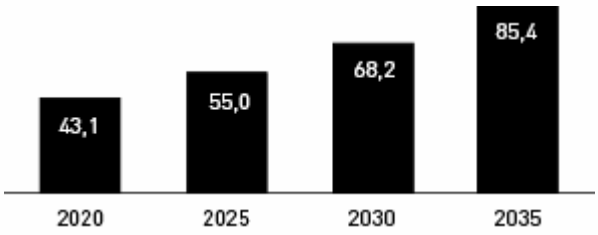



**Gráfico 1. Projeção de passageiros para o Aeroporto Regional de Dourados em milhares de passageiros (2020-2035)**

Fonte: Labtrans/UFSC, 2017.

Com a diminuição da distância entre os principais centros de negócios nacionais (como São Paulo) e internacionais (como Estados Unidos), espera-se um aumento do fluxo do turismo de negócios, em especial de

empresários do agronegócio, e de serviços mais qualificados, como do setor de tecnologia.

> quatro categorias de fatores, designadamente fatores pessoais/negócio, fatores ligados à associação/conferência, fatores de localização e fatores ligados a oportunidades de intervenção noutras convenções ou ocupações alternativas. (Carvalho; Paniagua; Mendez, 2019, p. 122)

Custos de transporte adequados à realidade brasileira e mundial permitiriam à região receber novas rodadas de negócios e potencializar as feiras agropecuárias. Atualmente, o turismo de negócios gera algo em torno de 1,1 trilhão de dólares no mundo. De acordo com a pesquisa "Impacto Econômico dos Eventos Internacionais Realizados no Brasil", desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a Embratur (2014), um turista de negócios e eventos internacionais gasta em média US$ 304 por dia no Brasil (Tabela 1).

| Categorias de gasto | Tipo de Evento | | | | Média de Gastos por Pernoite |
|---|---|---|---|---|---|
| | Medicina | Tecnologia e Meio Ambiente | Educação, Social e Esporte | Outros | |
| Total | 304,44 | 290,07 | 244,92 | 270,46 | 285,10 |
| Hospedagem e Alimentação | 185,30 | 192,68 | 102,88 | 205,12 | 175,32 |
| Compras e Presentes | 38,05 | 24,58 | 48,28 | 20,08 | 33,74 |
| Transporte | 26,20 | 21,19 | 27,84 | 14,13 | 23,44 |
| Cultura e lazer | 25,91 | 20,09 | 31,33 | 11,53 | 23,28 |
| Telecomunicações | 12,01 | 8,88 | 12,06 | 5,66 | 10,28 |
| Outros Gastos | 16,97 | 22,65 | 22,53 | 13,94 | 19,04 |

**Tabela 1. Gasto médio diário dos visitantes por tipo de eventos (em US$)**

Fontes: Embratur; FGV, 2014.

Há também que se considerar o potencial de se reforçar a proposta do município de Dourados como "Cidade Educadora" (Ghadie, 2019). É possível ampliar seu número de eventos acadêmicos e culturais, nacionais e internacionais, por meio das instituições de ensino superior da Grande Dourados, que, com seus milhares de docentes, discentes e técnicos, teriam um papel de grande relevância na difusão do conhecimento e na promoção do "turismo acadêmico" e do "turismo de negócios" (Deller, 2017). Ademais, se reduziria o custo de manutenção de equipamentos de laboratório, cujos representantes se localizam em São Paulo e Rio de Janeiro.

Do mesmo modo, cidades turísticas como Bonito, Jardim e Ponta Porã poderiam ser beneficiadas com o aumento do fluxo e do tempo de permanência dos visitantes através da redução dos custos de transporte aéreo na região. Por fim, o pleno funcionamento do Aeroporto Regional de Dourados aumentaria o potencial competitivo das exportações de perecíveis como pescados, e incrementaria negócios de maior valor agregado, como cosméticos e fármacos derivados de plantas do Cerrado e do Pantanal (Maranezi, 2014).

## O ecossistema de inovação: uma proposta em construção

Capitaneado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e com participação das principais instituições superiores de ensino e de representantes de órgãos de classe, está em andamento o projeto de articulação de diversas organizações para a criação de um ecossistema de inovação, ou seja, um "ecossistema de inovação como uma rede de relações em que a informação e talento fluem, por meio de sistemas de co-criação de valor sustentado" (Teixeira; Trzeciak; Varvakis, 2017, p. 5).

O objetivo do ecossistema de inovação de Dourados é promover um melhor ambiente de negócios para a incubação e o desenvolvimento de novas ideias, serviços e produtos que fortaleçam as pequenas empresas. Para tanto, os atores optaram por utilizar o modelo da hélice tríplice.

> A Hélice Tríplice provê uma metodologia para examinar pontos fortes e fracos locais e preencher lacunas nas relações entre universidades, indústrias e governos, com vistas a desenvolver uma estratégia de inovação bem-sucedida. Identificar a fonte generativa do desenvolvimento socioeconômico baseado no conhecimento é o cerne do projeto de inovação da Hélice Tríplice para aprimorar as interações universidade-indústria-governo. (Etzkowitz; Zhou, 2017, p. 23)

A partir de reuniões virtuais para a criação do ecossistema de inovação foi formada uma rede de pessoas relacionadas à inovação e ao empreendedorismo. Também foram identificados os gargalos e as potencialidades para o desenvolvimento desse ecossistema e já há um plano de ação em processo de elaboração, com responsabilidades e ações previstas entre os participantes.

## Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (Sisfron): a integração de desenvolvimento e segurança em um mesmo projeto

O Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (Sisfron), em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2012, está estruturado sobre o tripé *monitoramento/controle, mobilidade e presença do Estado*, em especial das Forças Armadas, na faixa de fronteira do Brasil. Para tanto, é necessário o desenvolvimento das capacidades estatais, seja na área de equipamentos e tecnologias duais, tais como Veículo Aéreo Não Tripulado (Vant) e radares, seja como uma profunda mudança na organização das forças de segurança do Estado (Landim, 2015).

A interação entre o desenvolvimento e a segurança se dá em várias áreas. A primeira é a do desenvolvimento e transferência de tecnologias bélicas para o uso civil, que apresenta inúmeras possibilidades. A história recente apresenta diversos exemplos, como a internet e o uso de sistemas de comunicação via satélite, que se transformaram em negócios multibilionários e aumentaram a qualidade de vida da humanidade.

Na região da Grande Dourados, as instituições de pesquisa – principalmente nas áreas das ciências tecnológicas e das engenharias – e

as empresas nacionais têm a capacidade de ampliar sua parceria para o desenvolvimento, manutenção e adaptação dos equipamentos e tecnologias à realidade local (Andrade *et al*., 2019).

Esse sistema pode ainda aumentar a complexidade da economia regional com produtos de altíssimo valor agregado, propiciando a geração de milhares de empregos bem remunerados, além de estancar a "fuga de cérebros" da região para outros países, estreitar as relações entre o aparelho de Estado e a sociedade local e expandir serviços de internet e de comunicação para áreas remotas. Ademais, os produtos e serviços do Sisfron podem ser exportados para os mercados internacionais, como, por exemplo, países da América do Sul e da África.

Por ser um sistema de monitoramento, o Sisfron pode fornecer aos gestores municipais e estaduais dados que são essenciais para o desenho de políticas públicas e para a tomada de decisões; com isso, espera-se reduzir os riscos e ampliar a eficiência e a governança dessas políticas públicas indispensáveis para o desenvolvimento humano da região da Grande Dourados. Cabe ressaltar que, de acordo com o Tribunal de Contas da União (2014), a ausência de dados e da devida governança foram alguns dos principais problemas para o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) (Andrade *et al*., 2019).

Essas informações podem inclusive ampliar a cooperação internacional e o desenvolvimento de políticas públicas binacionais para o desenvolvimento humano e o enfrentamento da criminalidade também na fronteira entre Brasil e Paraguai. No entender de Ferreira e Medeiros (2020), o processo de criação de confiança é vital para o sucesso desse processo de segurança integrada e de desenvolvimento.

Afinal, grandes organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e grupos paramilitares como o Exército do Povo Paraguaio (EPP) atuam na zona de fronteira Brasil-Paraguai, com reflexos nas grandes metrópoles brasileiras (Espósito Neto; Paula, 2015). Nesse sentido, em 2019, foram computados 41.635 casos de mortes por homicídio no Brasil (FSB, 2020). Por sua vez, o Paraguai registrou 617 homicídios em 2018 (OSCC, 2020). O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e o Fórum Brasileiro de Segurança (FSB) estimaram em 5% do PIB os custos, diretos e indiretos, da violência (Ipea; FSB, 2019), sendo que a perda de

arrecadação ocasionada pelo contrabando na fronteira entre Brasil e Paraguai é de cerca de 25 bilhões de reais/ano, além da destruição de aproximadamente 220 mil postos de trabalho regulares (Idesf, 2015, p. 14).

No estudo "Operações de segurança nas áreas de fronteiras", o Idesf (2015) aponta que, durante a ocorrência das atividades de fiscalização, a arrecadação de tributos, como o Imposto de Produtos Industrialização (IPI), subiu significativamente.

> Utilizando o período de 2011 a 2014, e tendo em vista que aquele foi o início das operações ÁGATA, os cálculos realizados permitiram estimar que, durante estes quatro anos, teria sido possível arrecadar um volume adicional superior a R$ 10 bilhões com estes dois tributos, caso estas operações tivessem sido mantidas de forma contínua e permanente. Isto significa dizer que durante este período teria sido possível gerar um adicional tributário na ordem de 3,7% sobre o que foi efetivamente arrecadado que, em termos monetários, equivaleria a cerca de R$ 3 bilhões/ano. (Idesf, 2015, p. 12)

A propósito, a defesa da paz, a cooperação para o progresso da humanidade e a integração regional são princípios constitucionais que, segundo a Carta Magna, regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

No que tange à pesquisa em fronteiras, desenvolvimento e segurança, atualmente, as três principais instituições de ensino de Mato Grosso do Sul (UFMS, UFGD e Uems) dispõem de programas de pós-graduação (*stricto sensu* e *latu sensu*), grupos de pesquisa, centro e observatórios que abordam as referidas temáticas. Este material humano, em parceria com os órgãos de segurança (federais, estatais e municipal), pode ser muito útil para avançar na ideia de uma "academia de segurança integrada na fronteira", que integraria de fato civis e militares em ações de ensino, pesquisa e extensão sobre o tema.

Por sua vez, Carneiro e Câmara (2019) observam que a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) – órgão reformulado pelo governo federal em 2019, destinado a propor medidas e coordenar ações que visem ao

desenvolvimento de iniciativas necessárias à atuação do governo federal na faixa de fronteira – e as diversas instâncias estatais, como as universidades, precisam investir na criação de canais permanentes de diálogos para a maior difusão dos dados e resultados do Sisfron.

## Considerações finais

Ao longo do presente capítulo foram apresentados alguns dos principais projetos de desenvolvimento para a região da Grande Dourados, como forma de mitigar os impactos negativos da violência, cujos custos afetam as sociedades sul-mato-grossense e brasileira em diferentes escalas.

Na perspectiva da segurança multidimensional, o combate à violência requer uma abordagem complexa por diversas frentes, como ações para o desenvolvimento econômico e social regional. Sendo assim, os projetos descritos podem gerar oportunidades e ganhos econômicos reais para jovens e adultos vítimas da violência e do desemprego.

Não obstante, para que os resultados positivos sejam maximizados é necessário que haja uma articulação entre os atores estatais (de âmbito nacional, estadual e municipal) e privados (empresários, sindicatos, entre outros). O envolvimento dos sujeitos é essencial para a boa governança dos projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, as instituições de ensino superior regionais, em especial as universidades públicas, podem realizar estudos de impacto e viabilidade dos projetos indicados, configurando ainda atores importantes no fomento do desenvolvimento regional.

Por fim, é preciso repensar o papel do Estado e da sociedade civil para que a questão das fronteiras ocupe o centro do debate político. Só assim será possível lidar de forma eficaz com anos de marginalização, que redundam em miséria e violência e acabam por afetar toda a sociedade brasileira.

## Referências

ANDRADE, Israel de Oliveira *et al*. Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras em Perspectiva. **Texto para Discussão**

**(IPEA)**, v. 2480, p. 5, 2019.

BNDES. **Pesquisas e estudos técnicos destinados à avaliação técnica, econômico-financeira e jurídico regulatória de soluções destinadas a viabilizar o sistema logístico ferroviário de carga entre os portos no sul/sudeste do Brasil e os Portos do Chile**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2011.

BRASIL. **Câmara dos Deputados Apresentação da ENAFRON**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011a.

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011**. Institui o Plano Estratégico de Fronteiras. Brasília: Diário Oficial da União, 2011b.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Apresentação do SISFRON**. Brasília: EB, 2014.

BRASIL. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira:** bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: https://bit.ly/3sZ4xHM. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. **Cartilha do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira-PDFF**. Brasília: MIN, 2009. 66f. Disponível em: https://bit.ly/37NZoKS. Acesso em: 13 abr. 2022.

BUSÓN, Carlos B.; ZAMBERLAN, Carlos O.; SONAGLIO, Clarisse M. Itinerário cultural "Caminhos para os ervais" uma estratégia de desenvolvimento regional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ENANPUR, 18., 2019, Natal. **Anais** […] Natal: Anpur, 2019.

CARNEIRO, Camilo Pereira; CAMARA, Lisa Belmiro; PEREIRA, Bruna Letícia Marinho. Segurança e defesa na fronteira oeste: o arco central e as ameaças nas díades com Bolívia e Paraguai. **Para Onde!?** (UFRGS), v. 13, p. 122-136, 2020.

CARNEIRO, Camilo Pereira; CAMARA, Lisa Belmiro. Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas de segurança e defesa. **Confins**, Paris, v. 1, p. 1-20, 2019.

CARNEIRO, Camilo Pereira; MATOSO, Felipe P.; SANTOS, Katiucy. Os impactos ambientais da IIRSA-COSIPLAN no Arco Central da fronteira brasileira. **Albuquerque**: revista de história, v. 10, n. 20, 2019.

CARVALHO, Pedro Miguel Fonseca Moreira de; DÍAZ MÉNDEZ, Montserrat; MÁRQUEZ PANIAGUA, Miguel Ángel. Determinantes do turismo de negócios internacionais: uma análise confirmatória de dados. *In*: TAVARES, Giovanna (org.). **Turismo, lazer e negócios**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

CÉSAR, Gustavo Rojas de Cerqueira. Integración Productiva Paraguay - Brasil: Nuevos Pasos en el Relacionamiento Bilateral. *In*: PRADO, Henrique Sartori de Almeida; ESPÓSITO NETO, Tomaz. (org.). **Fronteiras e Relações Internacionais**. Curitiba: Íthala, 2015.

COAMO. **Novas indústrias da Coamo foram inauguradas em Dourados (MS)**. Dourados: Coamo Agroindustrial Cooperativa, 2019. Disponível em: https://bit.ly/3KAqAKJ. Acesso em: 12 abr. 2022.

DELLER, Richard. **Previsão de demanda e sua influência na capacidade aeroportuária regional de Dourados-MS**. 2017. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

ESPÓSITO NETO, Tomaz; PAULA, Orlando Fernandes. Um balanço das Relações Brasileiro-Paraguaias nos Governos Lula/Dilma (2003-2012). *In*: THOMAZ, Laís Forti; MATHIAS, Suzeley Kalil; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de (org.). **Diálogos sul-americanos**: 10 anos da política exterior. Marília: Editora Cultura Acadêmica, 2015.

ETZKOWITZ, Henry; CHUNYAN, Zhou. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos**

**Avançados**, São Paulo: EdUSP, v. 31, n. 90, 2017.

FERREIRA, Jean Filipe Kortstee. **Comportamento do frete rodoviário de soja**: aplicação de um modelo de regressão linear múltipla. 2016. 53f. Dissertação (Mestrado em Pesquisa Operacional) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FERREIRA, Marcos Alan S. V.; MEDEIROS, Juliana Leite de. Cooperação Militar contra o Crime Organizado: Brasil e Paraguai no combate ao narcotráfico (1988-2017). **Sociedade e Cultura**, v. 23, p. 1-38, 2020.

GHADIE, Aida Mohamed. **Inserção internacional das cidades médias na região de fronteira**: o caso de Dourados/MS. 2019. 145f. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.* **(IBGE) Cidades**. *Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:* https://bit.ly/36a3ITs.

IDESF. **Diagnóstico do Desenvolvimento das Cidades Gêmeas do Brasil**. Educação, Saúde, Economia e Segurança Pública: a análise dos números. Foz do Iguaçu: Editora Idesf, 2018.

IDESF. **Estudo Características das sociedades de fronteiras**. Foz do Iguaçu: Editora Idesf, 2014.

IDESF. **Estudo Operações de Segurança nas áreas de fronteira**. Foz do Iguaçu: Editora Idesf, 2018.

IDESF. **O contrabando de defensivos agrícolas no Brasil**. Foz do Iguaçu: Editora Idesf, 2019.

IDESF. **O custo do contrabando**. Foz do Iguaçu: Editora Idesf, 2015.

IDESF. **Rotas do crime**: as encruzilhadas do contrabando. Foz do Iguaçu: Editora Idesf, 2016.

IPEA; FBS. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

ITAIPU. **Geração**. Itaipu Binacional. 2020. Disponível em: https://bit.ly/3CxJkYu. Acesso em: 12 abr. 2022.

JOHANSSON, Viktor. **The Security and Development Nexus**: A Policy Analysis. 2014. Masters thesis. Linnaeus University. Peace and Development Studies.

LABTRANS/UFSC. **Pesquisas e estudos para apoio técnico à secretaria de aviação civil da presidência da república**. Brasília: Ministério dos Transportes, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia cientifica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDIM, Hiarlley Gonçalves Cruz. Cooperação Militar Brasileira no Paraguai: exemplo histórico da Diplomacia Militar do Exército Brasileiro. **Revista Política Hoje**, UFPE, v. 24, n. 1, 2015.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. *In*: SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Continente em chamas**. Globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARANEZI, Felipe Bastos. **Transporte aéreo regional do Mato Grosso do Sul**. 2014. 104f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

NOVAES, Amilton L.; SOUZA, Adauto O. Planos e Programas do Governo Federal na Indução ao Transporte Aéreo Regional e Desenvolvimento da Região Centro-Oeste do Brasil. **Revista Perspectiva Geográfica (Online)**, v. 11, p. 254-268, 2016.

ONU. Kofi Annan. **Secretary-General's remarks to High-Level Event marking the 70th Anniversary of the Universal Declaration of Human Rights**: A Prevention Tool to Achieve Peace and Sustainable Development. New York, 2018. Disponível em: https://bit.ly/3pVhVuo. Acesso em: 12 abr. 2022.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. Nova Iorque: Organizações das Nações Unidas, 2019.

SCHERMA, Márcio A. Políticas de defesa e segurança para as fronteiras nos governos Lula e Dilma. **Boletim de Economia e Política Internacional**, v. 7, p. 65-77, 2016.

SCHERMA, Márcio A. Rumo à cooperação e ao desenvolvimento: as políticas brasileiras para a faixa de fronteira. **Carta Internacional (USP)**, v. 11, p. 32-55, 2016.

SEMAGRO. **Estudo para ferrovia que vai ligar Maracaju a Cascavel deve ser assinado em julho no PR**. Campo Grande, 2020. Disponível em: https://bit.ly/3tNtg0L. Acesso em: 12 abr. 2022.

TCU, Processo. **TC-014.387/2014-0**. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2014.

TEIXEIRA, Clarissa Stefan; TRZECIAK, Dorzeli Salete; VARVAKIS, Gregório. **Ecossistema de inovação**: Alinhamento conceitual. Florianópolis: Perse, 2017.

# ANEXO 1

Fonte: Carneiro; Camara, 2019.

---

## Notas

99. Esse artigo integra o Projeto Procad "Defesa Nacional, Fronteiras e Migrações: estudos sobre ajuda humanitária e segurança integrada" (Ministério da Defesa e Capes) e da Cátedra Jean Monnet da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), financiado pela Comissão Europeia.

100. A faixa de fronteira seria uma zona de transição entre o "interno" e o "externo", a partir do limite internacional.

101. Região que abrange os estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia e as fronteiras do Brasil com o Paraguai (aproximadamente 1.365 quilômetros) e a Bolívia (cerca 3.423 quilômetros).

# PARTE 3

# PRÁTICAS SOCIAIS, TRABALHO E RESISTÊNCIAS

# 10. QUANDO O DIREITO DE VIVER É DEFINIDO PELAS FRONTEIRAS: TRAJETÓRIAS DE IMIGRAÇÃO E TRABALHO DOS HAITIANOS/HAITIANAS PARA O BRASIL

*Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho*

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, em setembro de 2019, que de 2010 a 2018 aproximadamente 500 mil imigrantes deram entrada no Brasil. Ainda nesta pesquisa, os dados indicavam que havia a presença de imigrantes e refugiados em 3.876 dos 5.568 municípios brasileiros, mas apenas 215 destas cidades possuíam algum tipo de serviço público direcionado aos imigrantes. É importante mencionar que, entre essas políticas públicas, o IBGE destacou que a maioria era viabilizada em condições precárias, como por exemplo, o acampamento no Acre. Dessa forma, ainda que, em 2017, na Lei 13.445, Lei de Migração, tenha sido instituído no 3º parágrafo a obrigação de políticas públicas para os imigrantes como garantia de inclusão social destes sujeitos no Brasil, são praticamente inexistentes os serviços públicos que se dedicam a tais especificidades.

Deste modo, durante os anos de 2016 até o início de 2020 – antes da pandemia da covid – realizei entrevistas com haitianos e haitianas que viviam na região Oeste do Paraná, mas que já haviam se deslocado para outras cidades do Brasil. O principal interesse era compreender como a diáspora era interpretada, relacionando suas próprias experiências, sendo estas muitas vezes dolorosas, traumáticas e angustiantes.

Para a elaboração desta pesquisa, os textos de Alessandro Portelli (2007; 2013), acerca da importância da História Oral como possibilidade, foi deveras importante. Deste modo, não basta apenas construirmos nossa fonte, nesta pesquisa em específico, as entrevistas, mas precisamos dar sentido às interpretações que os próprios sujeitos constroem sobre suas vidas. Sendo assim, temos a possibilidade de disputar a memória acerca de uma sociedade, de um grupo específico ou de uma geração. No caso dos imigrantes haitianos, não se tratou apenas

de contrapor suas narrativas acerca daquilo que a sociedade brasileira pensava a seu respeito, mas de realizar aproximações com a classe trabalhadora brasileira que busca sobreviver diariamente encarando trabalhos, moradias e situações precárias.

Por isso, assim como Sassen (2016) escreveu que a imigração em alguns casos poderia ser compreendida como um processo de expulsão do país de origem, entre os fatores: econômicos, políticos e culturais; em relação aos haitianos pude perceber que esse processo foi vivido duplamente, primeiro quando saíram do Haiti e segundo, quando buscavam estabelecer suas vidas no Brasil.

No decorrer de minha pesquisa, que originou o recorte deste texto, pude identificar que parte considerável da diáspora era explicada relacionando as instituições acolhedoras, como por exemplo, a congregação Scalabriniana de padres que se tornaram referências no acolhimento dos imigrantes em São Paulo denominada "Missão Paz" que foi relatada em diversas pesquisas (Parise, 2016) como fundamental para a sobrevivência destes haitianos neste estado[102].

Os scalabrinianos estão nas principais rotas percorridas pelos haitianos no Brasil. Um dos meios adotados, no Brasil, pelos padres scalabrinianos é o de que eles buscam manter contato entre si e quando um imigrante deseja mudar de cidade, por exemplo, esses padres articulam-se para que ele recorra a um local que possua a congregação para que consiga auxílio para se manter.

> Dentre as mais significativas posições, lembramos as que estão em Manaus, Cuiabá, São Paulo, Santo André, Jundiaí, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis e algumas cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esta presença no território nacional insere a atuação da Missão da Paz num contexto mais amplo e articulado. Ao mesmo tempo, a Missão da Paz faz parte da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados, formada por 55 entidades distribuídas em todo o território nacional e viabilizada pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) com o objetivo de atender e acolher migrantes e refugiados. (Parise, 2016, p. 410)

Mike[103], um jovem trabalhador de 24 anos que entrevistei em julho de 2018, relatou parte de sua experiência com a Missão Paz: "eu me sentia feliz lá, só vim pra cá (Cascavel- PR)[104] porque eu não era acostumado no Haiti em viver em uma cidade tão grande que nem São Paulo. Quando cheguei aqui o primeiro choque foi que não existia uma casa pra gente morar como tinha lá", a casa mencionada por Mike tratava-se da Casa do migrante disponibilizada por essa paróquia, os scalabrinianos forneciam um espaço para o acolhimento de 110 pessoas,

> divididas entre dormitórios femininos e masculinos, áreas de integração mista que inclui sala de TV, biblioteca, sala de reunião, brinquedoteca e lavanderia. A estadia na Casa do Migrante inclui alimentação, aulas de português, apoio psicológico e acompanhamento de assistentes sociais. Todos os moradores da casa recebem materiais de higiene pessoal e roupas, e podem utilizar o seu endereço para recebimento de correspondência.[105].

O modo de organização dos padres scalabrinianos em relação à acolhida aos imigrantes é semelhante independente da cidade. Obviamente que em cidades maiores, como São Paulo, possuem um espaço mais amplo, como, por exemplo, a Casa do Migrante citada por Mike.

Em cidades menores, mas com um número expressivo de imigrantes haitianos, o acolhimento fica à cargo de voluntários que pouco encontram apoio em políticas públicas que visem desde o básico, como no caso haitiano, ofertar aulas de Português, até a falta de auxílio com questões mais burocráticas, como a legalização da documentação de imigração.

## Atravessando as fronteiras visíveis e invisíveis do imaginário popular

"A gente sente muito medo das fronteiras, né?" relembrou Lucas, trabalhador haitiano de 57 anos que entrevistei em 2019 e que disse que se sentiu feliz em ver os taxistas brasileiros que os levariam para atravessar a fronteira até chegar na cidade de Assis Brasil no Acre. Por outro lado, disse que sentia medo do que estava por vir. Além da

fronteira ultrapassada, esses taxistas já organizavam outro trecho da viagem que era o de levar os haitianos para as cidades de Epitaciolândia e Brasileia, onde enfim encontrariam a Delegacia da Polícia Federal.

Depois de relatar tanto sofrimento, cruzar a fronteira assemelhava-se a luz no fim do túnel. No entanto, as narrativas evidenciaram que havia sempre um desafio tão difícil quanto o anterior; quando chegavam ao Brasil o principal obstáculo era conseguir meios para sobreviver.

Lucas, evidenciando que a forma como as pessoas são recebidas "do outro lado" demonstra como as fronteiras não são apenas físicas, mas principalmente moldadas pelo imaginário popular. Afinal, são as fronteiras que nos separam do resto do mundo, principalmente quando a barreira que precisa ser rompida diz respeito a imigrantes que vivem em situações lastimáveis, como a dos haitianos, venezuelanos, senegaleses, bolivianos.

Segundo Mamed (2016, p. 12):

> No Posto Alfandegário de Assis Brasil, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, os imigrantes se apresentavam ao serviço de controle migratório da Polícia Federal para registrar em seus passaportes a data de ingresso em território brasileiro. Após isso, pela mesma rodovia Interoceânica, seguiam até as cidades gêmeas de Epitaciolândia e Brasileia, onde existe a delegacia de Polícia Federal responsável pela região de fronteira, unidade na qual davam entrada à solicitação de refúgio. Até abril de 2014, estava sediado na cidade de Brasileia o acampamento público de acolhida aos imigrantes. Entretanto, após a mudança dessa estrutura de serviço para a capital do estado, depois de passarem pela Polícia Federal, eles se dirigiam até o novo endereço do abrigo, localizado na cidade de Rio Branco.

Além disso, existia a possibilidade da fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia na cidade de Tabatinga, estado do Amazonas, que era menos procurada devido à dificuldade geográfica de se locomover.

Este trajeto, segundo Fernandes e Faria (2016), foi o mais utilizado durante o início do fluxo imigratório e tinha como percurso a saída de avião de Porto Príncipe, após alguns dias na capital da República Dominicana, reorganizavam a viagem até o Panamá e de lá iam para Quito. Alguns faziam sem escala, indo diretamente para Lima, no Peru.

Depois por via terrestre ou fluvial possuíam quatro escolhas para chegar até o Brasil pela fronteira: Tabatinga (AM), Assis Brasil (AC), Brasileia (AC) ou Epitaciolândia (AC).

Lucas expressou o papel importante das empresas que iam até o Acre para selecionar trabalhadores que serviriam de mão de obra, pois era justamente nesse momento de chegada e de incertezas que os haitianos estavam desesperados por conseguir trabalho, o que facilitava para as empresas que mesmo expondo condições que eram inferiores as que os haitianos esperavam, eles as aceitavam para ter onde trabalhar. Segundo Mamed (2015), os estados que mais se destacaram com a presença de empresas no acampamento do Acre foram: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Outro ponto a se referir é que, juridicamente, os trabalhadores haitianos, até 2012, ainda não recebiam o visto humanitário; solicitavam o refúgio que era analisado pelo Conselho Nacional para os Refugiados (Conare) que, ao mesmo tempo em que não podia negar-lhes a solicitação de refúgio porque o Brasil era um dos países que seguia as normas da Convenção de Genebra de 1951 e da Convenção de Cartagena de 1984[106], acabava por não lhes receber como refugiados, pois esse reconhecimento jurídico implicaria que o Estado tivesse que se responsabilizar em oferecer condições para uma vida digna a todos os imigrantes haitianos.

Como solução encontrada, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) tornou-se o órgão responsável por discutir a questão humanitária dos haitianos (Fernandes; Faria, 2016, p. 153). Em 2011, ainda sem medidas definitivas, o CNIg cedeu pela primeira vez a permanência a um grupo de 199 haitianos, por meio da Resolução Normativa n. 27/1998. Assim, o governo federal designou o status de "imigrante por razões humanitárias", afastando-se da lógica de refugiados.

Silva (2015) tentou esclarecer os embates jurídicos para além do âmbito da lei, levando em consideração o que modificava, para a realidade haitiana, o termo "refugiado". Segundo o autor:

> Contudo o Conselho Nacional para os Refugiados – CONARE, os haitianos não estariam sofrendo algum tipo de perseguição política, religiosa ou étnica e em base a isso não encontra fundamento para

> deferir os pedidos de refúgio, encaminhando-os para o Conselho Nacional de Imigração – CNIg, que tem a função de resolver casos omissos, como é o caso dos haitianos. A saída encontrada pelo governo brasileiro foi conceder-lhes um visto humanitário com validade de cinco anos, em razão da dramática situação social no Haiti, agravada ainda mais com o terremoto de 2010 (Resolução 97/2012). Trata-se na verdade, de uma situação de grave e generalizada violação de direitos fundamentais, como o da alimentação, da moradia, da saúde, da educação e da segurança pessoal. Nessa perspectiva, de acordo com o Estatuto do Refugiado, lei 9794/09, eles poderiam ser reconhecidos enquanto tal. (Silva, 2015, p. 122)

Segundo Silva, os haitianos poderiam ser considerados refugiados, pois no Estatuto dos Refugiados consta na Seção I, no art. 1º, Inciso III - "devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país".

Foi sob essas modificações da lei que Benjamin, imigrante que entrevistei em 2017 e que estava com 32 anos, veio para o Brasil e teve a primeira dificuldade com o visto humanitário porque era a partir deste documento que seria possível fazer a carteira de trabalho. Por isso, o auxílio prestado no acampamento no Acre em que realizavam a solicitação do visto on-line e forneciam um lugar para esses trabalhadores dormirem era tão requisitado.

A solicitação do visto era realizada pelo site da Polícia Federal, para isso o haitiano precisava preencher um formulário para agendar a data e a hora que seria fisicamente atendido. Esses trabalhadores chegavam no Acre sem saber português, portanto, o acolhimento era essencial para auxiliá-los na retirada do documento.

A lei utilizada para sistematizar a vida dos imigrantes no Brasil, até 2017, era o Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815 de 1980. Essa lei foi criada durante o período ditatorial e salientava o imigrante como sujeito nocivo ao Estado sob a responsabilidade da Segurança Nacional.

O Estatuto do Estrangeiro era contraditório em relação à própria Constituição Federal de 1988, por exemplo, que proibia a organização de "quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas"

(Brasil, art. 107, Lei nº 6.815, Estatuto do Estrangeiro, 1980), ou seja, essa lei era incompatível com o Estado Democrático de Direito.

A partir de 2012, com o aumento considerável da imigração haitiana para o Brasil, novos parâmetros foram criados buscando soluções rápidas, como o visto por questões humanitárias, pois já não era possível desconsiderar a presença dos imigrantes no país. No entanto, a principal lei que correspondia à situação imigratória permanecia considerando os imigrantes como um problema de Segurança Nacional, o termo utilizado era o de "estrangeiros". Após a consolidação não apenas de imigrantes, mas de famílias de imigrantes, o Estado viu-se na obrigação, mediante pressão dos órgãos acolhedores destes sujeitos, a criar uma lei que correspondesse às novas políticas migratórias.

Após alguns anos de tramitação no congresso nacional, em 2017, enfim, foi aprovada a nova Lei de Migração. A Lei nº 13.445/2017 entrou em vigor a partir de novembro de 2017, desta forma revogando o Estatuto do Estrangeiro 6.815/1980. Como já exposto, a antiga legislação que tratava da migração foi concebida no país no período ditatorial e seu foco era voltado para a segurança e a soberania nacional, destacando o imigrante como alguém a ser combatido, um potencial inimigo do Brasil. Diante disso, ela dificultava a regulamentação do imigrante que se encontrava no território brasileiro.

A nova legislação nasceu em consonância com a Constituição Federal de 1998 e os tratados internacionais do qual o Brasil faz parte, deste modo, com um olhar voltado para os direitos humanos, tratando o imigrante com ser possuidor de direitos e não só de deveres. É importante salientar que a lei de migração foi amplamente debatida com representantes da sociedade civil, o que fica caracterizado na sua formação social. No entanto, após aprovação do Congresso Nacional, a lei foi para a sanção presidencial, na qual, infelizmente, houve vários vetos realizados pelo até então presidente da república Michel Temer. Um dos mais infelizes vetos realizados foi no artigo 118 que contemplava anistia as pessoas que ingressaram no país até 6 de julho de 2016. A citada anistia seria benéfica na regularização dos imigrantes que já se encontravam no território brasileiro. O veto foi defendido por motivos de segurança nacional, ou seja, fica claro ainda resquícios trazidos do antigo Estatuto do Estrangeiro formulado no período ditatorial.

Outro pesar, sendo contrário ao que era o objetivo da nova legislação de migração, o Governo Federal publicou um extenso documento, o Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017 que regulamentou alguns pontos da Lei nº 13.445/2017, foram apresentadas demasiadas exigências burocráticas para a fiel execução da lei, alguns pontos, inclusive, conflitantes com o que a própria lei instituiu.

Ainda, na contramão da nova legislação, o Brasil deixou de participar do Pacto Global de Migração da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2019. Essa direção tomada pelo Brasil, sob o comando do presidente Jair Bolsonaro, tornara-se preocupante quanto à respeitabilidade dos direitos fundamentais do migrante.

Sabe-se que a nova legislação de migração brasileira é inovadora e está alinhada aos preceitos fundamentais da dignidade humana, assim como busca uma desburocratização dos processos de regularização dos imigrantes. Porém, fica claro que, desde quando passou pelo crivo presidencial, a nova legislação vem sendo desconfigurada, desrespeitando o longo processo de debates realizados na formulação da nova lei. Deste modo, é imperativo que entidades responsáveis fiquem vigilantes quanto à aplicação da nova lei, abarcando todos os migrantes e não vire apenas uma dita lei para "inglês ver".

No entanto, mesmo com as modificações na lei, o problema da língua foi destacado na maioria das narrativas, principalmente em relação à compreensão das leis trabalhistas e da lei que regulamentava a imigração; como Benjamin me disse; "não entendia das leis no Brasil, me assustava que quando a gente pisava no Brasil, já era a polícia que a gente tinha que ir. Parecia que a gente não era bem-vindo. Depois disso, era um sufoco tentar entender o que a lei dizia que podia ou não fazer". Benjamin viveu o processo de transição do Estatuto do Estrangeiro para a Lei de Migração de 2017 e contou da aflição que havia entre os haitianos em buscar compreender o que essa lei modificaria na vida daqueles que já estavam no Brasil e acerca daqueles que imigrariam a partir daquela data.

Roody, haitiano que entrevistei em 2019 e que estava com 32 anos, narrou situação semelhante à de Benjamin acerca das dúvidas em relação à nova Lei de Migração. Roody havia chegado ao Brasil com o visto retirado no Equador e, por isso, me contou que "a gente que entrou pelo

Equador tem só cinco anos que pode ficar no Brasil, já ele (aponta pra Fredner), que entrou pelo Brasil lá no Acre, tem direito a dez anos. Eu não sei o que fazer, vou ter que conversar na Associação pra buscar ajuda". De fato, um dos únicos lugares que esclarecia as dúvidas dos haitianos em relação às leis no Brasil eram os voluntários brasileiros que auxiliavam nas associações, neste caso em específico, a Associação Haitiana de Cascavel.

Roody narrou uma situação sobre a qual busquei auxílio do Ministério das Relações Exteriores do Paraná, localizado em Curitiba, para entender. Em uma ligação telefônica realizada no dia 18 de junho de 2019, o responsável me disse que realmente havia uma discrepância entre as leis que regulavam o visto humanitário retirado no Brasil dos que eram adquiridos no Equador, o que tornava as normas de imigração para os haitianos no Brasil confusas. Além disso, contou-me que a Polícia Federal estava vivendo um embate em relação aos vistos, pois, no dia em que liguei, já haviam sido distribuídas senhas de atendimento para a aquisição do documento, mas havia sido extrapolada a quantidade máxima de solicitações. Ao questionar a quantidade que a Polícia Federal disponibilizava de vistos humanitários anualmente, o responsável pelo Ministério das Relações Exteriores afirmou que não sabia responder.

Por essas e demais questões que a associação, que Roody destacou que foi organizada pelos próprios trabalhadores haitianos de Cascavel com o auxílio do reverendo da Igreja Anglicana e do Centro dos Direitos Humanos, tornou-se tão importante. Segundo Roody, "nas reuniões da associação tiramos dúvidas e nos unimos!".

Desde a primeira vez em que os haitianos se reuniram para discutir a construção da Associação, havia a presença de duas advogadas que eram representantes do Comitê dos Direitos Humanos de Cascavel. Conforme os trabalhadores haitianos narravam as dificuldades que sofriam em relação à compreensão da lei, as advogadas anotavam e depois apontavam esclarecimentos que era traduzidos em *kreyòl* por Jean (líder da Associação que entrevistei em 2016 e que tinha 28 anos) para os demais.

No entanto, antes de conseguirem organizar o trajeto até Cascavel e buscar apoio da Associação, estes imigrantes enfrentaram dias ou até mesmo meses de precariedade no acampamento no Acre. Mediante a

tantas incertezas e dúvidas sobre a documentação, quando enfim tinham em mãos os documentos, outro problema importante os perseguia, "será que eu ia mesmo encontrar trabalho?", relembrou Mike.

Entre 2010 e 2015, o Acre foi a principal via de acesso dos haitianos no Brasil (Mamed, 2016). Mike destacou o que pensou quando chegou no acampamento:

> *Terrível, né? Ao mesmo tempo que dava uma alegria depois de tudo que a gente viveu até chegar no Brasil, dava um desespero em pensar "será que vivi tudo isso pra viver assim aqui?" mas aí vinha o segundo passo que era tentar se concentrar pra conseguir ter onde dormir, descansar bem pra depois encontrar trabalho*. (Mike, 2018)

Assim como Mike narrou, outros trabalhadores disseram que a expectativa de que no Brasil encontrariam menos dificuldades diminuía logo após chegarem ao acampamento no Acre. O que também foi relatado em trabalhos de pesquisadores que estiveram no acampamento, como Geraldo e Marília Cotinguiba que destacaram:

> A noite vimos que a acomodação no local era impossível, dado o número de pessoas e a capacidade do lugar, e por isso, revezavam-se nos poucos colchões e os demais pelos bancos da praça para dormirem, ou [...] esperavam para descansarem durante o dia. (Contiguiba, 2016, p. 180)

O relato desses pesquisadores refere-se ao ano de 2012, momento no qual ainda não se tinha noção da quantidade de haitianos que cruzariam a fronteira e procurariam ajuda naquele lugar. Semelhante à discussão apresentada pelos autores, Benjamin, que veio em dezembro de 2011, relembrou que "a primeira noite que fiquei lá, dormi no chão. Abracei minha mochila e pensei: meu Deus, quando vou ter dignidade de novo?" Benjamin se sentia como apenas "mais um" imigrante em meio ao caos e, quando recordava de sua família que havia permanecido no Haiti, lembrava-se de que para aquelas pessoas ocupava um espaço importante na estrutura familiar. Por isso, mesmo que sua vida fosse repleta de dificuldades em seu país compreendia que ainda assim o Haiti lhe oferecia maior dignidade do que a condição de imigrante na qual se

encontrava, se sentia como um número a mais na estatística do acampamento.

Mike também vivenciou a precariedade do acampamento e relembrou os principais aspectos de sua experiência em 2013:

> *Difícil, né? Não tinha como dormir direito. Era sempre muita gente, você virava pro lado e de repente levava um susto, tinha alguém te olhando, sabe? (risos). Os banheiros eram insuportáveis de cheiro forte, tinha alguns moradores da cidade que chegavam a cobrar R$5,00 pra ir ao banheiro deles pra gente poder tomar um banho decente. Isso acontecia com água também, a gente quase não tinha. Eu tive coragem de bater palma numa casa e pedir se podiam me dar uma garrafinha de água. Mas o pessoal, de modo geral, não aguentava mais ouvir falar de haitiano (risos)*. (Mike, 2018)

Por isso, o auxílio mútuo que Mike e os outros companheiros haitianos fizeram durante o trajeto se intensificou ainda mais no acampamento, visto que foi uma das formas encontradas por esses trabalhadores para conseguir sobreviver; "tinha dias que era muito calor, nós dividíamos quem ia buscar água. Aí era uma garrafa de água por haitiano, então mesmo que a gente ficasse passando sede, bebia um pouco e dividia pra ter água pra todos". Ainda que Mike tenha narrado aspectos solidários no acampamento, conforme os dias passavam as incertezas se tornavam cada vez maiores para os imigrantes.

Deste modo, Mike relatou que ocorriam discussões sobre o lugar para dormir, sobre o espaço na fila para buscar água e comida, ou seja, em determinados momentos a angústia tomava conta destes trabalhadores que relacionavam o passado enfrentado para chegar até o Brasil e o presente em que viviam no acampamento e chegavam a imaginar que "nada podia ser pior".

Acerca da experiência em relação à população que vivia no Acre, Mike, Lucas, Benjamin entre demais haitianos entrevistados contaram que sabiam que não eram bem-vindos; Lucas relembrou que "andava na cidade, às vezes buscando emprego e às vezes só pra não enlouquecer" de ficar no acampamento e ouvia os gritos: "macaco", "volta pro seu país". No caso de Mike, recordou que, no ápice da vontade de beber um copo de água, bateu na porta da casa de uma senhora que o recebeu com

vassouradas. Por isso, ambos disseram que preferiam passar necessidades, em Cascavel, do que ter que retornar para o acampamento no Acre. Mike acrescentou: "no meu país o povo é educado, se ver um brasileiro passando sede o haitiano tira o que tem, ou até o que não tem pra ajudar", demonstrando que, logo nos primeiros dias no Brasil, já havia compreendido que a fama de "homem cordial" do brasileiro, era uma invenção, pelo menos em relação aos imigrantes haitianos.

A chegada desses trabalhadores até Cascavel não ocorreu de modo homogêneo. Lucas não escolheu Cascavel, ou seja, foi escolhido por representantes que estavam no Acre para definir os trabalhadores que seriam contratados pelos frigoríficos de Cascavel. E então, como foi a primeira oportunidade de trabalho no Brasil, aceitou, afinal, como pontuou: "eu imigrei para trabalhar!".

O que permitiu constatar que não se tratava apenas de uma escolha própria, era necessário ser escolhido pelos representantes da empresa. Além de que, somente assim conseguiria que a empresa pagasse suas despesas até a cidade de destino.

"Foi aí que à noite, a igreja que ajudava a cuidar da gente avisou que ia naquela semana empresas pra contratar a gente. Aí ficou aqueles gritos de alegria (risos), povo haitiano em festa!", relembrou Benjamin que disse que só não chorou por se considerar um homem muito forte. No entanto, foi perceptível que seus olhos se encheram de lágrimas, quando relembrava a oportunidade de trabalho que naquele momento significava entre tantas coisas, a efetivação do motivo que o fez imigrar.

Como havia ineficiência dos órgãos públicos, grupos voluntários e, entre eles, as igrejas, se responsabilizavam em auxiliar a partida dos imigrantes do acampamento. Segundo Mamed (2016), a permanência diária neste acampamento era de cerca de 500 a 1.000 pessoas em um espaço que deveria ser ocupado por 200, no máximo 300 pessoas. Por isso, algumas igrejas, juntamente com outros grupos que prestavam auxílio, buscavam agilizar o processo de distribuição dos imigrantes pelas demais cidades brasileiras.

Segundo Handerson Joseph (2017, p. 33),

> Em alguns casos, a escolha de Curitiba foi motivada pela presença de padres ou outros representantes da Pastoral do Imigrante nas

> cidades de Rio Branco (AC) ou Manaus (AM), portas de entrada de muitos migrantes. Com efeito, através de contatos com outras pastorais das regiões Sudeste e Sul, representantes incentivaram a migração para o Sudeste e Sul do Brasil, onde, segundo eles, havia maior oferta de postos de trabalho e também onde havia sedes da pastoral do migrante às quais eles poderiam se dirigir em busca de acolhimento e ajudas diversas.

Desde 2010, a Igreja Católica foi um dos primeiros setores a se mobilizar em auxílio aos imigrantes. Além disso, como pontuou Joseph (2017), a Igreja foi fundamental para a distribuição de mão de obra haitiana para as empresas, em específico os frigoríficos da região Sul, de modo a tentar organizar a estrutura do acampamento para que fosse possível acolher os imigrantes que chegavam e oferecer perspectivas para aqueles que já estavam no acampamento há dias ou até meses.

Benjamin recordou que "lembro que era uma segunda-feira que chegaram lá, nós haitiano, estava tão feliz que tinha passado o final de semana cantando. Acordei bem cedo pra tomar banho e não pegar fila queria muito que me escolhessem", continuou narrando que, por volta das 7h da manhã, os contratantes do frigorífico se posicionaram em uma tenda e, após conversar com os responsáveis pelo acampamento, organizaram uma pré-seleção acerca do "modelo de trabalhador" que a empresa queria.

> *Fazia assim, uma fila indiana, às vezes organizavam por idade. Nós estávamos de shorts e sem camisa. Ficávamos debaixo do sol, enquanto passavam olhando pra gente. Não sei onde olhavam mais… era o corpo inteiro. Eu sei porque me escolheram, fizeram algumas perguntas e eu disse que tinha experiência na da indústria. É como se estivessem vendendo Benjamin*. (Benjamin, 2018)

O sentimento que Benjamin expressou foi o de se sentir humilhado por ter que passar por uma experiência em que se sentiu vendido como um objeto e, ao mesmo tempo, havia medo de que não agradasse suficientemente a empresa e, então, não conseguisse o trabalho. Me disse que pensava em sua família, que estava disposto a realizar qualquer esforço para vê-los de novo. Em seguida, contextualizou "eu já ouvia história sobre o Brasil de que foi um país que fazia os negros trabalharem

de escravos, eu achei que tivesse mudado"; ao narrar essa frase Benjamin me mostrou suas mãos trêmulas resultantes de anos de trabalho na linha de produção do frigorífico e contou que, entre as principais considerações da empresa para contratá-lo, pediram que Benjamin mostrasse os dentes, que fizesse alguns exercícios para demonstrar que não estava doente e que poderia servir para o trabalho.

Benjamin tinha consciência de que, se durante a escravidão, os escravos eram forçados a virem para o Brasil para serem explorados, a condição da qual fazia parte naquele momento, apresentava formas diferentes da venda produtiva de sua força de trabalho, mas a exploração acerca dos trabalhadores negros ainda permanecera intensa.

Ao pontuar a questão da escravidão, Benjamin apresentava a contradição em relação ao que esperava do Brasil e ao que vivia no Haiti, pois no Haiti, Benjamin também trabalhava em uma indústria e era explorado de tal forma que me disse que não percebia o nascer e pôr do sol por estar demasiadamente cansado; mas, para Benjamin, no Brasil, aliado ao fato de ter que permanecer exposto debaixo do sol para que a empresa conferisse suas condições físicas, implicava também a cor de sua pele e o país de onde vinha, "eles acham que a gente que é haitiano é acostumado a viver sendo humilhado porque nosso país é pobre, mas não é verdade. Nós temos dignidade!". Benjamin demonstrava a raiva em ter vivido esse momento de contradição em que precisava vender-se para conseguir ser escolhido para o trabalho, ao mesmo tempo em que condenava a atitude da empresa em expô-los como mercadorias.

O sentimento de revolta demonstrado por Benjamin foi destacado em outras narrativas como a de Mike que relatou semelhanças com o processo narrado por Benjamin das escolhas de trabalhadores no acampamento. Sobre este processo, Mike narrou que: "tive que ir de shorts e sem camisa, falar a idade e se era casado, pediram se eu já tinha tido alguma doença e olharam minhas mãos. Era muita gente querendo trabalho!" recordou Mike, além de pontuar que só naquele dia saíram três ônibus lotados rumo ao frigorífico da Coopavel em Cascavel.

Nas palavras de Mike, "o processo foi humilhante". Disse-me que, dias antes da empresa chegar para selecioná-los, procurou aprender palavras em português para que pudesse impressionar o contratante, "pra quê, né? Nem ouviram o que eu tinha a dizer". Mike estava entre os

“escolhidos”, mas não sabia o que exatamente estava por vir, contou-me que, depois deste acontecimento, pensou que teria uma festa da população haitiana cantarolando e comemorando, “a gente ficou em silêncio. Não sei o porquê, não tinha motivos para comemorar. Na verdade, a gente foi humilhado”.

Depois disso, Mike precisou organizar-se imediatamente para seguir viagem, afinal, havia mais haitianos que estavam chegando ao acampamento e os que tinham conseguido trabalho precisavam desocupar o lugar. “A gente demorou uns cinco dias até chegar em Cascavel, nem sentia minhas pernas mais”. Durante esse período da viagem de ônibus, Mike recordou que as paradas para alimentação eram pagas pela empresa, que obviamente, descontou cada centavo de seus salários.

De acordo com as narrativas, pude perceber que os representantes dos frigoríficos escolhiam trabalhadores mais jovens, que tivessem uma aparência física de força, para trabalharem nos setores que exigiam carregamento e descarregamento de caixas. Já os trabalhadores que afirmavam serem casados, como foi o caso de Lucas, normalmente eram alocados nas linhas de produção, nas quais, além de realizar movimentos bruscos e extenuantes por minuto, eram obrigados a aguentar temperaturas frias que não estavam acostumados. “Eu aguento e vou aguentar até quando Deus deixar, né?” afirmou Lucas que demonstrou tamanha persistência juntamente com outros trabalhadores da linha de produção que, embora tenham sido os que mais relataram sofrer no trabalho, foram os que salientaram ser a principal fonte de renda da família. Desde o processo de triagem, a lógica era organizada para a exploração máxima do trabalho dos imigrantes haitianos nos frigoríficos, levando em consideração as especificidades de suas histórias.

Quando chegaram em Cascavel, Mike disse que a empresa os “despejou em um bairro com vários outros trabalhadores haitianos”, os deixaram lá, sem se responsabilizar como passariam a noite, mas lembraram de exigir que no outro dia estivessem às 08h no trabalho. “Aí o pessoal de uma igreja ajudou a gente, né? Um haitiano ligou pra o reverendo que aí ajudou a gente a dormir na casa de outros haitianos espalhados na cidade, e aos poucos a gente foi achando nosso lugar”.

Novamente não havia sido o Estado o responsável por acolher os imigrantes.

## Considerações finais

Em 2016, quando a presidenta Dilma sofreu o golpe que ocasionou seu impeachment, nós que lutávamos pela democracia sabíamos que tempos árduos estavam por vir. Os haitianos, que nem podiam votar, eram surpreendidos, nas ruas de Cascavel, com gritos de que haviam ajudado a eleger a Dilma e que deveriam voltar para o Haiti.

Ao se tornar o presidente interino, em 2017, Michel Temer foi enfático ao defender a precarização do trabalho e a perda de diversas conquistas que foram cenário de luta da classe trabalhadora brasileira durante décadas. A Reforma Trabalhista, em conjunto com a Reforma da Previdência, deixou claro que a elite brasileira não cessaria em conduzir uma série de medidas para a intensificação da exploração do trabalho. "Negociar com o patrão", talvez tenha sido um dos principais escrachos com os trabalhadores; os haitianos que se negavam a realizar tarefas extras, nos frigoríficos, eram ameaçados e lembrados que poderiam ser demitidos por justa-causa e que havia uma fila de trabalhadores imigrantes à espera de uma vaga no frigorífico, semelhante ao que Marx (2013) havia escrito acerca do "exército industrial de reserva" para o capitalismo.

Em 2018, tivemos uma difícil batalha na disputa presidencial em que, infelizmente, as forças do neofascismo elegeram o atual presidente Jair Bolsonaro, o mesmo que, entre as poucas vezes que apareceu para o debate durante sua campanha, falou que o exército brasileiro havia realizado "treinamento" em solo haitiano para saber como deveria agir nas favelas do Brasil. Infelizmente, a relação deste presidente com o Haiti não ficou por aí. Um de seus "homens de confiança", o general Augusto Heleno – chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – comandava a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (Minustah), quando, em 2005, invadiram uma das áreas periféricas de Porto Príncipe, o bairro Cité Soleil, e mataram cerca de 63 pessoas e deixaram pelo menos 30 feridos. Ao ser denunciado na

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) foi solicitado que, o então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, substituísse o general.

Além de Heleno, Bolsonaro colocou em seu governo demais militares que ficaram conhecidos como "a turma do Haiti": o general Fernando Azevedo e Silva, ministro da Defesa; general Carlos Alberto dos Santos Cruz, na Secretaria do Governo e o capitão Tarcísio Gomes de Freitas no Ministério da Infraestrutura. Além disso, quatro secretarias foram ocupadas por militares que também estiveram no Haiti: José Arnon dos Santos Guerra e Freibergue Rubem do Nascimento, ambos no Ministério da Justiça; o general Edson Leal Pujol na Defesa e o porta-voz oficial da Presidência, o general Otávio Santana do Rêgo.

Deste modo, o autoritarismo que assolou o Haiti está presente, desde 2018, nos principais postos do governo no Brasil. Dessa forma, o que podemos esperar para a classe trabalhadora, incluindo a categoria dos imigrantes haitianos? Os tempos difíceis são evidentes, o alto número de desempregados, o aumento nos valores dos alimentos básicos e a perda constante de direitos. No entanto, a História não pode deixar de ser contada por meio das correlações de forças entre os sujeitos, neste texto, principalmente sobre aqueles que foram e são explorados.

Por isso, no Brasil, cada dia mais é necessária uma mudança que busque desenraizar o autoritarismo como um aspecto cultural, e acredito, sobretudo, no caráter de luta da classe trabalhadora – neste texto, demonstrei que os haitianos compõem essa classe social – não como uma luta utópica, mas como em tantos outros exemplos em que a experiência de classe conduziu o fio da História.

## Referências


COTINGUIBA, Marília; COTINGUIBA, Geraldo. Fronteiras e aspectos do rito de mudança de categoria jurídico-política dos sujeitos haitianos em mobilidade transacional no Brasil. *In*: BAENINGER, Rosana *et al.* **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista brasileira de Estudos Populares**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 145-161, 2016.

JOSEPH, Handerson. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço imigratório. **Périplos**: Revista de Investigación sobre Migraciones, Brasília, v. 1, n. 1, p. 7-26, 2017.

MAMED, Letícia. Haitianos na Amazônia: a morfologia da imigração haitiana pelo Acre e o horizonte de inserção precarizada no Brasil. **Ruris**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 73-111, 2016.

MAMED, Letícia. Trabalho, precarização e migração: recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, Pará, v. 18, n. 1, p. 33-64, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

PARISE, Paolo. A Missão Paz e a acolhida a imigrantes haitianos e haitianas em São Paulo. *In*: BAENINGER, Rosana *et al*. **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial: 2016.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, n. 1, 2013.

PORTELLI, Alessandro. Vou dizer agora entrevistando o movimento. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 36, n. 37, p. 9-31, 2007.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SILVA, Sidney Antonio. Fronteira Amazônica: passagem obrigatória para haitianos? **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, v. 23, n. 44, p. 119-134, 2015.

---

## Notas

102. Ao conversar com um dos padres Scalabrinianos, em Cascavel, que atendia diretamente os imigrantes, ele contou que o "carisma", ou seja, a vocação dessa congregação era prestar auxílio aos imigrantes de maneira geral. A congregação tem como lema "eu era estrangeiro e me acolhestes" (Mt 25, 35). Por isso, os padres dessa congregação podem ser transferidos para qualquer um dos 24 países onde existe a instituição visando prestar apoio aos mais diversos imigrantes. O padre que conversei, por exemplo, estava no Brasil fazia poucos meses, embora

fosse brasileiro, anteriormente estava na Argentina e me disse que o principal grupo de imigrantes para quem prestou apoio neste país foram os bolivianos.
103. Para todos os entrevistados foram utilizados pseudônimos escolhidos por estes.
104. Essa cidade está localizada na região Oeste do Paraná e possui cerca de 332 mil habitantes. Os primeiros trabalhadores haitianos chegaram a Cascavel em 2012.
105. Missão Paz São Paulo. Disponível em: https://bit.ly/3LoyDeC. Acesso em: 12 abr. 2022.
106. Acnur. *Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados*. Disponível em: https://bit.ly/3vXwdi4. Acesso em: 03 jul. 2021.

# 11. DINÂMICAS DO TRABALHO NO SETOR DE CONFECÇÃO DO VESTUÁRIO EM SANTA HELENA-PR: TRABALHADORES E FORMAS DE RESISTÊNCIA

*Rosane Marçal da Silva*

Os entrevistados aqui apresentados tiveram suas trajetórias de trabalho construídas em um mercado caracterizado pelos processos de intensificação laboral, terceirização e informalidade[107]. Dialogando com suas trajetórias, os trabalhadores interpretaram a cidade à luz de suas experiências individuais e coletivas, suas emoções, seus valores, suas crenças e seus costumes; o que considero como parte da constituição desses sujeitos no seu "fazer-se" como classe[108].

Visto que a maior parte deles é proveniente do meio rural, adaptar-se ao modo de vida e de trabalho industrial foi difícil, por isso carregavam o desejo de retornar para a roça. Mas suas condições não permitiam, pois precisavam vender a força de trabalho para sobreviver. Diante disso, submetiam-se ao emprego na indústria, mas criavam formas de resistência. Neste sentido, trabalhar e conviver com as relações e hierarquias do ambiente laboral parece não ser um problema desde que não ultrapasse o universo dos valores que regem e orientam a concepção de certo e errado, justo e injusto. Quando as atitudes dos patrões e gerentes ultrapassam o limite daquilo que os trabalhadores consideram aceitável e tolerável, tendem a se articular em busca de seus direitos organizando maneiras de contestação, podendo variar entre: reduzir a produção, conversar com colegas durante o expediente, provocar a própria demissão, ir mais vezes ao banheiro e demorar para retornar, pedir demissão para trabalhar em facções domiciliares, buscar formação para angariar trabalho em outro setor, procurar informações com representantes do sindicato, encaminhar processo judicial, ou fazer paralisação.

Com efeito, acionar a justiça trabalhista é uma prática que tem aumentado entre os trabalhadores de Santa Helena e da região Oeste do Paraná. Penso que este instante histórico demonstra as reações dessa

classe às suas condições laborais e de vida, as quais, por vezes, provocam mudanças nas práticas dominantes, pois alteram as relações entre patrões e empregados, e nos projetos dominantes.

Com base em experiências, expectativas e interesses do presente, os trabalhadores atribuíam significados ao passado numa relação entre presente e pretérito que, algumas vezes, levava-os a ver o hoje com um olhar de desânimo em relação ao futuro, especificamente quando percebiam que seus sonhos não foram atingidos; daí que restaram as saudades do passado e da vida no meio rural.

As condições de trabalho experimentadas por trabalhadores da indústria de confecções do vestuário em Santa Helena, PR, abrem-se a uma análise das disputas relativas à produtividade, metas e estratégias de produção empresarial, bem como das formas de resistência adotadas por eles. Aqueles admitidos quando da abertura das confecções do vestuário especializadas em jeans[109] relataram que já existiam cobranças e metas de produção desde o princípio e que podiam variar conforme o modelo das peças produzidas, a empresa e a marca para a qual produziam. Em geral, a jornada diária de trabalho dos funcionários internos era de nove horas; trabalhavam uma hora a mais todos os dias da semana a fim de folgarem aos sábados; embora tivessem de trabalhar nesse dia se fosse necessário.

Mesmo trabalhando muito e de se submetendo a péssimas condições de trabalho, as condições de sobrevivência dos trabalhadores eram de constante insegurança, algumas empresas atrasavam para pagar os salários, quando não, declaravam falência e, em alguns casos, os funcionários não conseguiam receber seus direitos. Neste sentido, Eva trabalhou durante 12 anos e 6 meses em fábrica de costura. Nesse tempo, por 6 anos ela foi funcionária da empresa U e pediu demissão antes da falência; mas sua irmã e duas de suas cunhadas trabalharam lá até a ocasião do fechamento. De acordo com ela, com a falência, em 2009, os trabalhadores perderam "[...] tudo: décimo [-terceiro salário], dois mês de salário, férias. Não recebeu até hoje" (Eva, 2011, entrevista). Ela argumentou que os ex-trabalhadores estavam com processo na justiça do trabalho e tinham comparecido ao Sindicato[110] dos costureiros em Toledo (a quase 60 quilômetros de Santa Helena); mas não conseguiram

resultado concreto: “[…] diz que até dezembro do ano passado [2010] ia saí o dinheiro deles, até hoje nem chamarem mais” (Eva, 2011, entrevista).

As questões destacadas por Eva pareceram ecoar na fala de outros interlocutores, revelando situações de muitas dificuldades, uma vez que, conforme citado por Cássia, a empresa V parou com as atividades num período de férias coletivas: “[…] fecharam as portas simplesmente e foram embora, daí quem quisesse corrê atrás dos direitos… Não pagaram o salário do mês, não pagaram nada, nada, nada! Simplesmente fecharam as portas e foram embora” (Cássia, 2012, entrevista). Também podia ocorrer de as empresas decretarem falência devido à destruição de suas instalações – barracão, provocado por temporal com vento e granizo.

A falência dessas empresas ganhou espaço no jornal local, pois os trabalhadores da empresa V, falida em 2003, fizeram uma manifestação. De acordo com Langaro, os trabalhadores que protestavam contra salários atrasados e a falta de pagamento dos valores referentes à rescisão contratual. Com efeito, o jornal estabeleceu uma comparação afirmando que os funcionários da facção recebiam salário de empregadas domésticas.[111]

Acredito que as consequências dessas relações na vida dos trabalhadores e em suas reivindicações vão além da busca por salários melhores, aspecto em que o texto do jornal citado se deteve. São elementos que compõem o processo de formação desses sujeitos e da relação que estabelecem com o trabalho, marcado por relações de conflitos tanto para as costureiras domiciliares quanto para os trabalhadores internos; sobretudo quando o assunto eram as metas de produção. No ponto de vista dos patrões, as admissões tinham como critério principal a qualificação profissional, que devia ser certificada com cursos, e a experiência adquirida em outras empresas. Esse critério visava assegurar que o funcionário garantiria a produtividade e a qualidade das peças produzidas.

De acordo com Eva, as cobranças de produção faziam com que os trabalhadores ficassem “[…] acuado, sei lá, tipo uma escravidão. Tem que tê mais união, mais amor no trabalho” (Eva, 2011, entrevista). Tendo

por base o que disse essa trabalhadora, é possível concluir que a organização do trabalho demonstra o interesse dos empresários em manter os trabalhadores sem conhecer seus direitos. Isso porque, além da pressão para produzir, ela frisou que os patrões os humilhavam: "[…] fiquem [ficam] ainda, além de tudo, humilhando os funcionários, né?". A fala de Joana, 39 anos, ajuda a compreender como os trabalhadores se sentiam "acuados" e as consequências disso em suas vidas uma vez que ela adoeceu "[…] eu entrei em depressão, eu não tinha mais vontade, eu chegava, eu ia trabalhá obrigada, porque eu não tinha mais vontade de trabalhá, eu voltei tomá remédio de depressão […]" (Joana, 2014, entrevista).

Os maus-tratos, aliados aos sentimentos de humilhação expressam as relações de poder estabelecidas no trabalho e aos poucos vão fornecendo os elementos de uma teia de relações que pretendem dominar e definir o lugar do trabalhador, negando sua condição de seres humanos possuidores de direitos políticos, sociais e culturais. Essa conjuntura amadurece a percepção dos operários sobre as regras que estão em jogo, pois gradualmente eles vão adquirindo uma consciência prática e mais ampla sobre a sociedade de classes e seus conflitos. Isso se revela quando articulam paralisações, greves e toda forma de resistência constituída de forma sutil nas labutas do cotidiano.

Além disso, a consciência sobre as relações de exploração passa pela autoconsciência, ou seja, a consciência dos limites físicos e emocionais que fazem parte de cada ser humano, muito embora, algumas vezes, a necessidade do trabalho e a falta de orientação levam ao prolongamento de algumas situações dolorosas, pois não se escuta a voz do corpo que reclama por descanso e a mente que se abala e manifesta os desajustes psíquicos e emocionais devido às constantes pressões –, conforme nos relatou Joana "[…] eu tava entrando em parafuso de novo. É horrível. É horrível!" (Joana, 2014, entrevista).

Os trabalhadores clamam por serem tratados como seres humanos que erram, no entanto, se sentem maltratados quando ocorre algum imprevisto que, por vezes, deve-se a falta de informações: "eu errei o bordado do bolso, que eles não me explicaram. O que eu ouvi dela! É tipo assim: se elas tivessem me chamado no escritório, sabe?". (Joana, 2014, entrevista).

Joana se colocava no lugar de sua patroa e entendia que seu erro tinha provocado o atraso da produção, visto que um total de oitocentas peças saíram erradas, mas ainda assim deveria ser respeitada, e não expor sua imagem e diminuí-la frente aos demais. Mesmo tendo vontade de abandonar o trabalho, ela se manteve firme e procurou encarar a situação: "eu tinha vontade de pegá, virar as minhas costas e saí, vim embora. Falei: "não". Fiquei lá, desmanchando os pontos do bolso pra fazê tudo de novo" (Joana, 2014, entrevista).

Essas trabalhadoras podiam se sentir "acuadas", pois eram submetidas a cobranças constantes por produção e comportamento que deviam ter dentro das facções, como: não conversar, não olhar para o lado, não levantar da máquina, ter restrições quanto ao uso do banheiro; são aspectos discutidos na tese (Silva, 2016) que reiteramos aqui para compreender o sentido de "escravidão" que Eva atribuiu a suas condições de trabalho, pois são nessas circunstâncias de cobrança que os trabalhadores perdem a "vontade" de trabalhar e entram em "depressão": — "eu não desconto estresse, eu choro. Então, às vezes eu choro assim, até as vezes no meu serviço mesmo. Lá mesmo eu choro e ali passa e eu continuo trabalhando" (Fátima, 2011, entrevista).

É possível interpretar que, ao afirmar que devia ter "mais união, mais amor no trabalho", Eva enfatizasse que o trabalho era organizado com base num sistema de "escravidão" e que nesse ambiente não havia espaço para o respeito e o companheirismo; os funcionários seriam vistos como peças utilizadas pelos empresários capitalistas para dar cada vez mais lucros às suas empresas. Os imprevistos passíveis de atrasar a produção – por exemplo, um erro na execução da costura – podiam ser mais um motivo para intensificar os abalos emocionais, uma vez que os patrões reagiam fazendo os trabalhadores se sentirem humilhados ante os companheiros. Joana disse que, para desmanchar as peças erradas, as encarregadas – e a própria patroa – ajudaram; mas, depois disso, tiraram-na da função que fazia e a colocaram na caseadeira, onde ficou cerca de 30 dias, antes de ser demitida.

Algumas vezes as costureiras saíam das facções industriais e buscavam trabalho nas facções domésticas, porque acreditavam que lá encontrariam relações de trabalho baseadas em sentimentos de amizade e companheirismo.

De um lado nós temos os trabalhadores criticando a forma que eram tratados, o desrespeito aos seus direitos e a condição de ser humano, de outro lado, temos os empresários reclamando do número de atestados médicos e da falta de compromisso dos trabalhadores. O olhar da empresária Judite – proprietária da empresa S –, era o da produção que ficava prejudicada e, por motivos que não se justificavam, pois pareciam desculpas "inventadas" para não trabalhar: "Um tem que levá o filho no médico, o outro tá com a mãe doente, o outro tem reunião no colégio, e isso, né?, facilita eles a faltar. […] mais deixa a gente numa situação difícil" (Judite, 2013, entrevista).

Parece que entre os empresários existia a ideia de que os trabalhadores procuravam o médico e pegavam atestados sem uma doença real que justificasse tal necessidade. A preocupação da empresária era com a produção, uma vez que tinha condições de aumentar e melhorar a qualidade dos produtos. Porém, as faltas atestadas a impediam de avançar: "[…] quando falta um, já faz uma falta danada, todos têm que vir, porque um passa serviço pro outro, né?". Na avaliação dela os atestados causavam uma reação em cadeia, pois quando um funcionário não comparecia a tendência era outros faltarem também (Judite, 2013, entrevista).

As narrativas dos trabalhadores e dos empresários demarcam os antagonismos de classe, querer que pensem, se posicionem e ajam da mesma forma é um contrassenso, pois seria a tentativa de buscar igualar grupos que histórica e socialmente estão separados por fronteiras construídas e constantemente alimentadas por uma sociedade desigual e preconceituosa (Dias, 1998).

Em defesa da produção e do rendimento financeiro da empresa, Judite apelava para uma "colaboração" dos trabalhadores, embora em sua opinião, não comparecer ao trabalho significava que os funcionários não eram bons trabalhadores e que não compreendiam o que era trabalhar – "[…] talvez tivesse que tê mais curso pra formar, né? Pra eles entender o que é trabalhar. Não é só entrar numa empresa" (Judite, 2013, entrevista). Na perspectiva dessa empresária, esse fenômeno demonstrava a falta de disciplina e servia de mau exemplo para os demais funcionários, sobretudo porque tal atitude costumava se disseminar.

Diná atuava havia quase 13 anos em confecções do vestuário especializadas na produção de jeans; segundo sua avaliação, nos últimos dez anos os trabalhadores perderam a vontade de trabalhar, pois se sentiam desanimados com as falências das empresas: "[…] eu percebo, de tantos anos atrás, o pessoal tinha mais interesse, vontade. Mas é que nem eu te expliquei, por causa desse problema de fechar fábrica" (Diná, 2012, entrevista). Ante as condições laborais vividas no interior das indústrias do vestuário e de um mercado de trabalho que expõe a constantes oscilações financeiras, esses trabalhadores podem adotar a prática das faltas, vistas como uma forma de reagir ao sistema de produção e como mecanismo de resistência e fuga de um trabalho não satisfatório e que ocasiona doenças físicas e mentais.

Se havia trabalhadores que pegavam muitos atestados, também havia quem trabalhava doente. De acordo com Lídia, houve quem chegasse a desmaiar no trabalho:

> […] *são aquelas pessoas assim, que não têm praticamente atitude, que a gente fala. Eu falo isso porque, se eu tô ruim, eu simplesmente vou me levantar e vou embora, né? Eu num vô ficá lá procurando até eu desmaiar, né?* (Lídia, 2011, entrevista)

Mais que falta de atitude, ela identificou que algumas pessoas se submetiam ao trabalho de modo a exceder suas forças físicas, pois o município não oferecia outras opções de emprego. Como precisavam trabalhar, suportavam as cobranças; mas era por pouco tempo, visto que o processo de adoecimento podia acontecer rapidamente – "Precisa do serviço, né? Porque aqui não tem outra coisa, né? Então fica ali em função daquilo e daí, né? […]" (Lídia, 2011, entrevista).

A consciência de classe dessa trabalhadora não estava circunscrita pelo automatismo do cotidiano. Ela se servia de seu dia a dia como um laboratório de diversas experiências que extraía da sua convivência entre seus iguais e seus opositores de onde buscava os ingredientes para interpretar e dialogar sobre sua condição de classe. Até certo ponto o cotidiano não restringia seu olhar somente para viver o imediato. Isso permitia que ela tivesse uma visão crítica em relação às atitudes de seus companheiros de trabalho: "Que nem eles se sentam lá, eles nem água praticamente, eles não bebem, sabe? Pra ficá lá, pra não ficarem

incomodando, sabe? Porque assim, eles cobram muito" (Lídia, 2011, entrevista).

Com efeito, Fátima, 30 anos, trabalhava havia cinco anos na confecção G; desse período, faziam três anos e meio que estava na costura, tempo suficiente para que desenvolvesse tendinite no ombro: "Três anos lá, eu me encostei seis meses por causa da minha tendinite no ombro e agora eu tô numa função que eu conversei com o chefe quando eu voltei, né? Que eu não tiro serviço [...] (Fátima, 2011, entrevista).

A produção era organizada de modo a facilitar o aumento do ritmo laboral e eliminar movimentos que atrasariam as atividades. As auxiliares desempenhavam um papel importante nesse sentido, pois tinham a responsabilidade de garantir o fluxo da produção; quando necessário, aparavam as peças e transportavam de uma máquina para outra. Desse modo, as peças eram divididas em pacotes de dez e colocadas em um banquinho ao lado dos costureiros para serem confeccionadas. No setor que confeccionava as frentes das calças, tinham de pegar as peças, costurar e passar para um banquinho do outro lado da máquina. No setor onde se costurava a parte traseira e onde se fazia a junção das frentes com as traseiras, em geral os costureiros deixavam a produção cair no chão, e as auxiliares cortavam e separavam os pacotes, passando para o próximo setor. Estes eram mecanismos utilizados para reduzir os movimentos dos costureiros e não desperdiçar tempo. Essa organização pretendia evitar possíveis situações que motivassem os costureiros a se distraírem e se levantarem, pois até a água eram as auxiliares que levavam nas máquinas.

Fátima trabalhava no setor das frentes. Sua função era fazer boca de bolso[112] e sua meta de produção era de 150 peças por hora – em um dia, ela devia produzir 1.350 peças. Mas disse que não conseguia atingir essa meta; normalmente, fazia cerca de 140 peças por hora. Após costurá-las, tinha de colocá-las num banco ao lado da máquina. Por causa da tendinite, já não conseguia fazer esse movimento, que intensificava a dor. [113]

Nazaré, 18 anos, tinha um ano e seis meses de experiência como costureira e encarava esse serviço como algo temporário, porque os trabalhadores "[...] não conseguem trabalhar uma vida inteira costurando, porque a gente sabe que é difícil, né? Nem que não sinta na

hora, mais tá te prejudicando: um braço, nas costas ou no pescoço, alguma coisa sempre tá acontecendo com você" (Nazaré, 2012, entrevista). De modo semelhante e complementar aos argumentos de Nazaré, Abigail disse acreditar que os problemas de saúde decorrem dos "movimentos consecutivos", além disso, o estresse também é um fator que aumenta as dores dos trabalhadores: "se estressa muito, você fica muito tensa, dá muita dor nos ombros; ou nem por estressar, quando chega, digamos, quinta, sexta-feira, está todo mundo bem esgotado, começa de reclamar" (Abigail, 2013, entrevista).

Isabel trabalhava havia sete anos e quatro meses em confecções de costura; e em sua concepção as leis trabalhistas não protegem o trabalhador, pois quando este adoece por causa do trabalho a lei não garante a aposentadoria:

> *Essa LER* [lesão por esforço repetitivo] […], *você se encostá só pra se tratá; má depois de se tratá, se você for se aposentar, cê num pode, pode até perdê o braço, má não pode se aposentar, que ela caiu fora das lei trabalhista.* (Isabel, 2011, entrevista)

Diante de tais condições laborais, da falta de proteção trabalhista e das doenças ocasionadas pelo emprego, esses trabalhadores optavam por procurar atividades remuneradas que não estivessem vinculadas à costura, pois precisavam preservar a saúde física a fim de garantir as condições materiais de sobrevivência. – "[…] se perdê um braço, uma perna, Deus o livre! Num tem como trabalhar, daí, se você se recupera o braço e consegue trabalha noutro trabalho. Tem que procurá outro" (Isabel, 2011, entrevista).

A questão de Isabel remete a identificação de ser trabalhador: Como trabalhar se o indivíduo "perder" um braço ou uma perna? Seria possível trabalhar sem esses membros? Sabe-se que muitas pessoas sobrevivem e trabalham sem alguns dessas partes do corpo, no entanto, dentro do horizonte de Isabel isso se revelava impossível, visto que os braços e as pernas eram os instrumentos que ela tinha aprendido a utilizar para trabalhar e, para exercer o ofício da costura esses são membros essenciais na execução dos comandos da máquina. Ao expressar "Deus o livre!", Isabel apontava a condição de ser trabalhadora que só possui sua força de trabalho como meio de sobrevivência e que perder um membro

do corpo significava a perda de sua única fonte de sobrevivência. Também Ismael desistiu de trabalhar na facção G. Disse que ficou lá durante dois anos e saiu em 2011, porque o salário era "muito ruim", atrasava e "[…] já estava meio enjoado de trabalhar lá" (Ismael, 2011, entrevista). Assim como Ismael, Cássia disse ter se sentido "enjoada" do serviço fabril; tinha sete anos de experiência em confecções do vestuário e estava cansada do ritmo. "Sei lá! Eu tava meio enjoada de fábrica, todo aquele ritmo de todo dia, aquele horário e aquela pressão. Eu tava meio cansada, sabe? Eu parei um pouco pra descansá um pouco, vê se aparecia outras oportunidades, fazer uma coisa diferente, né?" (Cássia, 2012, entrevista). Quando esteve afastada das facções de costura, tornou-se empregada doméstica; mas, como não tinha carteira assinada, quando a empresa K abriu vagas, decidiu voltar à costura. Na ocasião da entrevista, Cássia declarou que estava nessa empresa havia cerca de quatro anos e meio.

No caso de Ismael e Cássia, estar enjoados aludia ao cansaço ocasionado pelo ritmo laboral fabril. O meio encontrado para atenuar o cansaço foi se afastarem da empresa e procurar emprego em outro setor. Algo semelhante foi vivido por Ana, a qual destacou que após quase cinco anos trabalhando na empresa K, em 2010 saiu e precisou de alguns meses para se recuperar do esgotamento: "porque eu tava estressada, cansada, eu tava com vontade… Sabe quando você chega num ponto que você tem vontade de sumir, explodir? Assim eu tava. Daí eu preferi dá um tempo até o final do ano pra dá uma descansada" (Ana, 2012, entrevista).

Esse trecho da fala de Ana nos indica as consequências de uma rotina laboral incessante que excede as forças físicas e as condições emocionais. Em geral, os funcionários pediam demissão depois de arrumar outro emprego. Ismael, citado acima, é um caso: para decidir entre um serviço e outro, avaliou as condições de deslocamento e o salário. Na ocasião da entrevista (7/10/2011), estava numa cerâmica: começava seu expediente às 7h30, interrompia às 11h30; retornava às 13h30 e o encerrava às 17h30. O local de trabalho ficava a quatro quilômetros de sua casa e que ia de motocicleta. Destacou que o serviço era mais pesado que na fábrica de costura, mas gostava porque estava com amigos:

> *A gente pode conversar mais. A gente se entrete* […]. *Na fábrica, era cada um no seu e não podia conversar muito. Na cerâmica, você pode conversar, pode brincar; só que tem que continuar trabalhando. Pode continua fazendo as brincadeiras, coisarada.* (Ismael, 2011, entrevista)

Mesmo preferindo a cerâmica, onde os funcionários trabalhavam na produção de tijolos, Ismael argumentou que era um trabalho diferente do que fazia na facção industrial:

> *Na fábrica eu trabalhava sentado, na cerâmica eu trabalho em pé, correndo, é um serviço pesado e você tem que ter bastante agilidade* […] *eu carrego tijolo em cima do carrinho pra levá em cima das prateleira.* (Ismael, 2011, entrevista)

A maioria dos trabalhadores tem noção básica de seus direitos e veem que as empresas não se adequam as leis trabalhistas deixando os funcionários expostos a acidentes, pois não se apresenta medidas preventivas: "teve pessoas que se machucou ali dentro porque, assim, a gente não tem uma pessoa formada em segurança do trabalho que seria pra corrigi", ganhando certa tonalidade de denúncia em sua fala, esta trabalhadora reiterou: "A gente não tem o material que a gente precisa pra trabalhá, né!" (Lídia, 2011, entrevista). Lídia, 25 anos, trabalhou durante cinco anos na confecção G; nesse meio-tempo, viu situações em que muitos passavam mal dentro da fábrica, sobretudo mulheres gestantes; e já havia presenciado acidente: "[…]. Ela machucou o dedo, ela já fez quatro cirurgia, acho que agora vai tê que fazê mais uma, acho que ela vai tê que amputá o dedo dela porque dá rejeição, sabe?" (Lídia, 2011, entrevista).

Relatando como aconteceu esse acidente citado por Lídia, Tereza falou da "[…] máquina de pressão, de botão. Ela foi arrumá e ela (máquina) disparô, que é de pressão, né? Daí ela disparô e pegô bem em cima assim no osso. O dedo dela é torto, uma bola assim, levantada por cima, assim" (Tereza, 2011, entrevista). A trabalhadora citada pelas entrevistadas não havia se aposentado e não foi possível entrevistá-la; mas, segundo outros trabalhadores, tinha retornado ao emprego e foi

colocada para tirar fio, pois se considera que essa atividade exige menos movimentos das mãos, mas precisou se afastar novamente.

Pegar atestado médico ou se afastar do trabalho podia ser uma forma de resistência, mas também de ocasionar a divisão dos trabalhadores, porque quem dificilmente os pegava se sentia prejudicado pelos companheiros, seja pela exigência de produzir a mais para suprir a falta ou pela pressão imposta pelos patrões. Isso acabava mexendo com os valores desses sujeitos sobre o que é ser uma pessoa correta, sobre a imagem que teriam delas. O que parece ser colocado em questão, sobretudo para os empresários, é a construção do bom trabalhador.

Outro elemento que causava conflitos entre os trabalhadores eram as relações entre aqueles ligados à linha de produção e os chefes de setor, bem como os auxiliares de produção. Com base nessas relações é possível perceber suas expectativas e o ponto de intersecção entre esses sujeitos. Todos precisavam do emprego para viver. Em geral, todos almejavam melhorar suas condições de vida. Nesse aspecto, considero relevante destacar uma questão que perpassou o estudo de minha tese (Silva, 2016), qual seja, se os chefes de setor se sentiam como uma classe social diferente dos demais trabalhadores e se eles se viam como patrões.

As formas pelas quais as pessoas lidam com a vida são construções que dialogam e partem de suas relações e seus valores sociais. No processo de sua constituição, os sujeitos precisam fazer escolhas; e estas carregam um posicionamento político ante as relações vividas. Isso serve como ponto para pensarmos como cada trabalhador lida com a posição que ocupa em suas relações sociais e laborais. Assim, vejo essa questão do chefe – ou líder de setor – como mais um aspecto do mesmo processo em que as trabalhadoras apontavam o desejo de melhorar as condições sociais, seja abrindo uma empresa ou mudando de emprego. Diná, responsável pela produção da empresa D, assim como outras trabalhadoras que ocupavam o cargo de liderança, enfatizou que sua posição colocava a necessidade de ficar além do horário de expediente, pois enquanto os demais funcionários trabalhavam de segunda a quinta-feira, das 7h às 11h30 e das 13h às 17h30, e nas sextas-feiras até as 16h, em geral ela iniciava sua jornada às 6h30, saía próximo das 12h, retornava às 12h30 e encerrava o expediente após os demais

funcionários. Em 2012, fazia quase 13 anos que trabalhava nesse setor e sempre desenvolveu a função de "auxiliar encarregada". Sua carteira de trabalho sempre foi registrada como "auxiliar encarregada", uma vez que, de acordo com ela, os patrões não registravam como encarregada (Diná, 2012, entrevista).

Os trabalhadores demonstraram certa dificuldade em estabelecer a meta de produção que era cobrada deles; conforme Eva, afirmar uma produção era correr o risco de enumerar algo que não correspondia à realidade, pois as metas eram alteradas com frequência: "[…] cada semana eles aumentavam a meta. Se a meta era dez, a semana que vem já era doze. Quando você fazia os 12 na outra semana, já falava que não estava bom, que você tinha que fazê quinze" (Eva, 2011, entrevista). A maioria dos trabalhadores relatou que não conseguia atingir a meta sempre, pois não são como máquinas; são seres humanos que sentem dores e cansaço: "Eu não sô uma máquina, né? A minha máquina, ela por si só, consegue fazê tudo isso, né? Só que ela depende de mim" (Fátima, 2011, entrevista).

De acordo com Abigail, as cobranças para que os trabalhadores pudessem chegar ao máximo possível de produção faziam que vivessem em tensão constante, pois o gerente da empresa G cronometrava o que produziam de hora em hora, "ele tira, acho, que por cinco minutos, ele te cronometra naquele tempo: quantas você conseguir. […]" (Abigail, 2013, entrevista). A partir daquilo que a costureira produzir no tempo cronometrado, é feito os ajustes e definido a produção por hora: "Ele faz um cálculo lá, não sei se é por segundo, por minuto, e calcula por hora" (Abigail, 2013, entrevista). Portanto, essa definição pode variar dependendo do tipo e do grau de complexidade da costura que a pessoa está incumbida de realizar, bem como do tempo de experiência e da agilidade de cada costureiro, embora o objetivo seja o de que se produza o máximo possível.

Ao se iniciar na empresa, a presença do gerente a deixava nervosa porque ele ficava do lado da máquina tirando a produção, e ela sabia que, para ele, os funcionários deveriam ter o máximo de rapidez. Por outro lado, havia o que os mais experientes diziam:

> *muitas pessoas falam — "Você nunca faz o que eles pedem". Já outros funcionários diziam: "Se você fazer a meta* […]*, ele sempre vai querer mais de você". Já outros falam: "ah, tenta fazer o teu máximo pra você atingir, porque, querendo ou não, você depois, se você atingir a meta que ele passar, você ganha pontos naquele mês e se você teve uma boa produção naquele mês inteiro, você ganha 50 reais pela sua produção atingida do mês*. (Abigail, 2013, entrevista)

Cada um lidava com a cobrança de produção diferentemente, mas todos os argumentos partiam da realidade vivida e experimentada na linha de produção. As orientações que os funcionários repassavam uns aos outros manifestavam os interesses de seu universo, pois mesmo quem tentava "fazer o máximo" para atingir as metas estava preocupado, não com os lucros da empresa, mas com o retorno dos R$ 50 que complementariam a renda mensal. Nesse sentido, é perceptível que os trabalhadores ora resistiam ao sistema de produção, enxergando a perspectiva dominante de exigir sempre mais produção, ora mesmo sem concordar, eles aderiam a essa lógica, visando suprir suas necessidades. Dessa forma, os mais experientes orientavam os principiantes, esclarecendo-os de que não deviam buscar reconhecimento pelo que faziam, pois nunca fariam o suficiente.

A busca pelo aumento constante da produção, por vezes, causava mal-estar na relação entre os trabalhadores, sobretudo nas empresas que adotavam o prêmio por produção. Como um trabalhador passava produção para o outro, se um não atingisse a meta, faltavam peças para o próximo, e isso fazia com que um deles tivesse de executar a operação que era responsabilidade do outro: "[…] naquelas operações onde que as pessoas não alcançavam a meta, eles ponhava duas costureira pra alcançar a operação. Ou se um costureiro era rápido, ele fazia o dele e ajudava o companheiro". Em alguns casos, os chefes colocavam dois costureiros para realizar a mesma operação, esse era um mecanismo utilizado para que o próximo trabalhador da linha de produção não ficasse parado (Isabel, 2011, entrevista).

Em geral, os trabalhadores não gostavam de fazer a operação do outro porque não tinham a mesma agilidade, logo a produção diminuía. Eva disse que, normalmente, trabalhava pespontando bolsos, no que ela se considerava "ligeira", mas com certa frequência a colocavam para pregá-

los: “Ah, aquilo não me rendia até que pegava o jeito, né? Já tinha acabado o lote de volta, né? Então isso atrapalha muito” (Eva, 2011, entrevista). Nessa dinâmica de produção, Nazaré se desentendeu com uma companheira e pediu demissão.

O ritmo laboral era estabelecido e adaptado segundo a agilidade dos mais rápidos; ou seja, sem respeitar as condições e os limites físicos de cada um, o que, por vezes, ocasionava conflitos entre os trabalhadores. As críticas ao sistema de produção apontadas pelas trabalhadoras permitem vermos que o processo de mudanças que ocorre no mundo do trabalho e dos trabalhadores, tem ocasionado perdas e estranhamentos, com pouco ou nenhum retorno produtivo para esses sujeitos; a eles coube um processo de perdas em relação ao prazer de trabalhar, do conhecimento e da saúde física e emocional (Silva, 2016).

Ante as dinâmicas de organização das fábricas, os trabalhadores fizeram suas considerações e apontaram a falta de um Sindicato dos costureiros mais atuantes. Em Santa Helena, para buscarem auxílio ou informações através dessa entidade, tinham de entrar em contato com a sede de Cascavel, ou a subsede de Toledo.

Em geral, os representantes do Sindicato dos costureiros faziam reuniões um pouco antes de começar o mês de setembro, quando ocorria o reajuste salarial da categoria: “Olha, eles fazem reunião quando tem que aumentar salário, que fizeram reunião o ano passado, que todo ano aumenta, né? Mais reunião de segurança de trabalho, essas coisas assim, ninguém faz” (Zilá, 2015, entrevista). Por outro lado, alguns avaliavam que os trabalhadores tinham medo de ir às reuniões, mesmo àquelas referentes ao aumento salarial anual: “[…] o pessoal aqui tem muito medo, né?” (Joana, 2014, entrevista). Talvez o medo se explique por não sentirem segurança na atuação sindical. A trabalhadora mencionada por Zilá pode ser um exemplo disso, pois foi a uma agência do Sistema Nacional de Emprego procurar informações porque trabalhava como costureira, mas não recebia o salário correspondente à função executada. Ela conseguiu aumento, mas foi demitida: “[…] eles aumentaram o salário dela, mas no mesmo tempo deram a conta, eles botaram lá na carteira salário de costureira e, daí, dois dias depois, deram a conta” (Zilá, 2015, entrevista).

Também Joana atuava como costureira e recebia salário de auxiliar de costura. Foi a uma reunião sindical e questionou as discrepâncias salariais. Após a reunião, telefonou algumas vezes ao Sindicato de Cascavel para se informar sobre seus direitos; pois onde trabalhava havia um total de sete funcionárias passando pela mesma situação. De acordo com ela, o Sindicato dos trabalhadores dos vestuários de Cascavel tinha uma representante no município de São Miguel do Iguaçu[114] e foi com essa representante que ela e suas amigas conseguiram dialogar pessoalmente. Por duas vezes, essa representante sindical foi a Santa Helena e conversou com Joana. As conversas aconteceram fora do horário de expediente na rodoviária municipal, pois conforme Joana tinha que ser "escondidas" – "porque ali na fábrica não dava, porque, senão, alguém visse, né? Daí, ia direto no ouvido da patroa [...]". As trabalhadoras queriam saber o que elas poderiam fazer, no entanto, os representantes do Sindicato foram "já tomá atitude por nós, eles decidiram as coisas por nós, eles já foram direto na patroa conversar". Esse foi o resultado imediato dessa iniciativa que desencadeou na demissão de Joana, uma vez que a gerente soube que haviam entrado em contato com representantes do sindicato por meio de outra funcionária atuante como encarregada. Joana se responsabilizava como a líder da ação, pois "quem ligô, quem foi atrás do sindicato, fui eu, eu que liguei, eu que fui atrás do meu direito, e as meninas também tava na mesma situação que eu e foram comigo".

Essa entrevistada tinha o sentimento de gratidão em relação à gerente da empresa, pois lhe concedeu a oportunidade de trabalhar num momento em que passava por dificuldades para suprir as necessidades de seus dois filhos e gastos com aluguel, água e energia elétrica, mas a relação com a patroa tomou outra conotação quando ela buscou seus direitos de trabalhadora acionando o Sindicato. Isso é bastante revelador, no sentido de que o sentimento de gratidão não impediu que ela se posicionasse de forma a contrariar as atitudes da patroa, há nisso um discernimento e um reconhecimento interior de seus valores humanos e também da sua consciência de classe, pois no momento que decide buscar seus direitos ela está reconhecendo que a gerente ocupava um lugar diferente do seu. Talvez estivesse subentendido que a patroa a

contratou mediante a intervenção de sua amiga (que era encarregada da empresa), a qual intercedeu a seu favor, no entanto, a empresa teria que contratar alguém, se não fosse ela, seria outra pessoa.

> *como eu tomei a frente, eu ligava atrás do sindicato, eu exigi nossos direitos, ela ficô com raiva de mim e uma semana depois me deu a conta. Aí, tô no seguro[-desemprego], o seguro foi de quatro meses, o último foi dia 22 agora que passô, tô desempregada, tô atrás de emprego, tenho dois filhos pra criá, pago aluguel, pago água, pago luz. A situação não tá fácil*. (Joana, 2014, entrevista)

Atuar como operária de fábrica parece ter ampliado sua visão sobre a sociedade de classes, despertando inquietações que a colocou como uma espécie de líder com capacidade de se articular em prol dos direitos dos trabalhadores. Esse despertar se manifesta de modo doloroso, pois impõe alguns sacrifícios – tinha filhos para sustentar e morava sozinha, nessas circunstâncias o desemprego era algo que despertava preocupação e angústia.

Ainda assim, ela reforçava a afirmativa sobre a necessidade de lutar e que não se arrependia pela sua decisão e atitude. Ao mesmo tempo, implicitamente parecia existir um descontentamento em relação à trabalhadora que a dedurou, a gerente e as outras trabalhadoras que foram com ela e não fizeram nada em seu favor, mas acreditava ter deixado algo positivo que era o aumento do salário das trabalhadoras que obtiveram o reconhecimento da remuneração correspondente a categoria de costureiras. Essa percepção não era tão clara para ela, havia uma oscilação, pois estava emocionalmente abalada e com receio de não conseguir outro trabalho: "[…] eu acho que o meu direito, eu fui atrás, consegui; mais agora não me adianta mais. Consegui o salário de costureira; mais rua [demissão], né?". Ela tinha receio de não conseguir outro emprego, pois a ex-patroa poderia não dar boas referências, uma vez que acionou o sindicato.

Por trás desse relato existia o sonho e a expectativa de um local de trabalho, onde fosse mais valorizada, tendo reconhecimento de seus esforços e qualidades, afinal, era uma funcionária dedicada, mas não podia se calar diante da exploração explícita. No seu pensamento parecia ter a incompreensão do porquê um direito ganha a proporção de um

crime que precisa ser repreendido. A condição de desemprego trazia as lembranças do passado recente com uma dosagem de decepção, pois quando começava a levantar o voo da esperança de certa justiça e respeito aos trabalhadores e pobres, mesmo tento de lutar para isso, suas asas foram atingidas pelo golpe do poder que tenta sufocar o grito de libertação de pensar, sentir e viver como ser humano que tem acesso aos seus direitos.

No momento em que tomou a iniciativa de procurar o sindicato, ela representava a imagem de uma mulher de coragem, acentuando sua atuação na busca por melhoria individual e coletiva; por outro lado, ela se expunha, se tornando alvo de perseguição e demissão, conforme ocorreu.

Ao reivindicarem a regularidade de contratos e salários, os trabalhadores expressavam um conjunto de relações que não se restringia ao salário, pois expunha a forma como enxergavam o amplo processo de suas relações e condições de vida e trabalho. Segundo Eva, a profissão de costureira não era valorizada, a começar pelo salário.

A não correspondência entre salário e volume de serviço executado e os atrasos de pagamento foram elementos que os trabalhadores de facções diferentes levantaram como algo que os desanimava e que ocasionava reclamações, a ponto de desencadear uma paralisação organizada pelos funcionários da facção G. Quando pararam a produção, já era dia 25 do mês corrente e não haviam recebido o salário correspondente ao mês anterior.

Além da questão salarial, a paralisação era uma forma de responder à falta de respeito e consideração dos patrões, que, segundo os entrevistados, não conversavam com eles, nem levavam em conta as necessidades e reivindicações dos funcionários. Na perspectiva de Fátima, para ser patrão e exigir dos funcionários responsabilidade e compromisso, era necessário que patrões e seus líderes – nesse caso, a gerente – dessem o exemplo.

Olhando o lado positivo da paralisação, Fátima destacou que houve a troca do gerente e que mudou a forma de lidar com os funcionários: “Ele [o gerente novo] dá mais atenção, educação com as pessoas. Cê sente valorizado também, né? Não só cobrar, cobrar. Tem que conversar também, né? Ouvir os costureiros” (Fátima, 2011, entrevista).

Com efeito, ser valorizados era algo levado em conta não somente na relação com patrões e gerentes, mas também com chefes de setor. Serem valorizados passava pela relação de amizade e pelo diálogo tanto na fábrica quando fora dela. Gerentes e chefes de setor que tinham relações de amizade eram vistos como diferentes pelos funcionários. A possibilidade de dialogar quebrava a relação de cobranças constantes. Ainda que a aceitação de conversas por alguns gerentes fosse condicionada a não atrapalhar o rendimento da produção.

Os trabalhadores entrevistados nessa pesquisa indicaram que a relação entre patrão e empregado constitui uma via de mão dupla: se o trabalhador sabotava a produção e não executava sua função como se esperava, as causas disso estavam na gerência, pois ambas as partes precisavam cumprir seus papéis; especificamente, os empresários precisavam cumprir as leis trabalhistas:

> *Querendo ou não* […] *eu acho que todo mundo vai (trabalhar) que ele precisa de um salário; mais quando acaba descobrindo que está sendo, que não está recebendo aquilo que é decretado por lei, você se sente muito mal, constrangido.* (Abigail, 2013, entrevista)

Conforme declarou Ana, se "[…] o funcionário tá bem com o patrão, ele vai trabalhar com vontade, se ele tiver de mal com o patrão, ele vai lá pra ferrar com o patrão" (Ana, 2012, entrevista). Estar "bem com o patrão" era se sentir satisfeito e valorizado, pois o bom andamento das relações laborais depende de todos os envolvidos, como em qualquer relação.

## Referências


DIAS, Edmundo Fernandes. Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. **Outubro**, São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n. 1, 1998.

KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História. *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et al*. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

LANGARO, Jiani Fernando. Momentos de construção de uma memória pública: trabalhadores do oeste paranaense na imprensa regional. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – Poder, violência e exclusão, 11., 2008, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: Anpuh-USP, 2008, p. 4-5. CD-ROOM.

PORTELLI, Alessandro. "O momento da minha vida": funções do tempo na história oral. *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et al*. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2005, p. 296-313.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 41-58, 1993.

SILVA, Rosane Marçal. **Trabalhadores e confecções em Santa Helena, PR (décadas de 1980-2000)**. 2015. 201f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001;

THOMPSON, Edward Palmer. O termo ausente: experiência. *In*: THOMPSON, Edward Palmer. **Miséria da teoria, ou um planetário de erros**. Rio do Janeiro: Zahar, 1981.

## Entrevistas

ABIGAIL, 26 anos. Santa Helena, PR, 10 de março de 2013. Arquivo de mp3 (83 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva.

ANA, 42 anos. Santa Helena, PR, 10 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (73 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva.

CÁSSIA, 37 anos. Santa Helena, PR, 10 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (50 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva.

DÉBORA, 44 anos. Santa Helena, PR, 5 de outubro de 2013. Arquivo de mp3 (50 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva.

DINÁ, 49 anos. Santa Helena, PR, 30 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (46 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva.

EVA, 49 anos. Santa Helena, PR, 4 de novembro de 2011. Arquivo de mp3 (64 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva.

FÁTIMA, 30 anos. Santa Helena, PR, 20 de dezembro de 2011. Arquivo de mp3 (89 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva.

ISMAEL, 20 anos. Santa Helena, PR, 7 de outubro de 2011. Arquivo de mp3 (66 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva

JOANA, 39 anos. Santa Helena, PR, 26 de fevereiro de 2014. Arquivo de mp3 (42 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva.

JUDITE. Santa Helena, PR, 9 de outubro de 2013. Arquivo de mp3 (19 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa da entrevistada.

NAZARÉ, 18 anos. Santa Helena, PR, 24 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (70 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva.

TEREZA, 29 anos. Santa Helena, PR, 31 de outubro de 2011. Arquivo de mp3 (82 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva.

---

## Notas

107. Utilizo pseudônimos para me referir aos trabalhadores e às empresas.

108. Nessa discussão foi importante os textos de: Thompson, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001; Thompson, Edward Palmer. O termo ausente: experiência. *In*: Thompson, Edward Palmer. *Miséria da teoria, ou um planetário de erros*. Rio do Janeiro: Zahar, 1981. Também é relevante destacar os textos sobre história oral com os quais dialoguei: Portelli, Alessandro. Sonhos Ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1993, p. 41; Portelli, Alessandro. "O momento da minha vida": funções do tempo na história oral. *In*: Fenelon, Déa Ribeiro *et al*. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2005, p. 296-313; Khoury, Yara Aun. Muitas Memórias, outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História. *In*: Fenelon, Déa Ribeiro *et al*. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

109. Das confecções produtoras de jeans, a mais antiga foi a empresa R, cujas atividades começaram em 1995.

110. O Sindicato dos Costureiros nas Indústrias do Vestuário de Cascavel e Região/Sintravest abrange 53 municípios da região Oeste do Paraná. Com sede em Cascavel, possui quatro subsedes: em Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Quedas do Iguaçu.

111. Parece-me que, as edições desse jornal ficaram restritas ao período de campanha eleitoral de 2004; mas não consegui ter acesso a elas. Ver: Salário de empregadas domésticas. *Folha de Santa Helena*. Santa Helena, 2004, p. 5-6 apud Langaro, 2008.
112. A costura denominada boca de bolso se refere ao acabamento externo de costura com pontos mais largos, dando o contorno do bolso.
113. Em 2015, Fátima foi demitida e abriu processo judicial contra a empresa e a marca para a qual costurava.
114. Santa Helena tinha uma representante do Sindicato. Entrei em contato com ela, mas ela não quis conceder entrevista. Disse para eu conversar com a presidente da sede do Sindicato de Cascavel. Tentei entrar em contato com ela, mas não foi possível entrevistá-la.

# 12. TRABALHADORES E TRABALHADORAS E A MIGRAÇÃO NO NORTE DE MINAS GERAIS

*Valéria de Jesus Leite*
*Andrey Lopes de Souza*

O processo de migrar faz parte da história humana em diversas espacialidades e temporalidades. Trabalhadores em busca de melhores condições de vida e de oportunidade se deslocam para outros lugares (regiões, estados, países ou continentes), constituindo fluxos que incluem as cidades e o campo, abandonando suas histórias, sua terra e grande parte de suas referências e hábitos culturais em um processo contínuo de mobilidade e itinerância.

No Norte de Minas não foi diferente, pois a constituição histórica da região foi marcada pela construção de espaços a partir da interseção de motivações e interesses dos trabalhadores e investimentos de agências públicas que marcaram a constituição espacial e social da região. A mesorregião Norte de Minas possui especificidade em relação às demais regiões do estado devido aos aspectos fisiográficos (zona de transição cerrado/caatinga), culturais por estar mais próxima ao nordeste e receber influência de sua cultura, além dos aspectos econômicos e sociais ao apresentar as menores taxas de IDH do estado (Pereira, 2007, p. 39).

O processo social do migrar apresenta variedade e complexidade de manifestações. Migrações internas, externas, intra e inter-regional somam alguns conceitos que buscam compreender as razões e motivos da mobilidade social. Alistair Thomson (2002, p. 342), ao analisar a relação entre história oral e migração, problematiza o conceito, ao considerar o ato de migrar a partir de uma miscelânea de sentidos e significados, e como um sentimento capaz de permanecer presente por toda a vida do migrante com força suficiente para alcançar as gerações subsequentes. Por isso, o migrar deve ser percebido a partir de uma multiplicidade de condições, fatores e situações, o que faz desse fenômeno algo complexo, heterogêneo e marcado por especificidades em

meio a uma conjuntura macro que influenciou e influencia a movimentação dos trabalhadores.

O presente texto tem como foco a migração interna no Norte de Minas Gerais, a partir do recorte temporal vinculado à segunda metade do século XX. Reflexões a partir de duas pesquisas, fruto de dissertações e teses desenvolvidas com objetivo de analisar as trajetórias e lutas de trabalhadores do Norte de Minas Gerais e sua relação com o poder instituído. As pesquisas, dentre outras questões, buscam compreender como o processo do migrar emerge como tema importante para se refletir sobre as transformações sociais na região, levando em conta as motivações, enfrentamentos e lutas em meio às ações e políticas de organização espacial via Estado. O texto é divido em duas partes. No primeiro momento vamos abordar a trajetória de trabalhadores e trabalhadoras e sua luta por terra na atual cidade de Verdelândia. Na parte final vamos analisar os valores hegemônicos que dão sentido ao ato de migrar.

A região Norte de Minas está incluída na área da Sudene[115] e a decorrente transformação de suas estruturas econômicas fomentaram inúmeras pesquisas que tentaram explicar esse processo de industrialização, tanto de Montes Claros como do Norte de Minas. A industrialização, o desenvolvimento e o progresso regional, assim como as relações políticas da classe dominante local foram os temas preferidos pelos pesquisadores, sobretudo daqueles que escreveram sobre a região a partir da década de 1980. Por isso, a industrialização e a consequente transformação da estrutura econômica da região, bem como suas implicações – seja para a cidade seja para o campo – eram as temáticas que unificavam as pesquisas desenvolvidas principalmente por sociólogos e economistas, que foram os primeiros a desenvolverem pesquisas acadêmicas sobre Montes Claros e o processo de desenvolvimento regional. A migração ganhou foco nessas pesquisas, sobretudo a partir do recorte vinculado à inserção do Norte de Minas Gerais à Área Mineira da Sudene-Amas.

## Caminhos de trabalhadores e trabalhadoras no processo de lutas pela terra em Cachoeirinha

Como já mencionamos anteriormente, a região Norte mineira foi constituída a partir de vários fluxos migratórios. Neste primeiro momento daremos destaque para a movimentação interna de trabalhadores que se deslocaram de pequenas cidades ou vilarejos para o campo ou povoados, especialmente para as terras de Cachoeirinha, atual município de Verdelândia[116]. Essa movimentação está vinculada ao processo de luta pela terra e agrega outras variáveis à especificidade do migrar para esses trabalhadores, o que requer compreender como esses sujeitos experimentaram e interpretaram movimentações sociais e transformações nos seus modos de vida. Entre 1964 e 1967 ocorreram dois "despejos", sendo o ocorrido em 1964 o mais impactante.

Em 14 de setembro de 1964,

> um grupo de homens armados, onde se misturam policiais e simples pistoleiros, se apresenta diante dos agricultores para cumprir o mandado de manutenção de posse sobre aproximadamente 6.400 hectares de terras na região de Cachoeirinha. (Monção, 2009)

Muitos trabalhadores que vieram de pequenas cidades do Norte de Minas Gerais e outros que, vindos do Nordeste e outras regiões, tomaram conhecimento das terras férteis devolutas do estado e se direcionaram à região do Vale do Jaíba, tendo como um dos destinos o povoado de Cachoeirinha.

Quando se analisa dados oficiais da população da região, é possível visualizar de forma clara essa movimentação dos trabalhadores, principalmente o fato de que Cachoeirinha exercia grande interesse em muitos desses trabalhadores que buscavam um pedaço de terra. Relatos de trabalhadores como o Senhor Jader mencionam notícias publicadas em jornais da região e do estado que informavam a existência de terras devolutas na região da mata do Jaíba onde Cachoeirinha estava inserida. Este momento foi marcado pelas propostas de reforma de base de João Goulart (1961-1964), que possuía entre suas pautas a reforma agrária, acrescido da atenção do então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (1961-1966) ao assunto e das publicações no Jornal Estado de Minas, acabou direcionando a atenção de diversos trabalhadores rurais

do estado e do país para uma região em que havia terras devolutas e a presença de rios, à época, caudalosos como o Rio Verde Grande e o Gorutuba. A possibilidade de terras devolutas, pertencentes ao Estado, como foi profundamente veiculado, acabou por constituir um ímã para a região.[117]

Quanto à região de Varzelândia e Cachoeirinha, que foi seu distrito até 1996, os dados acerca da população são escassos. Yves Gervaise (1975), em dissertação defendida no mestrado em Geografia da UFMG, afirmou que "em uma sondagem realizada (por Gervaise) em 1971, com 174 posseiros da mata de Jaíba, confirma as tendências: 26,7% eram originários da Bahia, 15,5% dos outros estados do Nordeste, 51,2% dos municípios da região e 5,7% das outras regiões mineiras ou outros estados." Os dados de Gervaise apontam o contingente populacional de "migrantes posseiros" que vieram de outros estados, até mesmo por ser uma região marcada por espaços ainda não integrados à produção capitalista para o mercado, a saber, a chamada fronteira agrícola.

Utilizamos três trajetórias a fim de compreender as motivações e como os trabalhadores migrantes interpretaram e formularam as transformações vivenciadas na região a partir do migrar. As trajetórias dos trabalhadores migrantes que vieram de pequenas cidades do Norte de Minas são representativas das histórias e lutas vivenciadas pelos norte-mineiros, como o senhor João[118] (falecido), natural de Francisco Sá, também no Norte de Minas. O sr. João, depois de migrar para o Paraná, em busca de trabalho retornou para a região e chegou em Cachoeirinha nos anos 1950; o sr. Paulo (80 anos) e Dona Maria (78 anos), casal que, após dois anos de casamento, partiram de Porteirinha e hoje residem na zona rural de Verdelândia, no povoado intitulado de Amargoso.[119]

O senhor João (falecido em 2015) é natural de Francisco Sá, Norte de Minas. Chegou a Cachoeirinha em 1959 e, ao relembrar todo o processo do seu deslocamento, demonstra que as idas e vindas constituem uma dimensão importante da luta pela sobrevivência. O deslocamento emerge no enredo como dimensão importante da luta, quando foi incentivado pelo seu sogro a partir para o Paraná em busca de terra para plantar. Não obtendo êxito no Paraná, tomou conhecimento das terras devolutas de

Cachoeirinha, terras que ele afirma serem as melhores que já teve conhecimento, e veio direto para o povoado. Quando perguntado o porquê de terem escolhido Cachoeirinha como destino, respondeu:

> *porque é uma região boa, n'é? Onde a terra é uma terra diz que a terra é terra do estado, n'é? Terra boa, porque dentro do Brasil onde que eu conheço num tem terra mió que aqui não, aqui falta é chuva. Eu conheço o que é terra.* (João, 2015)

O senhor João, assim como outros trabalhadores que se deslocaram para o Vale do Rio Verde Grande, afirma que o fiscal do Estado havia lhe informado que as terras eram devolutas, o que o incentivou a ocupá-las. Ao citar a indicação do fiscal do Estado, o mesmo logo menciona as dificuldades encontradas na adaptação à região, como a existência da "maleita" (Malária), além de animais selvagens como onças, dentre outros. Ao fazer referência à vida difícil e com parcos recursos, ele, de certo modo, vem justificar o investimento e as dificuldades pelas quais passou, para depois falar do seu direito à terra.

Nos registros da imprensa, a presença de trabalhadores como o sr. João é significada como posseiros, ou seja, "aqueles de fora", os "invasores" e "que não eram donos das terras". Portanto, ser posseiro significava ser alguém que se apropria de terras que não lhe pertence. No entanto, nas entrevistas, quando solicitados a falar deste tempo, os enredos reportam-se ao outras dimensões, isto é, ao tempo em que migraram para Cachoeirinha, como foi esse processo e a adaptação, ou seja, outras noções emergem durante o diálogo. Alistair Thomson (2002, p. 343) adverte quanto aos rótulos que definem e moldam a experiência da migração a partir de nomenclaturas como: "estrangeiro", "imigrante", "refugiado", "minoria étnica", "comunidade étnica", e outros. Em diversos lugares e contextos outros rótulos foram atribuídos aos migrantes, como é o caso do termo posseiro.

O Senhor João e todos os demais entrevistados não empregam o termo "posseiro" para se definirem, sendo essa nomenclatura exterior às suas memórias/modos de contar/narrar sobre a história dos conflitos. Ele, que se diz "chegado de fora", nasceu em Francisco Sá, cidade do Norte de Minas, chegou a Cachoeirinha com as notícias que chegavam das políticas do governo dos militares que trataram aquelas terras como

sendo “terras devolutas”. Ao chegar em Cachoeirinha em 1959 ele destaca que a região “era só mato”, terras do Estado, em que “entrei lá com a família” (João, 2015).

Sua narrativa é construída a todo o momento de forma a demonstrar esses significados: primeiro, não era posseiro e segundo de que veio amparado numa expectativa de mudar de vida, de ter uma terra para “morar, arar e plantar na terra para colher o alimento destinado à sua sobrevivência” (João, 2015). Nessa empreitada ele com a sua família enfrenta todas as dificuldades de construir sua vida em uma região sem condições básicas, história comum a muitos outros migrantes do país que na busca por melhores condições de vida enfrentam matas e animais selvagens para constituir um lugar para viver. A terra e o trabalho aparecem como duas noções importantes na narrativa do Senhor João. Esses temas podem ser percebidos quando ele menciona a raiz de mandioca com dois metros que ele mostra dentro do seu tanque, as hortaliças produzidas em sua horta, como forma de dizer que a disputa pela terra foi para produzir e sustentar a sua família.

Assim como o sr. João, outros moradores desse lugar também chegaram trazendo consigo outras referências culturais. Dentre eles estão o senhor Paulo e a dona Maria que, vindos de Porteirinha com toda a família, viveram algum tempo em Cachoeirinha e, hoje, residem em um pequeno povoado na zona rural chamado Amargoso. O processo de expulsão desses trabalhadores em 1964 e 1967 contribuiu para a reorganização do espaço e uma nova movimentação nas franjas do povoado de Cachoeirinha, o que contribuiu para que muitos deles fossem residir em terras próximas ao povoado de Cachoeirinha como as localidades de Ressaca, Córgão, Amargoso e Agreste.

Grande parte dos trabalhadores expulsos de Cachoeirinha, onde hoje é o centro de Verdelândia e que está do lado direito do Rio Verde Grande, foram expulsos dessas terras, e foram se direcionando para outros espaços em meio à mata, constituindo outras localidades. Esse é o caso do casal Senhor Paulo e Dona Maria que, após dois anos de casamento, partiram de Porteirinha e hoje residem na zona rural de Verdelândia, no povoado intitulado de Amargoso.

O sogro de Maria foi o grande incentivador para que ela e seus filhos deixassem Porteirinha e fossem para Cachoeirinha na década de 1960.

Eles relatam as dificuldades enfrentadas pela família no migrar e se adaptar a uma região com pouca estrutura para recebê-los. Dona Maria, que veio com a sua família aos 22 anos, mostra as dificuldades enfrentadas para estabelecer em uma região com poucas condições de viver, principalmente para crianças como os seus filhos.

> *Aí, quando nois chegou aqui num tinha nem bem estrada, num tinha luz, num tinha água, num tinha escola, num tinha igreja, num tinha nada, aí nois que foi pedindo, foi levantando, n'é? Até que tá do jeito que tá hoje, n'é? Foi uma coisa muito sofrida, n'é?* (Maria, 2009)

Acrescido dessas dificuldades enfrentadas, foram expulsos de Cachoeirinha em 1967 e passaram a viver na Serra de Jaíba por um tempo, até que em 1972, fixou residência em Amargoso, tendo ao fundo a Lagoa do Morcego. A lagoa se encontra seca, atualmente, mas já foi uma vasta lagoa alimentada pela água da chuva e pelo rio que, no período de cheia, desembocava ali, levando peixes e alimentando todos os moradores. Quando moraram na Serra de Jaíba, por ocasião do "despejo", eles enfrentaram dificuldades, pois a água disponível era da chuva, do córrego ou da cacimba[120], sendo que para se lavar roupa tinha-se que entrar nas terras nas quais antes viviam e que estavam sob o controle dos fazendeiros para ir ao Rio Verde Grande. A expulsão emerge na entrevista como um acontecimento marcante que, na vida dessa família, ficou marcada pelo fato de ficar sem um lugar para morar, o que forçou o casal a viver na Serra da Jaíba. "A gente trabalhou demais. O que tinha deixou tudo pra trás lá, n'é?" (Maria, 2009).

As dificuldades que o sr. Paulo e dona Maria elencam representam muito mais um esforço de mostrar a expropriação de seus modos de vida do que revelar uma predileção do presente em relação ao passado, visto que, moralmente, se sentiram furtados das condições de oferecer uma vida digna a sua família.

Tais versões sobre a formação desses povoados podem ser compreendidas na esteira das transformações sociais evidenciadas em Cachoeirinha e na mata ao redor. A mata foi se modificando com a chegada de trabalhadores que, após serem expulsos de Cachoeirinha, se identificaram como tendo direito a esse lugar. Limites e pressões

advindos da chegada de grandes fazendeiros à região alteraram as relações sociais vivenciadas pelos trabalhadores rurais que sempre viveram em Cachoeirinha e pelos que chegaram depois, a partir dos anos 1950, inscrevendo esse rearranjo territorial no processo de luta de classes na espacialidade. Por isso, muitos desses trabalhadores foram em busca de outras terras. Entretanto, alguns continuaram na mesma região, indicando que os limites e pressões exercidos pelos trabalhadores também existiram, embora com diferentes forças, conformando territórios demarcadores de identidades que se constituem na luta pelos seus modos de vida e de sobrevivência.

Muitas famílias de trabalhadores, assim como a de dona Maria, uma vez expulsas de suas terras, foram para povoados e pequenos núcleos para viver e trabalhar. Hoje, o senhor Paulo mora no Amargoso, juntamente com seis filhos e é vizinho de uma irmã e outro irmão que fizeram a mesma trajetória que ele. Seus familiares foram expulsos de Cachoeirinha, sendo forçados a viver na Serra de Jaíba e, posteriormente, partir para Amargoso, residindo enquanto vizinhos. Ele revela que, em meio às lutas empreendidas, procuraram se manter unidos no enfrentamento das lutas cotidianas pela sobrevivência.

Ao interpretar, a partir de sua cultura, como chegaram a Cachoeirinha, Dona Maria disse que "veio o tio dele (Paulo), veio o primo nosso, tudo trabalhando na roça", sendo que todos tinham uma casa "dentro da rua", em Cachoeirinha, mas trabalhavam na roça e, no final da tarde, voltavam para a "rua". "Rua" apresenta dois significados que revelam, pela linguagem, um pouco das formas pelas quais o sentido da vida foi sendo construído: "Dentro da rua" significa "no povoado", o que seria a contraposição a viver no campo, no meio da mata, sem vizinhos próximos, e a "rua" que significa "fora de casa", quando representa o momento em que perderam as suas terras.

No presente, Dona Maria reativa o passado, relembrando a fartura daqueles tempos em que tudo que se plantava, como milho, mamona, feijão e fava, gerava uma boa colheita que era vendida. Como ela mesma afirma: "era muito bom". Esses tempos, nos quais "era só mato… O povo tirava madeira, madeira de lei, aqueles caminhaozão todo dia subia, aqueles caminhão tudo cheim de madeira" (Maria, 2009).

As três trajetórias acima revelam trajetórias comuns a muitos trabalhadores migrantes e famílias de migrantes, que buscaram novas oportunidades de vida. Histórias que se entrecruzam e, a partir das trajetórias e lutas, mostram como, mesmo em meio a limites e pressões, esses trabalhadores contribuíram para a constituição sócio-histórica, não servindo apenas como mão de obra para grandes empresas agropecuárias, mas reivindicando direitos como é o caso da conquista dos assentamentos União e Caetité em 1983 e de mais 14 assentamentos e 4 acampamentos até os dias de hoje.

## O caminho da mudança?

Para muitos, deixar o campo nem sempre foi uma opção, mas sim uma necessidade que se impôs diante de uma situação extrema. Nesse sentido, a cidade passa a ser encarada como a única alternativa, tornando-se a oportunidade de estudo para os filhos e, talvez, sua própria redenção. Essa é uma questão que passa pela compreensão da sociedade em que vivemos e também pela compreensão de seus valores hegemônicos. Um desses valores é a educação escolar. A importância dispensada à educação enquanto salvadora é reiterada constantemente. Nas relações estabelecidas socialmente, a educação é apresentada como condição para se obter sucesso, é o caminho para uma vida satisfatória, uma vida diferente do que fora outrora. É nesse sentido que o ato de migrar é justificado.

Um de nossos entrevistados, o Sr. Gerônimo, fornece-nos a dimensão deste significado. Perguntei se ele havia sentido muita diferença quando chegou em Montes Claros. Sua resposta foi longa e muito detalhada, focando sobretudo nas dificuldades da vida na cidade. Ao fim da questão concluiu que "se eu tivesse hoje um estudo mais elevado eu seria outra pessoa". Entretanto, Gerônimo também reconhece a importância de se ter um capital social, que, somado à educação escolar, poderia significar melhorias em sua vida: "talvez pela amizade que eu tenho eu estava mais bem colocado, ganhava um pouquinho mais, que aí dava pra me manter" (Gerônimo, 2009).

Essa concepção de educação como salvadora e redentora está presente na vida das pessoas e torna-se mais forte quando é confrontada

com um passado "fracassado". Por isso, é preciso dar aos filhos a oportunidade que lhes foi negada, ou ainda, faz-se necessário seguir um caminho diferente daquele trilhado pelos pais. A fala de Jeremias, outro entrevistado, foi nesse mesmo sentido. Quando falava sobre sua vida na cidade e sobre como construiu sua casa, concluiu que "fui fazeno devagarzim". Sobre os filhos, ressaltou que "formei meus filho no segundo grau, o que eu pude fazê eu fiz" (Jeremias, 2008). A educação e o trabalho, como forma de ganhar honestamente o sustento, podem ser entendidos como alguns dos valores hegemônicos de nossa sociedade. Ao se referir à sua vida na zona rural, Gerônimo ainda disse que a sua permanência na roça o impedia de trabalhar e estudar. Ressaltou que "ficava indeciso e aquele negócio da gente acostumar-se tanto com aquela rotina do dia a dia, cê acabava desinteressando do lado melhor que era os estudo, né, que tinha que preocupar" (Gerônimo, 2008). A percepção de Gerônimo sobre o seu passado só faz sentido agora diante das oportunidades perdidas devido ao pouco estudo. É nesse sentido que o hegemônico é vivido e compartilhado em um terreno comum, em que predominam interesses convergentes e divergentes, assimilações e resistências.

Certamente, para Gerônimo, essa não foi uma decisão fácil, porque, ao rememorar, suas palavras saíram carregadas de emoção. Ele veio para Montes Claros em fins da década de 1980. Deixou parte de sua família no distrito de Miralta, localizado próximo a Montes Claros. Veio seguindo os passos do irmão Aderbal, que, segundo ele, mesmo sendo mais novo, "sempre acordou mais cedo". A figura de Aderbal é marcante na vida de Gerônimo e isso está presente em sua narrativa. O irmão é uma referência. Certamente, a experiência de Aderbal na cidade significou a possibilidade de vitória em meio às adversidades. Ao falar sobre o irmão, Gerônimo deixa transparecer toda sua admiração e respeito.

> *Quando ele veio pra cá, ele não tem vergonha de falar, se cê conversar com ele… cê admira, ele rastava chinelo de dedo, as vez o chinelo quebrava o botão e ele colocava um grampim e ia pra escola". As dificuldades enfrentadas só são amenizadas pela recompensa da conquista, nem que seja pouca, "com isso hoje ele conseguiu chegar pelo menos uma parte do que ele queria.* (Gerônimo, 2008)

Assim como Gerônimo buscando alternativas para a escassez enfrentada no campo, centenas de trabalhadores deixaram a zona rural em direção às cidades, na esperança de mudanças, que, mesmo sendo poucas, para eles foram significativas. Trajetórias compartilhadas por diversos trabalhadores e trabalhadoras, ora identificada a partir da oportunidade de conversar com 16 pessoas, em entrevistas produzidas no momento de feitura das pesquisas. Todos os trabalhadores ou ex-trabalhadores da indústria têxtil de Montes Claros. Desses 16 entrevistados, encontramos dois trabalhadores que saíram de suas cidades antes da década de 1960. Oito desses trabalhadores vieram para Montes Claros entre 1970 e 1990. Os outros seis disseram ter nascido na cidade. Todos os que deixaram sua cidade afirmaram ter saído em busca de melhorias. Talvez por isso, tudo que foi conseguido, embora seja pouco para muitos, para eles tornou-se motivo de orgulho e satisfação (Leite, 2010).

O ir e vir de pessoas em Montes Claros e no Norte de Minas é algo anterior à Sudene, mas se intensificou com a integração da região à sua área de abrangência. A pesquisa feita por Edi de Freitas Cardoso Junior é uma das que verificam uma movimentação na cidade, já nas primeiras décadas do século XX (Cardoso Junior, 2008). Durante a década de 1960, os dados do IBGE para Montes Claros apontavam que 85.971 pessoas moravam na zona rural e 45.531 moravam na zona urbana. A partir dos anos de 1970 ocorre uma inversão nesses números e a cidade passa a ter 85.154 e o campo 31.332 pessoas (França, 2007).

Durante o século XX, o Brasil deixou de ser um país predominantemente rural e passou a ter a maioria da população nas cidades. Essa migração se intensificou na segunda metade do século passado. O avanço do capitalismo no campo, principalmente com as reflorestadoras e com as grandes empresas agrícolas, expulsou o pequeno proprietário que, em muitas ocasiões, se viu obrigado a vender seu pequeno pedaço de terra e migrar de uma cidade para outra buscando emprego ou outras oportunidades.

Encontramos em jornais locais daquele período algumas referências à construção de casas e conjuntos habitacionais na cidade, sobretudo em Montes Claros (Leite, 2010). Talvez tenha esse sido um dos motivos que atraíram Domingos Lopes Martins, deficiente físico, nascido em Januária,

em 1937. Até os 21 anos, Domingos trabalhou na roça. Em fins da década de 1950, deixou a zona rural e se estabeleceu em Manga, no Norte de Minas, onde trabalhou como barbeiro por 30 anos.

Em 1988, ficou desempregado e resolveu tentar a sorte em Montes Claros. Sem condições financeiras para comprar ou alugar uma casa, foi viver sob marquises ou em espaços vazios, ficando nessas condições por cinco anos. Em março de 1991, estava vivendo em um lote vago, na rua Melo Viana, no bairro Morrinhos, próximo ao centro da cidade, quando o proprietário pediu que ele desocupasse o lote. Sem trabalho, seguiu para o bairro Santa Lúcia com a mulher, quatros filhos e um neto de 2 meses, onde conseguiu um lote com a prefeitura. De posse do terreno, Domingos armou sua barraca, mas logo se viu desabrigado, pois um dos funcionários da Secretaria de Ação Social o expulsou do lote para repassar a outra pessoa. Esse caso foi publicado no *Jornal do Norte* em 16 de abril de 1991, devido a denúncias dos moradores a um vereador local (Jornal do Norte, 1991).

Foi buscando conter a ida de trabalhadores como Domingos Lopes Martins para os grandes centros que o governo federal se viu obrigado a controlar a migração. Para isso, foi criado o programa Cidades de Porte Médio, em fins da década de 1970. Esse programa foi pensado com o objetivo de "conter os dois grandes fluxos migratórios do país, ou seja, do Sul para o Centro-Sul e do Norte para o Centro-Sul", em municípios considerados estratégicos e com condições para absorver o fluxo de pessoas que migravam em direção às capitais do Centro-Sul. Os recursos seriam captados pelo Ministério do Interior por meio do Conselho de Desenvolvimento Urbano junto ao Bird, uma das instituições que formam o Banco Mundial. O Banco Nacional de Habitação e o governo do Estado completariam a parceria (Diário de Montes Claros, 1977).

Para implantação do Programa em Montes Claros foi firmado um convênio com a Prefeitura. O Programa ficaria sob a gerência da Superintendência de Apoio aos Municípios, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento (Oliveira, 2000, p. 216). Segundo noticiou o *Diário de Montes Claros*, os recursos obtidos com o Programa seriam utilizados para a retificação do Rio Vieira, construção da rodoviária, Centro Administrativo e várias obras de infraestrutura urbana (Diário de Montes Claros, 1977).

Entre 1960 e 1980, a população do município de Montes Claros cresceu de forma acelerada. Esse aumento expressivo de novos moradores era composto por habitantes em condições precárias ou sem nenhuma condição financeira, morando em construções deficientes em morros, à beira das rodovias ou em áreas de risco. Essa foi uma realidade nacional, principalmente nas últimas décadas do século passado. Situação só se agravou com o decorrer dos anos.

Outra questão importante para se entender a relação entre migração e modernização econômica no Norte de Minas e já abordada na primeira parte desse texto, está relacionada com o uso da terra. A violência no meio rural foi noticiada em diversos meios de comunicação, mas principalmente pelos jornais produzidos pelas CEBs, CPT, Pastoral Operária, o Integração e o Pelejando. Em 1984, foi assassinado o líder sindical Eloy Ferreira da Silva, no município de São Francisco. A morte de Eloy, considerado, na época, um dos maiores líderes sindicais do Norte de Minas, foi mencionada em praticamente todas as edições dos boletins informativos da Comissão Pastoral da Terra, durante os anos de 1980, ao lado de outros que morreram na luta pela terra.[121]

Nesse ambiente de permanente tensão e conflito, é preciso considerar o fato de que muitos dos pequenos proprietários rurais não tinham e não têm como comprovar a posse da terra, recebida muitas vezes por meio de herança. Assim foi com a família de Jeremias quando, em 1980, deixou a zona rural, no entorno de Montes Claros. Seu Jeremias, questionado na entrevista sobre se tinham vendido o sítio quando vieram para a cidade, respondeu: "vendeu… era muito pequeninin e tinha uns problema. Terra de papai era tudo enrolada e depois que nós vendemos lá já deu confusão. Até hoje (2009) ainda tá enrolado". Quando perguntei se a terra possuía escritura, ele respondeu que, na região (Fazenda Cabeceiras), a maioria dos pequenos sitiantes, não tinha documento que comprovasse a posse da terra. Ao relatar que seu pai havia buscado organizar a documentação de seu terreno fez uma parada na fala e trouxe outra questão à tona: "já mataram um lá, um fazendeiro", conta. Na sequência, Jeremias explica como as coisas aconteceram: "porque na época que ele matou o cara, eu morava lá ainda, depois que ele matou o cara que eu fui testemunha dele, porque eu vi na

hora, vi quando ele matou o cara". O fazendeiro que matou também foi morto, por isso Jeremias conclui que "esse negócio de terra dá morte demais". Após falar das muitas mortes ele passa a narrar as desapropriações que estavam acontecendo na Fazenda Lapa Grande, local onde foram descobertos inúmeros sítios arqueológicos e, por isso, o local se tornou uma área de preservação. Seu Jeremias conta que: "Esse povo, eles podem. Mas tem que pagar o cara bem pago, dá uma casa aqui, vem cá, e a fazenda de Afrânio Nogueira? Que tem lá pertim? Finado Afrânio Nogueira? É rico, uma fazenda boa." Ao falar da desapropriação, traz em sua narrativa uma avaliação da correlação de forças existentes, principalmente de terras que considera difíceis de serem desapropriadas devido à influência de fazendeiros: "Eu quero ver se eles vão desapropriar essa fazenda, cheia de gado. Tem uma dona que mora aqui que vendeu o dela lá pra Luís Pires que é tudo rico. Eu quero ver se eles vão desapropriar esse povo" (Jeremias, 2008).

Ao fim da fala de Sr. Jeremias, sua esposa, dona Rosa concluiu: "esse povo que tem dinheiro pode fazer isso, né? É perigoso tomar, porque, de primeiro os fazendeiro tomava as fazenda dos que era mais pobre, né". A fala de Sr. Jeremias e sua esposa Rosa traz algumas questões importantes que devem ser consideradas ao tratar da questão agrária no Brasil. Uma delas são as desapropriações e a outra é a falta de documentos que comprovem a posse da terra. A falta da escritura sempre foi algo comum, e mesmo que a posse da terra fosse amparada pela lei do usucapião, os pequenos sitiantes não conseguiam ou não sabiam como proceder para ter acesso a ela.[122] Considerando a fala de seu Jeremias, em que constata que "esse negócio de terra dá morte demais", para muitos foi preferível vender a terra e não correr maiores riscos. Sobretudo em situações em que as relações estabelecidas eram, como bem observa dona Rosa, de extrema desigualdade."

A migração também acontece devido à perda da terra, principalmente desapropriações. No Norte de Minas, principalmente no período estudado por nós, tivemos muitas desapropriações relatadas nos periódicos da Comissão Pastoral da Terra. Consta nesses periódicos que a empresa Adiflar, situada em São Francisco, Norte de Minas, teria invadido, em junho de 1984, a posse de Faustino Lopes de Oliveira. A

cerca foi cortada e outra foi colocada de forma a diminuir a propriedade do trabalhador. A denúncia foi feita pela Comissão Pastoral da Terra (Pelejando, 1984). De outro boletim (1988) consta uma nota do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacarambi e Januária, relatando que um posseiro havia sido baleado em Itacarambi, por um grileiro. A nota do Sindicato informa que o motivo teria sido porque o trabalhador havia vencido na Justiça uma ação de manutenção de posse (Pelejando, 1988),

Grande parte desses conflitos aconteceu em virtude da desapropriação de comunidades inteiras para criar os perímetros irrigados. Em 1984, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba convocou os moradores da região para uma Assembleia que aconteceria no dia 29 de julho. A finalidade seria debater a situação de mil famílias que moravam à margem esquerda do Rio Gorutuba e que seriam desapropriadas pela Codevasf. As duas mil famílias que moravam do lado direito já haviam sido desapropriadas pela mesma Codevasf na década de 1970. Segundo informa a nota, essas famílias foram jogadas em favelas, a terra foi entregue a fazendeiros e uma pequena parte teria sido reservada para colonização. Agora a Codevasf pretendia retirar as famílias restantes. O impasse se deu porque as famílias não aceitaram a "oferta". Essas desapropriações tinham como propósito a continuação da implantação do perímetro irrigado do Gorutuba (Pelejando, 1984).

A luta pela terra no Brasil e os conflitos que envolveram as transformações no campo evidenciam algumas questões importantes. Uma delas, talvez a principal, é que os agentes do Estado nunca se preocuparam efetivamente em promover uma reforma agrária. Segundo Francisco de Oliveira, na era Vargas a agricultura no Brasil foi mantida ativa, mas nunca estimulada (Oliveira, 2003). Posteriormente, temos os grandes investimentos para a modernização do campo, mas nada que indicasse a realização de uma reforma agrária. Quando um governo sinalizou a possibilidade de uma reforma agrária o setor conservador do país respondeu com um golpe civil-militar.

Nesse sentido, tanto a Marcha para o Oeste promovida por Getúlio Vargas em fins da década de 1930 como os grandes projetos de irrigação implantados no Norte de Minas nas décadas de 1970 foram uma saída para não se efetivar a reforma agrária. Também, o governo de Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XX, passa a incentivar a ida

de trabalhadores para a região de Jaíba, Norte do Estado, conforme já analisado no primeiro tópico. Esse incentivo ocorre ao mesmo tempo em que concede grandes extensões de terras para os grandes empreendimentos agrícolas nessa mesma região. Essas transformações sociais impostas pelos agentes capitalistas promoveram mudanças profundas no campo. Nesses enfrentamentos, os agentes do Estado federal e dos governos estaduais se posicionaram ao lado dos interesses capitalistas, mas se esqueceram de avisar aos trabalhadores. Estes, mesmo que de forma precária, se organizaram para lutar por seus direitos.

O período de maior investimento do poder público na região aconteceu entre os anos de 1975 e 1985. Nesse período, existiu um sistema de monitoramento sobre a região conduzido por órgãos públicos interessados em manter a "paz e tranquilidade" da região, livrando-a das influências comunistas. Principalmente porque um ambiente conflituoso se colocava contra os objetivos do governo para a região, pois afastava possíveis investidores.

Isso pode ser constatado ao verificarmos uma correspondência emitida pelo escritório da Sudene em Montes Claros à Assessoria de Segurança e informações da Sudene (ASI), que estava sob os cuidados do Coronel João Batista Ramos Lima. Trata-se de um ofício informando sobre a situação de Cachoeirinha. Consta do relatório, qualificado como secreto e confidencial, que "começa a ser esboçado um movimento por parte de elementos reconhecidamente de tendências esquerdistas, no sentido de dificultar a vinda de grandes grupos para a região conhecida como Jaíba dentro de nossa área de atuação" (Arquivo Público Mineiro). Segundo informa o relatório, havia um esforço conjunto entre Estado e órgãos federais para criar um ambiente propício para investidores nessa região do país. No entanto, "agitações e arbitrariedades [...] faz com que vários empresários interessados em ali adquirir terras para seus projetos, fiquem intranquilos, temendo problemas com relação a posse e uso das terras que por eles venham a ser adquiridas" (Arquivo Público Mineiro).

O relatório ainda aponta a grande cobertura dada pela TV Globo-MG, em cadeia nacional, veiculando entrevistas com posseiros, em que estes afirmaram que "soldados da Polícia Militar mineira metralharam

crianças, filhos de posseiros" (Arquivo Público Mineiro). Essas denúncias criaram uma imagem negativa para possíveis investidores, o que acabava atrapalhando os planos dos agentes do Estado para a região.

Ao que nos parece, a Sudene colaborou ativamente com o aparelho repressor do governo Militar no sentido de mantê-lo informado sobre esses conflitos ocorridos no Norte de Minas e na tentativa de calar essas vozes. A existência da Assessoria de Segurança e Informações sugere a magnitude dos projetos implantados no local e o compromisso dos agentes envolvidos, sejam estes empresários, órgãos públicos ou privados, em torná-los bem-sucedidos. O que nos leva a inferir que os objetivos dos agentes do Estado para a região se inserem em uma dinâmica maior, que vai além de proporcionar um desenvolvimento econômico, mas está centrado também na organização social e espacial.

## Considerações finais

A migração faz parte da história. Diversas são suas motivações, sentidos e significados. O migrar tem sido cada vez mais percebido como fenômeno complexo e heterogêneo, para além de dados estatísticos e razões vinculadas apenas a organização espacial via políticas econômicas do Estado. Percepções, memórias, motivações e significados construídos pelos trabalhadores e trabalhadoras cada vez mais têm sido objeto de estudo, o que revela o esforço de compreensão da constituição social de espaços a partir das trajetórias, lutas e memórias desses sujeitos sociais.

O conjunto das entrevistas e a produção acadêmica sobre o migrar no Norte de Minas Gerais revela que a migração na região está relacionada a processos e fluxos em rede, desde os trabalhadores que vieram do Nordeste para o Sudeste e, ao fazer parada na região, resolveram fixar e constituírem suas vidas, até os trabalhadores que movimentaram pela própria região. Diversas nuances, motivações revelam a migração como algo complexo e, mesmo que, tenha ocorrido investimentos e incentivos do Estado para constituição de polos na região para atração populacional, os trabalhadores a partir de suas trajetórias ocuparam espaços, atribuíram a eles seus modos de vida, contribuindo para deixar sua marca na constituição sócio-histórica do Norte de Minas.

O migrar acompanha as trajetórias dos trabalhadores até a atualidade, sendo que as gerações posteriores possuem essa referência em suas vidas, que são expressão desde os bairros com predominância de gerações de migrantes que ocupam, aos hábitos culturais que ainda resistem como a folia de reis, dentre outros. Nesse sentido, o objetivo, aqui exposto, não foi esgotar todas as possibilidades de reflexão sobre o migrar, mas, sim, ao utilizar como lugar o Norte de Minas, trazer para o centro do debate a história de trabalhadores e trabalhadoras que, em meio às dificuldades, constituíram suas vidas. Novas pesquisas poderão apontar outras trajetórias, nuances, significados e motivações, até porque, o movimentar está presente em toda história.

## Referências


ALÉM, João Marcos. **Caminhos migratórios de trabalhadores rurais do norte de Minas Gerais**. 1981. 130f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas**. Recife: Sudene – Coordenação de Planejamento Regional, 1982.

AUGUSTO, Helder dos Anjos; BRITO, Fausto Reynaldo; BARBIERI, Alísson Flávio. O Norte e Nordeste de Minas Gerais no contexto das migrações contemporâneas brasileiras Redes. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 3, p. 77-98, 2008.

CAMISASCA, Mariana. **Camponeses mineiros em cena**: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964). 2009. 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DE PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha. **Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais**: a esperança de melhoria de vida. 2003. 151f. Dissertação (Mestrado de Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

FONSECA, Gildette Soares. **Espacialidade das migrações temporárias de mirabelenses** – implicações na territorialidade local.

2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FONSECA, Gildette Soares *et al*. Norte de Minas: migrações intraestadual Censo Demográfico 2010. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 13, n. 1, p. 89-103, 2020.

FRANÇA, Iara Soares. **A cidade média e suas centralidades**: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 256f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

GERVAISE, Yves. **A transformação agrária do nordeste meridional (norte de Minas Gerais)**. 1975. 174f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LEITE, Valéria de Jesus. **Os fios da vida**: memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claros/MG (1975-2008). 2010. 152f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MATA-MACHADO, Bernardo. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MONÇÃO, Kátia Maria Gomes. **As sementes da luta**: o conflito agrário de Cachoeirinha – Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais. 2009. 130f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade Média e Região**: O significado de Montes Claros no norte de Minas Gerais. 2007. 351f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital**: regionalismo político norte-mineiro. 2007. 242f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, Andrey Lopes de. **Memórias e experiências de trabalhadores no processo de luta pela terra em Cachoeirinha**: violência, mobilização e conquistas. Vale do Jaíba-MG, 1960/1980. 2017. 152f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: História Oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364 2002.

VELOSO, Cândida Maria dos Santos. **A política dos outros**: pobreza em Montes Claros (1960-1980). 2002. 185f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

---

## Notas

115. A Sudene foi um projeto do governo federal, idealizado por Celso Furtado, que "pretendia alavancar o crescimento do país, corrigindo as disparidades regionais, sobretudo dos estados que hoje conhecemos como Nordeste, em relação ao Centro-Sul". Celebrada por muitos e questionada por tantos outros, a Sudene, enquanto incentivadora de vários projetos, esteve presente no processo de desenvolvimento do Norte de Minas, a partir de 1965. Antes, porém, em 1911, o Norte de Minas já estava incluído nas áreas de ações contra as secas. Em 1946, por interferência do então deputado Vasconcelos Costa, a região passa a figurar na área do polígono das secas.

116. Verdelândia está localizada no Norte de Minas Gerais. Sua economia é baseada na agricultura e sua população é de 8.350 habitantes em uma área de 1451.856 $km^2$.

117. Como é possível perceber, o norte de Minas Gerais e, em especial a mata do Jaíba, foram vistos pelo governo como estratégica para diminuir as inquietações dos movimentos pela terra que eclodiam no estado e em outras regiões do Brasil, como a criação das Ligas Camponesas no Nordeste, sob a liderança principal de Francisco Julião. Marina Mesquisa Camisasca afirma que a atenção dada pelo governador Magalhães Pinto ao assunto objetivava conter as inquietações dos movimentos rurais, o que provocou a emergência de vários sindicatos rurais no estado. Camisasca, Mariana. *Camponeses mineiros em cena*: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.

118. Os(as) entrevistados(as) foram identificados(as) com pseudônimos.

119. Amargoso é uma localidade próxima a Cachoeirinha em que várias famílias foram viver após serem expulsas.

120. Cova feita no chão úmido para se obter água. Poço artesanal.
121. Foi criado em Belo Horizonte o centro de documentação Eloy Ferreira da Silva para organizar e registrar a memória e a história dos trabalhadores que lutaram pela terra em Minas Gerais.
122. A lei do Usucapião na Constituição Federal de 1934, destinada a promover melhoria na vida do trabalhador rural, estabelecia que a extensão da terra poderia ser de até 10 ha, com posse por 10 anos contínuos. Já com a Constituição de 1946, em seu artigo 156, determinou-se uma área de 25 ha. Em 1964, com o Estatuto da Terra, no artigo 98, temos uma extensão de terra de 100 ha. Em 1981, a lei 6.969, estabeleceu uma área não excedente a 25 ha. Com a Constituição Federal de 1988, o tempo para usucapião passou a ser de 5 anos e a extensão não superior a 50 ha.

# 13. ENTRE O BEM VIVER E O VIVER BEM: OS(AS) TRABALHADORES(AS) RURAIS NA FRONTEIRA DO AGRONEGÓCIO

*Cíntia Fiorotti*

*Eric Gustavo Cardin*

> *A mídia fala assim: "ah, é preciso alimento transgênico pra alimentar o mundo", "ah precisa de agrotóxico pra alimentar o mundo", "porque em pequenas propriedades não é possível". Mas isso é mentira! Sabe, né? Não é verdade! A gente sabe que não é verdade.* […] *O que a gente vê ao redor da gente, né? Aqui em casa tem de tudo pra comer, os agricultores grandes, os agricultores por aqui, eles não têm nada.* (Begônia)[123]

Begônia e Lírio são filhos de pequenos proprietários rurais oriundos do Rio Grande do Sul-BR. Casados há mais de trinta anos, compartilham muitos dos modos de vidas experimentados desde antes do matrimônio. Lírio deu continuidade ao trabalho realizado por sua família na pequena propriedade rural recebida como herança, permanecendo nas terras adquiridas pelo pai na década de 1970. Inicialmente, ele manteve a "produção convencional", ou seja, aquela que ironicamente indica o uso dos pacotes químicos nos cultivos agrícolas, alternando monoculturas de soja e milho, ao mesmo tempo em que tentava a produção de leite fazendo o uso de fármacos e inseticidas no rebanho leiteiro.

Contudo, no início da década de 2010, Lírio e Begônia, vivenciaram a necessidade de repensarem suas vidas no campo. Um dos principais motivos foi o processo de adoecimento experimentado por ambos: ela com dores de cabeça frequentes e ele com o mal funcionamento do fígado. Na percepção do casal, os diagnósticos possuíam relação direta com o uso de produtos químicos nos animais e nas plantações aos redores de sua casa. Não sendo suficiente os problemas de saúde, a manutenção da família no campo por meio da produção "convencional" gerava gastos excessivos quando comparados aos rendimentos obtidos com a produção de leite e de grãos em uma pequena propriedade.

Os caminhos para as mudanças nas formas de cultivo e, ao mesmo tempo, nos modos de viver não foram percorridos de maneira solitária. Gradativamente novos saberes foram sendo agregados por meio da participação em cursos e através de apoio técnico sobre agroecologia, homeopatia e produção orgânica. Em grande medida, estas oportunidades foram oferecidas por instituições de apoio ao pequeno produtor rural e a agricultura familiar, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e o Centro de Apoio à Promoção da Agroecologia (Capa). Com os saberes acumulados, Lírio e Begônia passaram cerca de três anos realizando o processo de "conversão" da "produção convencional" para a total "produção orgânica" em suas terras.

Esse processo não contou apenas com mudanças na forma de trabalhar e produzir no campo, mas em alterações na maneira de se posicionarem em relação ao mundo. Begônia e Lírio recuperam a noção de "conversão" a partir do reconhecimento da necessidade de uma transformação de seus hábitos alimentares na busca de uma melhor qualidade de vida, assim, a ação não corresponte exclusivamente a mudanças técnicas. Inicialmente, a "conversão" limitou-se aos cultivos direcionados para suprir o consumo doméstico, mas, paulatinamente, as mudanças nos hábitos alimentares foram interferindo e promovendo alterações na forma de cultivar os alimentos que, posteriormente, também fossem destinados à comercialização.

Dialogando com os interlocutores, em um processo de escuta atenta e horizontal, explora-se a construção e a defesa de posições nas disputas objetivas e subjetivas que marcam as relações entre pequenos e grandes proprietários rurais nos municípios localizados na faixa de fronteira do Brasil. Nas lutas diárias apresentadas pelo casal de entrevistados estão questões relativas ao mercado, as formas de produção, mas também ao entendimento particular do que é "qualidade de vida".

Neste sentido, percebe-se que a relação entre comer bem e o bem viver não se separaram ao longo da descrição sobre o processo de "conversão" vivenciado por Begônia e Lírio. Essa "conversão" foi manifesta em como percebem e interpretam o significado de alimento levando em consideração o lugar político do comensal. Como enfatizou Begônia na frase que inicia este capítulo: "aqui em casa tem de tudo pra

comer, os agricultores grandes, os agricultores por aqui, eles não têm nada" (Begônia, entrevista em 2018).

O "nada" recebe o sentido de que os grãos produzidos pelo agronegócio não garantem a produção de "comida de verdade", muito menos expressam um bem viver no campo. Por isso, o "aqui" demarca seu lugar de fala, distinguindo-se em relação ao lugar "deles", os grandes proprietários rurais. Deste modo, Begônia expõe a percepção sobre seu lugar no processo produtivo e de classe social, pois ela, trabalhadora rural, precisou buscar no uso da terra, os meios para sobreviver e de se diferenciar "deles".

Embora em algumas sociedades os termos possam ser colocados como sinônimos, aqui, *bem viver* e *viver bem* referem-se a condições distintas. A melhoria na qualidade de vida do casal não se limita à concepção capitalista que vincula o *viver bem* com o usufruto do conforto obtido pelo sucesso econômico e pelo *bem-estar* alcançado. A conceituação capitalista de desenvolvimento é sustentada por uma relação de submissão da natureza às necessidades dos homens.

Neste sentido, até mesmo dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, a preservação da natureza corresponde exclusivamente a uma necessidade vital para a própria reprodução do capital. Em outros termos, não há o reconhecimento da natureza como um sujeito de direito, mas sim de que ela é um bem indispensável para a manutenção da vida e do próprio modelo econômico. Por outro lado, a *noção de bem viver*, na concepção defendida por Acosta (2016), envolve uma concepção holística. Segundo ele:

> O Bem Viver deve ser assumido como uma categoria em permanente construção e reprodução. Enquanto proposta holística, é preciso compreender a diversidade de elementos a que estão condicionadas as ações humanas que propiciam o Bem Viver: o conhecimento, os códigos de conduta ética e espiritual em relação ao entorno, os valores humanos, a visão de futuro, entre outros. (Acosta, 2016, p. 71)

Trata-se de um modo de viver distinto, sustentando em outra perspectiva de desenvolvimento, onde a natureza não é compreendida apenas por seu valor de uso, mas por ser um elemento fundamental,

detentor de história e de direito, pois compreende inúmeros seres vivos que se relacionam entre si, compondo um completo sistema de conexões e sentidos. Assim, bem viver é encontrar a qualidade de vida fora da lógica antropocêntrica que funda o indivíduo capitalista (Acosta, 2016).

Begônia, assim como outras mulheres com trajetória de vida no campo, teve boa parte de seus conhecimentos sobre o trabalho passados pelas mulheres de sua família, pertencentes às gerações antecedentes a dela. A "conversão" para o cultivo de orgânicos não lhe causou estranhamento. A experiência e o conhecimento sobre como fazer hortas e ter plantas medicinais para o consumo da família, sem o uso de agrotóxicos, era prática internalizada. Choquehuanca (2010), sem diferenciar *viver bem* e o *bem viver,* reafirma a necessidade de recuperação das experiências ancestrais e a cultura da vida em busca da harmonia com a natureza.

> Vivir Bien es recuperar la vivencia de nuestros pueblos, recuperar la Cultura de la Vida y, recuperar nuestra vida en completa armonía y respeto mutuo con la madre naturaleza, com la Pachamama, donde todo es VIDA, donde todos somos uywas, criados de la naturaliza y del cosmos, donde todos somos parte de la naturaleza y no hay nada separado, donde el viento, las estrellas, las plantas, la piedra, el rocío, los cerros, las aves, el puma, son nuestros hermanos, donde la tierra es la vida misma y el hogar de todos los seres vivos. (Choquehuanca, 2010, p. 10)

Neste contexto, a "conversão" possui um sentido amplo, que não pode ser compreendido por completo no processo técnico da transição. Em partes, as mudanças pessoais experimentadas pelo casal são derivadas da recuperação de modos de vida que vinham se perdendo com o cultivo de monoculturas e o uso de agrotóxicos. Sobre isso, Lírio também relatou seus conhecimentos aprendidos junto à família sobre os cuidados com as hortas, o que lhe permitiu, junto a Begônia, a "conversão" com a ampliação da área de plantio das hortaliças.

Entretanto, a busca do bem viver também absorve a forma como o tempo, o trabalho e a relação com a terra foram sendo ressignificados pelos trabalhadores rurais entrevistados com o processo de "conversão". O tempo de produção deixou de ser imposto pelos prazos exigidos pela

agricultura “convencional”, marcados pela agenda dos pacotes agroquímicos que especificam os tempos de aplicação de agrotóxicos e de secantes, combinados à presença e pressão feitas por técnicos agrícolas enviados pelas cooperativas compradoras dos grãos.

Isso não significa dizer que a produção orgânica não lhes impõe prazos ou critérios na organização dos cultivos. Entretanto, o tempo de produção agroecológica difere-se do tempo da produção “convencional” porque, o primeiro relaciona-se com o tempo cíclico da natureza e com a rotatividade dos cultivos, onde fortificantes químicos voltados para aceleração do processo produtivo não se fazem mais presentes. Isso também ocorre com as especificidades e demandas existentes na criação de animais.

Neste sentido, Lírio descreveu que na criação “convencional” de vacas, o mercado de fármacos agrícolas já disponibilizava a venda de hormônios que reduziam o tempo do ciclo biológico do animal para aumentar a produção de leite. Com isso, expressa, de maneira inquieta e, ao mesmo tempo, incomoda, a interferência do ser humano no ciclo da vida, controlando de modo consciente o tempo de vida e o tempo da morte. O rompimento com a lógica imposta pelo agronegócio devolve ao pequeno produtor o controle do tempo, onde os ponteiros são movidos por um ritmo com menos ingerência humana.

A relação com o uso da terra privilegia a compreensão sobre os fatores ambientais próprios do ciclo da natureza presente no ecossistema da região onde habitam. Os espaços destinados à reconstituição agroflorestal e a diversidades dos cultivos contribuem para o reaparecimento de agentes naturais no equilíbrio daquele ecossistema. Pássaros e outros animais e insetos vão emergindo conforme o ambiente se reconstitui dos danos causados pelo uso extensivo da terra. Como lembra Ingold (2015, p. 34), habitar não é simplesmente ocupar uma estrutura já elaborada, mas imergir “nas correntes do mundo da vida sem a qual atividades como concepção, construção e ocupação” não poderiam acontecer.

A terra como um meio de sobrevivência vai sendo ressignificada pelos trabalhadores rurais que a habitam naquele pequeno espaço definido pela propriedade privada. Em meio a isso, os agentes biológicos com impactos nos cultivos começam a ser observados como algo

importante de ser compreendido no conjunto de sua ação no ecossistema, para então, serem driblados ou mesmo combatidos naquele espaço. Assim, deixam de ser percebidos como "pragas" que devem ser exterminadas de toda a extensão da propriedade, para serem percebidos, dentro de um contexto de equilíbrio, como um elemento pertencente àquele lugar.

Com relação ao tempo de trabalho para sobrevivência e obtenção de renda, os entrevistados mencionaram que há necessidade de organizarem o trabalho conforme as demandas geradas pelos cultivos agrícolas, pela criação dos animais e pela comercialização dos produtos. Contudo, o tempo de trabalho necessário parece ser sentido pelos interlocutores com uma pressão menor que a sentida anteriormente na produção "convencional". A nova forma de viver mudou a forma como lidam com as decisões sobre como organizar os cultivos agrícolas praticados em sua propriedade. Como expressa Acosta (2016), o *bem viver* não se limita a bens materiais.

Isso é apontado por Lírio e Begônia mesmo quando observam as exigências das certificadoras sobre os critérios a serem contemplados para conseguir a certificação da produção de alimentos orgânicos. Os selos de reconhecimento da origem e do manuseio dentro dos critérios estabelecidos, permitem que o alimento *in natura* ou até mesmo manufaturado seja comercializado com alguma vantagem no mercado, tanto naquilo que se refere à exposição dos produtos como no valor agregado à mercadoria, que tende a ser aproximadamente 25% a mais do que os preços apresentados nos alimentos oriundos da produção "convencional".

Embora não seja apresentado como o elemento determinante, a possibilidade de aumento da renda familiar também foi considerada um dos fatores motivadores para o desenvolvimento de uma outra forma de cultivo agrícola pelos entrevistados. A busca por uma diferenciação nos produtos foi percebida como uma saída econômica para garantir a permanência e a manutenção da vida e o trabalho no campo. Ainda, para Lírio e Begônia, entre os significados atribuídos ao trabalho no campo com a produção de orgânicos, esteve a possibilidade de arcar com os custos gerados pela formação do filho no ensino superior na graduação escolhida por ele.

Os argumentos do casal sobre a possibilidade de pequenos produtores rurais se manterem no campo por meio da produção diversificada de cultivos orgânicos e/ou agroecológicos foram amparados em suas trajetórias de vida em meio às experiências de trabalho no campo. Neste sentido, o nome escolhido por Begônia e Lírio para nomear as etiquetas dos produtos derivados de leite que são elaborados por eles é ilustrativo, a "Ilha". De maneira sarcástica, Lírio afirma que sua propriedade "é uma *ilha* no meio do agronegócio".

A problematização contrastiva realizada pelo trabalhador rural sinaliza para a busca de uma nova forma de viver e de pensar o desenvolvimento. Ao encontro de Acosta (2016), lembramos-nos de que o *bem viver* implica um questionamento substancial às ideias contemporâneas, predominantes e hegemônicas de desenvolvimento, que tendem a vincular o *viver bem* ao crescimento econômico, causando impactos sociais e ambientais, sem resolver as desigualdades sociais. Neste caso, a "ilha" é um oásis verde cercado pela monocultura.

A permanência do campo para aqueles que vivenciam um modo de vida rural pautado na produção orgânica e/ou agroecológica, significa uma luta diária, criativa e cansativa em função do desenvolvimento de seus cultivos e do viver no campo. Trata-se de um esforço contra-hegemônico em uma região política e economicamente estruturada no entorno das plantações de soja e milho direcionadas para a exportação e da produção e preparação para o consumo de proteína animal, tudo inserido na lógica do agronegócio, onde a natureza tem seu valor de uso e o território, dentro da lógica especulativa, seu valor de troca.

Assim, não fazem parte das dificuldades encontradas pelos trabalhadores entrevistados somente os agentes biológicos naturais que disputam espaço e a própria existência no meio dos diferentes cultivos, mas a constante pressão vivida por agentes externos à pequena propriedade, quando esta se encontra cercada por terras onde predomina a monocultura extensiva com uso de agrotóxicos. Muitos são os recursos utilizados pelos pequenos produtores no intuito de mitigar o impacto do cultivo convencional, como, por exemplo, o desenvolvimento de agroflorestas próximo às margens de rios ou riachos.

A formação das "barreiras vegetais", resultante do plantio diversificado de árvores e outros vegetais no intuito de criar uma cortina

verde, visa dificultar a circulação de agentes externos que possam contaminar a plantação orgânica. Contudo, não significam a resolução de todos os danos decorrentes do uso de determinados secantes e agrotóxicos aplicados nas áreas vizinhas produtoras de soja e milho. O uso de produtos agroquímicos nas cercanias das áreas destinadas à produção de orgânicos não conseguem ser plenamente contidas pelas barreiras vegetais se a aplicação não for feita dentro dos critérios fixados pela regulamentação de uso destes agrotóxicos.

Sobre isso, Lírio apresenta sua experiência e suas dificuldades no plantio de frutas cítricas, pois sua propriedade, mesmo "cercada", ainda é refém daquilo que é trazido pelo vento. Saber se portar e habitar o lugar onde vive não corresponde ao simples ato de ocupar. É preciso se relacionar e conhecer o meio para que juntos seja possível a construção de condições em que seja possível o florir.

De maneira tranquila, Lírio expressa seu caminho e seu aprendizado. Inicialmente:

> *morreu tudo, eu tô tentando produzir de novo.* […] *Agora eu percebi. Percebi que dá aqui, né? Dentro dessa ilha aqui, eu acho que vai querer produzir de novo, porque a gente já aprendeu bastante, já ouviu falar muitas dicas, eh, o problema* é *as mudas, né? Eu tava pensando em plantar ali embaixo, porque tem uns pés que tá vindo, que tá verde, eh…ah, mas tem que ser meio agrofloresta, assim, se tiver na divisa ali porque se pegar os vento, não dá*. (Lírio, entrevista em 2018)

O processo de aprendizagem sobre as práticas agrícolas sem o uso de agrotóxicos, também se desenvolve em meio à observação sobre as possibilidades de funcionamento de determinadas técnicas no lugar onde a propriedade está localizada. Numa região onde predomina o uso extensivo da terra combinado a empresas e cooperativas agrícolas conduzindo esse mercado, dificilmente uma área organizada em torno da agroecologia ou de orgânicos conseguirá se manter sem criar estratégias e saberes suficientes para conter os danos causados pelo uso de agrotóxicos.

Ao falar sobre as plantas frutíferas, Lírio hesita, "o problema *é* as mudas, né?", sua pausa denuncia as dificuldades encontradas pelas

mudas para o seu adequado desenvolvimento, pois, antes mesmo de se iniciar a fase da produção, elas já sofrem com processos de contaminação. As barreiras vegetais e as áreas organizadas com agroflorestas possuem importância na contenção dos impactos causados pelos secantes utilizados nas lavouras aos redores e possibilitam o reaparecimento de espécies como abelhas para polinização e produção dos cítricos.

Contudo, muitos produtores acabam desistindo de tentarem produzir determinados tipos de cultivos, devido ao balanço entre áreas destinadas às barreiras e às extensões de terras organizadas para os cultivos de orgânicos e/ou agroecológicos. Essas áreas destinadas à contenção do uso de agroquímicos nas extensões de terras aos redores dos sítios, costumam ser definidas pelo mínimo de arranjos necessários para atingir alguns dos critérios que garantam a certificação dos alimentos orgânicos e a distribuição dos plantios combinada a necessidade de renda vivida pelo(a) trabalhador(a) rural. Há um cálculo de custo-benefício, pois a existência de pomares necessita de uma extensão de terra maior em um espaço que já é pequeno devido à necessidade de desenvolver as barreiras de proteção em relação aos vizinhos.

Conforme pesquisa realizada por Piassetta *et al*. (2021), a Instrução Normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nº 02/08 e a legislação estadual publicada pela Secretaria de Estado do Interior Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Resolução nº 022/85- SEIN, versam sobre a aplicação da aérea dos agrotóxicos no Paraná. Nela está previsto que a pulverização aérea:

> deve ocorrer a uma distância mínima de 500 m adjacente a mananciais de captação de água para abastecimento de populações, núcleos populacionais, escolas, habitações e locais de recreação, e, de 250 m adjacentes a mananciais de água, moradias isoladas e agrupamento de animais e culturas suscetíveis a danos. (Piassetta *et al*., 2021, p. 81)

Indo além, observa-se as restrições a "*agrupamentos de animais e culturas suscetíveis a danos*" que poderiam contribuir com a proteção das áreas destinadas a cultivos orgânicos e agroecológicos. No entanto, não há uma legislação municipal na cidade[124] onde a entrevista foi realizada que verse especificamente sobre a administração de agrotóxicos nas

proximidades a áreas organizadas com os cultivos de orgânicos. Assim como, na legislação brasileira, não existe nenhuma normativa para que os produtores "convencionais" criem barreiras para administrarem o uso dos agrotóxicos em suas plantações sem causarem danos as outras práticas agrícolas existentes nos limites de suas propriedades.

Quando questionamos sobre a frequência da aplicação aérea de agrotóxicos nas propriedades vizinhas, os entrevistados mencionaram:

> *LÍRIO: Uma vez por ano. O resto é com trator* […].
> BEGÔNIA: *Mais uma vez aqui, depois outra vez é lá. Depois vem direto, direto o avião.*
> LÍRIO: Sim.
> BEGÔNIA: *É esse daqui. Esse do lado é bastante.*
> LÍRIO: *Sim, esse outro não passou. Essa passa com trator mesmo. Ele aproveita o vento (risos).* […]
> LÍRIO: *Mas a gente assiste aqui direto, o cara passa, o cara tem uma produção de soja ali, do outro lado, daí o avião passa, a gente fica olhando aqui, o veneno cai em cima da casa dele*.
> LÍRIO: *É ele ainda fala mal do caderninho. E num, num. Mas o avião passa na casa dele mesmo*.
> BEGÔNIA: *E é ele que está pagando. Tomou o veneno dele!* (Lírio; Begônia, entrevista em 2018)

Para Lírio e Begônia o "caderninho", materializa o controle da rotina do tempo e ritmo de trabalho necessários para a manutenção dos critérios atingidos para certificação de orgânicos. Para os produtores "convencionais" apenas uma aplicação de agrotóxicos pelo meio mecanizado reduz o tempo e o ritmo de trabalho que seria necessário caso o controle de pragas fosse feito pelo método exigido na certificação orgânica. O "caderninho", por parte dos vizinhos, manifesta as diferenças no trabalho e, consequentemente no modo de vida no campo. Por isso, o "caderninho" vira objeto de chacota, representando o atraso tecnológico e a dependência do trabalho manual no campo.

Ao afirmarem que "o avião passa na casa dele mesmo" e "ele que está pagando. Tomou o veneno dele!", os interlocutores estão fortalecendo a demarcação da diferença entre o eu e o outro, com base na forma como o trabalho e o uso da terra se fazem presentes para cada um

dos envolvidos. Begônia e Lírio, não percebem mais sentido em uma vida e trabalho no campo por meio da produção "convencional", como a organização vivida por eles durante anos antes de iniciarem "conversão" para a produção de "orgânicos". *Bem viver* não tem o mesmo sentido que o *viver bem* capitalista, a fronteira é explícita.

Cabe considerar que, muitos dos agricultores envolvidos na produção "convencional", por vezes, também são pequenos proprietários rurais que cultivam grãos, como soja e milho. Esses sentem a pressão do mercado e a dificuldade de manutenção da produção rural, tentando reduzir custos com uma organização das aplicações que, muitas vezes, não seguem as regulamentações para o uso. Ainda, foi mencionado na entrevista, que um dos recursos feitos pelos monocultores para reduzirem custos com a produção de soja e milho, está na compra de agrotóxicos que entram irregularmente do Paraguai para o Brasil. Sobre isso:

> LÍRIO: *Ah, isso aí não é de hoje*.
> BEGÔNIA: *Coisa mais comum*.
> ENTREVISTADOR: E como que chega pra esse povo isso?
> LÍRIO: *Ué, mas isso é tão fácil, né, pertinho aqui*.
> ENTREVISTADOR: Eles vão buscar?
> LÍRIO: *Não, mas não precisa, tem quem traz*.
> […]
> LÍRIO: […] *o pé de cenoura, você tem que arrancar com a mão o mato e tudo, senão você não vai colher a cenoura. No convencional, você vai lá no Paraguai, você pega um herbicida ali, passa ali, mata tudo, sobra só, pé de cenoura.*
> LÍRIO: *Na verdade proibiram, tinha um, um herbicida aqui, daí proibiram, foram no Paraguai buscar. E agora não sei lá com é que tá, isso eu fiquei sabendo, né? E daí a gente vê, a cenoura tá noventa centavos no mercado, aí eu vendo a quatro reais o pacotinho. Não tem como eu chegar nesse valor!* (Lírio; Begônia, 2018)

Recorrer ao uso dos agrotóxicos oriundos do Paraguai parece ser uma prática comum numa região marcada pela vivência na fronteira. Muitos produtores possuem terras tanto no Brasil, quanto no Paraguai e se utilizam disso para organizar o trabalho e a produção, buscando vantagens econômicas em um ou noutro lado da fronteira. Mesmo entre

os grandes e pequenos proprietários rurais com áreas de terras somente em território nacional, há os que possuem a prática de colocar na balança os custos e o tempo gasto com aplicações de agrotóxicos comercializados no Paraguai ou no Brasil.

Ao recorrerem aos produtos oriundos do Paraguai, normalmente utilizam agrotóxicos com maior concentração dos químicos e moléculas que, por vezes, não são regulamentadas em território brasileiro (Idesf, 2019, p. 15). Outro aspecto avaliado pelos pequenos produtores rurais envolvidos na monocultura está na necessidade de uso de maquinários específicos de alto custo na compra ou locação para aplicação regulamentada de alguns agrotóxicos comercializados legalmente no Brasil (Fiorotti, 2021).

A alta concentração dos químicos ou mesmo o tipo de moléculas presentes em alguns agrotóxicos, combinados ao uso indiscriminado, acabam resultando em danos ainda mais impactantes nas propriedades vizinhas com barreiras vegetais e cultivos de orgânicos. A própria experiência de Lírio e Begônia com a monocultura "convencional" permite a eles identificarem se os danos causados às plantas são procedentes do uso inadequado de agrotóxicos.

Por isso, as críticas ao suposto atraso dos orgânicos, não ficam reduzidas apenas a escárnio com os "caderninhos". Elas se fazem concretamente quando as barreiras se tornam alvos constantes de danos causados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos por parte dos monocultores. Os ataques diretos as barreiras e aos cultivos dos produtores orgânicos se repetem em outras entrevistas realizadas durante a pesquisa. Esses, são acusados de não contribuírem com o "progresso" materializado na mecanização e nos altos índices de produção de grãos na região Oeste do Paraná.

Begônia e Lírio produzem leite com certificação orgânica, mas não conseguem comercializar toda a produção, ficando a certificação restrita aos derivados. Boa parte do leite produzido é entregue a uma cooperativa agrícola "convencional", onde o leite orgânico é misturado com o leite decorrente do uso de produtos químicos na criação dos animais. Por isso, ao serem questionados se haviam iniciativas de aumentar o número de produtores orgânico e/ou agroecológico, organizados em cooperativas

para conseguirem a comercialização do leite orgânico, Lírio e Begônia, relataram:

> LÍRIO: *Sim! A gente foi atrás, tudo. Mas aí o município tinha que ter mais produtores, tudo, daí mandaram e a gente atrás. Eu, eu estou fazendo minha parte aqui, eu vou, não estou ganhando nada, não sou funcionário público. Lá, ninguém se dispunha para ir atrás deles, mas daí eles jogava sempre nas nossas costas. Há 11 anos já fazem isso*.
> BEGÔNIA: *Toledo não valorizam o que a gente produz, não ajudam, eles nem querem*.
> LÍRIO: *Eles nem querem. Assim, parte da prefeitura, essas coisas, né? Eles até odeiam nós*.
> BEGÔNIA: *Já está bom. Já falamos bastante*.
> LÍRIO: *Está gravando tudo?*
> […]
> LÍRIO: *Não na verdade é que eles tão de saco cheio de nós*.
> BEGÔNIA: *Não, a gente faz assim conforme dá*.
> […]
> LÍRIO: *Sim, é o que eles pensaram de nós. O próprio secretário de agricultura disse: mas se vocês querem nossa ajuda, vocês têm que produzir, você tem que produzir! Ué, mas se existe só um instrutor ali pequeno e a produção agroecológica, ela não é grande. Nossa produção é uma produção menor, entende? Você não vai colher quinhentos alqueires de milho orgânico ou agroecológicos. Não existe isso num alqueire de terra*. (Lírio; Begônia, entrevista em 2018)

A iniciativa para produção orgânica carece ser combinada com as condições materiais para que isso se concretize. Por exemplo: a organização Associação dos Produtores Orgânicos de Toledo (Proorto); o Capa; a Unioeste com os projetos de apoio, incentivo e certificação desenvolvidos pelo curso de agronomia do campus de Marechal Cândido Rondon; a contribuição da Emater e da Rede Ecovida. As ações dessas organizações citadas têm desempenhado um papel importante na permanência do trabalhador pequeno produtor rural de orgânicos e agroecológicos no campo.

Contudo, para muitos setores da sociedade, ainda prevalece a prioridade dada aos produtores "convencionais", quando se trata de

iniciativas e incentivos à produção agrícola na região. A presença de pequenas propriedades rurais com áreas reservadas ao cultivo de orgânicos e agroecológicos é percebida como uma barreira para o aumento de produção de grãos. Na visão do agronegócio, as áreas poderiam ser usadas para expansão da monocultura voltada para exportação, sem necessariamente terem que aumentar ainda mais o uso de recursos tecnológicos e custos.

No Brasil e, em especial no estado do Paraná, as metas de produção e exportação da monocultura são constantemente estimuladas pelos setores envolvidos no agronegócio a atingirem cada vez números mais altos que superem os índices das safras do ano anterior. Segundo Daniel Popov (2020), mesmo em um período de recessão econômica, a área de plantio de soja no ano de 2020 foi 1,32% a mais do que na safra anterior que, somando as inovações tecnológicas, possibilitaria o *continnum* aumento da lucratividade e da produção no setor, mesmo contra todas as diversidades.

Quanto maior o número de pequenos produtores com suas pequenas propriedades trabalhando na terra em favor do agronegócio, maiores serão os lucros obtidos por esse setor. Como bem refletiram pesquisas realizadas na região, a agroindústria se beneficia dessa característica de pequenas e médias propriedades que fornecem matérias-primas ao setor, criando aves e suínos (Zen, 2009; Gemelli, 2011; Bosi, 2016). Os que não se submetem à exploração do trabalho pelo setor do agronegócio, sentem constantemente a pressão e a luta para continuarem como trabalhadores rurais no campo.

Não se trata aqui de ignorar e não reconhecer como a produção de orgânicos e agroecológicos também impõe um ritmo e jornada de trabalho para produzir uma mercadoria que será comercializada, contribuindo com a reprodução capitalista. Nessa região, ainda não há traços marcantes que caracterizem um processo sistemático de controle e exploração desta força de trabalho dos produtores orgânicos e agroecológicos. As iniciativas estão centradas em iniciativas individuais e de associações. Enquanto as pressões vividas por estes pequenos produtores para manterem seus modos de vidas rurais pautados no trabalho de cultivos de orgânicos e agroecológicos, refletem a luta de classes entre trabalhadores e capital vividas no campo.

## Considerações finais

A reflexão apresentada neste capítulo é resultante de um trabalho coletivo de pesquisa e diálogo, realizado no Laboratório de Pesquisa em Fronteira, Estado e Relações Sociais (Lafront). Trata-se de um projeto de investigação científica intitulado: "Relações de poder e os sujeitos consumidores de agrotóxicos" desenvolvido desde o ano de 2017, que visa, entre outras coisas, compreender as percepções e práticas daqueles que resistem ao uso de agrotóxicos na faixa de fronteira Brasil-Paraguai. Com isso, o estudo realizado contribui na reflexão sobre as alternativas ao modelo de desenvolvimento predominante.

Para a realização do estudo foram selecionados(as) os(as) pequenos(as) produtores(as) rurais envolvidos na agricultura orgânica e ou agroecológica nas cidades de Entre Rios, Pato Bragado, Toledo e Foz do Iguaçu, todas localidades situadas no oeste do estado do Paraná. Não suficiente, também foram observadas e analisadas associações e instituições atuantes no incentivo e permanência do pequeno produtor rural no campo por meio da agricultura orgânica e/ou agroecológica no oeste do Paraná. O projeto como um todo sistematiza dados e análises de diferentes fontes.

Um dos passos iniciais da pesquisa foi a identificação e o mapeamento das práticas agrícolas na faixa de fronteira do Paraná. Para tanto, houve o levantamento de informações sobre os produtores orgânicos e agroecológicos por meio da participação das reuniões e coletas de dados nas associações de produtores orgânicos existentes na região, nas empresas certificadoras e nas instituições não governamentais que prestam assistência à permanência do trabalhador e pequeno produtor rural no campo, como o Capa e a Biolabore.

Com a participação nas reuniões tornou-se possível perceber as implicações sobre o caminho da "conversão" ou da "transição" a ser iniciada pelo agricultor que deseja produzir alimentos orgânicos. De modo geral, "conversão" e "transição" são termos usados para se referir ao período de troca da produção que depende dos agrotóxicos para a produção sem o uso desses. "Transição" indica os procedimentos técnicos necessários para "desintoxicar" a terra e o ambiente onde o plantio orgânico começará a ocorrer. Já a "conversão" não se restringe à

transformação do ambiente externo, mas do próprio trabalhador rural, em sua relação com a natureza e com as suas práticas de consumo.

Durante a pesquisa, elaboramos um formulário como apoio para identificarmos o nome dos produtores, a localização deles, a área da propriedade, a diversidade de cultivos praticados, os canais de comercialização e quais os associados com certificados de produtores orgânicos e os associados não certificados. A aplicação desse instrumento de pesquisa nos possibilitou selecionarmos os sujeitos a serem entrevistados posteriormente. Estes foram selecionados de acordo com a diversidade de cultivos, o tempo de certificação e comercialização dos produtos e o tipo de vínculo com a associação.

Foram realizadas aproximadamente dezessete entrevistas gravadas com áudio, sendo algumas registradas com filmagens e fotografias. Dessas, a maioria foi realizada nas propriedades dos pequenos produtores rurais de orgânicos e ou agroecológicos. O tempo de duração das visitas às propriedades foram em torno de 3 a 5 horas. Participavam das entrevistas de uma até seis pessoas, dependendo do lugar e do número de membros da família presentes.

Devido à interação com os entrevistados e as caminhadas pelas propriedades, nem todos os diálogos foram gravados. Normalmente, a gravação se iniciava somente após algum tempo de apresentação e uma primeira conversa informal. Com o gravador ligado, as entrevistas duravam em torno de uma a três horas. O gravador era desligado quando se iniciavam as caminhadas pelas propriedades. Nesse momento, percebíamos que os interlocutores se sentiam mais à vontade com nossas visitas, trazendo novas informações sobre nosso tema de pesquisa.

As entrevistas foram amparadas por roteiros pré-elaborados, visando compreender as trajetórias de vida, as dificuldades enfrentadas para permanência no campo; o processo de conversão e/ou transição da produção "convencional" para orgânica e ou/agroecológica; os conflitos na tentativa de contenção dos agrotóxicos vindos das propriedades vizinhas; e o *bem viver*. Todas as gravações foram transcritas e encontram-se disponíveis para consulta no laboratório (Lafront).

De maneira geral, o roteiro de entrevista elaborado servia apenas como base para explorarmos os objetivos propostos com a pesquisa. Não

foi seguido de maneira incansável, pois a relação de pesquisa foi construída pelo contato e pela velocidade que os interlocutores atribuíam para o momento, interrompendo ou mudando o assunto, reconstruindo teias e relações durante as conversações. Isso contribuiu para que novos problemas e reflexões fossem trazidas para a análise da pesquisa.

Essa metodologia nos levou ao tema discutido neste capítulo. Os significados atribuídos por estes sujeitos a "conversão" e a manutenção das "barreiras vegetais" não faziam parte dos nossos pressupostos iniciais. Por isso, trouxemos aqui algumas reflexões desencadeadas por essa experiência de tentar ouvir os(as) trabalhadores(as) rurais sobre suas vivências e lutas constantes para manutenção de um modo de vida no campo. Embora o texto esteja construído por uma única entrevista, a escolha deste caminho não foi aleatória. Os temas e as análises apresentadas por Lírio e Begônia sintetizam os problemas e as observações realizadas nas outras vivências de pesquisa. Suas vozes são as vozes de muitos.

## Referências


ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ADAPAR. Agência de Defesa Agropecuária do Paraná. **Relatório apresenta o resultado das informações recebidas através do Sistema de Controle do Comércio e Uso de Agrotóxicos no Estado do Paraná** – SIAGRO. Disponível em: https://bit.ly/3t39Iq8. Acesso em: 12 abr. 2022.

BOSI, Antonio de Pádua. Acumulação de capital e trabalho na agroindústria no Oeste do Paraná de 1960 a 2010. **História Unisinos**, v. 20, p. 95-106, 2016.

CHOQUEHUANCA, David. Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. **América Latina en Movimiento**, n. 452, p. 6-13, 2010. Disponível em: https://bit.ly/37hr4ah. Acesso em: 12 abr. 2022.

FIOROTTI, Cíntia. Os usos de agrotóxicos "contrabandeados" na fronteira Brasil-Paraguai e as experiências dos pequenos produtores

rurais no Paraná (1960-2018). **Revista Tempos Históricos**, v. 25, n. 2, p. 129-161, 2021.

FIOROTTI, Cíntia; CARDIN, Eric Gustavo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Fronteiras da ilegalidade: a importação e o uso de agrotóxicos ilegais na fronteira do Brasil com o Paraguai. **Revista GeoPantanal** (UFMS), v. 15, n. 28, p. 61-77, 2020.

GEMELLI, Diane Daniela. **Mobilidade territorial do trabalho como expressão da formação do trabalhador para o capital**: frigorífico de aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR. 2011. 275f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

IDESF. **O contrabando de defensivos agrícolas no Brasil**. Foz do Iguaçu, 2019.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

PIASSETTA, Roberto de Resende Lisboa *et al*. Legislação restritiva referente ao uso de agrotóxicos em municípios do estado do Paraná. **BIOFIX Scientific Journal**, v. 6, n. 1, p. 75-83, 2021.

POPOV, Daniel. Soja: produção do Paraná em 20/21 pode superar recorde histórico, prevê Deral. **Cana Rural**, 2020. Disponível em: https://bit.ly/3I6s9yt. Acesso em: 12 abr. 2022.

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. 2005. 250f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ZEN, Rosane Toebe. **O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S.A.**: controles, mediações e autonomia. 2009. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

---

## Notas

123. Os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos usando nomes de flores.
124. O Sistema de Controle do Comércio e Uso de Agrotóxicos no Estado do Paraná (Siagro) declarou que o volume comercializado de agrotóxico foi de 1.375,6 toneladas na cidade de Toledo no ano de 2018.

# SOBRE OS AUTORES

## Organizadores

**Eric Gustavo Cardin**: Doutor em Sociologia pela Unesp. Pós-Doutorado em Antropologia Social pela Universidad Nacional de Misiones (UNaM/Argentina). Professor do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Pesquisador do Laboratório "Fronteiras, Estado e Relações Sociais" (Lafront). E-mail: eric.cardin@unioeste.br.

**Max André de Araújo Ferreira:** Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e doutorando em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). É professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do Laboratório "Fronteiras, Estado e Relações Sociais (Lafront). E-mail: maxandre11@hotmail.com.

## Autores

**Adelmo Eduardo da Silva**: Graduando em Ciências Sociais na Unioeste. E-mail: adelmo_eduardo@hotmail.com.

**Adiel Felipe Felisberto da Silva**: Graduando em Ciências Sociais na Unioeste e pesquisador do Laboratório "Fronteiras, Estado e Relações Sociais (Lafront). E-mail: adiel.felipe01@gmail.com.

**Adriana de Carvalho Medeiros**: Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-Doutorado em História pela Unioeste. E-mail: acmedeiros22@gmail.com.

**Andrey Lopes de Souza**: Doutor em História Social pela UFU. Professor da Faculdade Funorte de Janaúba e da rede estadual de

educação de Minas Gerais. E-mail: adyhistoria@yahoo.com.br

**Beatriz Faverssiani**: Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

E-mail: beatrizfaverssiani@gmail.com.

**Camilo Pereira Carneiro**: Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Pós-Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRS. Professor do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Pesquisador do Laboratório "Fronteiras, Estado e Relações Sociais".

E-mail: pereiracarneiro.camilo@gmail.com.

**Cíntia Fiorotti**: Doutora em História Social pela UFU. Pós-Doutorado em História pela Unioeste. Professora colaboradora da Unioeste. Pesquisadora do Laboratório "Fronteiras, Estado e Relações Sociais" (Lafront). E-mail: cintiafiorotti@hotmail.com.

**Claudimara Cassoli Bortoloto**: Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Professora adjunta da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: claudibortoloto@yahoo.com.br.

**Daniela de Fátima Martins Freitas**: Graduanda em Ciências Sociais pela Unioeste. E-mail: daniela-defreitas@hotmail.com.

**Endrica Geraldo**: Graduada, mestre, doutora e pós-doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-Doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professora adjunta da Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila). E-mail: endrica.geraldo@unila.edu.br.

**Esteban Nazal**: Profesor del Departamento de Antropología de la Universidad Alberto Hurtado (Chile).

Email: enazalmoreno@gmail.com.

**Gabriel Antonio Cameran**: Graduado em Ciências Sociais pela Unioeste. Discente do curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisador do Laboratório "Fronteiras, Estado e Relações Sociais" (Lafront). E-mail: gabrielcameran@gmail.com.

**Giovanna Savazo**: Graduanda em Relações Internacionais na UFGD. E-mail: gi.savazo@hotmail.com.

**Jhonathan Matheus Dias**: Graduado em Ciências Sociais pela Unioeste. E-mail: jhonathan.dias2019@outlook.com.

**Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**: Doutora em História. Docente da Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon. Vinculada à linha de pesquisa de Trabalho e Movimentos Sociais. E-mail: joohieda@hotmail.com.

**Lina Magalhães**: Doutoranda no Programa de Planificação Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade Estadual de Santa Catarina (Brasil). E-mail: linamagalhaes7@gmail.com.

**Lissandra Espinosa de Mello Aguirre**: Doutora em Direito pela UFPR. Professora do curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação Sociedade Cultura e Fronteiras da Unioeste, campus Foz do Iguaçu. E-mail: lissandraaguirre@gmail.com.

**Luís Fernando de Souza Pacheco**: Graduando em Ciências Sociais na Unioeste. E-mail: luisfspacheco283@gmail.com.

**Manoela Jaqueira**: Doutoranda em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Pesquisadora do Laboratório "Fronteiras, Estado e Relações Sociais" (Lafront). E-mail: manoelajaqueira@hotmail.com.

**Menara Guizardi**: Pesquisadora do Conselho Nacional de Investigações Cientificas e Tecnologicas (Conicet) no Instituto de Altos Estudos Sociais da Universidad Nacional de San Martín (Argentina) e investigadora associada da Universidade de Tarapacá (Chile). E-mail: menaraguizardi@yahoo.com.br.

**Paulo Roberto Azevedo**: Doutor em Sociologia pela UFRS. Professor associado da Unioeste. Pesquisador do Laboratório Lafront. E-mail: azevedo.unioeste@gmail.com.

**Priscila Dutra Dias**: Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Unioeste, campus Foz do Iguaçu.

E-mail: prisciladutradias@gmail.com.

**Rosane Marçal da Silva**: Doutora em História pela UFU. E-mail: rosanamarcaldasilva@hotmail.com.

**Tomaz Espósito Neto**: Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professor do curso de Relações Internacionais UFGD. Membro da Repri - Rede de Pesquisa em Regionalismo e Política Externa. E-mail: tomazeneto@gmail.com.

**Valéria de Jesus Leite**: Doutora em História Social pela UFU. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e da rede estadual de educação de Minas Gerais.

E-mail: lela.leite@yahoo.com.br.

## Obrigado por ler este livro que

## publicamos!

Esperamos que esta obra tenha correspondido às suas expectativas.

Compartilhe por e-mail suas dúvidas e sugestões conosco.

## Publique o seu conteudo acadêmico, científico ou técnico com a Paco Editorial

A Paco Editorial é uma editora focada na publicação de conteúdos científicos de pesquisadores; conteúdos acadêmicos, como teses, dissertações, grupos de estudos e coletâneas organizadas, além de publicar também conteúdo técnico para dar suporte à atuação de profissionais de diversas áreas.

Com uma equipe de profissionais especialistas na edição de livros, produzimos obras de qualidade nas mais diversas áreas de conhecimento, atuando para que o autor tenha excelência em sua publicação,

incluindo todos os cuidados necessários para melhor pontuação da obra na avaliação da Capes.

Nosso trabalho de divulgação e distribuição dos livros físicos alcança todo o Brasil através de livrarias universitárias, eventos acadêmicos e plataformas online como a Amazon, Americanas, Submarino e Shoptime. Já no digital, a distribuição é global através de lojas da Amazon, Apple, Google e Kobo.

Venha você também publicar na Paco Editorial, editora referência no meio acadêmico, técnico e científico, com mais de 2 mil títulos publicados.

Para publicar dissertações, teses, obras técnicas, científicas, obras coletivas de grupos de pesquisa, acesse: http://editorialpaco.com.br/publique-na-paco/.

Para publicar capítulo de livros em obras organizadas, acesse: http://editorialpaco.com.br/capitulo-de-livros/.

Para adquirir outros títulos da Paco, acesse: www.pacolivros.com.br

PACO EDITORIAL

Av. Dr. Carlos Salles Bloch, 658 - Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100

Telefone: 11.4521.6315